

MESTRADO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

A INVENÇÃO DO LAZER

educação, cultura e tempo livre na cidade de São Paulo
(1888 – 1935)

Luciana Marcassa

Orientador: Prof. Dr. Ildeu Moreira Coêlho

Goiânia
Maior – 2002

LUCIANA MARCASSA

A INVENÇÃO DO LAZER

educação, cultura e tempo livre na cidade de São Paulo

(1888 – 1935)

Dissertação apresentada ao Programa de
Mestrado em Educação Brasileira da Faculdade
de Educação da Universidade Federal de Goiás,
para obtenção do título de Mestre em Educação.
Área de concentração: Educação e Cultura.
Orientador: Prof. Dr. Ildeu Moreira Coêlho

Goiânia

Maio – 2002

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA CENTRAL - UFG**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(GPT/BC/UFG)**

M313i

Marcassa, Luciana.

A invenção do lazer: educação, cultura e tempo livre na cidade de São Paulo (1888 – 1935) / Luciana Marcassa – Goiânia, 2002.
204 f. : il.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação, 2002.

Bibliografia: f.196-203.

I. Lazer – História – São Paulo (SP) – 1888 – 1935 2. Lazer e educação 3. Trabalhadores – São Paulo (SP) – Recreação – 1888 – 1935 I. Universidade Federal de Goiás. Faculdade de Educação
II. Título

CDU: 379.8.091(815.6 São Paulo) “1888/1935”

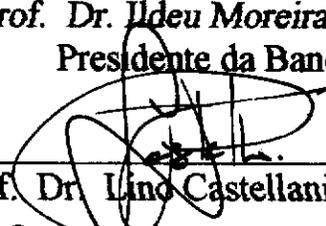
LUCIANA PEDROSA MARCASSA

***A invenção do lazer: educação, cultura e tempo livre na cidade de
São Paulo (1888-1935)***

Dissertação defendida e aprovada em 17 de maio de 2002, pela Banca
Examinadora constituída pelos professores.



Prof. Dr. Ildeu Moreira Coêlho
Presidente da Banca



Prof. Dr. Lino Castellani Filho



Prof^a Dr^a Olga Cabrera Rosa Garcia

*Aos meus pais,
Bernardo Marcassa Neto e
Celina Pedrosa Marcassa*

AGRADECIMENTOS

Para a realização deste estudo contei com inúmeras pessoas, embora muitas delas jamais venham a saber disso. E como não seria possível agradecer a todas elas, desejo aqui expressar meu carinho e gratidão àquelas que mais diretamente contribuíram para a realização deste trabalho de pesquisa, nos vários aspectos que o envolveram.

Quanto à valiosa inspiração intelectual, agradeço ao Prof. Dr. Ildeu Moreira Coêlho, mestre brilhante e sereno, que me acolheu com ternura, mas também com autoridade e competência, orientando os passos e as idéias que constituíram e estão presentes neste trabalho científico.

Aos professores membros da Banca Examinadora, agradeço a disponibilidade e a seriedade com que trataram deste estudo. Ao Prof. Dr. Lino Castellani Filho, mestre e amigo, uma das grandes referências para o meu percurso intelectual e político, pessoa pela qual guardo um profundo respeito e admiração, com muito carinho, agradeço por tudo. À Prof. Dr.ª Olga Cabrera, pessoa querida, grande intelectual, uma das que mais contribuiu para as reflexões contidas neste trabalho, tanto através das suas aulas na disciplina de História e Literatura do programa de Mestrado em História da UFG, quanto pelas conversas informais que as oportunidades nos possibilitaram.

Às minhas amigas e colegas de turma, Marcela de Almeida, Márcia Machado e Rúbia de Cássia Oliveira, com quem pude partilhar os prazeres e desprazeres do curso e da dissertação de mestrado, bem como diversas outras experiências que foram além da formação acadêmica. Agradeço a amizade e a colaboração para o meu desenvolvimento pessoal, profissional e humano.

Aos amigos, colegas de trabalho e companheiros de luta conquistados na vida nova em Goiânia, Anegleyce, Ângela, Bruna, Guego e Nivaldo, pelos debates, pelos projetos em comum, pelas divergências, pelas orientações, pela força, pela sinceridade e pelo carinho que têm dispensado à nossa relação e à construção da nossa história.

Aos professores e amigos Marcus Fraga e Nilva Pessoa, pela ajuda carinhosa e indispensável no tratamento das imagens contidas nessa dissertação e pela contribuição constante como colegas de trabalho na Faculdade de Educação Física da UFG. Aproveito aqui para agradecer também a todos os colegas da FEF/UFG, com quem pude dividir a difícil tarefa de formar professores.

Ao Fernando Mascarenhas, parceiro de todas as horas, com quem venho compartilhando as melhores experiências de luta e de vida dos últimos anos. Sempre soube ouvir e compreender os lamentos, as ansiedades e as preocupações do dia-a-dia comum, além da disposição para o debate e o conhecimento que lhe são peculiares. É um grande orientador das minhas reflexões e atitudes sobre a nossa realidade, a prática pedagógica, as relações humanas e, em especial, sobre a nossa relação. Agradeço por tudo e pelo carinho e amor de companheiro.

Aos funcionários do *Arquivo Municipal de São Paulo* e do *Arquivo Edgard Leuenroth* da Unicamp pela colaboração valiosa, sem a qual não teria acesso às fontes e aos registros históricos fundamentais a essa pesquisa.

Às pessoas que conviveram comigo durante esses anos e que dividiram as alegrias, as angústias, os sofrimentos e as conquistas dos difíceis tempos em que vivemos. Quero agradecer não só a paciência e a tolerância, mas também a aprendizagem proporcionada pelo exemplo cotidiano e pela vivência coletiva. Aos meus alunos que, pedagógica e dialeticamente me ensinam a ser professora e a olhar o mundo como educadora.

Triângulo

*Há navios de vela para os meus naufrágios!
E os cantares da uirara rua de São Bento...
Entre estas duas ondas plúmbeas de casas plúmbeas,
as minhas delícias das asfixias de alma!
Há leilão. Há feira de carnes brancas. Pobres arrozais!
Pobres brisas sem pelúcias lisas a alisar!
A cainçalha... A Bolsa... As jogatinas...
Não tenho navios de vela para meus naufrágios!
Faltam-me as forças! Faltam-me o ar!
Mas qual! Não há sequer um porto morto!
"Can you dance the tarantella?" - "ach! ya."
São as califórntias duma vida milionária
numa cidade arlequinial ...
O Clube comercial... A Padaria Espiritual...
Mas a desilusão dos sombrais amorosos
põe majoration temporaire. 100% nt!...
Minha Loucura, acalma-te!
Veste o water-proof dos tambéns!
Nem chegarás tão cedo
à fábrica de tecidos dos teus êxtases;
telefone: Além, 3991...
Entre estas duas ondas plúmbeas de casas plúmbeas,
a sua chaminé de céu azul!*

Rua São Bento - PAULICÉIA DESVAIRADA
Mário de Andrade

*Minha Londres das neblinas finas!
Pleno verão. Os dez mil milhões de rosas paulistanas.
Há neve de perfumes no ar.
Faz frio, muito frio...
E a ironia das pernas das costureirinhas
parecidas com bailarinas...
O vento é como uma navalha
nas mãos dum espanhol. Arlequinial!...
Há duas horas queimou Sol.
Daqui a duas horas queima Sol.
Passa um São Bobo, cantando, sob os plátanos,
um tralála... A guarda-cívica! Prisão!
Necessidade a prisão
para que haja civilização?
Meu coração sente-se muito triste...
Enquanto o cinzento das ruas arrepiadas
dialoga um lamento com vento...
Meu coração sente-se muito alegre!
Este friozinho arrebitado
dá uma vontade de sorrir!
E sigo. E vou sentindo,
à inquieta alacridade da invernaria,
Como um gosto de lágrimas na boca...*

Paisagem nº1 - PAULICÉIA DESVAIRADA
Mário de Andrade

SUMÁRIO

Lista de Ilustrações	01
Resumo	04
Abstract	05
Introdução	06
Capítulo 1 <i>Trabalho, Estado e movimento operário</i>	21
Capítulo 2 <i>Educação, cultura e cotidiano: controle e subversão do tempo livre</i>	60
Capítulo 3 <i>As políticas de lazer e o projeto de formação da classe trabalhadora em São Paulo</i>	129
Considerações finais	186
Referências Bibliográficas	196
Periódicos e fontes literárias	204

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1. Rua XV de Novembro, 1862, p.22.
Fonte: *Arquivo do Departamento de Patrimônio Histórico de São Paulo*
- Figura 2. Rua da Quitanda. 1870, p.22.
Fonte: *Arquivo do Departamento de Patrimônio Histórico de São Paulo*
- Figura 3. Morro do Chá. 1870, p.22.
Fonte: *Arquivo do Departamento de Patrimônio Histórico de São Paulo*
- Figura 4. Palácio das Indústrias, 1919, 1920, p.40.
Fonte: *Arquivo do Departamento de Patrimônio Histórico de São Paulo*
- Figura 5. Rua Líbero Badaró para bondes por volta de 1910 e 1920, p.43.
Fonte: *Arquivo do Departamento de Patrimônio Histórico de São Paulo*
- Figura 6. Rua XV de Novembro no início do século XX, p.43.
Fonte: *Arquivo do Departamento de Patrimônio Histórico de São Paulo*
- Figura 7. Reclamação Internacional Operária, p.46.
Fonte: *O Socialista*, São Paulo, 1/5/1897, n.48, p.1.
Arquivo Edgard Leuenroth – Unicamp
- Figura 8. Oração do Operário, p.52.
Fonte: *O Socialista*, São Paulo, 10/7/1898, n.63, p.2.
Arquivo Edgard Leuenroth – Unicamp
- Figura 9. Avenida Paulista.1891, p.68.
Fonte: *Arquivo do Departamento de Patrimônio Histórico de São Paulo*
- Figura 10. Avenida São João, 1914, p.68.
Fonte: *Arquivo do Departamento de Patrimônio Histórico de São Paulo*
- Figura 11. Propaganda de Loterias Federais em São Paulo, p.81.
Fonte: *O Rebate*, São Paulo, 7/10/1898, n.64, p.3.
Arquivo Edgard Leuenroth – Unicamp
- Figura 12. Largo São Bento, 1930, p.83.
Fonte: *Arquivo do Departamento de Patrimônio Histórico de São Paulo*
- Figura 13. Estádio do Pacaembu, 1941, p.83.
Fonte: *Arquivo do Departamento de Patrimônio Histórico de São Paulo*
- Figura 14. Teatro Municipal em 1992, p.97.
Fonte: *Arquivo do Departamento de Patrimônio Histórico de São Paulo*
- Figura 15. Instalação das primeiras linhas de bonde em São Paulo, p.97.
Fonte: *Arquivo do Departamento de Patrimônio Histórico de São Paulo*

Figura 16. Rua Boa Vista, 1920,1930, p.100.

Fonte: *Arquivo do Departamento de Patrimônio Histórico de São Paulo*

Figura 17. Rua Direita no final do século XIX, p.100.

Fonte: *Arquivo do Departamento de Patrimônio Histórico de São Paulo*

Figura 18. Propaganda de Escolas Modernas e outras formas de instrução, p.108.

Fonte: *A Plebe*, São Paulo, 21/7/1917, n.6, p.4

Arquivo Edgard Leuenroth – Unicamp

Figura 19. Propaganda dos Frontões, p.113.

Fonte: *O Rebate*, São Paulo, 7/10/1898, n.64, p.3.

Arquivo Edgard Leuenroth – Unicamp

Figura 20. Propaganda de Circo, p.116.

Fonte: *O Socialista*, São Paulo, 1/5/1897, n.48, p.4.

Arquivo Edgard Leuenroth – Unicamp

Figura 21. As leituras sugeridas nos jornais da imprensa operária, p.117.

Fonte: *O Socialista*, São Paulo, 28/6/1897, n.55, p.4.

Arquivo Edgard Leuenroth – Unicamp

Figura 22. Os clubes socialistas, p. 117.

Fonte: *O Socialista*, São Paulo, 1/5/1897, n.48, p.2.

Arquivo Edgard Leuenroth – Unicamp

Figura 23. O teatro entre a classe operária, p.118.

Fonte: *O Rebate*, São Paulo, 11/11/1897, n.48, p.2.

Arquivo Edgard Leuenroth – Unicamp

Figura 24. Palestras, reuniões do conselho e reuniões das comissões das várias atividades, p.132.

Fonte: *Os Clubes de Menores Operários*. Prefeitura do Município de São Paulo, Departamento de Cultura, 1943. *Divisão do Arquivo Histórico da Prefeitura de São Paulo*.

Figura 25. Ginástica Seletiva, p.140.

Fonte: *Os Clubes de Menores Operários*. Prefeitura do Município de São Paulo, Departamento de Cultura, 1943. *Divisão do Arquivo Histórico da Prefeitura de São Paulo*.

Figura 26. Sesta, p.140.

Fonte: *Os Clubes de Menores Operários*. Prefeitura do Município de São Paulo, Departamento de Cultura, 1943. *Divisão do Arquivo Histórico da Prefeitura de São Paulo*.

Figura 27. Afastando dos perigos físicos, combatendo os maus hábitos e ensinando a tratar dos dentes, p.143.

Fonte: *Os Clubes de Menores Operários*. Prefeitura do Município de São Paulo, Departamento de Cultura, 1943. *Divisão do Arquivo Histórico da Prefeitura de São Paulo*.

Figura 28. Aquisição de hábitos higiênicos, p.143.

Fonte: *Os Clubes de Menores Operários*. Prefeitura do Município de São Paulo, Departamento de Cultura, 1943. *Divisão do Arquivo Histórico da Prefeitura de São Paulo*.

Figura 29. No clube, na rua, p.150.

Fonte: *Os Clubes de Menores Operários*. Prefeitura do Município de São Paulo, Departamento de Cultura, 1943. *Divisão do Arquivo Histórico da Prefeitura de São Paulo*.

Figura 30. Visitas instrutivas, p.150.

Fonte: *Os Clubes de Menores Operários*. Prefeitura do Município de São Paulo, Departamento de Cultura, 1943. *Divisão do Arquivo Histórico da Prefeitura de São Paulo*.

Figura 31. Velejamento, p.157.

Fonte: Os Clubes de Menores Operários. Prefeitura do Município de São Paulo, Departamento de Cultura, 1943. *Divisão do Arquivo Histórico da Prefeitura de São Paulo.*

Figura 32. Festivais, vencedor do concurso de robustez, p.157.

Fonte: Os Clubes de Menores Operários. Prefeitura do Município de São Paulo, Departamento de Cultura, 1943. *Divisão do Arquivo Histórico da Prefeitura de São Paulo.*

Figura 33. Inspeção prévia e assistência médica, p.165.

Fonte: Os Clubes de Menores Operários. Prefeitura do Município de São Paulo, Departamento de Cultura, 1943. *Divisão do Arquivo Histórico da Prefeitura de São Paulo.*

Figura 34. Encaminhamentos ao trabalho por intermédio do Departamento de Cultura, p.165.

Fonte: Os Clubes de Menores Operários. Prefeitura do Município de São Paulo, Departamento de Cultura, 1943. *Divisão do Arquivo Histórico da Prefeitura de São Paulo.*

Figura 35. Viagens e excursões, p.173.

Fonte: Os Clubes de Menores Operários. Prefeitura do Município de São Paulo, Departamento de Cultura, 1943. *Divisão do Arquivo Histórico da Prefeitura de São Paulo.*

Figura 36. Acampamento, p.173.

Fonte: Os Clubes de Menores Operários. Prefeitura do Município de São Paulo, Departamento de Cultura, 1943. *Divisão do Arquivo Histórico da Prefeitura de São Paulo.*

Figura 37. Trabalho e recreação, p.176.

Fonte: Os Clubes de Menores Operários. Prefeitura do Município de São Paulo, Departamento de Cultura, 1943. *Divisão do Arquivo Histórico da Prefeitura de São Paulo.*

Figura 38. Trabalho e recreação, p.176.

Fonte: Os Clubes de Menores Operários. Prefeitura do Município de São Paulo, Departamento de Cultura, 1943. *Divisão do Arquivo Histórico da Prefeitura de São Paulo.*

Figura 39. Trabalho e recreação, p.183.

Fonte: Os Clubes de Menores Operários. Prefeitura do Município de São Paulo, Departamento de Cultura, 1943. *Divisão do Arquivo Histórico da Prefeitura de São Paulo.*

Figura 40. Trabalho e recreação, p.184.

Fonte: Os Clubes de Menores Operários. Prefeitura do Município de São Paulo, Departamento de Cultura, 1943. *Divisão do Arquivo Histórico da Prefeitura de São Paulo.*

Figura 41. Trabalho e recreação, p.185.

Fonte: Os Clubes de Menores Operários. Prefeitura do Município de São Paulo, Departamento de Cultura, 1943. *Divisão do Arquivo Histórico da Prefeitura de São Paulo.*

RESUMO

Esta pesquisa trata da constituição histórica do lazer como uma prática institucionalizada entre os anos de 1888 e 1935, quando são observadas as primeiras iniciativas públicas no que se refere ao desenvolvimento de programas, espaços e equipamentos específicos para a ocupação do tempo livre do trabalhador da capital paulista. Com a fundação do Serviço Municipal de Jogos e Recreio em 1935, a prefeitura da cidade de São Paulo promove e incentiva um conjunto de novas atividades lúdicas associadas a novos modelos de educação e de diversão para a classe trabalhadora, em detrimento do ócio, dos divertimentos e dos usos indiscriminados do tempo livre, até então vinculados às manifestações culturais populares produzidas e vivenciadas. Articulados a uma proposta de formação para o trabalho nas indústrias em expansão no período, os *Parques de Jogos*, com seus programas de *Parques Infantis* e *Clubes de Menores Operários* aparecem no cenário da metrópole como projetos de educação aliados à configuração de um novo perfil social e de uma nova subjetividade, comprometidos com a ideologia burguesa e com a consolidação da ordem capitalista. Assim, o lazer se institucionaliza como tempo/espaço de controle, em que a racionalidade produtiva se estende e se perpetua, colaborando para a produção e reprodução do capital. Cruzando as fontes oficiais com os periódicos da imprensa operária, este trabalho traz ao debate a utilização do lazer como uma estratégia de cooptação da classe trabalhadora paulista e, ao mesmo tempo, mostra como o mundo dos divertimentos e das manifestações culturais torna-se palco de luta e de afirmação de identidades culturais, na medida em que a classe operária organizada promove suas próprias experiências de educação e de produção cultural, subvertendo a lógica de poder e dominação, num jogo de confronto e conformismo, de resistência e resignação.

ABSTRACT

The aim of this research is to discuss the leisure history constitution as an institutionalized practice between 1888-1935, when the first public initiative were observed to refer the programs development, spaces and specifics equipment to occupation of the worker free time on the 'paulista' metropolis. With the foundation of Municipal Recreation and Play Service in 1935, the town-hall of the São Paulo City have promoted and stimulated a new play activities collection associated to a new education and entertainment model to the working class upon detriment of idleness, entertainment and indiscriminate uses of free time until that time was linked to the culture of popular manifestation. It articulated to the industrial work formation proposal in expansion at the period, the Play Parks, with our programs to Kind Parks and Child Worker Club showed on the metropolis scenery with education project allied with a new subjectivity configuration, it engaged with the consolidation of capitalist social order. Thus, the leisure did institutionalize like time/space to the control, where the productive rationalization to extend and to perpetuate, it collaborated with the capital production and reproduction. The official font cross with worker magazine press show to this study a discussion how the leisure was utilized to the co-optation of 'paulista' working class and the same time show how the entertainment world and cultural manifestation to do the stage of the fait and the affirmation of the cultural identity, on measure that the working class organized and promoted their education and cultural production experiences, they subverted the power logic and domination, at confrontation and conformist game, of resistance and resignation.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, um número crescente de estudos vem tratando da dinâmica do lazer e de suas relações com a educação na sociedade contemporânea. Este, é um esforço dirigido ao aprofundamento do debate sobre este campo, cuja temática central – o lazer – é bastante polêmica e relativamente nova. Embora os primeiros estudos sobre o lazer no Brasil datem de 1950,¹ é na década de 1970 que, segundo Denise Sant'Anna (1994), ele se torna um objeto de investigação para as diversas áreas, um campo próprio de preocupações, pesquisas, reflexões e intervenções para diferentes instituições sociais.

Mas é a partir da década de 1980 que podemos observar uma nova direção nos estudos do lazer no Brasil. Com a abertura política e a retomada do processo de democratização da sociedade, as reflexões teóricas e os estudos científicos sobre o lazer voltam-se para as questões ligadas aos aspectos ideológicos, imprimindo sobre este um olhar crítico. Sem dúvida, os trabalhos de Nelson Carvalho Marcellino² foram e continuam sendo os mais conhecidos. A orientação teórica e as classificações utilizadas pelo autor ainda hoje servem de base para muitas pesquisas e análises sobre a sua problemática atual.

Outros autores também contribuíram muito para o crescimento e desenvolvimento do lazer como área de estudos e pesquisas, em especial, Kátia Cavalcante, Newton Cunha, Heloisa Bruhns, Antônio Carlos Bramante, Luiz Octávio Lima Camargo, Leila Mirtes de Magalhães Pinto e, mais recentemente, Christiane Werneck,

¹ "O lazer operário", publicada em 1958 por Acácio Ferreira, é considerada a primeira obra sobre o lazer no Brasil, mas antes dela, o "Manual de Recreação: orientação dos lazers do trabalhador", de 1952, uma publicação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, de autoria de Arnaldo Sussekind, Inezil Penna Marinho e Oswaldo Góes, pode ser considerada uma importante sistematização sobre o assunto. Na década de 1960, destaca-se "Esporte, recreação, educação" de Nicanor Miranda (1962) e, na década de 1970, destacam-se, entre outros, "Recreação para todos: manual teórico-prático" de Mauro Soares Teixeira e Jarbas Sales de Figueiredo (1970), "O lazer no planejamento urbano" de Ethel Bauzer Medeiros (1971), "O lazer no Brasil" de Renato Requixa (1977) e "Lazer: bênção ou maldição" de Lenea Gaelzer (1979).

² Lazer e humanização (1983), Lazer e educação (1987), Pedagogia da animação (1991) e outros.

Valquíria Padilha e Fernando Mascarenhas.³ Não tenho a intenção aqui de fazer uma discussão conceitual ou epistemológica sobre as orientações que sustentam cada um desses autores, mas apenas demonstrar o quanto o lazer vem sendo estudado e como sua explicação é complexa e abrangente. E apesar do campo ter ganhado um movimento próprio a partir de então, envolvendo cada vez mais estudiosos de diferentes áreas, bem como diversos setores da sociedade civil e política, ainda são muitas as lacunas que precisam ser problematizadas no que se refere ao entendimento do lazer nas sociedades modernas, em especial no Brasil.

Fora os mal-entendidos criados em torno das categorias "lazer", "ócio", "tempo livre" e "recreação" que, no conjunto das formas de comunicação e expressão lingüística, não apresentam um consenso quanto aos sentidos atribuídos aos termos,⁴ muitos dos estudos sobre o lazer ainda não conseguiram discuti-lo e apreendê-lo com base em parâmetros conceituais mais consistentes ou melhor definidos, até porque lhes falta uma compreensão do fenômeno em sua historicidade, ou seja, o conhecimento do percurso histórico e contraditório do lazer no Brasil.

Além disso, existe uma fragmentação nas interpretações do lazer como fenômeno social. Se por um lado existe um grupo que se apega mais às questões político-ideológicas, tratando com desprezo as produções culturais das sociedades, como se elas não fossem constitutivas do real, não pudessem ser apreendidas do passado e, portanto, não fizessem parte da sua explicação histórica, por outro, as abordagens culturalistas do lazer parecem desconsiderar a visão de totalidade, como se a cultura existisse de forma autônoma, a-histórica e desconectada das condições materiais e concretas de seu contexto.

Buscando superar essas fragmentações, desejo apreender os vínculos existentes entre lazer e educação tanto pelas determinações histórico-sociais, como pelos princípios axiológicos, éticos e estéticos, pela subjetividade e pelos processos culturais. Nessa perspectiva, as questões econômicas, sociais ou políticas fornecem as condições objetivas, essenciais para se compreender a organização social do período. E as alterações do imaginário, do cotidiano, dos comportamentos, das práticas sociais e das formas de sociabilidade possibilitam conhecer os elementos da dinâmica cultural da sociedade, que expressa a organização social e simbólica de uma certa geração.

³ Cavalcante (1984), Cunha (1987), Bruhns (1990), Camargo (1983, 1998), Bramante (1990), Pinto (1992, 1997), Werneck (1998, 2000), Padilha (2000) e Mascarenhas (2000).

⁴ Nos países de língua espanhola, por exemplo, a palavra *ócio* é utilizada para designar as atividades que aqui chamamos de *lazer*.

Não tenho a pretensão de resolver todos os problemas que envolvem a compreensão do lazer nas sociedades modernas, muito menos suprir as lacunas e os equívocos que merecem respostas mais adequadas. Procuro, sim, contribuir com o campo levantando questões que partem de um lugar específico e que, portanto, abarcam facetas específicas desse mesmo fenômeno. Busco apreender o lazer estabelecendo com este uma interlocução com a educação, não no sentido formal, da instituição educacional, mas entendida como cultura, como conjunto de referências, valores, significados, conhecimentos e práticas que se constroem nas relações sociais, ou melhor, na *praxis*. Além disso, meu olhar neste estudo está voltado para a história, o que implica em captar as conexões do lazer com a educação em um tempo e lugar determinados do passado, no sentido de revelar, questionar ou rever explicações que parecem ser fundamentais para a compreensão e dinamização da discussão sobre o lazer na atualidade.

Em vista da ausência de estudos históricos sobre o objeto aqui tratado e do pouco conhecimento que temos sobre o período a que se reporta essa pesquisa, os próprios historiadores têm percebido e sugerido a necessidade de outras pesquisas que verticalizem a discussão sobre o lazer em diferentes momentos históricos. Segundo Denise Santa'Anna (1994): "Uma pesquisa interessante a ser feita estaria em perceber outros momentos históricos quando ocorreu esse esforço de codificação de determinados usos do corpo, do tempo e do espaço, em proveito de formas de lazer organizadas institucionalmente e em detrimento do caráter de gratuidade e uma certa desobrigação, que as caracterizava, para com o circuito de utilidade e consumo público" (p.22).

Entendendo que a história se refere à relação entre passado, presente e futuro, compreendo, como Marc Bloch (1997), que a História⁵ é a ciência que estuda os homens no tempo, isto é, são os homens em movimento que a História pretende apreender. Mas o historiador não pensa apenas o humano, a atmosfera em que seu pensamento respira é também a categoria da duração, de modo que o tempo é o meio e a matéria concreta da história, ou ainda, o próprio plasma em que banham os fenômenos, o lugar da sua inteligibilidade (Bloch, 1997, p.89).

⁵ História, com letra maiúscula, refere-se a uma disciplina, área de conhecimento, a uma ciência. Já história, com letra minúscula, refere-se a determinados objetos estudados pela disciplina História ou à condição necessária de todo e qualquer fenômeno social e humano.

Disso decorre que a História não é acumulação de "fatos" ou acontecimentos de toda a natureza que se verificam no passado, mas a ciência das sociedades humanas, para a qual talvez tenha um valor reduzido o indivíduo. Essa questão, brilhantemente levantada por Bloch (1997, p.88), merece ser destacada uma vez que, nos últimos anos, temos visto um movimento crescente no campo do que se chama "micro-história", construída em torno de curiosidades e personagens específicos, de onde partem as análises ou criações mais gerais que compõem a narrativa histórica. É claro que cada ciência demanda uma estética própria à sua linguagem e comunicação e, no caso da História, cumpre utilizar uma linguagem adequada para penetrar bem e traduzir com rigor os fenômenos humanos. Por outro lado, é importante frisar que, apesar da tênue separação existente entre história e literatura, com Hobsbawm (2000), defendendo que o objeto da investigação dos historiadores é real e deve aproximar-se, ao máximo, da verdade. Esta última, não pode ser entendida como verdade absoluta, mas tal compreensão não pode significar o abandono da busca pela verdade.

Assim, é imprescindível que tomemos como ponto de partida o conceito de *trabalho* se quisermos entender a história humana em seu sentido global e de longo prazo, considerando a utilização e transformação progressivas da natureza pelos homens, ou ainda, os modos pelos quais os homens obtêm seu sustento e colocam à sua disposição todo um universo material. Cabe ainda perguntar, com Hobsbawm (2000, p.90), que mudanças na sociedade se associam a esse progresso, foram necessárias para que ele acontecesse, ou foram suas consequências.

Um segundo conjunto de questões dizem respeito à importância e à contribuição da economia como procedimento de investigação em história. Em outras palavras, a História não pode deixar de abordar o que constitui o elemento essencialmente dinâmico da história que é o *processo* da produção social (Hobsbawm, 2000, p.91). E isto é particularmente complexo porque os modelos econômicos e as formas de produção não podem ser separados das realidades sociais e institucionais que incluem certos tipos de organização, estrutura, formações sócio-econômicas e, sobretudo, culturais. "A história da sociedade é, portanto, uma colaboração entre modelos gerais de estrutura e mudança social e o conjunto específico de fenômenos que de fato aconteceram" (Hobsbawm, 2000, p.92).

Outro pressuposto importantíssimo para uma concepção materialista da história se refere ao entendimento de que é a base material ou *matéria* que determina a consciência e não o contrário. Esta idéia está contida nos estudos de Marx e Engels, desde a *Ideologia*

Alemd: "Essa concepção de história baseia-se na exposição do processo real de produção – começando da produção material da vida em si mesma – e abrangendo a forma das relações associadas com e criadas por esse modo de produção, isto é, a sociedade civil em suas várias etapas, enquanto base de toda a história; descrevendo-a em sua ação enquanto Estado, e também explicando como todos os diferentes produtos teóricos e formas de consciência, religião, filosofia, moralidade, etc., etc., dela derivam, e acompanhando o processo de sua formação a partir dessa base; dessa forma, a coisa toda pode, é claro, ser descrita em sua totalidade (e conseqüentemente, também, a ação recíproca desses vários aspectos entre si)" (Marx e Engels *apud* Hobsbawm, 2000, p.174-175).

Entendendo a produção material da vida como um conjunto complexo de relações entre natureza, trabalho e organização social, busco compreender a história sem dissociar as relações de produção das idéias, dos conceitos, da superestrutura ideológica e dos processos culturais. Assim, no sentido de orientar essa pesquisa histórica, tomei como procedimentos de análise algumas pistas deixadas por Hobsbawm (2000, p.177) em seus valiosos escritos *Sobre História*.⁶ o conhecimento de uma sociedade, a qualquer momento de seu desenvolvimento histórico, deve começar pela análise de seu modo de produção, ou seja, pela forma tecno-econômica do metabolismo entre homem e natureza e pelos arranjos sociais pelos quais o trabalho é mobilizado, distribuído e alocado.

Por fim, além da compreensão necessária da *totalidade*, em que todas as coisas estão articuladas e por isso é preciso situar o objeto aqui pesquisado, o seu todo, como parte de um todo ainda maior, tomei como um princípio básico para a compreensão do desenvolvimento histórico da sociedade brasileira, a famosa frase de Marx na introdução de *O 18 de Brumário de Luiz Bonaparte*:⁷ "Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, ligadas e transmitidas pelo passado" (p.203). É nesse sentido que busco compreender o lazer, como um fenômeno criado e desenvolvido em função das determinações sociais historicamente construídas que se impõem aos homens em conjunto e em determinados contextos, compondo o movimento dinâmico das relações humanas e de suas expressões ao longo do tempo.

⁶ Título de uma obra em que Eric Hobsbawm reflete e avalia a prática, os métodos, os instrumentos e a teoria da disciplina História, área na qual ele se tornou um dos maiores intelectuais marxistas vivos até hoje.

⁷ Marx, Karl. O 18 de Brumário de Luiz Bonaparte. In: Marx, Karl e Engels, Friedrich. *Obras Completas*, v.1, p.199-285.

Um rápido olhar sobre a história da humanidade nos revela que o lazer nem sempre existiu como prática social circunscrita a um tempo, espaço ou atividade que lhe conferissem qualidade próprias, pelo menos como o concebemos hoje. Neste estudo, busco num período específico da história do Brasil modernas possíveis interpretações e explicações sobre o lazer, apanhando-o em movimento: como e de onde surge, qual seu desenvolvimento e suas contradições.

A idéia central que fundamenta essa afirmação, deriva do entendimento de que nas sociedades anteriores ao capitalismo e ao processo de industrialização, não é possível observar uma fragmentação do tempo social e das atividades nele desenvolvidas. O modo de vida e a lógica cotidiana estavam articulados à dinâmica da natureza, às estações do ano, aos períodos de chuva ou de colheitas fartas, de forma que o trabalho, a diversão, o descanso, o ócio e a convivência social e familiar se misturavam e se confundiam sem provocar grandes problemas entre o trabalho e o passar do tempo.

Com o desenvolvimento do capitalismo, da industrialização e do modo de vida urbano, ocorre uma organização mais racional, mecânica e rígida do trabalho e da existência humana, cujas dimensões da vida cotidiana passam a ser divididas, contadas e regulamentadas. Isso acaba rompendo com a antiga lógica de continuidade do tempo social, pois a ele são impostas medidas de controle que selecionam as atividades desenvolvidas em cada contagem de tempo. Durante o trabalho, as atividades foram hierarquizadas em tarefas, setores, escalas e turnos de produção. Durante o tempo livre, a educação, o descanso e a diversão foram bem definidos e delineados, tendo em vista a necessária reposição e preparação da força de trabalho para o retorno à produção. Dessa forma, parece que o tempo livre – como um tempo oposto ao trabalho – é decorrente das transformações pelas quais passou as sociedades modernas e que o lazer é um fenômeno que só pode ser compreendido quando situado – no âmbito do tempo livre – como expressão desse mesmo movimento.

Com base nestes pressupostos, busquei compreender a configuração do lazer no Brasil na transição do século XIX para o século XX, momento em que o país vive as primeiras experiências da produção capitalista no modelo urbano e industrial, seus primeiros ensaios manufatureiros, a federalização do Estado, a modernização dos principais centros comerciais e portuários, a organização da sociedade em classes sociais e o fortalecimento do operariado como um movimento político e social. No que se refere à ocupação do tempo livre, observei em todo país, durante as décadas de 1920 e 1930, o

surgimento de um conjunto de iniciativas públicas relativas à recreação e à diversão da população antes não existente, especialmente em Porto Alegre, com os *Jardins de Praça* ou *Jardins de Recreio*⁸ e, em São Paulo, com os *Parques de Jogos*.⁹ Depois desses, na década de 1940, outros projetos voltados à recreação e ao lazer da população urbana aparecem no Distrito Federal, no Rio de Janeiro, na Bahia e em Belo Horizonte.¹⁰

Ao tomar contato com a publicação existente sobre o assunto e com as fontes específicas do período, chamou-me a atenção as formas populares de ocupação do tempo livre pela classe trabalhadora, bem como seus hábitos de descanso e diversão que, nesse contexto, começam a ser questionados e substituídos por outras atividades tidas como mais higiênicas, educativas, civilizadas e úteis, a serem desenvolvidas em determinados espaços e equipamentos especificamente criados para a sua prática. Nesse processo, inúmeros conflitos puderam ser observados entre a sociedade política e a classe trabalhadora organizada, tanto em relação às demandas do operariado por melhores condições de trabalho e subsistência, quanto no que se refere às suas formas de educação e às suas manifestações culturais.

Sem dúvida, é na cidade de São Paulo que se desenrolaram com maior evidência e repercussão os conflitos entre trabalhadores, industriais e governantes pela regulamentação do trabalho e, conseqüentemente, pela organização da cultura, tensões que penetram, por sua vez, as experiências do tempo livre e os modelos de educação. Sede de inúmeras greves, objeto de diversas reformas arquitetônicas e urbanística, centro do circuito modernista de arte e cultura,¹¹ São Paulo é uma das primeiras cidades a romper com os parâmetros de produção, de convivência, de comportamento, de circulação e de

⁸ Em 1926, por iniciativa de Frederico Gaelzer, algumas praças e áreas livres da cidade de Porto Alegre - RS foram transformadas em espaços para recreação pública, experiência pioneira no campo das políticas públicas de lazer no Brasil. Mais tarde, essa proposta foi incorporada aos projetos do Serviço de Recreação Pública desta mesma cidade, fundado em 1950, cujo primeiro responsável foi também Frederico Gaelzer. Sobre essas informações, consultar as publicações de Silvia Cristina Franco do Amaral, "O Serviço de Recreação Pública (SRP): sua importância para a cidade e para a área do lazer em Porto Alegre" *Coletânea do VII Congresso Brasileiro de História da Educação Física, Esporte, Lazer e Dança*, 2000, p.355-358 e "Espaços e vivências públicas de lazer em Porto Alegre: da consolidação da ordem burguesa à busca da modernidade urbana" *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 23, n.1, set/2001, p.109-119.

⁹ Em 1935, sob influência de uma formação norte-americana, Nicanor Miranda, ao assumir o Serviço Municipal de Jogos e Recreio da Secretaria de Cultura do município de São Paulo, realiza importantes políticas públicas no que se refere à criação e organização de espaços e atividades recreativas a serem desenvolvidas durante o chamado "tempo de lazer" da classe operária da cidade.

¹⁰ Cf. Miranda, Nicanor. *Origem e propagação dos Parques Infantis e Parques de Jogos*, p.19.

¹¹ Sobre a produção artística e literária da cidade de São Paulo, cabe salientar a realização da I Semana de Arte Moderna em 1922, expressão de um movimento de vanguarda que inaugura uma nova percepção estética, reveladora e propulsora de uma nova ordem social (Sevcenko, 1992).

diversão hauridos dos séculos passados, proporcionando novas formas de relacionamento e de participação gerados pelo seu crescimento e modernização. Portanto, interessou para esta pesquisa o movimento pela definição do tempo livre e o surgimento do lazer como tempo/espaço de educação especialmente na cidade de São Paulo, uma vez que era representante do industrialismo brasileiro na época e a metrópole cede do capitalismo mais desenvolvido do país.

No que se refere às expressões culturais, é importante destacar que o Movimento Modernista das décadas de 20 e 30 englobou um conjunto de intelectuais entre artistas, literatos, educadores, jornalistas, quase todos inseridos na hierarquia política do Estado moderno, interessados em promover eventos, organizar instituições artísticas, científicas e educativas e, sobretudo, em divulgar novas idéias a respeito das manifestações da cultura brasileira. De fato, houve uma nova e diferente tentativa de se compreender os traços da cultura brasileira, exaltando aquilo que ela tinha de especial, particular e único. Para Mariza Veloso e Angélica Madeira (2000), "os modernistas produziram discursos e construíram nexos originais entre os conceitos de *civilização*, *cultura* e *nação*, apresentando perspectivas que orientaram o olhar de seus contemporâneos" (p.90). Formase, então, neste momento, toda uma geração voltada para a descoberta das raízes históricas da sociedade brasileira, revelando novas compreensões sobre a cultura, a educação, a política e a economia radicalmente opostas às precedentes, influenciando, assim, as gerações posteriores.

Criando uma concepção dinâmica e produtiva do passado e das tradições brasileiras, as expressões culturais, entre elas as manifestações do tempo livre, são reinterpretadas com vistas ao selecionamento daquilo que poderia ser fixado como elemento simbólico e significativo do passado e aquelas que deveriam ser reinscritas conforme os parâmetros da ideologia nacionalista em ascensão. É nesse contexto que o lazer surge como um tipo de revisão das atividades lúdicas e das práticas dos divertimentos, porém inserido no contexto de um projeto de formação mais amplo, em que a cultura e a subjetividade humana estão sendo reconfiguradas de acordo com os novos estatutos econômicos, sociais, políticos e culturais da modernização.

Diante disto, o que procurei saber foi, através das rupturas e continuidades da história, no processo de *transição* da sociedade brasileira para uma organização capitalista, onde e quando podemos encontrar os fundamentos da constituição do lazer como tempo/espaço característicos de uma prática institucionalizada e o que o diferencia dos

conceitos e das atividades ligadas ao ócio, à recreação e às outras atividades lúdicas vivenciadas no âmbito do tempo livre, ou mesmo se é possível falar em lazer já no início do século XX. Ainda desejava saber quais os interesses ligados ao controle, à permissão e à disciplinarização das práticas do tempo livre na cidade de São Paulo neste mesmo contexto, bem como quais os fundamentos político-ideológicos inerentes ao discurso de uma nova formação humana que se articula à organização e à institucionalização do lazer no Brasil.

No sentido de delimitar um problema a ser investigado, *busquei interrogar as referências, determinações, sentidos e significados da organização do tempo livre e da "invenção" do lazer na cidade de São Paulo entre 1888 e 1935, bem como seu processo de institucionalização, suas características, suas definições e seus sistemas de permissão, proibição e controle, vinculados ao projeto de formação da classe trabalhadora e de configuração de uma nova subjetividade que reconcionou o universo simbólico e as práticas sociais da sociedade paulista da época.*

Esta pesquisa, que num primeiro momento deveria se remeter (e se remeteu) aos sentidos do lazer na década de 1930 na cidade de São Paulo, avança na história para além da periodização prevista quando das reflexões iniciais. Ao longo da investigação, tornou-se necessário compreender a fragmentação do tempo social e o surgimento da divisão entre tempo de trabalho e tempo livre no Brasil, dimensões da vida humana típicas das sociedades capitalistas baseadas na dinâmica do trabalho livre. Dessa forma, uma incursão histórica que recuperasse os alicerces do processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre em nosso país foi substancial para o alcance deste objetivo. Por isso, passei a considerar como marco inicial desse trabalho o fato conhecido e já bastante discutido da abolição da escravatura em 1888.

Essa opção, que para muitos parece desnecessária, procede do entendimento de que o *trabalho* é o princípio fundamental da *práxis* e realidade constitutiva das relações entre os homens e das demais esferas da vida social. Além disso, dependendo das relações de produção construídas no e pelo trabalho, estrutura-se e organiza-se uma determinada sociedade. Pelo trabalho, o funcionamento das instituições sociais, as relações familiares, a organização do Estado, da cultura e as atividades do dia-a-dia são determinados e determinam o movimento da sociedade, alterando ou reafirmando, por sua vez, a lógica de produção da existência. Assim, como prática essencialmente humana e universal, o

trabalho é a substância por meio da qual os homens fazem a história e constroem sua própria cultura. "Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre o homem e a natureza e, portanto, da vida humana" (Marx, 1988, p.50).

Entender o trabalho como determinante das relações entre os homens significa compreender o tempo livre como derivação de uma certa organização social, cuja manifestação depende de sua íntima vinculação à objetivação e à configuração da *forma* assumida pelo trabalho na sociedade concreta. Além disso, para apreender o tempo livre é preciso qualificar o que se chama de tempo de trabalho. Entretanto, este só aparece no Brasil com a implantação do trabalho livre, a definição de uma jornada de trabalho e o assalariamento, que é a recompensa do trabalhador por empenhar seu tempo/força de trabalho na produção de mercadorias. Então, devido à complexa história colonial brasileira, hegemonicamente, só é possível demarcar e caracterizar o tempo de trabalho com a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, processo decorrente do desenvolvimento do modo de produção capitalista, da industrialização e da urbanização dos centros comerciais e políticos mais importantes do país no período.

Já o tempo livre parece ter nascido, não do incremento da produtividade por meio de máquinas e técnicas mais modernas e a "consequente e natural" redução do trabalho humano, mas da luta dos trabalhadores pela diminuição da jornada de produção e por melhores condições de vida e de subsistência. Esse processo também é resultado da tensa oposição criada entre tempo de trabalho e tempo livre como componente das organizações sociais capitalistas contemporâneas, definidas e atravessadas pela luta de classes, pelo confronto entre projetos históricos antagônicos e manifestações culturais diferenciadas. Dessa forma, as relações entre lazer e educação na história do Brasil moderno precisam ser abarcadas no conjunto das reflexões sobre a oposição e a unidade do tempo de trabalho e do tempo livre, no contexto das múltiplas determinações postas pelo desenvolvimento histórico dessa mesma organização econômica, política, social e cultural.

A periodização definida nesta pesquisa chega então na década de 1930, particularmente em 1935, quando são criados os chamados *Parques de Jogos* na cidade de São Paulo. Com a fundação do Serviço Municipal de Jogos e Recreio do Departamento de Cultura, transformado, alguns meses depois, em Divisão de Educação e Recreio, são desenvolvidas importantes políticas públicas daquilo que passo a considerar como lazer

para a classe trabalhadora da metrópole. Assim, os *Parques Infantis* e os *Clubes de Menores Operários* se configuram como tempo/espaço de formação das famílias operárias, uma vez consubstanciados na assistência, na recreação e na educação como possibilidades de ocupação saudável e útil do tempo livre.

Segundo Victor Andrade de Melo e Ingrid Ferreira Fonseca (1997), esse fenômeno pode ser observado em todo país, pois estava em plena consonância com o contexto sócio-político da época. Além disso, as propostas dos inúmeros "centros de recreio" que começam a se proliferar no período tinham uma ligação estreita com o esforço de modernização, que passava, inclusive, pelo desenvolvimento de estratégias higiênicas ligadas ao projeto de controle corporal da população brasileira.

O próprio Nicanor Miranda, idealizador dos programas de Parques de Jogos na cidade de São Paulo nos anos 30, publica uma obra em 1984, sobre a "organização das atividades de recreação", em que avalia os efeitos e a importância dessas iniciativas para o cidadão metropolitano, chegando à conclusão de que o lazer deve ser considerado tendo-se em vista o destino harmonioso da cidade. "O Centro de Recreio é a solução para esse problema da cidade moderna, principalmente se metrópole. A finalidade de um Centro de Recreio é equacionar e resolver o problema higiênico, educativo e recreacional da criatura metropolitana. Pois no momento em que a automação, a energia elétrica e a eletrônica alteram as condições de nossa existência, os problemas suscitados pelo urbanismo não podem ficar sem resposta" (Miranda, 1984, p.16).

Nesta obra, Nicanor Miranda comenta sobre a experiência dos Parques Infantis e Clubes de Menores Operários para a utilização produtiva e eficaz dos lazeres do trabalhador, uma vez que a organização do tempo livre deve objetivar o revigoramento das energias perdidas no trabalho físico e mental, uma educação ininterrupta e bem dimensionada para uma vida intensa e a saúde social do indivíduo a quem se dirige. "A criação e manutenção de logradouros recreacionais constituem necessidade de ordem social e questão de saúde pública. O lazer dominical, a recreação livre ou organizada vivificam a saúde física e mental do munícipe, exausto nas metrópoles, devido aos múltiplos contratempos da vida nas ruas, nas fábricas, nos locais de trabalho. O aproveitamento inteligente dos lazeres forja saúde e vida para os habitantes de uma cidade" (Miranda, 1984, p.16).

Nessa literatura, o lazer é visto como uma solução para os problemas da vida moderna, sendo empregado de forma utilitária para a harmonia e a manutenção da vida

agitada e consumida pelo trabalho. Assim, os primeiros questionamentos acerca da constituição do lazer como uma prática institucionalizada derivaram das referências que os diversos autores faziam a respeito dos primeiros centros de recreio e de sua importância para a consolidação da ordem capitalista. Foi na direção de conhecer e compreender o que estava por trás do surgimento desses espaços de lazer na cidade que construí as perguntas e fechei a periodização desta pesquisa na criação, em 1935, do Serviço Municipal de Jogos e Recreio da capital paulista e na proliferação dos espaços e equipamentos de lazer a partir de então.

Tendo em vista a periodização, 1888 a 1935, procurei, então, investigar e discutir o surgimento dos primeiros centros de recreio como espaços públicos destinados à educação e à diversão do trabalhador na cidade de São Paulo, passando a considerá-los, com base na análise de outros elementos históricos, como parte do processo de organização do tempo livre, ao mesmo tempo em que visualizando a constituição do que podemos chamar de "lazer" nas sociedades contemporâneas.

Segundo Marc Bloch (1997), é quase infinita a diversidade de testemunhos ou fontes históricas. Tudo o quanto o homem fabrica, diz ou escreve, tudo em que toca pode e deve informar a seu respeito. Porém, o modo como selecionamos as fontes, como lidamos com elas e como fazemos para dar voz aos testemunhos depende das opções do pesquisador, dos pressupostos que adota e da orientação teórico-metodológica com a qual se sustenta, interroga as fontes de pesquisa e questiona determinados "fatos".

No caso deste trabalho, que pergunta sobre a constituição do lazer nas primeiras décadas do século XX na cidade de São Paulo, optei por algumas fontes que pudessem abarcar o objeto em suas diversas feições e, ao cruzar as informações obtidas, pudesse estabelecer relações que colaborassem para o alcance dos objetivos propostos.

Em primeiro lugar, pareceu importante o conhecimento dos periódicos que circularam na época entre a classe operária, uma vez que, além da perspectiva histórica adotada, buscava reconstruir também a história da classe trabalhadora, em particular, da classe operária paulista. Nesse sentido, suas publicações podiam revelar os anseios, os interesses e as contradições das organizações operárias e ajudar a perceber quais eram suas necessidades e suas condições materiais. Além disso, podiam também contribuir para a construção do seu universo simbólico e cultural. Assim, a imprensa operária se constituiu

como fonte fundamental para entrarmos em contato direto com as idéias, com o imaginário social e com as formas de comunicação e expressão do período.

Ao se referir à imprensa operária Maria Nazareth Ferreira (1978) adverte que ela sempre foi desvinculada da ordem instituída, apresentando-se como oposição ao sistema e agindo, muitas vezes, clandestinamente. Entretanto, no início da República até 1920, a penetração no meio brasileiro das idéias socialistas e anarquistas apresenta-se mais sob a forma de luta reivindicatória do que de pensamento estruturado. Então, fica difícil situar teórica ou doutrinariamente as principais fases da disseminação desses ideários, isso para não falar na confusão ideológica que reinou entre tais correntes.¹² Assim, ela deve ser utilizada levando-se em conta seu aspecto romântico e idealista muitas vezes impresso nesse tipo de registro. Por outro lado, essas fontes apresentam um caráter nitidamente contra-hegemônico e, por isso, são fundamentais como documentação primária para a história das classes trabalhadores no Brasil.

Dessa maneira, optei por trabalhar com alguns periódicos publicados na cidade de São Paulo que fossem representativos e cobrissem todo o período a ser estudado. *O Socialista* pode nos remeter tanto ao final do século XIX, marco inicial da periodização definida, como ao início da década de 1930, marco final. As transformações sociais presentes entre esses dois momentos podem revelar novos sentidos atribuídos à luta dos trabalhadores e o recondicionamento da organização política dos sindicatos, dos partidos e das entidades de classe.

A Plebe, periódico de tendência anarquista, representa os acontecimentos de 1917, contexto em que explodem muitas greves significativas em São Paulo, cuja grande conquista foi a progressiva diminuição da jornada de trabalho. *O Rebate*, também de orientação anarquista, colabora para a reflexão sobre a inserção e influência das idéias anarco-sindicais na transição do século XIX para o século XX e, posteriormente, ao longo de todo o período.

As publicações contidas na *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo* também são importantes para essa pesquisa, uma vez que registram as ações do poder público municipal e expressam as orientações políticas então em vigor. Além disso, foi nessas revistas que encontrei as primeiras documentações sobre os "Clubes de Menores Operários" criados e desenvolvidos na cidade, um dos objetos centrais deste estudo. Além disso, os trabalhos e as publicações de Nicanor Miranda, organizador dos centros de

¹² Cf. Nagle, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*, p.35.

recreio que surgem na década de 1930, foram fundamentais para o conhecimento das intenções e propósitos previstos para as políticas de lazer na cidade de São Paulo.

E, por fim, o estudo e a reflexão sobre o pensamento educacional brasileiro emergente nos anos 20 e 30, particularmente as políticas e as reformas educacionais baseadas na concepção escolanovista, foi crucial para a compreensão do projeto de formação para a classe trabalhadora. Neste caso, as publicações de seus personagens mais significativos, Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira, foram as mais utilizadas. Com essa diversidade de fontes e com referência em outros estudos que tocam direta ou indiretamente nas questões que aqui considero importantes, busquei reconstituir a história no sentido de enriquecer e contribuir com o debate sobre a história, a educação e o lazer no Brasil.

Para responder aos questionamentos feitos a respeito do processo de organização do tempo livre e da constituição do lazer como uma prática institucionalizada na cidade de São Paulo entre 1888 a 1935, e buscando fazer uma exposição didática dos argumentos, fatos e fontes obtidas, desenvolvi este texto em três grandes partes que, longe de se apresentarem de forma fragmentada, por datas ou de acordo com uma leitura linear da história, aparecem articuladas aos dados e informações, de maneira que o objeto aqui analisado pudesse ser apanhado e revelado em suas várias faces, expressões e determinações.

Nesse sentido, no primeiro capítulo intitulado *Trabalho, Estado e movimento operário*, procurei me ater à configuração do tempo livre como um processo decorrente das tensões entre capital e trabalho e dos conflitos entre Estado e movimento operário. Considerando os determinantes objetivos postos para a sociedade brasileira no final do século XIX e início do século XX, período em que se iniciam as intervenções pela definição do capitalismo industrial como modo de produção, bem como o crescimento e a organização da classe operária como força política antagônica, suas reivindicações, demandas e conquistas, foi possível perceber a definição de um tempo livre, oposto ao trabalho, em que os diversos interesses econômicos, políticos e sociais se fazem presentes na forma de uma disputa por hegemonia entre duas classes sociais conflitantes.

No segundo capítulo, intitulado *Educação, cultura e cotidiano: controle e subversão do tempo livre*, busquei demonstrar como, na vida cotidiana, houve uma penetração da ideologia burguesa e uma tentativa de adequação e conformação da cultura e

dos processos educativos aos valores da racionalidade produtiva que, neste contexto, são codificados pelos ideais de higiene, moral, saúde e civilidade. Para isso, discuto os mecanismos de controle do cotidiano operário, em que as manifestações e experiências ligadas ao tempo livre são supervisionadas e visivelmente modificadas com vistas à utilidade, à produtividade e à formação de uma nova subjetividade. Ao mesmo tempo, mostro a cultura como uma prática material e simbólica na qual os agentes sociais encontram oportunidades de resistir e subverter as relações de poder e dominação, criando alternativas de produção cultural relativas às possibilidades de libertação dentro das suas reais condições de existência. Nestas experiências, as atividades lúdicas e as formas de diversão produzidas pelas camadas populares expressam que a educação e a cultura podem ser consideradas, então, como palco de conflitos e manifestações de resistência e, por vezes, de resignação.

No terceiro capítulo, intitulado *As políticas de lazer e o projeto de formação da classe trabalhadora em São Paulo*, levanto o debate sobre as iniciativas públicas de ocupação do tempo livre para a classe operária, investigando os objetivos, os interesses e as finalidades dos programas recreativos desenvolvidos nos centros de recreios criados na cidade de São Paulo a partir de 1935. Além disso, busco articular as propostas de formação desenvolvidas no lazer com o discurso escolanovista, movimento pedagógico em pleno vigor no período que parece influenciar as orientações educativas a serem desenvolvidas nos centros de recreio. Discuto, então, o projeto de educação voltado à classe trabalhadora, seus limites, contribuições, avanços e retrocessos para uma formação humana baseada nos pressupostos de uma filosofia positivista e de uma ideologia liberal e burguesa.

E nas considerações finais, além de recuperar algumas discussões importantes que faço ao longo deste trabalho, sistematizei alguns conceitos sobre ócio, recreação, tempo livre e lazer no sentido de contribuir para a superação das confusões existentes em nossa área. Procurei também apresentar, de uma forma mais didática, um panorama sobre a história do lazer no Brasil, acreditando poder, com isso, colaborar com a reflexão sobre o lazer nos âmbitos acadêmico, científico, político e institucional da atualidade.

CAPÍTULO 1

Trabalho, Estado e movimento operário

O objetivo deste capítulo é tratar das implicações da substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre e do processo de desenvolvimento capitalista para a reconfiguração do tempo social vivido pelo trabalhador na cidade de São Paulo no final do século XIX e início do século XX. Além disso, procuro apreender como o novo Estado brasileiro, inaugurado com a República, reorganiza-se sob novas estruturas de poder e quais as ações empreendidas pela classe operária durante este período para resistir à opressão e à deterioração de suas condições de existência. Estas questões são fundamentais para orientar os questionamentos que venho buscando fazer a respeito da educação, do tempo livre e do lazer na história do Brasil moderno.

São Paulo em fins do século XIX era a típica cidade provinciana, ainda dependia das lavouras de exportação e sustentava-se pelo comércio de produtos agrícolas como o café, mas possuía algumas oficinas de mercadorias negociáveis e já um representativo número de banqueiros e intermediários. Entretanto, ao longo das três primeiras décadas do século XX, ganha impulso e desenvolvimento notáveis, tornando-se uma das maiores capitais do país, tanto em termos populacionais, como em importância industrial. Para Luiz Felipe de Alencastro (1997) a cidade, que tinha 25 mil habitantes em 1870, dali em diante só guardaria um tênue vínculo social com seu passado colonial, diferentemente de outras cidades paulistas. O surto de modernização modificaria quase todos os recortes da antiga vila sonhada pelos jesuítas. A invasão da máquina no processo de produção, a expansão da rede ferroviária, as empresas de energia e de comunicação, os automóveis, as novas formas de trabalho e diversão, foram elementos configurativos de um novo cenário, em que o tempo, o espaço e as relações sociais são transformados, produzindo diferentes modos de viver e compreender a realidade.

Fig. 1. Rua XV de Novembro em 1862. Cidade de São Paulo antes do processo de modernização



Fig. 2. Rua da Quitanda em 1870.



Fig. 3. Morro do Chá em 1870.



Entretanto, as inúmeras transformações econômicas, políticas e sociais em curso precisam ser consideradas em seu processo de tensionamento, unidade, oposição e totalidade. A abolição da escravatura, a chegada da mão-de-obra imigrante, a constituição dos partidos políticos, o contraste entre riqueza e pobreza, as condições de habitação, educação e saúde, a organização da classe operária em sindicatos e as greves, embora sejam expressões do movimento crescente da exploração capitalista, em que a ideologia burguesa se desenvolve e se afirma, tornando-se modelo para toda a sociedade, são também manifestações da luta constante dos trabalhadores para fazer valer seus próprios interesses. Se na década de 1920 São Paulo representou com vigor o desejo dos republicanos, a moderna metrópole, a civilização e o progresso, isto não aconteceu sem enormes conflitos e contradições.

De um modo geral, inúmeros fatores impulsionaram, no Brasil, a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, processo que se desenrola ao longo do século XIX e culmina com o término oficial do regime escravista em 1888.¹³ Isto significou, sem dúvida, uma mudança no setor da economia e da produção, representando também o desfecho de uma série de problemas políticos enfrentados pelo Estado brasileiro, que já repercutiam na sua organização social desde o início dos oitocentos.

Por essa época, em descompasso com outros países europeus, as novas técnicas criadas pela Revolução Industrial ainda não haviam penetrado no país. Afora os poucos investimentos no desenvolvimento da agricultura, o que chegou foram os desdobramentos da Revolução sob a forma de bens e serviços, não acarretando qualquer alteração nos mecanismos de produção. Aos proprietários de terra, não era interessante investir em equipamentos e máquinas mais sofisticados, uma vez que contavam com a centralização escravista e aristocrática, mantendo, assim, toda a sociedade sob o seu domínio. Então, mesmo passando por inúmeras crises no comércio internacional de produtos tropicais, a agricultura baseada no trabalho escravo seria sustentada durante muito tempo como base do poder político e econômico das oligarquias regionais.

A prolongada escravidão brasileira se assentava sobre um sistema político sólido. As relações de poder estavam articuladas às influências do setor agrário que ostentava sua importância pela posse quantitativa de escravos, conservando uma política

¹³Luiz Felipe de Alencastro (1997) argumenta que mesmo durante o Império já se desenrolava a expansão de uma classe de homens livres composta por pequenos comerciantes e escravos alforriados que prestavam serviços domésticos. No entanto, o predomínio do trabalho escravo sobre o trabalho livre ainda era marcante e, por isso, consideramos aqui os sentidos do trabalho livre somente após a abolição dos escravos.

regional baseada no coronelismo e no patriarcalismo autoritários. Constituindo, já nessa época, um Estado forte, a aristocracia brasileira mantinha grande parte da população livre em torno da produção agrária e sob o controle das propriedades rurais. Disso decorre que o limite do mercado interno e da industrialização no Brasil não estava submetido somente à escravidão, mas também à população rural livre, que representou não menos que 60% da população total no último quartel do século XIX.¹⁴ E já que a escravidão tinha importância enquanto base de um sistema regional de poder, em última instância, a abolição acabaria constituindo mais uma medida de caráter político que econômico.¹⁵

A partir de 1850, ano da abolição do tráfico negreiro, o Brasil, assim como os demais países dependentes do trabalho escravo nas grandes lavouras de exportação, começa a enfrentar dificuldades quanto à ausência de mão-de-obra, pois o número de escravos era cada vez menor. A dificuldade de importação de novos braços, o aumento do preço interno destes, bem como as péssimas condições de vida a que estavam submetidos, desencadeiam um movimento em que o trabalho escravo torna-se o elemento central das preocupações.

Ao mesmo tempo, a abolição da escravatura nas colônias inglesas e holandesas, a baixa expectativa de vida dos escravos e outras formas de resistência,¹⁶ geram inúmeros entraves que colocam a elite agrária e o Império brasileiro frente à necessidade de reorganizar o Estado para responder às demandas do processo produtivo em desenvolvimento. Tais condições acabam impulsionando uma série de medidas¹⁷ que foram configurando, aos poucos, os novos eixos da economia e da política brasileiras. Para Celso Furtado (2000), não obstante a permanente expansão do setor de subsistência, que poderia servir como potencial reserva de força de trabalho, já na segunda metade do século XIX, a inadequada oferta de mão-de-obra configura o problema central da economia brasileira que, gerando uma crise política, à medida que se apresenta como um empecilho para o funcionamento harmonioso das relações de trabalho, promove também a própria abolição.

¹⁴ Cf. Eisenberg, Peter L. Escravo e proletário na história do Brasil. *Estudos Econômicos*, p.65.

¹⁵ Cf. Furtado, Celso. *Formação econômica do Brasil*, p.145.

¹⁶ Pedro Carvalho de Mello (1983) comenta que a mortalidade e a longevidade dos negros foram usadas como argumentos importantes entre os abolicionistas no Brasil, pressionando as forças políticas a tomarem decisões sobre a questão da mão-de-obra. De outro lado, é preciso considerar como forma de resistência os quilombos formados durante a escravidão que, segundo Peter L. Eisenberg (1983), funcionaram como um mecanismo de negociação das condições de trabalho.

¹⁷ A lei do "Ventre Livre" (1871) e do "Sexagenário" (1885) são exemplos dessas medidas.

Além da ausência de mão-de-obra, o setor agrário precisava encontrar produtos de exportação cujo sucesso da produção estivesse baseado na abundância de terras, pois quando surgia no mercado mundial um novo concorrente ou fornecedor de produtos tropicais com melhores condições de produção, com maiores possibilidades de negociação quanto aos preços e com uma postura favorável à abertura dos seus portos – foi o caso do açúcar em Cuba e do algodão nos EUA – tinha de buscar alternativas para sair da crise sem contar com qualquer incentivo comercial, restando-lhe, apenas, o vasto território nacional.

O café, introduzido no Brasil desde meados do século XVIII, era um produto que já possuía boa aceitação no consumo local e capaz de dar frutos por todas as partes em que fosse cultivado. Por isso, assume importância comercial já no final desse século, quando ocorre a alta de preços causada pela desorganização do grande produtor mundial que era a colônia francesa do Haiti.¹⁸ Aproveitando a desagregação da economia mineira e a proximidade dos portos, as lavouras de café vão se instalar nas regiões montanhosas próximas ao Rio de Janeiro e, assumindo a força de trabalho empregada na antiga mineração, tornam-se, aos poucos, o núcleo da economia brasileira de exportação durante todo o século XIX e início do século XX.

Diante do crescimento e expansão dessa cultura, a utilização dos escravos nas lavouras de café deixa de acompanhar a intensificação da produção, determinando que, ao longo do século XIX, outras alternativas fossem buscadas para suprir a taxa de mortalidade e os altos custos de manutenção da força de trabalho escrava. Segundo Manuel Correia de Andrade (1983), nas épocas de grandes colheitas, muitos proprietários brasileiros estabeleceram acordos de trabalho temporário com grupos de homens livres, originando um tipo de relacionamento chamado de "cambão".

Todavia, neste período, embora um número crescente de homens já trabalhasse por conta própria, as poucas experiências em que o trabalho livre fora empregado no sistema exportador ainda eram inexpressivas em termos de soluções alcançadas e não suficientes para responder ao mercado internacional. Além disso, o restante dos trabalhadores que não desenvolvia alguma atividade comercial ou artesanal estável, sobrevivia através do sistema de agricultura familiar ou nas pequenas cidades, dificilmente exercendo algum tipo de profissão regulada. Dessa forma, nas décadas que antecedem à

¹⁸ Os processos de abolição da escravatura e de independência no Haiti por volta de 1850 geraram inúmeras consequências políticas e econômicas para todo o mercado mundial e foram movimentos significativos para a discussão sobre o fim da escravidão entre os dirigentes políticos e a intelectualidade brasileira.

abolição, o sistema econômico brasileiro apresenta-se frágil, uma vez que as grandes lavouras precisavam resolver o problema da mão-de-obra e pioram as condições de vida da população em todos os níveis.

Como solução para esses impasses, originam-se os processos imigratórios incentivados pelo Império. O movimento se inicia com o sistema de parcerias, em que o colono se responsabilizava pela metade da produção, sendo ela convertida em lucro ou prejuízo. Entretanto, o regime adotado tornava-se alvo de inúmeras críticas provenientes da Sociedade Internacional de Emigração, cuja argumentação pretendia mostrar que os colonos emigrados para as fazendas de café no Brasil eram submetidos a um sistema de escravidão disfarçada. De fato, as colônias criadas no país ao longo do século XIX careciam de fundamento econômico. Não havia mercado para o excedente de sua produção e a vida era extremamente precária, isso quando não se deixava a colônia entregue às suas próprias forças. Muitos dos imigrantes que aqui se instalaram por essa época se renderam ao decadente sistema econômico de subsistência.

Graças ao expressivo desenvolvimento do setor cafeeiro a partir de 1870, introduziu-se um sistema misto pelo qual o colono tinha garantida a parte principal de sua renda. Além disso, o Governo Imperial passou a financiar o transporte daqueles que viriam para as lavouras de café e o fazendeiro a encarregar-se dos gastos necessários ao primeiro ano de trabalho. Durante esse mesmo período, processava-se a unificação política da Itália, de forma que somando-se os incentivos brasileiros à intranquilidade social provocada pela guerra civil neste país, promove-se uma volumosa corrente imigratória destinada a trabalhar em grandes plantações agrícolas brasileiras.

Estavam, portanto, lançadas as bases para a formação da grande corrente imigratória que tornaria possível a expansão da produção cafeeira no Estado de São Paulo. O número de imigrantes europeus que entra nesse Estado sobe de 13 mil, nos anos setenta, para 184 mil no decênio seguinte e 609 mil no último decênio do século. O total para o último quartel do século foi de 803 mil, sendo que 577 mil provenientes da Itália (Furtado, 2000, p.133).

Aos poucos, dadas as condições de sua sobrevivência, preservação e reprodução, ao passo que a mão-de-obra escrava ia ficando cada vez mais escassa, os imigrantes iam se tornando mais atrativos do ponto de vista da produção e da acumulação. Não que o valor pago à manutenção e remuneração de sua força de trabalho fosse mais atraente, até porque com os incentivos brasileiros à imigração, eles já tinham adquirido

certos direitos muito caros aos fazendeiros, mas porque o lucro gerado com a produção acabava compensando a realização de experiências em que o trabalho livre pudesse ser utilizado. Assim, é possível dizer que os fazendeiros num primeiro momento e os industriais posteriormente não foram aqueles empresários empreendedores por excelência, conscientes do lucro extraído do trabalho assalariado. É através da mercantilização da força de trabalho que tais proprietários começam a identificar o trabalho com o lucro, ou seja, redimensionada a noção de trabalho, passam a entender que o trabalho é a base da acumulação capitalista. O curioso é que este mesmo raciocínio serviu para a afirmação do grupo industrial em São Paulo, só que às vezes para se aliar e às vezes para se contrapor ao próprio setor agrário.

Contudo, a finalidade da política de imigração passava pela formação de um Estado Nacional, cujo modelo identificador seria o homem branco e europeu. A disciplina e a subserviência, frequentemente associadas à figura do europeu, apareciam no ideário republicano como duas qualidades muito importantes para a ampliação e flexibilização do mercado de trabalho. Enquanto isso, disseminavam entre os princípios morais a idéia do embranquecimento da raça na constituição da nação brasileira, pois as condições a que o escravo havia sido subjugado, quando lhe atribuíram o estatuto de coisa, não possibilitaram a reversão desse conceito, de modo que o negro pudesse ser absorvido pela ideologia. Ao contrário, a purificação e o aperfeiçoamento da raça foram amplamente defendidos por intelectuais e políticos na constituição de um padrão nacional reconhecido, em detrimento do numeroso contingente de negros, índios e de outras miscigenações típicas da população brasileira em geral. Por meio das estruturas ideológicas de dominação, desejava-se garantir as condições necessárias ao amplo desenvolvimento do capitalismo e das suas formas de reprodução.

Também no extremo sul, como em São Paulo, o convívio da mão-de-obra servil com o trabalho livre mostra, nas charqueadas, onde maior era o contingente escravo, o seu caráter antieconômico, impróprio para a retração nos momentos de crise, com o capital fixo e imobilizado perturbando a racionalidade da empresa (Faoro, 2000, p.64).

Com a produção garantida pela mão-de-obra livre nas grandes lavouras, outro fator se impunha na correlação de forças pressionando sobremaneira o processo de abolição no Brasil. Além das tensões internacionais, como já se notou, havia a necessidade de se criar um mercado consumidor de produtos industrializados que consolidasse

definitivamente as alianças e as relações comerciais com a Inglaterra. No final do século XIX, as pequenas cidades, que até então eram povoadas por negros fugidios ou alforriados, poucos imigrantes e outros homens de negócio, não constituíam um mercado interno capaz de ativar a importação de manufaturas em larga escala. Apenas as famílias que viviam na e da Corte desfrutavam do acesso aos produtos industrializados, mas era pouco em vista da oferta de mercadorias. Dessa forma, a abolição se tornava também geradora do propalado mercado interno, uma vez que a nova camada de homens livres passava a ser vista como potencial consumidora. E como a formação de um mercado interno era fundamental para o desenvolvimento do próprio país, foi preciso incentivar não só o processo de urbanização, em que a distribuição, o comércio e o consumo de mercadorias fossem facilitados, mas também o deslocamento e descentralização do poder.

Assim, a transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil é um processo que decorre das necessidades de produção e acumulação do capital, mas só se efetiva quando somada à política de imigração de um lado e à abolição dos escravos de outro. Quanto à imigração, promovida para atender a ausência de mão-de-obra, atraía ainda força de trabalho em quantidade suficiente para a formação de um mercado de trabalho livre, no qual proprietários e trabalhadores poderiam vender, comprar e trocar, livremente, tempo de trabalho por salário. Já no caso específico da abolição, entendida como o impulso necessário a essa passagem, significou menos a simpatia pela libertação dos escravos do que uma consequência do movimento irreversível das relações capitalistas. Até porque os negros eram propriedade privada e não havia interesse algum em abrir mão dessa posse, a não ser em casos de restituição das perdas. Mas não se pode dizer que o pensamento republicano e abolicionista não tenha contribuído para isso, pois não só as condições econômicas, mas a expansão das campanhas abolicionistas e do pensamento liberal são significativos para o fim da escravidão no Brasil, assim como em outras nações européias em que a servidão legal já não existia há muito.

Todavia, atrás do grito pela liberdade e igualdade, havia um cuidado para que todos os membros da sociedade se sentissem fazendo parte de um mesmo organismo social, cujo interesse único seria a ordem e o progresso.¹⁹ E como o escravismo não se

¹⁹ Segundo José Murilo de Carvalho (2000), o instrumento clássico de legitimação de regimes políticos no mundo moderno é a ideologia, a justificação racional da organização do poder. No entanto, para o êxito da República brasileira, as alegorias, os símbolos e os signos também utilizados para a constituição da imagem do novo regime, no sentido de atingir o imaginário popular para recriá-lo dentro dos valores republicanos. Para o autor, a elaboração do imaginário foi parte integrante da legitimação da República, visto que o

harmonizava com a defesa de uma sociedade civilizada, livre e igualitária, era preciso regulamentar o trabalho livre antes que a abolição ocorresse descontroladamente, desorganizando a produção e impedindo o pleno funcionamento da sociedade. Em outras palavras, a instituição do trabalho livre exigia a reordenação da sociedade em termos legais, pois o aparato jurídico e ideológico de uma sociedade baseada na escravidão não mais satisfazia as necessidades sociais, na medida em que alteravam-se as relações de produção. A presença do trabalhador livre tornava urgente a criação de uma legislação que regulamentasse a comercialização não mais do escravo, entendido como a própria mercadoria, mas da força de trabalho.

Nesse sentido, o que fica claro é a nova significação dada à categoria *trabalho* no desenvolvimento da produção capitalista no Brasil. Primeiro precisava-se garantir que a relação entre trabalhador e capitalista se desse como uma troca simples ou equivalente, isto é, que a venda da força de trabalho fosse recompensada pelo pagamento de um salário justo, pelo menos aparentemente. Desejava-se com isso que o trabalhador, ao trocar seu valor de uso por dinheiro, tivesse a ilusão de estar participando da riqueza. E mais, que a legitimação dessa relação reafirmasse o *contrato* entre capital e trabalho. Iraci Galvão Salles (1986), ao discutir a influência do Partido Republicano Paulista na transição do trabalho escravo ao trabalho livre comenta:

(...) repensar o real a partir do trabalho livre significava, de uma lado, reconstruir a ordem jurídico-institucional dessa sociedade para que os homens se defrontassem no mercado de trabalho como iguais. De outro, construir um discurso que, amparado em conceitos suficientemente genéricos, conseguisse apresentar o real de um modo que a desigualdade inerente à produção capitalista fosse mascarada, camuflada. É função, também, desse discurso agir de modo a convencer os homens inseridos nessa sociedade a venderem "voluntariamente" sua força de trabalho a outrém (p.58-59)

Então porque o regime escravocrata seria alterado, já que, como adverte Eric Hobsbawn (1992, p.43), "a liberdade e igualdade jurídicas estavam longe de ser incompatíveis com a desigualdade real"? Como sabemos, o fim da escravidão não se deu pelo desejo da liberdade e da igualdade, pelo contrário, o empenho passava pela alteração dos mecanismos de produção, mas apenas para expandir a acumulação, preservar o poder e

conteúdo de alguns dos principais símbolos utilizados pelos seus ideólogos – como o hino, a bandeira, entre outros – e a sua aceitação, operaram com grande eficácia na promoção do novo regime.

a propriedade privada. Portanto, no caso brasileiro, foi a presença do trabalhador livre no cenário econômico que aos poucos forneceu a uma fração da classe dominante a percepção de que a abolição seria a solução mais prudente e lucrativa diante da nova ordem mundial.²⁰

Assim, as bases em que se sustentam as novas relações de trabalho e de produção criam exigências que demandam a reconstituição do Estado brasileiro sob um novo sistema de governo. Sustentada pelo regime de trabalho assalariado e pela idéia de um mercado livre sem barreiras comerciais e sem a intervenção de um poder central, a República se configura, política e economicamente, sob o comando de uma nova classe de fazendeiros de café, de cujas propriedades dependiam os imigrantes, muitos ex-escravos, outros trabalhadores rurais e as próprias cidades. Os proprietários das extensas lavouras de café no oeste do Estado de São Paulo configuram a classe dominante mais característica do período, pois é a lógica da produção no interior dessas mesmas propriedades que, sofrendo uma mudança interna com a necessidade de ordenar racionalmente os cálculos, reivindica autonomia regional,²¹ tornando-se força política importante na constituição do Estado brasileiro.

Seduzida pela ideologia burguesa e muito propensa a assumir um perfil empresarial, parte dessa categoria de fazendeiros se alista à nova bandeira, mas ainda com caracteres socialmente conservadores. Seu afastamento dos interesses da monarquia estabelecia suas afinidades com o Partido Liberal, mas apenas em função dos interesses ligados à política de descentralização e federalização do Estado. E embora coexistisse um poderoso grupo vinculado à fazenda escravocrata, dependente da Monarquia e dos benefícios dela retirados, o fundamento que configura o moderno Estado brasileiro é o envolvimento dos interesses agrários numa só camada, significando que a República nasce

²⁰ A abolição da escravatura no Brasil não pode ser entendida senão articulada a um movimento mais amplo que vinha acontecendo no mundo. Segundo Hobsbawm (1992), o século XIX marca a constituição dos grandes Impérios, que representa o processo da ocidentalização dos países dependentes. Isso ocorre, segundo o autor, através da diferenciação entre dois setores do mundo, cuja característica mais nítida era cultural no sentido mais amplo. No entanto, isso refletia o desenvolvimento econômico dos países centrais da Revolução Industrial e a divisão social do trabalho. O mundo estava, portanto, dividido numa parte menor onde o progresso nascera, e outra, muito maior (na qual encontrava-se o Brasil), onde chegara como conquistador estrangeiro, ajudado por uma minoria de colaboradores locais. A definição do Brasil como país dependente exigia a sua adequação às idéias políticas e culturais dos países dominantes do capitalismo mundial, entre elas o embranquecimento da raça, a formação de um mercado de mão-de-obra livre e barata e de um mercado consumidor de produtos industrializados, o que acaba colaborando, então, para a própria abolição.

²¹ Cf. Faoro, Raimundo. *Os donos do poder*, v.2, p.63.

diante de um quadro de conciliação harmoniosamente construído, em que o poder das oligarquias rurais é apenas reorganizado, mas não absolutamente suprimido.

Assim, em face da necessidade de manutenção do poder sob as mãos do mesmo grupo dirigente "o liberalismo político casa-se harmoniosamente com a propriedade rural" (Faoro, 2000, p.111) a fim de que a ideologia a serviço da túnica centralizadora imunizasse os núcleos produtivos dos controles estatais. A contradição se configurava no fato de que ser culto e moderno significava estar em dia com as idéias liberais, mas somente para acentuar o domínio da ordem natural, perturbada sempre que o Estado quisesse intervir na atividade particular. É assim que no interior do liberalismo político, ao longo das primeiras décadas do século XX, "vibra o liberalismo econômico, com a valorização da livre concorrência, da oferta e da procura, das trocas internacionais sem impedimentos artificiais e protecionistas" (Faoro, 2000, p.111).

Para Celso Furtado (2000), a passagem do poder político para a mão dos Estados, em consequência da descentralização republicana, foi fortemente condicionada pela própria potência econômica das oligarquias latifundiárias, pois esses mesmos governos estaduais eram compostos, sobretudo, pelo próprio setor agrário. No caso particular de São Paulo, é interessante notar que com a ascensão e direção dos fazendeiros de café aos cargos políticos, expandem-se os investimentos feitos em torno das lavouras cafeeiras. Estas, por sua vez, demandando uma estrutura necessária ao escoamento de sua produção, acabam fornecendo as condições objetivas para que a industrialização e a urbanização das maiores cidades do estado prosperassem desde então. Depois de um longo período de colheitas fartas e com as perspectivas excepcionais que oferecia o Brasil para essa cultura, os produtores de café se encontravam em possibilidade de controlar, diretamente nas relações comerciais, três quartos da oferta mundial desse produto.

A necessária reorganização das relações de produção durante a República exigia, porém, a formulação de uma política social sob a tutela do Estado. Só que para não entrar em contradição com a idéia de mercado livre, esse mesmo Estado funcionaria apenas como "mediador" dos conflitos sociais inerentes à relação entre capital e trabalho. É assim que o progresso e a sociedade civilizada são idealizados com se fossem um ganho geral da nação. Através do discurso da conciliação e da colaboração entre as classes, o Estado e seus representantes disseminavam o mito da igualdade social, visando convencer a população de que a harmonia nacional era um ganho social garantido pela administração estatal. Apresentando-se como Estado não interventor, mas representando a hegemonia e

os interesses da classe dominante, a República apenas renova seus instrumentos de dominação, submetendo as classes trabalhadoras ao seu controle e coerção, encenando um papel fundamental no cumprimento do *contrato* entre trabalhador e proprietário.

O importante era definir e controlar uma política de formação do mercado de trabalho no nível nacional que correspondesse às condições da divisão internacional do trabalho. O relevante nesse processo era colocar o Estado a serviço da classe e assim dotá-lo de um aparato legal de dominação capaz de impor uma direção ao processo de acumulação do capital (Salles, 1986, p.52-53).

A política dos governadores, iniciada por Campos Sales em 1898, teria auxiliado o desenvolvimento de São Paulo ao passo que assegurava o poder nas mãos dos Estados mais desenvolvidos, tanto quanto à produção agrária, como em relação às indústrias. Também é nela que a dominação burguesa dá seus primeiros passos, mas ainda sujeita ao poder de uma parcela dos proprietários de terra. Assim, em São Paulo, a hegemonia resulta do fracionamento da classe dominante de senhores de terra em composição com os setores mais desenvolvidos da incipiente burguesia industrial que buscavam se libertar do velho aparelho do Estado Monárquico. Não é sem razão que, nesse contexto, a capital do Estado será marcada por relações sociais e políticas conflitantes. As campanhas eleitorais, a interferência dos novos grupos industriais e intelectuais e a pressão crescente dos movimentos sindicais estarão dividindo o cenário político e o palco social paulistano entre uma remanescente formação social escravista e outra social capitalista.

Isso porque a própria implantação do novo sistema, embora marcada pela participação dos grupos capitalistas, não extinguiu os clãs rurais nem propiciou o desaparecimento dos grandes latifúndios de cunho comercial exportador, base do sistema político coronelista. Ao contrário, a reconfiguração da política brasileira compactuava de tal forma com as oligarquias regionais que a política dos governadores foi a estratégia encontrada por ambas as partes para preservar seu domínio em bloco sobre o aparelho estatal. Como um dos ciclos da "revolução burguesa" a República reforça, assim, o poder dos grupos e camadas dominantes, reorganizando o aparelho estatal "de modo a garantir o predomínio de seus interesses, em detrimento de trabalhadores rurais e urbanos, negros, índios, imigrantes" (Ianni, 1985, p.13).

A constituição do Estado moderno no Brasil e a transição da sociedade agrária e patriarcal para a sociedade urbana e industrial não podem, pois, ser concebidas de forma homogênea. Grande parte dos conflitos presentes na virada do século é causada pelo

confronto de posturas distintas e até certo ponto aliadas: a sociedade agrária, o surgimento das cidades como novo eixo da política, da economia e da produção, a necessidade de desenvolvimento do mercado interno e da industrialização, fatos que se tornam ainda mais complexos com a chegada e inserção de novos valores e modos de vida trazidos pelos imigrantes italianos que tentavam se afirmar no país.

Nesse processo, o poder concedido aos governos estaduais através da política dos governadores tirava das mãos do Estado a possibilidade de intervenção política direta sobre a população, seja no que diz respeito às políticas sociais, ao trabalho ou à economia, passando para os fazendeiros a responsabilidade pela gestão dos recursos e oferta de emprego. Então, neste sistema de governo, cabia às oligarquias regionais a resolução dos problemas que porventura pudessem surgir nos Estados, bem como o controle das manifestações de resistência por parte dos trabalhadores e operários, que poderiam, inclusive, ser reprimidas pela dominação ou pela força policial. Desse sistema regional de poder destacam-se dois Estados federativos, Minas Gerais e São Paulo, cujas condições econômicas lhes garantiam prestígio e força política, além de espaço nas funções administrativas, compondo a aliança que mais tarde se tornaria a famosa "política do café com leite".

Os Estados são, estimulados pela continuidade oligárquica, vozes a contar, sem a incisão de 1901, começo da obra consolidadora interna. No plano federal, suas vontades se reúnem no Senado, estruturado, embora frouxamente, numa aliança de interesses, com densidade capaz de influenciar e, em certos casos, conduzir os passos da administração. Aspecto importante dessa concentração estadualista de poderes, projetada num instrumento federal, será o influxo reverso sobre as bases. Formado o núcleo das decisões, primariamente concentrado nas unidades federadas que fazem o presidente, ele se irradia na Câmara dos Deputados, com controle dos reconhecimentos (Faoro, 2000, p.203-204).

Aliado à política regional, o poder central tinha um grande interesse, afirmado pela força ideológica do preconceito racial, que permeava a tese da incapacidade do povo em face de sua própria organização, reafirmando a necessidade do "Estado forte", ainda que, aparentemente, mantendo uma postura neutra. Os argumentos passavam pela diversidade cultural, pela presença dos mestiços, dos imigrantes, dos índios e pelo perigo da anarquia, dos vícios e da vagabundagem, motivos suficientes para justificar o uso da

mão de ferro. O caráter autoritário e conservador que constitui o Estado oligárquico,²² "combinado com a idéia dos regionalismos, da descentralização, do separatismo e outras preocupações predominantes na economia política do bloco agrário que passou a predominar, tudo isso reforçava a tese da 'necessidade' do Estado forte, sobrepondo-se e impondo-se aos interesses populares" (Ianni, 1985, p.15).

Articulados dessa maneira, Estado e forças regionais de poder, os deputados e senadores seriam a continuidade política dos governadores que, sustentados pelas oligarquias rurais, elegiam-se para o Senado, e até mesmo para a presidência, a partir da ação pessoal de seus agentes. Ou seja, o prestígio e a autoridade dos homens de governo no cenário político eram, na maioria das vezes, conquistados através de relações fraternas e pessoais, contando ainda com a colaboração da tutela e do protecionismo estatais.

Assim, a formação do poder estatal na Primeira República parece assentar-se sobre a ampliação do círculo familiar, doméstico e intimista, herança da história colonial, do convívio restrito e das relações interpessoais. A composição do Estado brasileiro deu-se, portanto, em continuidade com a vida rural, de forma que a própria escolha dos homens que exerceriam as funções públicas fazia-se de acordo com a confiança pessoal dos candidatos e através do predomínio constante de vontades particulares, que encontravam ressonância nos espaços fechados, pouco acessíveis a uma ordenação democrática, ampliada e de participação coletiva. As características da República Velha são expressões da presença incontestável das relações familiares e da vida doméstica como modelo para a composição social, política e partidária do novo Estado brasileiro. Porém, esta implicação significava um entrave para a distinção fundamental entre os domínios do público e do privado que, no jogo político, caracteriza o Estado patrimonial, na concepção de Sérgio Buarque de Holanda (1995):

A família patriarcal fornece, assim, o grande modelo por onde se hão de calcar, na vida política, as relações entre governantes e governados, entre monarcas e súditos. Uma lei moral inflexível, superior a todos os cálculos e vontades dos homens, pode regular a boa harmonia do corpo social, e portanto deve ser rigorosamente respeitada e cumprida ... No Brasil, o decoro que corresponde ao Poder e às instituições de governo não parecia conciliável com a excessiva importância assim atribuída a apetites tão materiais, por isso mesmo subalternos e desprezíveis de acordo com as idéias mais geralmente aceitas. Era preciso, para

²² Expressão utilizada por Octavio Ianni (1985) para caracterizar a formação do Estado brasileiro no contexto da Primeira República.

se fazerem veneráveis, que as instituições fossem amparadas em princípios longamente consagrados pelo costume e pela opinião (p.85-86).

A presença de uma certa "tradição" na formação da burguesia urbana também atravessa a nossa República como um traço particular. Atitudes peculiares até então restritas às famílias da zona rural invadem o modo de ser e de viver nas cidades, compondo um estilo de vida e um ideal de conduta relativo ao dia-a-dia das fazendas. "Estereotipadas por longos anos de vida rural, a mentalidade 'casa-grande' invadiu assim as cidades e conquistou todas as profissões, sem exclusão dos mais humildes" (Holanda, 1995, p.87). As dificuldades iniciais encontradas no funcionamento dos serviços públicos das cidades nas primeiras décadas do século XX parecem também decorrer dessa cultura agrária e colonial.

A sociedade política, considerada como um prolongamento ou ampliação da vida doméstica, carregaria, assim, os acentos do patriarcalismo, do clientelismo e da autoridade dos barões das propriedades de terra. Na ausência de uma burguesia urbana independente, "os candidatos às funções novamente criadas recrutam-se, por força, entre indivíduos da mesma massa dos antigos senhores rurais, portadores de mentalidade e tendência características dessa classe" (Holanda, 1995, p.88). Toda a ordem administrativa da República haveria de incorporar, pois, elementos estreitamente vinculados ao sistema senhorial.

Isto porque, em meio às experiências de modernização mal importadas e aplicadas ao sistema político e ao aparelho estatal desde o início da República, o que sempre desenhou a figura do homem brasileiro, para Sérgio Buarque de Holanda (1995), foram os traços de *cordialidade*. Um temperamento de fundo emotivo, a polidez no trato, a postura debochada e pouco ritualizada, bem como a dependência constante dos graus de parentesco entre as relações sociais, representam aspectos da vida brasileira que se conflitavam com um projeto de modernização e progresso. Não se admira, pois, que nossa República tenha sido feita pelas mãos de liberais e positivistas, cujo delineador é do tipo *homem cordial*.²³

²³ É importante salientar aqui que, embora os estudos de Sérgio Buarque de Holanda tenham apresentado uma crítica bastante consistente ao autoritarismo e às perspectivas hierárquicas da época, hoje não são suficientes e nem mais tão aceitos para explicar as questões políticas e culturais do Brasil. Segundo Carlos Guilherme Mota (1978) não é difícil encontrar nas suas obras um certo saudosismo aristocrático, até porque discorrer em termos de caráter nacional só funciona mesmo enquanto *tipo ideal*, não correspondendo à realidade. Já para Dante Moreira Leite, *Raízes do Brasil* é "uma obra ideológica sobre o caráter nacional brasileiro, cujo foco estaria na descrição intuitiva do brasileiro de classe alta" (*apud* Mota, 1978, p.31).

A lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal (Holanda, 1995, p.146-147).

Embora pareça contraditório, os republicanos partiram do diagnóstico de que a sociedade colonial havia criado enormes vícios, não satisfazia mais às necessidades do presente e comprimia a expansão do organismo social. Essa crítica, ao contrário de abalar a estrutura patriarcal, legitimou sua condição como promotora da adaptação social. Foi nesse sentido que, ao constatar a "ignorância" do povo, a classe dominante se colocou como sujeito do processo histórico que levaria toda a sociedade em direção ao progresso, desde que sob a sua assistência e comando. Como uma mescla de paternalismo e autoritarismo, a República emerge do discurso da modernização e da nacionalidade, mas com profundos ranços patriarcais, o que gera, entre outras coisas, a confusão entre as esferas do público e do privado no âmbito do Estado: a esfera do privado garantia o direito de propriedade e a divisão social do trabalho. Já as manifestações do público nada mais eram que projeções dos interesses privados.

Assim, na constituição do Estado oligárquico, a presença marcante do funcionário patrimonial é um aspecto que merece destaque, uma vez que as questões políticas assumirão, nas mãos destes, um viés particular e personalista. Segundo Sérgio Buarque de Holanda (1995), o funcionalismo patrimonial pode, com a progressiva divisão das funções e com a racionalização produtiva, adquirir traços burocráticos. Porém, nem sempre as novas experiências bastam para apagar o vinco doméstico e a mentalidade criada pela formação rural. No Brasil, onde se destaca, desde os tempos mais remotos, o tipo primitivo da família patriarcal, o desenvolvimento da urbanização, da industrialização e de novas formas de comunicação e convivência acarretaria um desequilíbrio social que permaneceria vivo durante muito tempo.

Para o funcionário "patrimonial", a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que deles auferem relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como sucede no verdadeiro Estado burocrático, em que prevalecem a especialização das funções e o esforço para se assegurarem garantias jurídicas aos cidadãos (Holanda, 1995, p.146).

A composição do poder, assentada sobre o sistema oligárquico e patrimonial, dissolvia qualquer tentativa de modificação da estrutura política. As medidas econômicas fortaleciam as agremiações situacionistas, fato que dificultava a formação de verdadeiros partidos políticos, embora a nomenclatura fosse utilizada para designar a prática política de diversos grupos oposicionistas, que surgem no período reclamando o direito ao voto e à representatividade junto ao Estado. Dessas campanhas emergem o Partido Republicano, o Partido Liberal e o Partido Conservador que, unidos por pontos de vista convergentes, ainda que pontuais, dividiram as mesas eleitorais durante todo o período da Primeira República.

Sobranceiros os chefes ao eleitorado, passivo e inconsciente na soberania das atas falsas e das eleições bico-de-pena, libertos de compromissos com os partidos, às decisões políticas obedecem a combinações e arranjos elitários, maquiavélicos. O problema do político era o poder, só o poder, para os chefes e para os Estados, sem programas para atrapalhar ou ideologias desorientadoras. O agente ideal para esta ação será o realista frio, astuto mais que culto, ondulante nos termos, sagaz na apreciação dos homens, aliciador de lealdades e pontual na entrega dos favores. A relação entre a cúpula e a base será, em todos os graus, autoritária, sem que o rebanho eleitoral possa reclamar ou negociar, em níveis de comitante a comissário, o pagamento das promessas (Faoro, 2000, p.205).

Então o que acontece para que o povo se sinta representado pelos partidos políticos? A criação de uma "elite de intelectuais", segundo Antônio Gramsci (1995a), se dá pelo confronto de diferentes visões de mundo e níveis de consciência de sua situação histórica que estão contidos na *praxis* de cada homem, individual e coletivamente. Esses homens se aproximam e se identificam uns aos outros em função de determinada concepção de mundo relativa a um dos vários grupos sociais com os quais todos estão envolvidos. Porém, não existe organização das massas humanas sem intelectuais, ou seja, sem dirigentes. E estas massas são organicamente articuladas a esses dirigentes conforme as concepções de mundo, mais ou menos complexas, construídas para distinguir, organizar e tornar independente cada grupo fundamental no interior da sociedade. "Deve-se sublinhar a importância dos partidos políticos no mundo moderno, na elaboração e difusão das concepções de mundo, na medida em que elaboram essencialmente a ética e a política adequadas a ela, isto é, em que funcionam quase como 'experimentadores' históricos de tais concepções" (Gramsci, 1995a, p.22). Assim, se é possível dizer que os partidos políticos

cumprem o papel de "elaboradores das novas intelectualidades", então eles representam, de uma forma ou de outra, um ou outro grupo social existente.

Com efeito, os tradicionais partidos políticos brasileiros são a personificação de interesses circunstanciais em detrimento da vontade coletiva, a expressão das finalidades privadas de grupos dominantes ligados ao poder estatal. Uma análise histórica e econômica da estrutura social brasileira nos revela o quanto esses partidos políticos sempre estiveram articulados às classes dominantes no sentido de manter seus próprios privilégios. Mais que isso, a história das lutas sociais no Brasil é exemplar no que diz respeito às tentativas frustradas, não obstante suas conquistas, de organização dos setores populares em contraposição aos grupos hegemônicos.

Isto é possível porque a prática política dos partidos brasileiros durante a República tem como pressuposto básico o indivíduo que, em sua forma genérica e abstrata, aparentemente diz respeito a todos. E já que a expressão política do povo, por meio dos partidos, é o Estado, os indivíduos são levados a se comportar diante deste como um direito comum, uma vez associado ao interesse geral da nação. Em outras palavras, o povo, assim instituído nação, teria no Estado de direito sua personificação mais autêntica. E à medida que a República é um governo em que cada indivíduo delega funções a seus representantes através do sufrágio universal, os partidos recuperam para o povo o seu lugar, compromisso e função na sociedade.

Ao fazer da nação um ideal comum, os partidos políticos davam a impressão de que o povo participava da sociedade, isto é, através da construção de uma consciência nacional, queriam promover a união dos indivíduos em torno do Estado, para que dele pudessem adquirir o estatuto de cidadania. Usando do artifício ideológico do Estado nacional, mascaravam os antagonismos de classe e demonstravam que os propósitos da nação coincidiam com os interesses da cada indivíduo em particular. E como os interesses do Estado eram os interesses da classe dominante, sua maior preocupação era adequá-lo à organização do trabalho e aos novos movimentos do capital. Dessa maneira, "a naturalização é imprescindível para a constituição do mercado de trabalho sob a tutela do Estado, transformando o imigrante em trabalhador nacional e, assim, tornando efetivos os mecanismos coercitivos sob o selo do Direito" (Salles, 1986, p.73).

Mas o projeto de modernização almejado pelo novo grupo industrial que se formava previa a construção de um novo homem e se colocava com dificuldade e lentidão num meio em que ainda prevaleciam os valores da organização rural e familiar. Apesar do

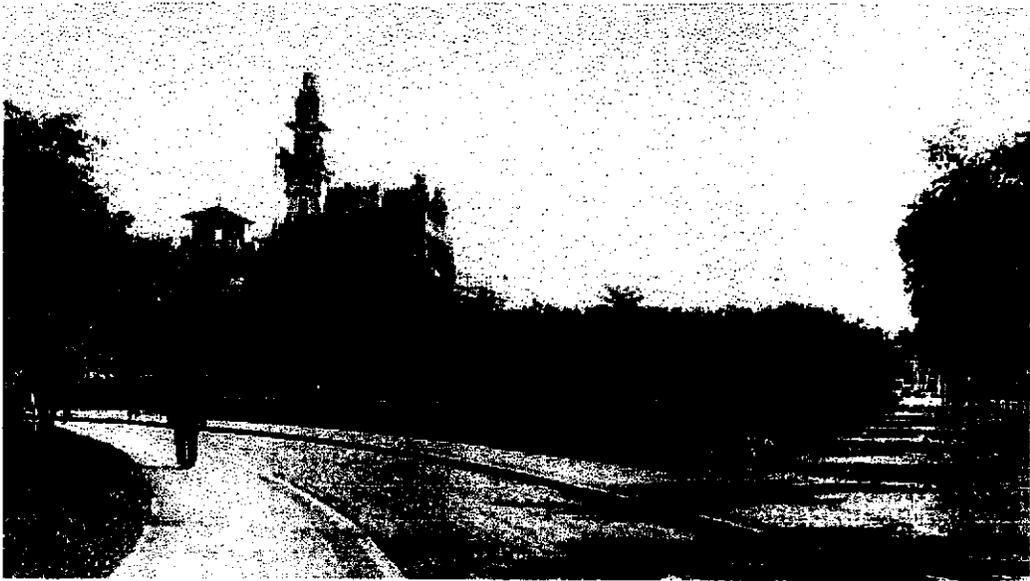
crescimento dos ideais do liberalismo e do positivismo como correntes que reafirmavam a conveniência de se entregar ao indivíduo e à suas próprias forças o desenrolar natural do futuro e a abolição da miséria e do atraso, as características, os hábitos e os comportamentos hauridos da tradição colonial, mesmo que em conflito, faziam-se ainda muito marcantes. De qualquer forma, a relação de hegemonia constituída desde então, conjugada, dialeticamente, às relações materiais e à superestrutura ideológica, fez prosperar a vida nas cidades e gerou a industrialização.

No caso de São Paulo, a tensão entre os dois interesses, da propriedade agrária vinculada ao protecionismo do poder central de um lado, e da racionalização das técnicas de produção, aliada ao livre comércio e ao desenvolvimento da industrialização de outro, determinaria que as reformas financeiras atendessem ao círculo dos especuladores no meio urbano, expandindo a riqueza industrial. Na década de 1890 já existiam no país 636 indústrias, entre as quais o setor têxtil ocupava 60%, contra 15% da alimentação e o restante com vestuário, madeira, produtos químicos e metais. Até então, mais da metade da atividade industrial concentrava-se na capital federal, sendo que a partir de 1910 São Paulo assume uma situação preponderante que ele não mais perderia. A virada do século XX até 1910 revelaria a primeira manifestação industrial no país, destacando a cidade de São Paulo, base dos subsequentes ensaios manufatureiros. Segundo Maria Auxiliadora Guzzo de Decca (1991), na década de 1920, o mundo do trabalho na cidade de São Paulo era imenso: 203.736 seriam operários e 3.629 as fábricas e estabelecimentos industriais.

Um mercado interno de alguma importância, capaz de assegurar uma faixa aquisitiva ao lado do complexo exportador, ensejou a transformação, mercê da imigração, do trabalho livre, da incapacidade das exportações, em certos momentos, de proporcionar poder aquisitivo suficiente para pagar as mercadorias necessárias ao consumo interno (Faoro, 2000, 118).

A industrialização em São Paulo foi possível porque se fundamentou, desde o início, através de um pensamento próprio que, munido de uma mentalidade nacionalista, fixa uma diretriz protecionista no mercado interno. Fazendo a crítica ao esquema da monocultura e se contrapondo ao mercado internacional, os setores industriais investem no comércio local vendo crescer e expandir seus negócios, isso quando não se tornavam únicos e determinantes entre outros setores e concorrentes do mercado. Em menos de vinte anos, desde a virada do século XX, a cidade de São Paulo tornara-se a capital mais

Fig. 4. O Palácio das Indústrias por volta de 1910 e 1920 e a organização do parque industrial de São Paulo.



importante do país em termos econômicos e colocara-se entre as maiores metrópoles do mundo. Em tão pouco tempo, a cidade vislumbrava finalmente a modernidade, o progresso e a civilização, na medida em que era invadida pela máquina, pelo modo de vida imigrante e europeu e pelos ideais burgueses de organização do universo simbólico e cultural.

As indústrias foram visivelmente responsáveis pela lógica da vida cotidiana da maioria da população trabalhadora, uma vez que compunham o elemento característico deste momento das relações capitalistas nas principais metrópoles brasileiras. Em São Paulo não foi diferente, uma vez que as formas de convivência da população passam a ser determinadas pelo trabalho industrial e, nesta época, não eram poucas as oficinas de quintal, as fábricas de móveis e produtos alimentícios como massas, bem como as indústrias de grande porte empregando mais de mil trabalhadores. Em 1912, só nas indústrias têxteis da cidade de São Paulo, eram empregados cerca de 12 mil trabalhadores.²⁴

Para se ter uma idéia do quão ligeiro foi o avanço da industrialização em São Paulo, das 147 fábricas existentes em 1901, as de tecido já possuíam bastante prestígio e empregavam cerca de 800 operários cada. Em 1912, das 31 indústrias têxteis da capital, a maior delas, a "Mariângela" da família Matarazzo, localizada no Brás e responsável por quase o dobro da mão-de-obra e da produção tidas no início do século XX, empregava 1903 trabalhadores. Nos jornais oficiais publicavam-se notícias sobre o desempenho dos novos empresários da indústria paulista, louvando seu espírito empreendedor e a imigração italiana, força de trabalho adequada e adaptada ao sistema industrial.²⁵

Comparando-se sob o ponto de vista industrial, o Estado de São Paulo, com os demais Estados da República, parece-nos poder afirmar ser ele o único que mantém estabelecimentos fabris em todos os ramos, sendo que alguns deles só aqui existem, não somente tratando-se de todo o Brasil, como também da América Latina.²⁶

Nos relatórios do Governo Estadual eram previstas obras de ampliação e de aperfeiçoamento das fábricas, cujas condições de segurança, higiene e tratamento dos

²⁴ Boletim do Departamento Estadual do Trabalho, São Paulo, 1912, p. 35-77 *apud* Pinheiro, Paulo Sérgio e Hall, Michael M. *A classe operária no Brasil*, p.61.

²⁵ Cf. Bandeira Júnior, Antônio Francisco. A indústria no Estado de São Paulo em 1901 *apud* Pinheiro, Paulo Sérgio e Hall, Michael M. *A classe operária no Brasil*, p.29.

²⁶ Bandeira Júnior, Antônio Francisco. A indústria no Estado de São Paulo em 1901 *apud* Pinheiro, Paulo Sérgio e Hall, Michael M. *A classe operária no Brasil*, p. 29.

funcionários eram ventiladas como se já funcionassem dentro dos padrões previstos. Elogiavam os prédios amplos, aparentemente construídos para esta finalidade, em que os operários contavam com seguro contra acidentes, hospitais, farmácia, moradia e até mesmo escola para as crianças. Os planos de assistência ao trabalhador significavam, porém, confortos e privilégios concedidos pelos patrões que, vestidos de uma roupagem "humanizadora", usavam tais benefícios contra as insatisfações e revoltas dos proletários.

Mas essa transformação gerada pela presença marcante da indústria no modo de ser e de viver da metrópole não ocorreu ao mesmo tempo e nem repercutiu da mesma maneira para todos os habitantes da cidade. Os triunfos da indústria assentavam-se sobre custos sociais jamais vistos. Se na questão econômica a situação da burguesia urbana era muito próspera, as formas de sobrevivência das classes trabalhadoras eram extremamente precárias. Imigrantes, agricultores, colonos, comerciantes, artesãos e profissionais liberais vinham para São Paulo tentar a vida na cidade grande e aí ficavam subjugados diante das condições de exploração no trabalho e sem qualquer auxílio para alimentação, educação, saúde e habitação.

Em meio a isso, ao longo das primeiras décadas do século XX, a cidade de São Paulo vive uma nova redistribuição geográfica e social de seus habitantes. A área do triângulo central, já bastante congestionada pelo comércio e pelo trânsito, vê sua fachada ser completamente transformada pelo vigoroso processo de verticalização. E as famílias pobres que habitavam pensões decadentes, sujas e enfestadas de epidemias próximas ao centro, foram completamente banidas de suas moradas e jogadas sem piedade nos bairros mais afastados, de onde não pudessem usufruir o convívio higiênico e comportado da burguesia civilizada. São os bairros pobres e proletários, como o Brás, o Bexiga, o Bom Retiro, a Moóca, que vão agregar centenas, milhares de famílias operárias, sem sistema de esgoto, energia elétrica, bonde e outros requintes da vida moderna tão anunciada. Assim, a reconfiguração espaço-temporal da urbe, que redefiniu o espaço social de convivência na cidade, ao passo que envolvia as práticas sociais e culturais de seus habitantes, seu ritmo de trabalho e suas formas de diversão, alterava também os mecanismos simbólicos e perceptivos de toda a sociedade.

De qualquer maneira, a cidade de São Paulo se expandia e passava a ostentar uma grandeza digna de estranhamento, até porque não acompanhada de melhorias na qualidade de vida da população. Ao contrário, as medidas que buscaram alterar as

Fig. 5. Rua Líbero Badaró. A movimentação provocada pelo trânsito e o processo de verticalização do centro da cidade.



Fig. 6. Rua XV de Novembro no início do século XX



condições de habitação, por exemplo, foram em geral punitivas ou resolvidas pela força policial, pelo despejo e pelas intervenções sanitárias. Isto quer dizer que a dominação exercida pelas relações capitalistas de trabalho, ao determinar as condições de existência dos homens, promovem um novo tipo de desigualdade social que, por sua vez, origina um novo momento, bem como novos protagonistas, da luta de classes. Além dos proprietários rurais, que cada vez mais perdiam em importância para os industriais das camadas urbanas, havia ainda o operariado crescente, que começava a ser percebido como força opositora nas questões relacionadas ao trabalho e à política.

Desde que fora implantada a indústria manufatureira na cidade de São Paulo, inúmeras manifestações operárias foram feitas com vistas a reivindicar melhores condições de trabalho. A jornada de trabalho nas fábricas de tecido "Mariângela", "Paulicéia" e "Belenzinho" chegava a 13, 12 e 11 horas por dia, respectivamente. Havia ainda uma quantidade enorme de menores trabalhando nos setores de fiação, nas massarocas, nas espulas e carretéis, justamente nas seções onde se desprende maior quantidade de resíduos. Um grande contingente de mulheres, preferencialmente entre 12 e 22 anos, também era empregado nestas fábricas, uma vez que a delicadeza dos tecidos, a precisão do trabalho e a submissão eram qualidades que faziam das mulheres as mais procuradas pelos empresários, tanto pela especificidade da força de trabalho, quanto pelo valor dos salários mais baixos.

A produção capitalista, que essencialmente é produção de mais valia, absorção de trabalho excedente, ao prolongar o dia de trabalho, não causa apenas atrofia da força humana de trabalho, à qual rouba suas condições normais, morais e físicas de atividade e desenvolvimento. Ela ocasiona o esgotamento prematuro e a morte da própria força de trabalho. Aumenta o tempo de produção do trabalhador num período determinado, encurtando a duração da sua vida.²⁷

Além disso, as condições de iluminação, ventilação, umidade e higiene das fábricas colocavam os operários em situações inumanas, isso quando a disposição das máquinas, geralmente enfileiradas em locais estreitos, não acarretava diversos acidentes. Dentro das fábricas, o ritmo de trabalho era intenso, das cinco e meia da manhã as seis da tarde, com apenas uma hora e meia de repouso para o almoço. O tratamento dos operários era dos piores, a exploração passava inclusive por abusos de poder e maus tratos corporais,

²⁷ Marx, Karl. *O Capital*, livro I, v.1, 1890, p.301.

sem falar nos miseráveis salários, restando aos trabalhadores resistir ou resignar-se diante do estado de pauperização no atendimento às suas necessidades básicas. É importante destacar que a desnutrição provocada pelas condições econômicas, pelos baixos salários e pelo crescente empobrecimento da classe operária, é uma das causas dos altos índices de mortalidade infantil nas duas primeiras décadas do século. XX em São Paulo.

Sabe-se que, com a implementação da máquina no processo de produção, a exigência da força de trabalho poderia ser menor, ou seja, a jornada de trabalho poderia cair para 8 ou 6 horas diárias. Entretanto, o que aconteceu foi a manutenção e até mesmo o prolongamento da jornada de trabalho, o que significou para os empresários uma nova forma de geração de mais-valia. Assim, o incremento da riqueza industrial é proveniente da expansão do tempo de trabalho, uma vez que sendo maior a quantidade de trabalho materializado na mercadoria, maior o seu próprio valor.

Por isso não se compreende ou se compreende bem demais a obstinação dos proprietários desse setor de fábricas em tratar seus operários de maneira indecente, inumana. Sem perigo de ser desmentido, pode-se afirmar que os trabalhadores das fábricas de tecidos são os párias do proletariado paulista. Em toda a indústria o horário usual não passa de dez horas e os tecelões, em vez disso, devem trabalhar doze ou mais. O salário usual dos operários de qualquer ofício vai de 4 a 6, ou mais, mil-réis por dia, enquanto os tecelões, com um trabalho penoso e insalubre, muito raramente chegam a ganhar de 80 a 90 mil-réis por mês. E além disso os pobres são esmagados numa disciplina rigorosa, escravagista, intolerável para qualquer um que sinta um pouco a dignidade humana.²⁸

Os mecanismos de produção e reprodução do capital na era da industrialização geram, pois, inúmeras contradições. A riqueza andava ao lado do aumento da pobreza. A desigualdade social distanciava as pessoas e as classes sociais, e o acúmulo de capitais estava cada vez mais concentrado. São essas e outras experiências que possibilitam à classe operária paulista tomar consciência de sua situação histórica. As extensas jornadas de trabalho, suas péssimas condições de habitação e seu pobre poder de compra, criam um

²⁸ *Avanti!* São Paulo, 8/4/1907 apud Pinheiro, Paulo Sérgio e Hall, Michael M. *A classe operária no Brasil*. p.47.

Reclamação Internacional Operaria

Votada no Congresso Socialista de Paris

REALISADO EM 21 DE JULHO DE 1889

O Congresso Internacional Operario de Paris: —

Depois de ter affirmado que a emancipação do trabalho e da Humanidade só pode resultar de acção internacional do proletariado, organizado em partido de classe, occupando o poder politico em lugar da classe capitalista e apropriando-se dos meios de produção;

Considerando:

Que a produção capitalista, em seu rapido desenvolvimento, trouxe successivamente todos os paizes;

Que este progresso da produção capitalista implica a exploração crescente da classe operaria pelo burguezia;

Que esta exploração, cada dia maior, tem por consequencia a oppressão politica da classe operaria, sua escravidão economica e sua degeneração physica e moral;

Que, portanto, o dever dos operarios de todos os paizes é lutar por todos os meios que estejam á sua disposição contra uma organização social que se aniquilla e que ameaça ao mesmo tempo o livre desenvolvimento da humanidade, e que, por outro lado, é da maior necessidade acabar com o presente systema economico,

Resolve:

Que uma legislação protectora e effectiva do Trabalho é de absoluta necessidade em todos os paizes onde existe a produção capitalista. Como base desta legislação o Congresso reclama:

a) Limitação do dia de trabalho ao maximo de 8 horas para os adultos;

b) Proibição do trabalho das crianças menores de 14 annos, e redução do dia de trabalho a 6 horas para jovens de 14 e de outro sexo de 14 a 18 annos;

c) Abolição do trabalho de noite, exceptuando certos ramos da industria que por sua natureza exigem um funcionamento sem interrupção;

d) Proibição do trabalho das mulheres em todos os ramos da industria que affectem a especialidade e o equilibrio familiaes;

e) Abolição do trabalho de noite para a mulher e crianças menores de 14 annos;

f) Descanso sem interrupção de 24 horas, pelo menos, cada semana, para todos os operarios;

g) Proibição de certos generos de industria e de certos systemas de fabricação prejudiciaes á saúde dos operarios;

h) Suppressão do trabalho por empreitada;

i) Suppressão do pagamento em generos e das cooperativas patronaes;

j) Suppressão das agencias de angariação de trabalho;

k) Vigilancia de todas as officinas e estabelecimentos industriaes, inclusive a industria domestica por meio de inspectores retribuidos pelo Estado e salarios, se applicar, a pagar-se pelos mesmos operarios.

O Congresso declára que todas estas medidas de hygiene social servem por objecto de leis e tratados internacionaes que os proletarios de todos os paizes deverão impor aos seus respectivos governos. Uma vez conseguidos estes leis e tratados, de modo que julguem mais efficazes, os proletarios de cada pais deverão velar pela sua applicação.

O Congresso declára mais que o dever dos operarios é admitir os operarios em suas fileiras sobre a base da equalidade e fazer que prevaleça o principio de que a trabalho igual corresponde igual salario para os trabalhadores de um e outro sexo, e sem distincção de nacionalidade.

Para isso e para a emancipação completa do proletariado, o Congresso considerará como essencial a organização dos trabalhadores em todos os terrenos e reclama por consequencia a liberdade absoluta de associação e direito de greve.

Fig. 7. Reclamações dos trabalhadores organizados na Internacional Operária de 1889

enorme sentimento de insatisfação, de revolta e de disposição para a resistência e a luta. É neste momento que surgem as primeiras tentativas de organização da classe trabalhadora forma de sindicatos, associações, ligas, grêmios e movimentos sociais.²⁹

Mas a maneira como o capitalismo se desenvolveu no Brasil, somada às características culturais da população, proporcionaram experiências distintas em termos de organização social. Sob influência de uma formação anarco-sindical trazida pelos imigrantes italianos, a classe operária, ao longo das três primeiras décadas do século XX vai se articular politicamente na forma de sindicatos por ofício, que passam a negociar questões específicas ligadas às diversas categorias. Num primeiro momento, as manifestações tinham o objetivo de pressionar os grupos capitalistas a tomarem medidas que melhorassem suas condições de trabalho. Com o passar do tempo, procuraram também denunciar as péssimas condições de vida a que estavam submetidos, no sentido de influenciar os organismos de poder do Estado brasileiro para exigir a incorporação de suas reivindicações sociais à legislação. Dessa maneira, nas praças públicas, nos comícios, nas associações e nos periódicos, a classe operária organizada fornecia os elementos para o avanço das lutas sociais ao longo das primeiras décadas do século XX.

Todos deveis conhecer a fábrica de chapéus da Abilio Soares e Cia., hoje do filho e comp., situada na Rua Direita. Pois é nessa fábrica que reina a maior tirania que eu conheço. Ali, o operário é considerado um bruto, não é pago como deveria ser, tendo sido diminuída a mão-de-obra 30 por cento; depois os algozes, isto é, os *proprietários* da fábrica, mandaram uma carta aos muito humildes lambe-cus, contramestres da fula e propriagem, recomendando-lhes severidade com os operários e a imposição do silêncio, sob pena de forte multa pela primeira vez e de despedida depois. ... Como sabemos que nessa fábrica são poucos os operários organizados, julgamos a propósito dar-lhes dois conselhos: um é que se associem para defesa e conquista de direitos; o outro é que quebrem a cabeça do contramestre ou personagem semelhante que ouse multar por tais insignificâncias. Compreendeis? O que se quer é *união e energia*. À obra, pois, chapeleiros!³⁰

Aos poucos, a classe operária, ainda que agregada em torno de reivindicações e interesses relacionados aos diferentes setores, vai assumindo uma configuração orgânica e,

²⁹ Cf. Batalha, Cláudio H. M. *O movimento operário na Primeira República*, p. 15.

³⁰ *O Chapeleiro*, São Paulo 5/12/1903 *apud* Pinheiro, Paulo Sérgio e Hall, Michael M. *A classe operária no Brasil*, p.42.

nesse meio tempo, consegue realizar quatro Congressos Operários antes de 1917. Entre outros pontos exigidos, figuravam a internacionalização do operariado, a construção de vilas operárias financiadas pelo Estado, a instrução primária, gratuita e obrigatória, providências para que os operários se tornassem eleitores e, sobretudo, a redução da jornada de trabalho para 8 horas diárias. Das estratégias encontradas pelo proletariado e pelas centrais sindicais para conseguir que seus apelos fossem ouvidos, inúmeras greves, revoltas e outras denúncias foram feitas e divulgadas através de panfletos e periódicos ligados à imprensa operária. Quanto às greves, sabe-se que foram reprimidas, muitas vezes, pela força policial ou por meio de retaliações dos próprios empresários, que buscavam obrigar os trabalhadores a voltarem para seus postos de trabalho. Protestando contra uma greve dos operários de uma indústria gráfica em São Paulo, em uma carta enviada aos seus pares, o gerente do Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem assim se pronuncia:

Pois bem, se na fábrica de V. Sas. existir algum operário nestas condições, V. Sas. se dignarão de dar o seu *nome, residência, sinais característicos*, etc, a este Centro, em via confidencial. O Centro, imediatamente, fará com que o operário apontado desapareça por algum tempo, até que seja passada a atmosfera de agitação que parece cercar todo nosso mundo operário.³¹

O fato é que, através de suas mobilizações, os operários foram vendo suas reivindicações atendidas, mas ainda de forma bastante setorizada. Na cidade de São Paulo, ao mesmo tempo, havia fábricas que submetiam seus operários a 10, 12 horas de trabalho, enquanto outras já haviam concedido a jornada de 9 horas diárias. Para isso, a problemática concentração de riquezas e a propriedade privada vinham sendo denunciadas desde a segunda metade do século XIX e a luta pela diminuição da jornada de trabalho tornara-se bandeira das organizações sindicais e dos partidos de massa antes mesmo da implementação da máquina no processo de produção.

Com a progressiva diminuição da jornada de trabalho, porém, desenvolve-se a intensificação da produção como a "nova geração" da acumulação capitalista. Acelerando o trabalho da máquina, conseqüentemente o ritmo e a densidade do trabalho humano também seriam ativados. Dessa maneira, ao passo que o tempo de trabalho vinha sendo reduzido, a intensidade do trabalho vinha crescendo em circunstâncias inversamente

³¹ Circular n.249 do Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem, São Paulo, 2/3/1923 *apud* Pinheiro, Paulo Sérgio e Hall, Michael M. *A classe operária no Brasil*, p.204.

proporcionais, prejudicando a integridade física, moral e intelectual dos trabalhadores. Em *O Capital*, esse processo já fora estudado por Marx:

A produção da mais valia absoluta se realiza com o prolongamento da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador produz apenas um equivalente ao valor de sua força de trabalho e com a apropriação pelo capital desse trabalho excedente. Ela constitui o fundamento do sistema capitalista e o ponto de partida da produção de mais valia relativa. Esta pressupõe que a jornada de trabalho já esteja dividida em duas partes: trabalho necessário e trabalho excedente. Para prolongar o trabalho excedente, encurta-se o trabalho necessário com métodos que permitem produzi-se em menos tempo o equivalente ao salário. A produção da mais valia absoluta gira exclusivamente em torno da duração da jornada de trabalho; a produção da mais valia relativa revoluciona totalmente os processos técnicos de trabalho e as combinações sociais. A produção da mais valia relativa pressupõe, portanto, um modo de produção especificamente capitalista, que, com seus métodos, meios e condições, surge e se desenvolve, de início, na base da subordinação formal do trabalho ao capital. No curso desse desenvolvimento, essa subordinação formal é substituída pela sujeição real do trabalho ao capital.³²

Como a jornada de trabalho não poderia ser alargada infinitamente, a fórmula descoberta pelos capitalistas para assegurar a produção de mais-valia, foi o incremento de novas técnicas e máquinas mais modernas que, através da intensificação e aceleração de seus movimentos, acabou implicando também na ampliação da exploração da força de trabalho. Enquanto os operários recebiam o mesmo salário e ganhavam uma hora livre, o patrão obtinha a mesma quantidade de produtos despendendo menos carvão, gás etc., por hora, envolvendo não somente homens, mas também um sem número de mulheres e crianças.

Quanto mais cresce a produtividade no trabalho, tanto mais pode reduzir-se a jornada de trabalho, e quanto mais se reduz a jornada, tanto mais pode aumentar a intensidade do trabalho. Do ponto de vista social, a produtividade do trabalho aumenta com sua economia. Esta implica em economizar meio de produção e em evitar todo tipo de trabalho útil. O modo capitalista de produção, ao mesmo tempo que impõe economia em cada negócio particular, produz, com seu sistema anárquico de concorrência, o desperdício mais desmedido dos meios de produção

³² Marx, Karl. *O Capital*, livro I, v.2, 1890, p.585.

e das forças de trabalho da sociedade, além de criar inúmeras funções para ele indispensáveis, mas em si mesma supérfluas.³³

Como se isso não bastasse, embora as negociações entre operários e Estado estivessem pendendo para o lado dos trabalhadores, inúmeras indústrias na cidade de São Paulo ainda mantiveram durante muito tempo a prática das extensas jornadas de trabalho, além da expropriação cada vez mais ampla da força de trabalho, o que significava a implementação de um processo combinado de prolongamento da jornada de trabalho e intensificação da produção.

Jorge Street, que após 1930 faria parte do recém-criado Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 1917 era presidente do Centro Industrial do Brasil e proprietário da fábrica paulista de tecidos de juta e de algodão "Maria Zélia", cuja jornada de trabalho estava fixada em 10 horas diárias. Além disso, nessa fábrica, havia ainda muitas crianças entre 9 e 12 anos trabalhando, o dia de 10 horas, por um a dois mil réis no setor de carretéis, mesmo depois de votada, pelo Conselho Municipal, a lei que limitava a 6 horas o trabalho de menores a baixo de 18 anos. Isto quer dizer que, além de submeter menores de 16 anos ao trabalho pesado, estes também eram obrigados a cumprir uma jornada equivalente à dos trabalhadores mais velhos. Quanto à exploração da mão-de-obra feminina, o proprietário se defendia com base em aspectos econômicos e morais, querendo convencer a opinião pública de que as "horas extras" eram suplicadas pelas próprias operárias, que poderiam complementar suas rendas familiares, e de que o tempo ocioso no qual a moça permanecia em casa ou na rua só contribuía para a sua degeneração física e para a aquisição de hábitos e vícios não recomendáveis.

O número de horas que o operário pode e deve trabalhar precisa ser tal, que esse operário produza um trabalho quotidiano que permita ao patrão pagar-lhe um salário que satisfaça as suas necessidades, permitindo, ao mesmo tempo, ao industrial tirar desse trabalho também uma remuneração razoável para o seu esforço e o seu capital; é este o lado econômico da questão. ... O horário mais conveniente é o de 56 horas por semana, distribuídas por dia, de comum acordo entre operários e os patrões, conforme as necessidades das diferentes fábricas e respectivas produções. Assim, poder-se-ia trabalhar dez horas por dia da semana e seis horas ao Sábado, ou nove e meia horas por dia e oito e meia horas ao

³³ Marx, Karl. *O Capital*, livro I, v.2, 1890, p.607.

Sábado, ficando assim aos operários uma pequena folga nas tardes de Sábado, para eles aproveitarem para pequenos misteres de sua vida particular.³⁴

De outro lado, a propaganda das organizações sindicais tornava-se ainda mais enérgica. Quando em 1917 eclode a greve geral em São Paulo, as condições sociais e econômicas da classe operária, a exploração do trabalho de mulheres e menores, o desrespeito às leis já decretadas, configuravam um conjunto de indignações que levaram, aos poucos, os trabalhadores das inúmeras fábricas de diferentes setores da produção a se organizarem em torno de uma série de atos públicos, denúncias e manifestações estimulando a discussão sobre a questão da legislação trabalhista enquanto ponto de pauta único. Sabe-se que entre 12 e 15 de junho de 1917, por ocasião da greve, o número de "paredistas" chegava a 45.000. Eles aspiravam, entre outras coisas, "à regulamentação das horas de trabalho, do trabalho das mulheres e dos menores, à reformulação do regime interno das empresas, a salários menos reduzidos mediante a suspensão das multas e das contribuições pró-pátria, além da melhoria das condições de moradia e transporte ... liberdade de associação, de reivindicação e de protesto e por maior segurança no trabalho" (Khoury, 1981, p.23).

Os jornais da imprensa operária traziam ao conhecimento do público algumas leis brasileiras já decretadas anteriormente e que não estavam sendo executadas a contento: Lei 432 de 1896 – "o trabalho diário deve durar 12 horas, no máximo, havendo intervalo para as principais refeições; as crianças menores de 12 anos não deverão ser admitidas aos trabalhos comuns das fábricas e oficinas. As autoridades competentes poderão entretanto determinar certa ordem de trabalho acessível às crianças de 10 a 12 anos; o trabalho noturno, além de 9 horas, é terminantemente proibido aos meninos menores de 15 anos e às mulheres até 21 anos". Decreto nº1.637, de 5 de janeiro de 1907 – "o funcionamento dos sindicatos profissionais é regulado, em São Paulo, como em todo o território da União". Decreto nº2.141 de 14 de novembro de 1911 – "Não serão admitidos como operários os menores de 10 anos, podendo os de 10 a 12 anos executar serviços leves; é proibido o trabalho noturno aos menores de 18 anos; nas visitas às fábricas e oficinas de todo o gênero, os inspetores se informarão da natureza e 'tempo de trabalho', bem como de 'número, idade e sexo' dos operários nelas empregados, indicando as medidas que se

³⁴ *Jornal do Commercio*, 10/9/1917 apud Pinheiro, Paulo Sérgio e Hall, Michael M. *A classe operária no Brasil*, p.177.

Fig. 8. A oração do
operariado, suas idéias e
reivindicações

NO TEMPLO

I

O Povo ha de inda um dia entrar dentro do Templo.
E ha de essa rudo mto erguer-se sobre o altar;
E ha de dar da piedade um grande e novo exemplo,
E, ao pulpito subindo, o mundo missionar.

Heis de essa voz solemne ouvir—za nave augusta
O canto popular ao longe soará;
E a pedra, carcomida ás mãos do templo adusta,
Anciosa palpitando, o hymno escutará!

O Povo ha de fazer-se entio, bispo e levita;
E será MISSA-NOVA a missa que disser;
E ha de achar ao sermão pur thema o que medita
Huje confuso e está na mente a revolver.

Entio, por essa immensa abobada soando,
Ha de correr o som de um orgão colossal;
E una outra cruz ao altar, outro esplendor lançando
Ha de radiar luz nova ás letras do missal.

DIA SANTO ha de ser esse de festa estranha!
Com a callosa mão o Povo toma a cruz,
Amostra-a á multidão e—Christo na Montanha—
Missions... e a fronte, emtanto, inunda-se de luz!

Entio o seu olhar será a mo e espelho
Dóce, que o filho tem no olhar de sua mãe:
E tendo n'uma mão erguido o Evangelho,
Com a outra aponta ao longe o vago espaço, além...

II

Ninguém o dia sabe ao certo: emtanto vemos
Pelas signaes do céu que a AURORA perto está...
Pelas constellações é que esse espaço lêmos...
A ESTRELLA DO PASTOR desmaia... Ell-o vem já!

Sabeis que MISSA-NOVA essa é que diz o Povo?
E o orgão colossal que, em breve, vas soar?
Qual é o novo altar e o Evangelho novo?
E o thema do sermão que ás gentes vas prégar?

O Evangelho novo é a biblia da Igualdade:
Justiça, é esse o thema immenso do sermão:
A missa nova, essa é missa de Liberdade:
O orgão a acompanhar... a voz da Revolução!

ANTHERO DE QUENTAL

tornem necessárias para o bem da saúde dos mesmos operários; a lei proíbe, pois, a exploração da criança e da mulher".³⁵ E por isso, as condições para que os trabalhadores pusessem fim na greve eram assim expostas:

Os representantes das ligas operárias das corporações em greve e das associações político-sociais, que compõem o Comitê de Defesa Proletária resolveram tornar públicos os fins do movimento, formulando como se segue as condições de trabalho: 1º) Que sejam postas em liberdade todas as pessoas detidas por motivos de greve; 2º) Que seja respeitado de modo mais absoluto o direito de associação para os trabalhadores; 3º) Que nenhum operário seja dispensado por haver participado ativa e ostensivamente do movimento grevista; 4º) Que seja abolida de fato a exploração do trabalho dos menores de 14 anos nas fábricas, oficinas, etc.; 5º) Que os trabalhadores com menos de 18 anos não sejam ocupados em trabalhos noturnos; 6º) Que seja abolida o trabalho noturno das mulheres; 7º) Aumento de 33% aos salários inferiores a \$5000 e de 25% para os mais elevados; 8º) Que o pagamento dos salários seja efetuado pontualmente, cada dia 16, ou, o mais tardar, cinco dias após o vencimento; 9º) Que seja garantido aos operários trabalho permanente; 10º) Jornada de oito horas e semana inglesa; 11º) Aumento de 50% em todo o trabalho extraordinário.³⁶

Como conquista da greve de 1917 os trabalhadores foram sentindo a redução da jornada de trabalho. Não conseguiram imediatamente a regulamentação das 8 horas diárias como almejavam, porque esta só seria decretada como lei nacional com a implementação da CLT em 1943, mas a jornada de trabalho foi visivelmente diminuída ao longo das lutas sociais em curso. Já em relação às demais reivindicações e tendo em vista que, do lado dos grupos patronais, o acordado não era necessariamente cumprido, foram precisos muitos outros movimentos, entre greves, paralisações e manifestações para que as classes dirigentes ouvissem as reclamações dos operários. Depois de 1917, outra grande greve em São Paulo ocorreu em 1919, cujas exigências anteriores são recuperadas e acrescidas das questões relacionadas à educação pública, bem como à regulamentação das férias e finais de semana.

Embora a discussão sobre a instrução primária para filhos de operários já estivesse anunciada em artigos de jornal, panfletos e periódicos classistas desde o século

³⁵ *O Combate*, São Paulo, 20/7/1917 apud Khoury, Yara Aun. *As greves de 1917 em São Paulo e o processo de organização proletária*, p. 62-64.

³⁶ *O Combate*, São Paulo, 12/7/1917 apud Khoury, Yara Aun. *As greves de 1917 em São Paulo e o processo de organização proletária*, p. 207.

XIX, a educação pública não chega a atender de forma ampla a classe trabalhadora até meados da década de 1930. O que chegou a eles, fora suas próprias iniciativas, foram outros tipos de instrução bem mais "interessados" do ponto de vista da disciplina e da produtividade. No caso dos empresários, prover este tipo de educação significava possibilidade de barganha frente aos insatisfeitos e revoltosos, então, não foi coisa difícil de acontecer. Embora de forma não homogênea e ainda bastante restrita a poucas fábricas de alguns setores, em 1909, escolas e creches já eram oferecidas por duas grandes fábricas de tecido em São Paulo, "Ipiranga" e "Santa Branca". Em 1917, Jorge Street, no artigo então mencionado, também se colocava a favor de uma "legislação escolar", dizendo que as escolas para crianças operárias deviam lhes dar instrução e educação moral compatíveis com a sua situação na sociedade. Vistas sob o aspecto do controle e do poder, as escolas maternais e creches foram, assim, regulamentadas em 1924 e envolvidas dentro de uma proposta tutelar e protetora. Dentro das iniciativas de parceria entre os empresários e o Estado, a educação figurava como mais um elemento de diferenciação no tratamento da classe trabalhadora, que visava assegurar as condições adequadas para a produção e a reprodução da força de trabalho.

Chamamos a atenção de V. Sas. , para o número do Diário Oficial do Estado, de 6 do corrente, em que vem publicado o Dec. nº3.708, que aprova o Regimento Interno das Escolas Maternais, nas fábricas. Não precisamos discorrer sobre as Escolas Maternais e nos limitamos a mostrar duas das grandes vantagens que a sua instalação traz aos patrões: 1º) A fixação do operário na fábrica e a possibilidade das mães trabalharem com eficiência, uma vez que os filhos de tenra idade ficam confiados às Escolas. 2º) O amparo das crianças durante as horas de trabalho dos pais. A primeira vantagem é de ordem utilitária e a segunda de ordem humanitária e as duas vantagens se completam.³⁷

Já a lei de férias, regulamentada pelo Decreto nº17.496, de 30 de outubro de 1926, encontrou muita resistência no meio empresarial. Primeiro, pelo distanciamento da fábrica e pela possibilidade de organização dos trabalhadores mediante o surgimento e aumento do tempo livre. Depois, pelo risco da improdutividade, tendo em vista que durante os momentos de ócio, divertimento e descontração o operário poderia desperdiçar energias fundamentais a serem empregadas na produção e, por fim, pelo perigo eminente para o

³⁷ Circular n.323 do Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem, São Paulo, 7/5/1924 *apud* Pinheiro, Paulo Sérgio e Hall, Michael M. *A classe operária no Brasil*, p.211-212.

homem habituado ao trabalho de se corromper pelos vícios e pelos hábitos da luxúria e da vagabundagem, "se não tiver suficiente elevação moral para dominar os instintos subalternos que dormem em todo o ser humano" (Nogueira *apud* Vianna, 1978, p.79).

Entre os argumentos dos empresários, a lei de férias seria imprópria porque em oposição ao trabalho intelectual, o trabalho manual, desenvolvido pelos operários, apenas demandaria "atos habituais e puramente animais da vida vegetativa" e, assim, dentro de certos limites, não exigiria tempo livre para sua recuperação. Além disso, como suas faculdades morais e intelectuais não eram afinadas pela educação e pelo meio, o que poderia fazer um proletário durante 15 dias de ócio? Se freqüentasse a rua estava sujeito a todos os tipos de vícios latentes, bem como aos perigos que ela poderia representar para o trabalhador inativo, presa fácil aos princípios detestáveis do crime e da ociosidade. Para o seu devido descanso, o trabalhador deveria contar com o lar, lugar onde ele teria todo o conforto do ambiente doméstico, encontrando-se com seu *habitat* costumeiro, aonde poderia recuperar-se do desgaste físico e as condições psicológicas para o retorno ao trabalho. E mesmo que o trabalhador resolvesse desgastar-se por meio de diversões, em casa ele teria as estruturas morais reparadas pela convivência com os filhos e a sua disciplina renovada com facilidade e dentro dos padrões de normalidade para dar sequência à semana vindoura, coisas que as férias não lhe trariam. Nesse particular, é importante a reflexão de Maria Auxiliadora Guzzo de Decca (1991) a respeito do cotidiano operário em São Paulo, suas relações familiares e suas condições de habitação.

Quando as fábricas ou empresas dispunham de vilas operárias ou casa para moradias dos trabalhadores em cercanias, havia também regulamentos para controle da vida proletária fora dos muros das fábricas. Havia normas para a movimentação de pessoas, com horários fixos de entrada e saída, horário de silêncio, horário para dormir, etc. A vida operária era controlada também nas vilas operárias através da creche, da escola, da igreja, dos equipamentos de lazer existentes, sendo os costumes policiados para um bom desempenho e produtividade no trabalho. Em troca, portanto, de condições de habitação melhores e mais estáveis, o operariado dessas vilas era submetido mais diretamente ao controle dos industriais, até mesmo em seu tempo livre. A disciplina rigorosa do interior das fábricas era estendida para fora delas, nas vilas que constituíam um prolongamento do universo fabril (p.15).

Dessa forma, a conquista e o progressivo aumento do tempo livre foram acompanhados de perto pelo crescimento das preocupações em torno das atividades que

nele seriam desenvolvidas. E se não houve uma intervenção imediata sobre as práticas culturais como o ócio e os tipos de divertimento, várias outras estratégias foram pensadas e implementadas com o objetivo de controlar e reprimir o trabalhador. Primeiro foram as escolas, as vilas operárias e as formas de instrução oferecidas pelas indústrias, pela Igreja e pelas classes dirigentes que, possuindo objetivos nitidamente utilitários e disciplinares, visavam garantir as condições necessárias à reprodução da força de trabalho e o controle do trabalhador dentro dos padrões estabelecidos como "normais" do ponto de vista da civilidade e da racionalidade produtiva. E segundo, a intervenção mesma sobre as diversas ocupações do chamado tempo livre, uma vez que este deveria ser a extensão da lógica do trabalho e se tornar um *locus* de vivência e fruição distinto para as diferentes classes. Enquanto para a burguesia nascente o tempo livre significava a afirmação de certos valores, normas de conduta e difusão de certos confortos, requintes e ideologias, para a classe trabalhadora, tornou-se um tempo determinado pelo capital, primeiro como tempo necessário à recuperação de suas forças físicas para o retorno à produção e, depois, como um tempo em que as atividades nele contidas deveriam instrumentalizar, conformar e cooptar a classe trabalhadora, contribuindo para a construção de uma nova subjetividade.

Dadas a intensidade de trabalho e a produtividade do trabalho, o tempo que a sociedade tem de empregar-se na produção material será tanto menor, e, em consequência, tanto maior o tempo conquistado para a atividade livre, espiritual e social dos indivíduos, quanto mais eqüitativamente se distribua o trabalho entre todos os membros aptos da sociedade, e quanto menos uma camada social possa furtar-se à necessidade natural do trabalho, transferindo-a para outra classe. Então, a redução da jornada de trabalho encontra seu último limite na generalização do trabalho. Na sociedade capitalista, consegue-se tempo livre para uma classe, transformando a vida inteira das massas em tempo de trabalho.³⁸

Em outras palavras, é possível dizer que o parco tempo livre da classe trabalhadora, na sociedade capitalista nascente, se vê submetido à lógica do capital não só porque a jornada de trabalho ocupava a maior parte do tempo da vida de um trabalhador, mas também porque além do tempo estritamente dedicado à produção de mercadorias, o mundo do trabalho, representado também pelos processos de alienação, de circulação e

³⁸ Marx, Karl. *O Capital*, livro I, v.2, 1890, p.607.

consumo dos produtos e valores criados, determina o cotidiano do trabalhador envolvendo suas formas de diversão e suas relações sociais mais amplas.

Assim, o aparecimento do tempo livre como um tempo oposto ao trabalho não se deu imediatamente após a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, também não se deu apenas pelo incremento da produtividade através das técnicas de produção mais modernas. O tempo livre aparece, pois, como fruto das tensões entre capital e trabalho, como conquista social dos trabalhadores em face das exaustivas jornadas de trabalho e das péssimas condições de subsistência a que estavam submetidos e, ao mesmo tempo, como concessão da sociedade política frente aos apelos da sociedade civil organizada, ou seja, como possibilidade de controle e de divulgação de novos saberes, signos e mercadorias associadas à geração de lucro. Ele nasce também como elemento constitutivo de um novo imaginário, de uma nova ideologia, como fundamento das sociedades modernas, em que há uma rígida fragmentação, racionalização e oposição de certas dimensões do tempo social, acompanhando os processos mecânicos do mundo da produção, bem como as conseqüências do trabalho alienado típico das sociedades capitalistas.

Com efeito, o processo de absorção de um padrão estrutural e dinâmico de organização da economia, da sociedade e da cultura, com a nacionalização do trabalho assalariado e a expansão da ordem social competitiva, além das implicações que gerou para a desagregação do regime escravista e da política aristocrática e patriarcal, consubstanciou o projeto de dominação da burguesia nascente provocando uma nova "Revolução Burguesa",³⁹ agora baseada na sociedade de classes. A chamada "Revolução de 30" seria, então, um rearranjo dos interesses coletivos da burguesia que deram origem a novas formas de organização do poder nos níveis econômico, social e político.

Assim, as tensões e os conflitos sociais desencadeados entre trabalhadores livres e empresários da emergente burguesia urbana dão o tom da configuração política e econômica da sociedade paulistana após 1930, período em que se afirmam as relações entre capital e trabalho sob a dinâmica do trabalho livre. É neste processo de confrontos,

³⁹ Segundo Octavio Ianni (1985), as classes dominantes sempre buscaram impor os seus interesses sobre o conjunto da sociedade, seja por meio da violência, seja antecipando-se na adoção de medidas paliativas, seja cooptando lideranças e organizações, de modo que, para este autor, há algo na história da sociedade brasileira que permite que o poder das classes dominantes imponha-se aos grupos subordinados e consiga reiterar e fortalecer as estruturas e funções nacionais de sua dominação de classe. Ao refletir sobre a confusão historicamente existente entre o poder estatal brasileiro, a economia política do capital e a acumulação capitalista, Ianni observa, portanto, os diversos momentos em que o poder estatal se reorganiza em função da conservação das estruturas de dominação, o que ele passa a chamar de "Ciclos da Revolução Burguesa no Brasil".

movimentos e disputas que há o estabelecimento de uma divisão mais precisa do tempo social, entre tempo de trabalho e tempo livre, tendo em vista a definição de uma jornada de trabalho, o assalariamento, as condições de sobrevivência da classe trabalhadora, as suas formas de luta e resistência, as possibilidades de conscientização, enfim, a situação da educação, da habitação e outras experiências culturais ligadas à sociabilidade, ao ócio e aos divertimentos.

No Brasil, em meados dos anos trinta, essa transição é sucedida pela consolidação do modo de produção capitalista e pela "naturalização" da oposição entre trabalho e tempo livre, de forma que as atividades do tempo livre se tornam também mercadorias a serem compradas e vendidas. A ruptura da ortodoxia liberal, promovida pelos próprios setores oligárquicos que a implantaram, e a pressão operária pela intervenção legal do Estado sobre o mercado de trabalho, ao invés de propiciar o desenvolvimento do projeto fordista da facção burguesa industrial, vão, ao contrário, propiciar um controle, cada vez mais intenso, da vida social, subsidiando a constituição do Estado *benefactor*, conforme Luiz Werneck Vianna (1978). A década de 1930 corresponde também à fase em que se criou a legislação trabalhista, bem como políticas públicas específicas para os setores populares, com vistas à cooptação da classe trabalhadora e à sua completa adequação ao plano econômico em desenvolvimento, ou seja, em troca da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT - 1943), o operário foi obrigado a abrir mão de sua autonomia sindical, tendo sua vida atrelada ao Ministério do Trabalho, isso no decorrer dos anos posteriores e particularmente durante o Estado Novo.

Além disso, as condições externas da existência e da ação humanas, que se formam e evoluem objetivamente, e os modos subjetivos de pensar, ser e agir socialmente constituem formações simultâneas das classes e processos sociais. Conforme Florestan Fernandes (1981), a emergência e a difusão de atitudes, avaliações e comportamentos típicos do espírito capitalista antecedem a formação do capitalismo, mas esse processo, por sua vez, modifica o próprio espírito capitalista em sua organização, conteúdos psicossociais e sócio-culturais, tanto quanto em suas orientações exclusivas. Pode-se afirmar, então, que a educação e, mais especificamente, o tempo livre são dois componentes desse novo cenário em que a configuração econômica e os processos subjetivos estão sendo reordenados de acordo com a lógica das relações monetárias e do mercado capitalista.

Garantida a hegemonia e o poder político-econômico das classes dirigentes representadas pelo Estado com a "Revolução de 30", não só as questões ligadas ao trabalho e à produção passam a ser dominadas e controladas pelos grupos industriais e pela burguesia urbana, mas também as questões relacionadas à família, à educação, à saúde e aos momentos de descontração, descanso e diversão do trabalhador paulistano. Com a crescente diminuição da jornada de trabalho, a lei de férias e a semana inglesa, inúmeros empresários começam a se preocupar com os usos do tempo livre do trabalhador, atividades que passarão a ser vigiadas do ponto de vista da ordem, da moral e da produtividade, já que também nessa medida de tempo as práticas sociais, os valores e os comportamentos deveriam estar corroborando para a construção de uma nova subjetividade adequada à ampliação da ordem capitalista. É nesta década também que surgem as primeiras iniciativas públicas para a ocupação do tempo livre pela classe operária em São Paulo, projeto fundamental para a efetivação do controle e da cooptação do proletariado no sentido de sua adequação à ordem burguesa e capitalista. Isto significa que "O domínio integral da burguesia (domínio mais direção da vida social) requer um sistema de organização da vida das classes subalternas. Crenças, valores, formas de lazer e conduta instintiva são questões a serem resolvidas no sentido de adequá-los à ordem em curso" (Vianna, 1978, p.79).

Enfim, no trabalho e no tempo livre, do que necessitava a ordem de produção capitalista, segundo Marx (s/d), era da condição servil das massas, da sua transformação em mercenários e da conversão dos seus meios de trabalho em capital.

CAPÍTULO 2

Educação, cultura e cotidiano: controle e subversão do tempo livre

Assim como nas questões econômicas e políticas, entre o final do século XIX e as três primeiras décadas do século XX, em São Paulo, operam-se mudanças significativas no que se refere aos padrões de vida, aos hábitos, aos valores, aos saberes e às formas de organização da cultura. Tais transformações se articulam, em grande parte, a um conjunto de idéias a respeito da disciplina, do caráter, da moral, da autonomia, da liberdade, da civilidade, da higiene, da modernidade e da educação que, difundidas por educadores, intelectuais, estadistas e higienistas, contribuíram para a composição de um novo universo simbólico. A criação desse imaginário, na medida em que penetrava o cotidiano da família brasileira, atuava no plano da sua formação cultural, alterando, assim, suas relações de sociabilidade, seu comportamento, seus desejos e aspirações, suas necessidades e costumes, bem como a configuração do seu tempo e espaço de descanso e diversão.

Entretanto, esse novo perfil cultural do homem, da mulher e da família brasileira só poderia fazer-se como um componente significativo nesse período de transição porque estava intimamente articulado às demandas objetivas. Isto é, os modos de ser e viver a realidade, transformados concretamente pela ação dos homens no movimento da história, exigiam a criação de percepções e respostas adequadas às situações impostas a cada uma das classes sociais. E como a implementação das relações capitalistas baseadas no trabalho livre, a constituição do Estado federativo, o processo de industrialização, de urbanização e de modernização da cidade de São Paulo haviam criado um novo cenário composto por duas forças político-econômicas opostas – o operariado urbano e a burguesia industrial – para compreender esse novo universo simbólico, é importante perceber que a sociedade viveu, então, experiências culturais distintas, uma vez que as condições de existência, para cada uma das classes sociais, eram contrárias e igualmente conflitantes.

Nessa direção, a cultura e o cotidiano da família paulistana precisam ser pensados em seu processo de tensionamento, no qual os interesses da classe dominante se sobrepõem aos da classe dominada, ainda que contraditoriamente. Ou seja, ao passo que a classe trabalhadora se conforma à ideologia burguesa, ela também resiste, denunciando as formas de opressão e exploração a que estava submetida, e cria mecanismos de produção cultural e subversão relativos às suas possibilidades e condições de existência. Ao fazer isso, o operariado paulista expressava uma consciência possível e apresentava perspectivas de libertação e transformação compatíveis ao contexto, às suas necessidades e aspirações. Assim, as formas de ação e compreensão da realidade, a constituição do imaginário social, da ideologia e da produção simbólica como processos históricos, complexos e contraditórios que se conjugam na sociedade da época, correspondiam às experiências materiais e concretas, também históricas, complexas e contraditórias.

Faz-se necessário, portanto, conhecer os fundamentos da ideologia burguesa, os diferentes modelos de formação humana e as práticas de resistência operadas pelos trabalhadores que, junto às mudanças culturais das atividades cotidianas, estarão definindo, não só no imaginário social, mas na *práxis*, um novo modelo de homem e de organização sócio-cultural. Dessa maneira, é possível demonstrar que as alterações ocorridas no âmbito da produção, da cultura e sobre a visão de mundo, não só transformaram as formas de relacionamento durante o tempo de trabalho, mas também durante o tempo livre. É este o objetivo deste capítulo.

No sentido de compreender a ideologia, os modelos educativos e as experiências culturais no início do século XX, é preciso rever um movimento político, científico e educativo, protagonizado pela ação de médicos e higienistas, que desenvolvem ao longo do século XIX um projeto de controle corporal da população brasileira. Apresentando uma nova e moderna concepção de corpo, saudável e higienizado, a instituição médica, sustentada pelo discurso da ciência, reprovou e modificou os hábitos corporais da família patriarcal, afirmando-se como a única instância capaz de receitar aos indivíduos os devidos cuidados com a saúde do corpo.⁴⁰ Com isso, buscava alterar a perspectiva de vida de cada membro familiar, promovendo o bem-estar no interior da vida privada. Esse discurso, que Marilena Chauí (2000) chama de discurso competente,⁴¹

⁴⁰ Cf. Soares, Carmen Lúcia. *Educação Física: raízes européias e Brasil*, p.85-96.

ensaiaria os primeiros passos da "ordem e do progresso", buscando impulsionar, por meio de normas de comportamento e da aquisição de hábitos saudáveis, as transformações necessárias que colocariam, pretensamente, a sociedade brasileira entre as civilizações mais desenvolvidas do mundo.

Para alcançar seus objetivos, o pensamento médico-higienista colocou em dúvida diversos aspectos da vida familiar, a começar pelas condições de salubridade das habitações, os índices de mortalidade infantil, a frequência das epidemias e o contagioso contato com negros escravos no ambiente doméstico. A família é, então, submetida a um estado de dependência tal que passa a necessitar da tutela e da assistência especializada e a ordem médica se transforma em norma familiar. Além disso, a incapacidade familiar para gerenciar os cuidados necessários à manutenção da vida é tomada como uma questão social e vem ao encontro dos interesses do Estado, que buscava suprimir a autoridade da família patriarcal perante a organização da vida social. Assim, o poder que, em princípio, era exercido sobre o corpo individual, ultrapassa os limites da saúde e da higiene para operar-se sobre o corpo social, no sentido de modificar a feição da ordem colonial, retrógrada e arcaica que ainda restava.

Tratava-se, nesse particular, de um processo de aburguesamento da sociedade, que tinha no corpo e nas práticas corporais as suas incisões mais características.⁴² Não é a toa que o excessivo valor atribuído aos exercícios corporais e aos hábitos saudáveis pelos médicos cumpriu funções muito importantes na formação cultural das sociedades burguesas. No Brasil, é assim que a educação física torna-se responsável pela demarcação social entre o corpo higiênico e o corpo relapso do indivíduo colonial. E é esta mesma idéia de corpo robusto, forte e produtivo que irá disseminar preconceitos acerca dos demais padrões étnicos ou raciais não adequados ao modelo de homem branco e europeu. Para Jurandir Freire Costa (1999), o cuidado higiênico com o corpo fez do preconceito racial um elemento constitutivo da consciência de classe burguesa, ou seja, "a consciência de

⁴¹ Segundo Marilena Chauí (2000), o discurso competente é aquele que pode ser proferido, ouvido e aceito. Em outras palavras é aquele que já foi tratado dentro dos cânones instituídos, no qual os interlocutores também já foram reconhecidos como tal e que é, nas sociedades modernas, sustentado pelo conhecimento científico, hipervalorizado nestes contextos.

⁴² Ao relacionar o desenvolvimento da medicina social com o capitalismo, Michael Foucault (1988) argumenta que "o controle sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo" (p.80). Salieta ainda que o primeiro objeto de cuidados da medicina social não foi o corpo do trabalhador, mas o corpo da emergente burguesia urbana e industrial, para que se tornasse o modelo de superioridade. Já o corpo do trabalhador seria socializado como engrenagem de produção, como coisa, como força de trabalho.

classe tem, na consciência da 'superioridade' biológico-social do corpo, um momento indispensável à sua formação" (p.13).

Ao lado da educação física, colabora nesse processo a educação moral e intelectual, higienizando as mentalidades, refinando os gostos e os costumes, cultivando cientificamente as formas de instrução, o que possibilitaria a criação da figura secular do indivíduo contido, disciplinado e civilizado, cujo modelo acabado era o próprio *gentleman*. A educação intelectual e moral conduzida pela ciência médica, além de ter contribuído para o crescimento do autocontrole, da autopunição e da autoculpabilização do sujeito aburguesado, hierarquizou as capacidades humanas de maneira que aos homens era atribuído o exercício das profissões intelectuais, enquanto à mulher eram reservadas as atividades domésticas.⁴³

A educação sexual, que para a higiene deveria transformar homens e mulheres em reprodutores de proles saudáveis e de raça pura, conseguiu que as condutas sexuais masculina e feminina fossem reduzidas às funções sócio-sentimentais do pai e da mãe. Dessa maneira, o amor entre pais e filhos concretizava o sonho da família nuclear, base sustentadora da ideologia burguesa, da propriedade privada e do modo de produção capitalista. Em contrapartida, "as novas relações conjugais e sexuais da família citadina desencadeariam uma repressão sexual intrafamiliar que, até bem pouco tempo, transformou a casa burguesa numa verdadeira filial da 'polícia médica'" (Costa, 1999, p.15).

Disfarçado sob o rótulo do novo, do moderno, do higiênico e do civilizado, escondia-se um pensamento pedagógico que, através do discurso científico, decretava a menoridade racional da família brasileira, ao mesmo tempo que justificava a necessidade da instrução como estratégia de moralização e controle das relações sociais. Esse discurso, entretanto, ganhava visibilidade na medida em que tornava pública uma preocupação aparente com o povo e para o povo. No discurso educacional voltado à escolarização da população brasileira, fica evidente a preocupação com o desenvolvimento moral, com a diminuição da delinqüência, com a higiene, com o aperfeiçoamento da raça, como também é nítido o incentivo à aquisição de hábitos corporais, à prática de atividades lúdicas

⁴³ As mulheres, no processo de aburguesamento da sociedade, foram bombardeadas por argumentos que procuravam convencê-las da importância do seu papel social como "guardiãs do lar" e de sua "vocação natural" para a procriação. Na verdade, houve uma tentativa de normatização de um novo perfil estético e de feminilidade voltado à intimidade da família, onde deviam ser cultivadas as virtudes burguesas. Sobre esse assunto, consultar Margareth Rago, *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*, p.74-75 e Jurandir Freire Costa, *Ordem médica e norma familiar*, p. 82-83.

compensatórias ao desgaste provocado pelo trabalho e destrutivas dos vícios devastadores da sociedade.

Cresce, então, associada ao discurso médico, a propaganda da escola como instância capaz de disciplinar e orientar as atividades de diversão e, assim sendo, não poderia deixar de incluir as modernas e educativas práticas da recreação. Isso representava, não só uma preocupação com os usos "ilícitos" do tempo livre, mas também a intervenção sobre o ócio e a alteração dos hábitos e tipos de divertimentos tradicionais. A ociosidade, entendida como produtora da violência, da criminalidade, da capoeiragem, da vagabundagem, dos vícios, das doenças e das epidemias, seria a principal atividade do cotidiano familiar a ser questionada, enquadrada e combatida. A orientação pedagógica contida nas atividades de recreação desenvolvidas na escola visava disciplinar o corpo no sentido de que, no tempo livre, não se flexibilizasse com a preguiça nem com o desconforto físico.⁴⁴ O objetivo era que também a recreação fora da escola fosse formativa. Mas implicitamente, o que se obtinha era uma nova significação do ócio e dos divertimentos, bem como uma nova diferenciação entre tempo de trabalho e tempo livre. Depois de cumpridas as atividades laborativas, o homem deveria dispor, como recompensa, do descanso, e não poderia ficar desperdiçando tempo com tarefas em que se perdessem as energias. Assim, a dimensão utilitária do tempo é outra idéia marcante a ser introduzida pela educação.

A recreação deveria servir à recuperação das energias gastas no trabalho. O lazer perdia seu caráter de gratuidade e progressivamente definia-se como higiene física e mental. O ócio se inseria no circuito da obrigação. Também ele tinha que ser disciplinado, e dele só deveriam usufruir os que se submetessem ao trabalho (Jurandir Freire Costa, 1999, p. 184).⁴⁵

⁴⁴ Segundo Jurandir Freire Costa (1999) "a finalidade explícita deste controle do tempo era de não deixar margem à ociosidade. O ócio induzia à vagabundagem, à capoeiragem e aos vícios prejudiciais ao desenvolvimento físico e moral" (p.83).

⁴⁵ Na sociedade colonial, conforme Jurandir Freire Costa (1999), o lazer, quando não se confundia com o trabalho, não era objeto de nenhuma codificação; o ócio era aproveitado anarquicamente, sem compromisso com os objetivos de qualquer ordem; já o tempo livre e a diversão cotidiana improvisavam-se ao sabor das circunstâncias. Observa-se, então, como a confusão entre ócio, lazer, tempo livre e recreação aparece nas reflexões do autor. Tentarei demonstrar que o lazer é um fenômeno moderno, instituição que corresponde ao desenvolvimento do capitalismo, da industrialização e da urbanização. Nesse sentido, não há como perceber o lazer na sociedade colonial. Nela, o que existe é o ócio como um hábito tradicional que, no processo de modernização e aburguesamento da sociedade passa a ser combatido justamente porque se torna incompatível com a racionalidade produtiva e com o desenvolvimento do capitalismo. Já a recreação, esta surge dentro da escola para que tanto o tempo livre como a educação adquirissem um caráter utilitário, correspondente aos valores desse processo de modernização e mercantilização das relações sociais, do tempo e do espaço de convivência coletiva.

Dessa maneira, o controle médico de cada indivíduo em particular e das famílias em geral não se deu somente sobre as determinações biológicas do corpo humano, uma vez que o discurso da saúde e da higiene envolveu de forma ampla as relações conjugais, de sociabilidade, os comportamentos sociais e mesmo as atividades lúdicas do dia-a-dia. E quanto mais a organização da vida cotidiana incorporava os preceitos definidos pelo conhecimento médico, mais visibilidade ganhava, assumindo a condição de manifestação pública. Frequentando o espaço da aparência, o cotidiano doméstico é remodelado de acordo com os novos estatutos econômicos, políticos e sociais que estavam a exigir da família brasileira a sua adequação ao desenvolvimento do capitalismo e ao processo de urbanização, industrialização e de modernização das cidades mais importantes como São Paulo.

Iniciado o processo de medicalização e aburguesamento da família patriarcal e incorporada a perspectiva de modernização subjacente à política de urbanização e industrialização, a sociedade brasileira passaria por um processo de recondicionamento do seu tempo e espaço de convívio social. A diferenciação dos "lugares" que cada grupo social ocuparia na hierarquia do espaço urbano acompanharia a definição do pacto de igualdade entre os homens na ordem liberal republicana, desenvolvendo-se, pois, a partir da transição para o trabalho livre.

Na cidade de São Paulo, esse processo de reordenamento e redistribuição do espaço social acontece mais perceptivelmente nas primeiras décadas do século XX. Nos anos 20, em especial, São Paulo se vê alvo de um conjunto de reformas urbanas e arquitetônicas que a colocariam entre as metrópoles mais modernas do mundo. Porém, a vivência dos diferentes tempos e espaços, associada aos novos significados atribuídos ao corpo e às relações sociais, acarretaria conflitos e dificuldades para os habitantes da cidade. Uma sensação de estranhamento diante do crescimento virtuoso da urbe, de medo e fantasia frente às novas formas de trabalho, circulação, convivência e diversão, bem como de desespero em face das contradições sociais e dos contrastes urbanos envolveria toda a população. A cidade seria codificada conforme a nova ideologia e representada como *icone* dos novos estatutos simbólicos e culturais.

De uma forma geral, buscava-se organizar e higienizar a cidade. Nela, alastravam-se as epidemias, os vícios e a mendicância, o que justificava a necessidade de discipliná-la, de esquadrihá-la e de moralizá-la, pois assim seria possível controlar e civilizar também a população. Não é a toa que o restante da geografia e dos encantos

naturais, exóticos e seculares da cidade passam a intimidar o poder público que, na busca da modernização, não poderia deixar de assimilar as soluções urbanísticas adotadas nos países europeus e nos Estados Unidos, com vistas ao embelezamento da urbe e à suposta melhoria das condições de vida da população.

O projeto devastador do bosque tropical da Avenida Paulista para transformá-lo em um jardim gramado e bem comportado, era de um inglês responsável mundialmente pelo empreendimento imobiliário das cidades-jardins e fora planejado tanto porque a floresta tropical não se harmonizava com o urbanismo britânico, quanto porque a mata virgem impedia a visão panorâmica para a promoção de vendas e o incremento do valor especulativo do que se anunciava como o primeiro bairro moderno de São Paulo. Enquanto isso, a orla da colina central da cidade perdia seus últimos traços originais, assim como o santuário onde os jesuítas haviam celebrado sua fundação se apagava, definitivamente, da visão e da memória.⁴⁶

Os declínios do Anhangabaú e os pântanos do Tietê ganhavam os finos toques da França e se transformavam num panorama cenográfico virtuoso e elegante, com palmeiras e tapetes gramados recortados de trilhas, passeios e canteiros. Nessa época, nota-se ainda o surto fantástico da moderna verticalização do centro da cidade, o que agravaria, desastrosamente, o já drástico problema da centralização dos serviços e o estrangulamento do tráfego. Dessa maneira, o processo de modernização modificaria os recortes disciplinados da antiga aldeia e alteraria a territorialidade de seus habitantes, ao mesmo tempo em que um dispositivo ideológico naturalizava o processo de segregação social em desenvolvimento.

Além do aspecto geral da cidade, outra reforma operada com vistas à realização de uma certa identificação cultural acontece sobre as habitações familiares e sobre o padrão social e de moradia adequado a cada uma das camadas sociais. Um novo estilo de vida a ser usufruído no tempo livre pela sociedade aburguesada é desenvolvido e destinado a ajustar-se às necessidades de classe. E ao mesmo tempo em que há uma separação e diferenciação dos espaços da cidade, ocorre um processo de reconhecimento interno a cada camada social e a cada região.

A casa ideal para a classe média paulistana não era mais nem a casa grande da zona rural, antes planejada para a convivência da vida privada e familiar, nem o apartamento de um grande edifício situado nas ruas de maior importância comercial. Era

⁴⁶ Cf. Sevcenko, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole*, p.115.

agora a casa de campo urbanizada, rodeada de um amplo espaço verde e ajardinado⁴⁷. É possível identificá-las na cidade de São Paulo a partir de 1910, quando a avenida paulista é tomada por uma fileira de casarões amplamente arquitetados de acordo com os ideais de urbanização das políticas de parques e jardins. O fato de tais condomínios serem comunidades destinadas a uma classe, geograficamente isoladas do restante da sociedade, tornava mais fácil a concentração dos confortos da vida burguesa. Nos anos 20 e 30, o crescimento do setor de construção civil é ainda mais impressionante.

O número de construções e obras licenciadas na capital foi de 171 habitações térreas e 202 sobrados num total de 373 habitações. A área coberta em pavimento térreo foi de 45.808 metros quadrados contra 49.704 no mês de Abril. ... Foi licenciada a construção de 171 prédios de um pavimento, 193 de 2 pavimentos; 2 prédios de 3 pavimentos; 1 prédios de 5, de 12 e de 17 andares; 2 prédios de 3, 6 e 8 pavimentos.⁴⁸

Além disso, estas mesmas casas passavam a concentrar, num mesmo ambiente, espaços para o convívio íntimo e também para a realização de diversos tipos de reuniões sociais.⁴⁹ Festas, bailes dançantes, jantares e outras comemorações bancadas a convite das famílias mais endinheiradas da cidade, ganhavam importância na medida em que a casa se tornava um espaço de representação do *status* social. Fora dela, os filhos ociosos da burguesia urbana passavam o seu precioso tempo nos recém criados clubes de campo, que significavam um território especial para sua demarcação, pois as atividades lá desenvolvidas, dentre elas as práticas esportivas e os jogos de passatempo, distinguiam as camadas urbanas entre aquelas cujo tempo social estava totalmente comprometido com o trabalho e aquelas que desfrutavam de bastante tempo livre para cultivar outros interesses.

Mas ao contrário do projeto jesuíta, a moderna São Paulo vinha crescendo à margem de qualquer ética da prudência ou do bem-estar. A cidade submetera-se a tal prática especulativa que, sem qualquer regulamentação, tornava desconexos entre si os bairros e setores do município, ao passo que concentrava o comércio e os serviços na área do Triângulo Central, criando dificuldades de circulação e fluxo.

⁴⁷ Cf. Hobsbawm, Eric. *A era dos Impérios*, p.235.

⁴⁸ Atos do Prefeito de São Paulo: "As construções na capital em maio". *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, v. 13, 1935, p.173.

⁴⁹ Nota-se aqui como o cotidiano da família urbana e burguesa é em seu território, arquitetura e simbologia totalmente remodelado, pois a intimidade doméstica para a família patriarcal era extremamente reservada.

Fig. 9. Avenida Paulista: representação territorial e habitacional da vida burguesa

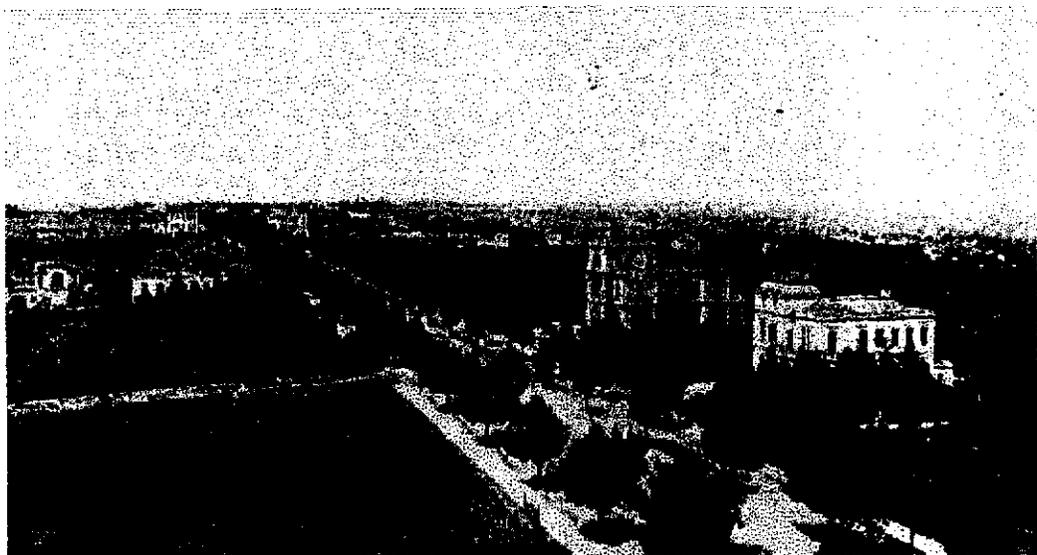


Fig. 10. Avenida São João em 1914



O desenvolvimento urbano não era acompanhado pela ampliação dos serviços públicos mais elementares, como a limpeza das ruas e as prevenções sanitárias, submetendo boa parte da população que vinha para São Paulo em busca do trabalho nas indústrias a condições muito precárias de sobrevivência. Os altos índices de doenças e epidemias provocados, em grande medida, pela própria concentração da população que crescia nos cortiços dos grandes centros, eram vistos e comentados pelos intelectuais, pelas autoridades, pelas classes dominantes e, de uma forma geral, pela população.

Oh! Os cortiços! Já viu o leitor um cortiço, ou pelo menos já calculou o que seja isso? Um corredor ao ar livre, para onde dão dez ou quinze portas de cada lado. A cada porta corresponde uma habitação: nada mais que um cômodo, por muito favor dois, onde se aboetam, sabe Deus como, pais e filhos. A cozinha é apenas o fogareiro que se vê à porta... Foi nos cortiços que a epidemia de 1918 mais fez vítimas, sobretudo nos primeiros dias, quando ainda não havia hospitais em número suficiente. Ora, depois da gripe, era de se esperar que as nossas autoridades não perdessem de vista os cortiços, e, ou tratassem de acabar com eles ou exigissem de seus proprietários uma higiene rigorosa, rigorosamente fiscalizada. Entretanto nada ou quase nada foi feito nesse sentido e os cortiços continuaram a aumentar em número, pomposamente denominados de "vilas", e dando rendimentos fabulosos aos proprietários ("Uma rua de cortiços" *O Estado de São Paulo*, 5/2/1921 *apud* Sevchenko, 2000, p.129).

Assim, na perspectiva de "limpar" a área central da metrópole, os trabalhadores que moravam em pensões, cortiços e estalagens foram completamente expulsos de suas habitações e transferidos sem escolha aos setores mais afastados dos espaços de circulação e de convívio da burguesia urbana e industrial. A reconfiguração do centro da cidade como um território estratégico do ponto de vista das vantagens comerciais e do mercado de consumo de produtos industrializados, ganhava uma estética requintada e peculiar que visava expressar, de certa forma, o caráter da cidade. A ocupação do centro deveria exibir para fora o aspecto higiênico e civilizado da metrópole e de seus habitantes, por isso, dele foram afastados os mendigos, as prostitutas, as quitandeiras, os biscateiros e outros que pudessem afrontar o perfil moral e estético daquilo que se buscava representar para o resto do país, bem como para fora dele. É assim que ocorre o inchaço dos bairros operários como o Brás, o Bexiga, o Bom Retiro, a Moóca que, já amplamente habitados por pobres e imigrantes, ainda acolheram grande parte dos trabalhadores retirados das pensões e cortiços do centro da cidade.

Bairro pobre, cuja população é na sua maioria constituída de gente simples, que mora em casas modestas, quando não habita cortiços insalubres e que se estiola nas fábricas e oficinas, o Brás foi sempre desprezado. Não lhe vale possuir centenas de casas comerciais de grande importância e um sem-número de fábricas de todos os produtos, como não lhe vale entrar anualmente para os cofres públicos com milhares de contos de réis; ninguém se interessa por ele ("O abandono do Brás", *O Estado de São Paulo*, 21/1/1921, *apud* Sevcenko, 2000, p.130)

Estes bairros, alguns deles próximos às fábricas em que muitos de seus moradores trabalhavam, outros distantes do centro e até de difícil acesso, eram, em sua maioria, muito parecidos no que diz respeito às condições econômicas, de alimentação, de habitação e de higiene de seus habitantes. Mais do que outros setores da metrópole, os bairros operários sofriam com a falta de saneamento; sem rede de esgoto, sem água encanada, a frequência das epidemias era altíssima e quando os poços eram construídos muito próximos às fossas, os índices de mortalidade infantil disparavam. Segundo Raquel Rolnik (1994), as zonas populares que foram se formando à margem das ferrovias como núcleos avançados de urbanização englobavam desde operários fabris até o setor "desagregado", cujo espaço labiríntico dos cortiços e vilas habitava a maior parte dos pobres da cidade. Enquanto isso,

(...) nas colinas e alamedas retilíneas e arborizadas se localizam os palacetes dos ricos: as distâncias estão agora topograficamente marcadas. Espaço hierarquizado: qualquer um sabe o seu lugar, qualquer um identifica onde pode e onde não pode circular. Nos bairros populares são os lotes superocupados horizontalmente, formando becos e vilas, entremeados por galpões industriais. Exiguidade de espaços privados, profusão de espaços semipúblicos densamente ocupados. Geralmente barro nas ruas, esgoto a céu aberto e bonde na via principal. O bairro dos ricos é aquele cujas mansões se fecham em muros, exibindo sua imponência nas avenidas largas e iluminadas – amplos espaços para uma seleta e íntima vida social (Rolnik, 1994, p.97).

De qualquer forma, ao mesmo tempo em que há uma segregação sócio-territorial, os grupos sociais de determinadas zonas da cidade acabam reconhecendo seus próprios espaços e se identificando com eles. Isto significa que, dentro de certos limites, as camadas populares encontram formas de sobrevivência e de convivência diferentes e não circunscritas aos padrões estabelecidos, e as normas criadas pelos setores marginalizados,

profundamente vinculadas à especificidade etnocultural dos grupos que o compõem, tornam-se uma ameaça à ordem urbana. Assim, a diferença é tomada como desvio e transformada em objeto de intervenção. Raquel Rolnik (1994) observa que o poder municipal atuava sobre a vida cotidiana da população através de duas maneiras: por meio do discurso que estabelece o modelo de cidade e de cidadão, e mediante intervenções diretas.

Se no início do século XX e da industrialização em São Paulo os cortiços já eram vistos como "focos" disseminadores de perigos de toda natureza, na década de 1930, a intervenção sobre o cotidiano da população é ainda maior, tendo em vista a condução de uma série de pesquisas, os chamados "inquéritos", sobre o padrão de vida operário. Nestas pesquisas, os primeiros aspectos notados são as habitações populares, em suas várias possibilidades: porões, cortiços e vilas.

Ao imaginar os nossos termos "casa" e "habitação", não se deve o leitor trazer à mente as residências espaçosas de Higienópolis ou Vila Mariana, mas as construções de teto baixo, pequenas e modestas, muitas vezes longe das vistas da rua, no meio dos extensos quarteirões que abrigam a classe operária em São Paulo.⁵⁰

As habitações coletivas dividem-se em três grupos principais: 1º- o porão; 2º- a vila, que pode ser definida como um conjunto de várias habitações contíguas, que dão para um mesmo beco; 3º- o cortiço, assim denominado, para indicar que as famílias vivem em uma habitação ou moradia coletiva, muitas vezes de mais de um andar. As habitações individuais e as vilas têm em geral cozinhas e instalações sanitárias independentes, ao passo que tanto o cortiço como o porão possuem instalações higiênicas em comum e, quando têm cozinha, é também em comum.⁵¹

Com salários insuficientes para uma vida saudável e uma alimentação de qualidade, as camadas populares estavam sujeitas a toda sorte de doenças e de dificuldades. Além disso, as condições de trabalho permaneceram quase inalteradas durante os anos vinte e trinta, a despeito da legislação já existente. Os poderes públicos, por sua vez, fingiam não ver o problema e preferiam se ocupar das melhorias urbanas que,

⁵⁰ Padrão de vida dos operários na cidade de São Paulo. *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, v. 13, 1935, p.155.

⁵¹ *idem*.

na sua visão, já eram preventivas pois afastavam a "massa pobre e bruta" do cenário virtuoso e requintado de parte da cidade onde conviviam pacificamente a burguesia e a intelectualidade paulista. A distância entre esses dois mundos escondia também uma "prudência" dos grupos dominantes quanto aos trabalhadores de toda espécie, uma vez que esses constituíam a camada perigosa que rondava a cidade em mendicância e violência, subvertendo a ordem e as relações de poder e dominação.

Para Sidney Chalhoub (1999),⁵² as camadas populares não passaram a ser vistas como classes perigosas apenas porque poderiam oferecer problemas para a organização do trabalho e a manutenção da ordem pública. Os pobres ofereciam também perigo de contágio, o que subsidiava o diagnóstico dos médicos no sentido de que "os hábitos de moradia dos pobres eram nocivos à sociedade, e isto porque as habitações coletivas seriam focos de irradiação de epidemias, além de, naturalmente, terrenos férteis para a propagação de vícios de todos os tipos" (p.29).

A preocupação com as habitações familiares, para além do perigo de contágio, como nota Sidney Chalhoub, também representa o processo de incorporação dos preceitos médicos ao cotidiano familiar. Mas as alterações impostas aos operários pela ideologia da higiene jamais poderiam, pelo menos da maneira prevista, serem efetivadas, uma vez que não eram acompanhadas pelas condições econômicas da classe trabalhadora. Por isso, não foram poucas as tentativas de resistência e subversão e essa mesma ideologia. Em São Paulo, no jornal *O Rebate* de 19 de fevereiro de 1898, um artigo que se dirigia "Aos Moços" denunciava a hipocrisia da instituição médica ao sugerir a modificação dos hábitos familiares sem considerar a necessária alteração das questões relativas à jornada de trabalho, à exploração da mão-de-obra operária, à intensificação da produção e à participação do trabalhador na distribuição das riquezas produzidas pela sociedade.

Suponhamos que sois médico. Amanhã um homem, vestido com a blusa de operario, irá buscar-vos para visitar uma doente, e vos conduzirá n'uma dessas ruas, onde da janella avançando o braço, podereis apertar a mão do vizinho fronteiro. Entrareis num ar corrompido e ao clarão vacillante de uma lampada, subireis duas, tres, quatro, cinco escadas imundas. Num quarto triste e frio encontrareis a doente deitada num velho colchão roto e coberta com alguns trapos. As crianças palidas, lividas, sujas, olham em torno espantadas. O marido

⁵² Embora Sidney Chalhoub tenha se dedicado ao estudo das epidemias e dos cortiços no Rio de Janeiro, parece que as intervenções médicas e sanitárias sobre as habitações das chamadas "classes perigosas" são um fenômeno que pode ser observado nas principais cidades do país na época.

que trabalha toda a vida doze ou treze horas por dia, está sem trabalho há três meses. ... Que aconselhareis, senhor Doutor, àquella pobre doente, vos que adivinhastes que a causa da molestia é a anemia geral, a falta de bom alimento e de ar puro? Um bom bife todos os dias? Um pequeno passeio ao ar livre? Uma habitação salubre e bem arejada? Que ironia! Si tivessem podido fazel-o certamente não esperariam os vossos conselhos! ... No dia seguinte, quando pensais ainda naquella commovedora miseria, um criado de libre irá buscar-vos num carro. É para ver a dona de um rico palácio, para ver uma senhora, que passa as noites em claro, que dedica toda a sua vida aos vestidos, às visitas, às damas e ao *tête-à-tête* com um marido imbecil. Aconselhastes uma vida mais activa, comidas menos excitantes, passeios ao ar livre, a calma dos nervos e um pouco de gymnastica, em falta de um trabalho productivo! Uma morre porque em toda a sua vida não pode nunca nem repousar-se, nem comer bastante; a outra enfraquece porque em toda a sua vida tem comido de mais e nunca trabalhou ... Que vá para o diabo a medicina! Ar, alimentos, trabalhos menos peizados, eis o que é preciso! Sem isso a profissão do medico não é mais que uma mentira e uma fraude! (p.01):

Isto não quer dizer, entretanto, que a ideologia da higiene não tenha penetrado ao cotidiano dos setores populares. O problema habitacional, tão evidenciado e criticado pelos médicos e outros pesquisadores, indicava que suas condições de moradia estavam deteriorando a saúde pública e, por extensão, a ordem e a moral, influenciando a vida psíquica do individuo e da sociedade. Em nome da saúde dos cidadãos, os moradores dos cortiços e vilas tiveram suas casas violadas e remexidas, e cada "anormalidade" encontrada era submetida ao controle e a leis especiais: estados febris encaminhados para o Hospital de Isolamento, loucuras para o Hospital dos Alienados, criminosos para o Presídio, criminosos-mirins para o Instituto Disciplinar.⁵³ Dessa maneira, os preceitos da ordem e da sanidade invadem o imaginário social demonstrando a pretensão da ciência médica em definir, para toda a população, o que seria higiênico, adequado e, portanto, civilizado. Mais uma vez, o pensamento médico-higienista condiciona a gestão da vida familiar e social, interferindo, inclusive, sobre os negócios públicos, uma vez que somente ele detinha o conhecimento suficiente para fiscalizar e punir, de forma neutra e sob as bases da ciência, os proprietários das habitações coletivas irregulares, bem como para permitir a construção, alteração e demolição de prédios não adequados aos padrões por ele mesmo estabelecidos.

⁵³ Cf. Rolnik, Raquel. São Paulo, início da industrialização: o espaço e a política. In: Kowarick, Lúcio (org.). *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente*, p.99.

Sem dúvida, estas observações não têm o fito de justificar a super-população em São Paulo ou em qualquer outra região. Tanto a saúde como a educação moral, requerem muito mais espaço que o usado pelas famílias típicas da classe proletária em São Paulo. ... Assim, em uma família composta de marido, mulher e duas crianças menores de 12 anos, o número em "habitação-pessoas" (a unidade) será três, supondo-se que uma tal família, em média, não precisaria de mais cômodos que uma família de três pessoas adultas. A diferença existente entre o número em "habitação-pessoas" por cômodo e o número efetivo de pessoas por cômodo, em todo o grupo, é indicada pelos totais.⁵⁴

Por trás da intervenção sobre as habitações e da alteração dos espaços de convivência social, havia uma contestação de poder entre o conhecimento científico e os interesses do Estado pela abolição das crenças e hábitos populares. Nessa disputa, para que a família se submetesse aos saberes da medicina social e ao controle do Estado, sua intimidade e suas formas de sociabilidade foram supervisionadas de tal maneira que a feição das relações sociais é visivelmente modificada. Sidney Chalhoub (1999) comenta que todo o debate sobre a saúde pública nos inícios do regime republicano envolvia a intenção de se instituir medidas de funcionamento e regras de instalação para as habitações coletivas, modificando sua arquitetura, divisão, ventilação, bem como sobre os espaços de circulação e convívio das pessoas.

Por outro lado, em comparação a esse setor marginalizado que subsistia de pequenos biscates, que vivia sob péssimas condições de habitação e com uma alimentação insuficiente, havia uma parcela da população, geralmente operários fabris, que possuía uma situação, pelo menos, razoável de sobrevivência, uma vez que as maiores indústrias da cidade de São Paulo durante as primeiras décadas do século XX chegaram a oferecer moradias para os seus trabalhadores. Foram as "vilas operárias" ou "vilas higiênicas" amplamente habitadas pela classe operária paulistana devido ao acesso e às supostas vantagens oferecidas pelos seus proprietários. Eram fileiras de casas padronizadas, pequenas e modestas, com apenas um pavimento e poucas divisões a mais que o cortiço. Embora também se comunicassem através de um corredor comum, a diferença se dava pela orientação da convivência coletiva e na seletividade das atividades que poderiam ser feitas na presença de todos. Nos cortiços, cozinhar, banhar, lavar e defecar eram hábitos praticados em disposições externas aos dormitórios, isto é, em estruturas coletivas,

⁵⁴ Padrão de vida dos operários na cidade de São Paulo. *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, v. 13, 1935, p.156.

enquanto que nas vilas, estas atividades antes comuns tornam-se íntimas ao ambiente doméstico e passam a ser feitas nos fundos das casas, longe das vistas dos vizinhos.

Com o intuito de manter os operários perto dos locais de trabalho, os grupos industriais forneciam alguns "benefícios" aos moradores das vilas higiênicas como escolas, creches, armazéns, praças, campos de futebol, igrejas, energia elétrica, lojas e até clubes recreativos, mas cobravam aluguéis relativamente elevados para isso. Alguns exemplos de indústrias que investiram em casas populares próximas aos locais de trabalho foram Vidraria Santa Marina, Cotonifício Rodolfo Crespi, Cigarros Sudan, Chapéus Ramenzoni, Cia. Lacta e a famosa Maria Zélia de Jorge Street.⁵⁵

Do ponto de vista do poder público, as vilas eram identificadas como pobres, porém, mais organizadas, decentes, disciplinadas e, por isso, menos perigosas que os cortiços. No entanto, o morador da vila não se distinguia dos moradores de cortiços uma vez que, frequentemente, nas zonas populares misturavam-se esses e outros tipos de habitação: "seus moradores circulavam nas mesmas ruas, tomavam o mesmo bonde, frequentavam os mesmos botequins, por vezes até trabalhavam na mesma fábrica" (Roinik, 1994, p.100). Porém, o custo de tais moradias não passava apenas pelo preço, mas sobretudo pelo controle do tempo fora da fábrica. Nestas vilas, o tempo livre também estava sujeito às normas que imperavam durante a jornada de trabalho. Além disso, o cotidiano das camadas populares nestes setores era ordenado conforme uma disciplina que ajustava o comportamento dos indivíduos em casa e na rua: toque de recolher, hora de dormir, frequência às igrejas, sendo os diversos tipos de divertimentos, bailes, festas e reuniões permanentemente vigiados.

O acesso às moradias e vilas operárias também estava submetido à lógica da empresa, ou seja, desde que o trabalhador apresentasse uma conduta exemplar: utilidade, disposição, produtividade, regularidade e submissão. Outros proprietários exigiam que as famílias tivessem mais de três membros trabalhando na mesma indústria, o que incentivava o autocontrole e a autopunição entre as pessoas. Apesar de tudo, o problema habitacional enfrentado pela classe operária da metrópole só piorou ao longo das três primeiras décadas do século XX, pois as promessas de soluções não cumpridas e o aumento do valor especulativo dos bairros operários fizeram com que a construção de moradias baratas e

⁵⁵ Cf. Guzzo de Decca, Maria Auxiliadora. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920-1934)*, p.61.

populares se tornasse um grande negócio, não implicando em melhorias no padrão de vida dos trabalhadores da cidade.

Desta forma, em função do encarecimento dos aluguéis, terrenos, prédios e apartamentos, havia um impedimento no sentido de que os trabalhadores tivessem acesso à moradias decentes, provocando, então, a proliferação de diversos tipos de cortiços e porões em vários setores da cidade.

A média geral de quase duas "habitação-pessoas" por cômodo, e ainda mais, a medida nos porões de 2,7 "habitação-pessoas", o que equivale na realidade a mais de três indivíduos, indicam péssimas condições de super-população. Muitos dos porões são inadequados à habitação humana. Uma investigadora encontrou um deles, no Bom Retiro, ocupado por quatro famílias com muitas crianças, onde as paredes de separação eram constituídas por tábuas finas de madeira que não atingiam o teto, e tão mal iluminado e insalubre que era impróprio à habitação, mesmo de uma única família.⁵⁶

Observa-se, assim, que a reconstituição do espaço de convívio social e a segregação territorial, além de terem contribuído para a afirmação de um padrão estético moderno e civilizado, para a satisfação do consumo e dos confortos do universo burguês, para o acirramento da desigualdade e da distinção entre as classes, colaborou também para a disciplina corporal e o controle moral das camadas populares.

Mas não foram apenas os "lugares" de convivência coletiva e as habitações operárias passadas em revista pela nova ideologia no processo de aburguesamento da sociedade. Uma das parcerias entre o Instituto de Educação da Universidade de São Paulo, o Instituto de Higiene e a Escola Livre de Sociologia e Política, possibilitou, em 1935, a realização de uma pesquisa que, entre os objetivos, constavam: examinar minuciosamente o regime alimentar de um certo número de famílias operárias para determinar o seu valor e a influência dos hábitos nacionais de consumo; lançar bases para cálculos posteriores sobre alteração no custo de vida; verificar quais os problemas ligados ao padrão de vida, que possam ser amplamente ventilados.⁵⁷ Além deste, diversos outros elementos do cotidiano foram notados e discutidos pelo governo e pela instituição médica, como as causas da mortalidade infantil, a administração do orçamento familiar, suas prioridades quanto à

⁵⁶ Padrão de vida dos operários na cidade de São Paulo. *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, v. 13, 1935, p.157.

⁵⁷ *Idem*, p.115.

renda mensal, o gasto com vestuário, bem como outros hábitos particulares, como as diversões, as bebidas, o tabaco e outros vícios. De início, os estudos feitos sobre os comportamentos diários demonstram que os poderes públicos tinham a intenção de mapear o padrão de vida dos operários, mas a finalidade não era só essa. Na década de 1930, a classe trabalhadora seria frequentemente pesquisada, e não só para que as autoridades pudessem ter um maior conhecimento acerca da população mas, sobretudo, para poder controlar e alterar suas atitudes e seus saberes conforme as normas da higiene, da moral, da civilidade e da racionalidade técnica.

O aleitamento materno,⁵⁸ cuja prática não tinha qualquer importância para a família colonial, passa a integrar a retórica do discurso médico, não como elemento de conscientização sobre os cuidados da criança, mas para afastar os bebês do perigoso contato com as mães de leite, em sua maioria pertencentes à raça negra, diminuindo, com isso, a mortalidade infantil. As primeiras ações preventivas a serem efetivadas pela família nuclear burguesa quanto à proteção à infância, envolviam, pois, a segregação racial, componente significativo da configuração de um modelo familiar. Buscava-se, acima de tudo, afastar a família higienizada de pessoas que cultivavam, justamente, as epidemias, doenças e pestes tão temidas.

O perfil burguês da mãe de família, amorosa, dedicada e limpa, também produziu diversos efeitos sobre a mortalidade infantil, criando inúmeros estigmas em relação às mulheres não adequadas a este modelo e, por isso, comparadas à figura da prostituta. Esta última, frequentemente associada ao vício, aos prazeres da carne e à aversão ao trabalho, era responsabilizada pelos altos índices de mortalidade infantil e, também, pelo abandono das crianças pequenas que cresciam nas ruas ou eram entregues à entidades beneficentes. Na verdade, estas mulheres, nem sempre prostitutas, mas submetidas a um estado muito precário de subsistência, não dispunham de condições suficientes para a manutenção de uma vida digna para seus filhos, quando não os perdiam muito cedo. Por isso, o mito do amor materno, que transformava a mulher na mãe cuidadosa, na esposa exemplar e na dona-de-casa vigilante, ao se contrapor à prostituta, acabava dessexualizando a mulher, uma vez que o aspecto sexual só aparecia relacionado à procriação. De acordo com a retórica desse discurso, assumido também em nome da

⁵⁸ Um aspecto da mortalidade infantil em São Paulo. *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, v. 17, 1935, p.183-185.

ciência, a saúde das crianças seria garantida pelo compromisso moral e pela responsabilidade social da nova identidade feminina.⁵⁹

Em relação à gestão orçamentária, as famílias operárias foram investigadas quanto ao gasto com alimentação, aluguel, vestuário e outras despesas pessoais. Dessa maneira, os pesquisadores buscavam saber que tipo de produto consumiam no mercado e quanto gastavam com bebidas alcoólicas, com o fumo e com as diversões. Estava previsto aí um plano de racionamento e triagem daquilo que deveria ser ou não consumido e praticado pelos trabalhadores que, por sua vez, eram, via de regra, vistos como fora dos padrões, mal educados e mal habituados. Não por acaso, ali estava a instituição médica para receitar a dieta da classe trabalhadora, a fim de que ela se enquadrasse aos modelos científicos e, adquirindo o comportamento exigido, pudesse obter êxito social.

Nosso estudo demonstra que as compras a prestação são muito usadas na classe operária de S. Paulo. Cento e vinte três famílias, ou mais da metade do total, compravam a prestação no momento da pesquisa. Contudo, as compras não eram de objetos de luxo, mas sim dos de primeira necessidade, pois eram famílias que nunca tinham o suficiente para pagar a vista os artigos tais como um terno de roupa, por exemplo. A importância dos pagamentos era em quase todos os casos moderada e relativa ao total das despesas.⁶⁰

Em estudos dessa espécie, pode-se afirmar que o consumo de bebidas alcoólicas, bem como os gastos com jogos de azar, são lançados a menos, devido a um natural receio da reprovação alheia. Cumpre entretanto, ponderar que o desprezo moral provocado pelo abuso da bebida é menor no Brasil do que em certos países, onde o movimento em prol da temperança atinge a grandes proporções. Por outro lado, com relação aos bebados inveterados, sabe-se que eles de ordinário não se sujeitam a pesquisas de orçamentos domésticos. Assim, em nosso caso, é muito possível que as famílias pesquisadas tenham assentado todas as suas despesas com álcool. ... Quanto aos dispendios com jogos de azar, muito comuns no Brasil (jogo do "bicho"), não pudemos averigua-los com segurança.⁶¹

Apesar dos baixos preços dos alimentos, despendem eles com gêneros uma proporção da sua renda algo maior que a considerada normal entre os operários

⁵⁹ Cf. Rago, Margareth, op. cit., p. 85-95.

⁶⁰ Padrão de vida dos operários na cidade de São Paulo. *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, v. 13, 1935, p. 137.

⁶¹ *Idem*, p. 140.

dos países de civilização mais antiga. Metade deles parece que vive num regime alimentar abaixo do padrão comum, sem as energias necessárias e quase todos usam, devido a vários fatores (ignorância na escolha dos alimentos, salários reduzidos, etc.) um regime alimentar mal proporcionado e com carência dos elementos essenciais. O regime alimentar ressurte-se claramente da deficiência de leite, e os hábitos de alimentação de todo o grupo, com sensível tendência para o abuso do pão e dos cereais, e com desprezo pelas hortaliças, faz crer num consumo relativamente baixo de vitaminas e sais minerais.⁶²

Ainda em 1935, outro levantamento sobre a alimentação em Pinheiros, região considerada média segundo os índices econômicos e de habitação, desenvolvido pelo Instituto de Higiene de São Paulo, chegava às seguintes conclusões: "Não basta, entretanto, que haja a mão tudo de que se necessite, é necessário que o paladar, a educação e sobretudo os recursos econômicos permitam o estabelecimento e a generalização dos bons hábitos alimentares".⁶³ Ao verificar que o regime alimentar da classe trabalhadora em São Paulo constituía-se de pão, arroz e feijão, os médicos não demoraram para diagnosticar que este não se ajustava à dieta alimentar cientificamente comprovada como a mais nutritiva e, por isso, utilizada por outros países mais civilizados. E embora tivessem clareza de que este padrão estava dado pelas condições econômicas da maioria dos trabalhadores, indicavam as soluções higiênicas e alimentares, desconsiderando a necessária distribuição de renda e outras questões como trabalho, acesso ao conhecimento e aos bens culturais.

Isto posto, procuremos analisar as possibilidades de mediar a situação. Para tal, desde que os recursos financeiros sejam fixos, teríamos que cogitar da substituição de alguns alimentos por outros, conservando, porém, além do mesmo gasto em dinheiro, o mesmo valor energético; ... verificamos que as únicas modificações são as seguintes: a substituição do arroz, com que se despende \$085 por dia, produzindo praticamente só energia, no valor de 127 calorias, pela carne, seria teoricamente possível e útil, pois com os \$085 ter-se-iam 53 grs., produzindo 125 calorias. ... Outra substituição que seria útil é a do feijão comum pelo feijão de soja, cuja proteína é mais rica em aminoácidos, ... Restaria ainda, sempre, a necessidade do aumento de consumo do cálcio, para o que é necessário o aumento do consumo do leite ou do queijo, devido às condições que oferecem de composição ótima para o seu aproveitamento; além

⁶² *Ibidem*, p. 166.

⁶³ Inquérito sobre alimentação popular num bairro de São Paulo. *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*. v. 17, 1935, p. 125.

disso, torna-se necessário o aumento de consumo de vegetais que trazem o seu rico contingente de vitaminas e a celulose, necessária para o funcionamento normal da motilidade intestinal, com todos os benefícios que daí decorrem para a saúde do organismo em geral.⁶⁴

Além do consumo adequado de alimentos, das prevenções sanitárias, da higienização do ambiente familiar, as diversões das camadas populares foram amplamente problematizadas. O consumo de bebidas alcoólicas, do tabaco e da prática de "jogos de azar", geralmente associados ao tempo "ocioso", e outras atividades de descanso e divertimento também começam a preocupar os setores dirigentes, o poder público e a força policial. Sem dúvida, o hábito do fumo, da bebida, do jogo do bicho e de outras apostas era contrário a todo e qualquer ideal de civilidade, saúde e produtividade pregado. Médicos e estadistas faziam um só e mesmo discurso: o gasto com "vícios devastadores do caráter e do espírito de cidadania" só colaborava para a desorganização do orçamento familiar, para o descontrole da higiene, para a insuficiência do regime alimentar e para a desarmonia do indivíduo, o que acabava degradando toda a sociedade.

Entretanto, como as casas de jogos e apostas eram muitas vezes regulamentadas (a Loteria Federal era uma delas) e a bebida e o tabaco significavam fonte de renda para muitas indústrias do período, não havia como controlar, nem como proibir esse tipo de hábito. Mas outros divertimentos da população não escaparam ao poder e ao controle do Estado, da polícia e dos setores patronais. Não é a toa que os ambientes, espaços e equipamentos populares de diversão eram frequentemente fiscalizados. Em 1935, o Departamento da Censura do Gabinete de Investigações da Prefeitura de São Paulo organizou uma estatística que visava registrar tudo que se referia aos entretenimentos populares⁶⁵. Dos 63 cinemas existentes na capital, 60 estavam em funcionamento; 52 com programações diárias e os demais com espetáculos intercalados. Havia também 5 teatros como funcionamento diário, contando com companhias teatrais e lotação de 7.576 lugares. Existiam 19 circos de cavaleiros, 31 "cabarés" e "dancings", 26 campos de futebol, 8 piscinas de natação, sendo que apenas 2 funcionavam, 2 estádios de pugilismo sem funcionamento e 624 mesas de bilhar distribuídas por 194 estabelecimentos espalhados. Outra diversão comum dos setores populares e operários era o jogo de "boccia" com 162

⁶⁴ *Idem*, p. 155-160.

⁶⁵ As diversões em São Paulo. *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, v. 13, 1935, p. 175.

500=000\$000

INTEGRAES

Eis o premio seductor que offerce
Grande e extraordinaria

Loteria da Capital Federal

51.ª 3.ª

Cuja extracção realisou-se infallivelmente
Sabbado, 8 de Outubro de 1898
A's 3 horas da tarde

As Loterias da Capital Federal são as melhores em que se pode jogar, pelo grande de
segurança grande premio e toda a garantia. — Bem como são transferidas por means
alguns as suas extracções.

O abito assignado, sempre agente geral das Loterias da Capital Federal, recommenda as
públicas e a sua numerosa frequencia e grande lotaria, a qual além do grande premio de
500 000\$000, tem muitas outras de importancia, dividindo um total de 10.000 PREMIOS
com o premio de 50.000 Milhoes.

Os pedidos serão acceptos sem toda a pontualidade, havendo todo cuidado com a remessa
das listas.

A preferencia para a compra de bilhetes das Loterias da Capital Federal deve ser dada
por todos os meios a esta empresa e concedida agente geral.

20 — RUA DIREITA — 20
(CASA FUNDADA EM 1881)
PELO ACTUAL PROPRIETARIO

JULIO ANTUNES DE ABREU
Lavrado, caixa 77 S. PAULO

Fig. 11. As Loterias Federais e Casas da Fortuna nos periódicos da época

VICTORIA! **VICTORIA!**

DA

Casa da Fortuna

46.538 premiado com 12.000\$000

a toda a detraza de 46.531 a 46.540 na importancia de 12
centos e 400\$000 da Loteria da Capital Federal extrahida
em 8 de Setembro de 1898.

Mais uma vez esta lista com distribuiçoes aos seus dignos e a
boa quantidade de 12.000\$000 que visões e pagos a um seg-
uinte estabelecido à rua de Brás, 31.

Por isso chama a attenção aos seus frequentes e ao respeitavel
publico para as loterias de 500000\$000 para o dia 8 de
Outubro e a loteria de S. Paulo, premio maior 100 mil e a
extrahir-se em 6 de Outubro.

O proprietario desta folha com todo pleyto, de grande est-
ado de numero de sua occidua, pede aos seus caros frequentes para
virem habilitar-se em sua folha em que a victoria é certa

CASA DA FORTUNA

54-a — Rua de S. Bento — 54-a
(Hoje Morais Ovar)

Lavieiro Sauvonn

SCHMIDT & PINTO

ALPAIATES

Casa especial de roupas sob medida

Tem sempre variado sortimento de tecidos de primeira qualidade
concentrados a seu ramo de commercio

Apromptam com toda a brevidade qualquer encomenda

PREÇOS RAZOAVELIS

Rua do Rosario N. 8

FABRICA STEARICA DUMONT

VELAS E SABAO

No escriptorio central à rua da Quitanda, 2, recebe-se
qualquer quantidade de velas de stearica de 1.ª qualidade eguaes
de extrahir-se e com grande inferioridade de preço.

Velas Especias para Carros

estabelecimentos e 312 "canchas" funcionando. O jogo de dominó funcionava em 43 estabelecimentos, 14 parques de diversões recebiam centenas de pessoas diariamente e 360 sociedades de dança estavam autorizadas a funcionar na cidade.

Com efeito, o cinema, a dança e o futebol eram os divertimentos mais populares da cidade. Nos bairros operários, os bailes, as associações recreativas e o teatro amador também eram muito comuns. Eram numerosas as sociedades recreativas dos bairros mais populosos como o Brás e o Belenzinho; havia um sem número de times de futebol e "clubes de várzea", muitos dos quais patrocinados pelas próprias indústrias. Alguns dos times de futebol bastante conhecidos na cidade neste período foram: Fábrica Sant'Ana, Gasômetro F. C., Esportiva Casa Pratt, Maria Zélia F. C., Aniação Paulista, Bloco Parnaíba, etc.⁶⁶ No ano de 1928, os divertimentos em maior número fiscalizados pela polícia de São Paulo foram os cineteatros, as sociedades dançantes, os jogos de bola, as tavernas e os frontões.⁶⁷ O operariado freqüentava as sociedades recreativas dançantes, gostava de futebol, dos bares e das casas de jogos e apostas. Suas diversões se confundiam com as diversões populares dos bairros pobres da cidade e muitos dos seus passatempos ainda possuíam uma profunda vinculação com o calendário festivo da Igreja, aonde os festejos, quermesses, romarias aliavam o lúdico ao religioso. As atividades lúdicas, as diversões, as reuniões, festas e comemorações preenchiam, então, o parco tempo livre dos trabalhadores e das camadas populares, para os quais não tinha qualquer conotação diferente a palavra *lazer*, cuja existência não era sequer reconhecida.

(...) As diversões da população, agora, eram: cinema, futebol, bailes e teatro de amadores ... Em 1921, eram numerosas as sociedades recreativas, no Brás e no Belenzinho. Como primeiras desses bairros, havia as tradicionais "Gil Vicente" e "Almeida Garret", além da "Tosca", "Cervantes" e da Federação Espanhola e outras de menor importância. No velho marco da meia-légua dançava-se também nos clubes de futebol ... Em 1928, o "Estrela" conquistou outro campeonato municipal. Enquanto isso, os demais clubes do bairro, União Belém, dos irmãos Buccelli, Aristides, Pedro Cardoso, Felipe e Africano, Flor do Belém, dos irmãos Monteiro, Faria, Carlos Cardoso, Bonelli, etc., Juta Belém, União Operário e XX de Setembro do Catumbi [Catumbi] continuavam suas atividades, muitos deles, como o velho "Azul e Preto", realizando reuniões dançantes, aos sábados e domingos ... (Jacob Penteado *apud* Guzzo de Decca, 1991, p.66)

⁶⁶ Cf. Guzzo de Decca, *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920-1934)*, p.42.

⁶⁷ *Idem*, p. 41.

Fig. 12. Largo São Bento em 1930. Praça para passeios e encontros nos finais de semana.



Fig. 13. Estádio do Pacaembu inaugurado em 1941



Segundo Maria Auxiliadora Guzzo de Decca (1987), a maioria dos operários não deveria ir muito ao cinema, pois as entradas mais baratas consumiam 1% das suas rendas mensais. Já o rádio ainda não era popular no período e os bares não tinham acesso às transmissões, cujo custo era muito alto. Até 1934 os possuidores de rádio na capital deviam inscrever seus aparelhos no Departamento de Correios e Telégrafos para pagamento de taxas, significando que os operários não tinham acesso fácil aos programas de rádio e às informações veiculadas por este meio de comunicação.

O acesso e a frequência aos espaços e equipamentos de diversão eram muito restritos e escassos, pois além do orçamento apertado e da falta de instrução, sobrava à classe trabalhadora muito pouco tempo livre para o descanso e para a prática de atividades lúdicas e dos entretenimentos. Por isso, era muito comum encontrar as pessoas reunidas entre amigos, "jogando conversa fora", divertindo-se nos bares ou descansando no ambiente doméstico, de modo que "os grupos de conversa, o lazer em torno das refeições coletivas, do vinho, a música feita nas ruas (conjuntos musicais) estavam impregnados por elementos culturais específicos" (Guzzo de Decca, 1987, p.42).⁶⁸

Com efeito, os divertimentos das camadas populares desenvolviam-se de acordo com suas condições de vida, mas sem deixar de propiciar a criação de ricas oportunidades de participação e convivência na "comunidade", a produção, material e simbólica, de práticas culturais que viessem atender a suas necessidades e aspirações. Além disso, as formas encontradas pelos setores marginalizados para a fruição e a vivência de experiências lúdicas expressam que os diversos usos do tempo livre possuíam um sentido associado ao modo de organização coletiva que envolvia o cotidiano dessa parcela da sociedade paulista na época.

Entretanto, essas práticas eram frequentemente associadas aos vícios herdados da tradição colonial, o que provocava uma certa repulsa por parte dos ideólogos da modernização e do progresso. Então, o ócio e as atividades de descanso e divertimento que não fossem compatíveis com a racionalidade produtiva em ascensão, deveriam ser banidos do dia-a-dia da cidade. Associados à debilidade corporal, hábitos como o ócio vão aparecer no palco social como características de uma sociedade ultrapassada, em que a preguiça e a contemplação significavam perda de tempo. Consequentemente, o sujeito

⁶⁸ Aqui, a autora utiliza o conceito *lazer* como o conjunto das atividades situadas no âmbito do tempo livre. Discordo dessa interpretação e, quando ela se refere ao lazer, prefiro falar em práticas de diversão, atividades lúdicas ou formas de ocupação do tempo livre, pois nesse momento, o lazer não havia sido institucionalizado, tornando-se, para o contexto, um conceito anacrônico. Retomarei essa discussão no próximo capítulo.

ocioso será identificado com o vadio e, como tal, criminoso. Aquele que não tivesse uma atividade econômica regular e que, por isso, ficasse a vagar pelas noites paulistanas, estava sujeito à aquisição de vícios destruidores da moral, da virtude e da civilidade. Como se fossem a mesma coisa, o ócio, a vagabundagem, a delinqüência, o crime e a criminalidade, na cidade de São Paulo, passam, então, a atormentar o trabalho policial, frequentemente solicitado pela participação de crianças e jovens no crime e na violência da metrópole.

É nesse momento que surge a associação entre ócio e criminalidade. Além da embriaguez, da mendicância, da prostituição e das apostas ilícitas que começam a minar o então submundo da cidade, o ócio e a vadiagem tornam-se culpadas pelos danos ao bem público, pelo vandalismo, pelos assaltos, atentados e assassinatos. O curioso é que essa relação ainda é reforçada pela presença dos imigrantes europeus, sobretudo, os italianos que, segundo o argumento policial, eram avessos ao trabalho. Além disso, a atuação de "vadios alienígenas" era um alvo frequente de reclamações contra as arruaças, algazarras e outras manifestações condenáveis. Dessa maneira, os desocupados feriam aos preceitos da ordem dos novos tempos e aos costumes da cidade produtiva e moderna, pois "inúmeros deles podiam ser encontrados jogando ou simplesmente na mais desavergonhada vagabundagem" (Fonseca, 1988, p.63).

Em um estudo sobre crimes, criminosos e criminalidade na cidade de São Paulo, Guido Fonseca (1988) argumenta que dois fatores contribuíram muito para o aumento da violência e do submundo do crime na cidade a partir do final do século XIX: o aumento da população negra e o processo imigratório. De um lado, as tradições africanas, a capoeiragem e as características dos indivíduos negros que, "por natureza", eram indolentes e que depois da abolição da escravatura haviam penetrado na cidade, compondo o universo das "classes perigosas". De outro, os valores do estrangeiro, malandro e "valentão", que chefiava a máfia, as casas de tavolagem e, em sua maioria, ainda eram cafetões. Porém, sabe-se que as pessoas que tinham esse tipo de comportamento, ou seja, que viviam da prostituição, dos jogos de azar, embriagando-se pelas casas noturnas e mesmo desocupados, estavam naquela situação porque, provavelmente, encontravam-se desempregados ou em condições de sobrevivência inumanas. E mesmo que não houvesse uma justificativa para a prática de determinadas atividades consideradas condenáveis, o que leva crer que o ócio se identifica com o crime?

Sem dúvida, a racionalidade técnica em ascensão passa a condenar o ócio e a ociosidade porque eles não correspondiam às demandas da construção de uma nova

civilização e à produtividade desejada pelo capital. Além disso, a própria concepção de corpo e de cidadão preconizada pelo discurso médico era totalmente subvertida pelos valores desenvolvidos durante o tempo "desocupado", o que identificava o vagabundo com o anti-higiênico. Mas é preciso notar que o ócio foi entendido como sinônimo de crime porque era um hábito estranho ao modelo culturalmente dominante e, portanto, inadequado ao cotidiano da família burguesa, educada e medicada que se constituía como a *célula mater* da propriedade privada e das relações sociais capitalistas em processo de implementação. Consequentemente, o ócio seria condenado, sobretudo, para a classe trabalhadora que, uma vez situada como engrenagem essencial do processo de produção, teria de ocupar seu tempo livre com atividades lícitas e úteis que colaborassem para a reposição da força de trabalho e que preparassem-na para responder com êxito às exigências do capital.

Dessa forma, toda vez que um "grupo de vadios" passasse o tempo praticando "atos indecorosos" e fosse encontrado pela polícia, seus membros eram imediatamente recolhidos às delegacias mais próximas a fim de serem ouvidos, multados, retaliados ou até mesmo presos. Mas eram poucos os casos em que os agredidos reagiam de forma passiva e, em algumas circunstâncias, chegavam até a revidar sobre o policial. Foi por isso que, segundo Guido Fonseca (1988), as autoridades iniciaram uma vigorosa campanha repressora da vadiagem e inúmeros processos criminais foram levantados no sentido de se criar uma legislação específica para a punição dos criminosos, bem como instituições destinadas a "correção pelo trabalho dos vadios e vagabundos, como tais condenados" (p.65). Essa categoria, entretanto, era tão ampla que nela podiam ser incluídos quase todos os indivíduos, sobretudo os pobres. Vadios e vagabundos eram, então, todos

1º- os indivíduos de qualquer idade que não estando sujeitos ao poder paterno ou sob direção de tutores ou curadores sem meios de subsistência por fortuna própria ou profissão legal e honesta em que ganhem a vida, vaguem pela cidade em ociosidade; 2º- os que mantiverem casa de tavolagem ou vivam exclusivamente do jogo ou forem encontrados jogando na via pública; 3º- os que habitualmente se apresentarem em público em estado de embriaguez manifesta; 4º- os que mendigarem tendo saúde e aptidão para o trabalho ou finjam enfermidade ou simulem motivo para armar a comisseração; 5º- os que por hábito andarem armados ou não, provocando tumultos e incutindo temor, quer aproveitando o movimento da população em festas e solenidades públicas, quer em manifestação de regozijo e reuniões populares e outras quaisquer

circunstâncias; 6º- os que exercitarem, favorecerem ou facilitarem a prostituição de alguém para satisfazer desejos desonestos ou paixões lascivas de outrem, ou ainda, induzirem mulheres quer abusando da sua fraqueza, quer constringendo-as por ameaças ou intimidações a empregarem-se no tráfico da prostituição, auferindo direta ou indiretamente lucros desta especulação.⁶⁹

Nesse particular, apenas os indivíduos contidos, disciplinados, higienizados, "educados" e harmonizados com os ideais da ordem e da modernização poderiam fugir à regra. Nem mesmo as crianças e os adolescentes ficaram de fora das punições contra esse tipo de atividade. Segundo Guido Fonseca (1988), o número de menores que eram abandonados e vagavam pela cidade chamava a atenção de todos. Esses jovens "delinquentes", ao exercitarem todas as formas de sobrevivência nas ruas, também costumavam "atentar contra o patrimônio", furtando todo tipo de objeto comercializável e inutilizando outros que não podiam carregar. Isso, segundo as autoridades, era uma consequência natural do estado de desamparo em que se encontravam as crianças.

Desde o Código Penal de 1890 (Decreto nº.874) já fora prevista a criação de medidas e estabelecimentos destinados à reeducação do menor infrator. Nestas instituições, o menor deveria aprender um ofício e receberia educação. Era preciso dar a eles uma "ocupação útil, livrá-los da vagabundagem e da carreira do vício por onde mais tarde podem chegar à do crime com prejuízo da sociedade".⁷⁰ O intuito de colocar os menores em contato com uma atividade laborativa contínua, porém, outras duas finalidades: a primeira visava educar e regenerar o jovem pelo e para o trabalho; a segunda visava disciplinar o seu tempo livre para que neste se desenvolvessem atividades organizadas, produtivas e saudáveis, ou seja, práticas consonantes com a racionalidade técnica e com o mundo da produção, até porque, anos mais tarde muitas indústrias faturariam milhões sob a exploração do trabalho de menores operários.

O ócio passa, então, a ser entendido como um hábito degenerativo e não correspondente aos valores e normas da civilização moderna, vigorosa e ativa que caminhava na direção da harmonia, da ordem e do progresso. Do lado oposto, coloca-se o trabalho, força suprema pela qual a sociedade alcançaria os índices de desenvolvimento desejáveis. Assim, os indivíduos que fossem vistos "vagabundeando", desocupados ou não

⁶⁹ Providência tomada pelo delegado Ascânio Cerqueira para a definição de uma legislação criminal. *O Correio Paulistano*, 28/9/1904, *apud* Fonseca, 1988, p.66.

⁷⁰ *A provincia de São Paulo*, 21/3/1878, *apud* Fonseca, 1988, p.52.

exercendo algum tipo de atividade útil ou produtiva eram imediatamente identificados com o crime e encaminhados às instituições de correção para que se disciplinassem e substituíssem em suas práticas cotidianas os hábitos condenáveis e destruidores dos valores morais e da energia necessária ao fortalecimento da pátria e ao engrandecimento da nação.

A presença da medicina social na cidade de São Paulo, associada à racionalidade técnica, seria marcante nesse processo de transição que ora estudamos. Ao ditar as normas do comportamento saudável também para a classe trabalhadora, a ideologia burguesa buscava promover valores de urbanidade, de moralidade, de disciplina, desenvolvendo o gosto pelo trabalho físico, pois o modo urbano de ser e viver passava a ser predominante, ainda que em um país predominantemente rural. E para que os efeitos da dominação social alcançassem o êxito, a ideologia burguesa avançaria os limites do mundo do trabalho, atingindo o indivíduo e a sociedade nas questões mais particulares da vida social. Invadindo o universo privado, as relações familiares, amorosas, sexuais, de divertimento, de sociabilidade e de comportamento, durante todo o tempo e nos espaços em que os homens estivessem trabalhando, articulando suas idéias ou se comunicando, a ideologia penetrava o dia-a-dia das pessoas, no cotidiano da cidade.

Com efeito, a ideologia da higiene, da disciplina, do controle e da utilidade atinge de maneira ampla a vida cotidiana de homens, mulheres e famílias durante todo o século XIX chegando até nossos dias. Isto porque a ideologia não é apenas a representação imaginária do real, mas "é a maneira necessária pela qual os agentes sociais representam para si mesmos o *aparecer* social, econômico e político, de tal sorte que essa aparência (que não devemos simplesmente tomar como sinônimo de ilusão ou falsidade), por ser o modo imediato e abstrato de manifestação do processo histórico, é o ocultamento ou a dissimulação do real" (Chauí, 2000, p.3). Como uma das faces da dominação em uma sociedade fundada na luta de classes, a ideologia incorpora, desenraíza e difunde normas de comportamento e manifestações culturais, de maneira que estas percam a identidade social dos sujeitos que as produziram, a ponto de "engendrar uma lógica de identificação que unifique pensamento, linguagem e realidade para, através dessa lógica, obter a identificação de todos os sujeitos sociais com uma imagem particular universalizada, isto é, a imagem da classe dominante" (Chauí, 2000, p.3).

Esta nova idéia de corpo, de educação e de família, veiculada pelo discurso médico, policial e estatal, ao passo que intensificava a ação e o poder da ideologia burguesa, distinguia as classes sociais e reafirmava a superioridade "biológico-social" e a

dominação de uma classe sobre a outra. Sem dúvida, a modificação das estruturas simbólicas era encravada no cotidiano da classe trabalhadora, mesmo que essa, de fato, não tivesse acesso àquilo que efetivamente representava o status e a "superioridade" social. Por meio de significações e práticas orgânicas à vida cotidiana, a ideologia da sociedade burguesa, industrial e capitalista se naturalizava como vetor das relações sociais.

A vida cotidiana, segundo Agnes Heller (2000) é a vida de todo indivíduo; ela é universal e constituída de esferas como a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação. Porém, estas esferas não se encontram no mesmo nível de importância dependendo da organização e da estrutura de uma dada sociedade. Os significados dados às atividades cotidianas são heterogêneos e hierárquicos; enquanto a heterogeneidade é validada pelos critérios individuais, a hierarquia é definida pelas relações sociais em conjunto. Assim, determinadas esferas da cotidianidade podem ser valorizadas ou desvalorizadas conforme a situação geral da sociedade e de acordo com a penetração da ideologia sobre o modo de ser e viver dos indivíduos e dos grupos. É na vida cotidiana que o indivíduo, sendo, ao mesmo tempo, particular e genérico, tem um tempo e um espaço para que os grupos sociais estabeleçam consigo as mediações acerca dos costumes, das normas, da ética, bem como outras interações maiores.

A ideologia e as relações de poder e dominação são reproduzidas no dia-a-dia das pessoas porque a vida cotidiana no mundo moderno é orientada pela espontaneidade, pela probabilidade, pela possibilidade, pelo economicismo e pelo pragmatismo, características que dificultam a passagem às formas superiores da cotidianidade, como na arte, na ciência e na filosofia, experiências capazes de agregar os indivíduos em unidades coesas, de forma que possam atingir o *ser humano genérico*.⁷¹ Isto significa que a manifestação da vida cotidiana está atravessada por processos que caminham na direção da homogeneização e, ao mesmo tempo, da fragmentação da consciência e da intervenção dos sujeitos no mundo. Assim, as necessidades humanas tornam-se conscientes sob a forma de necessidades particulares, idéia que mascara a condição do homem como ser social que produz coletivamente a vida e realiza seus desejos e necessidades de forma mediada pelas condições objetivas que estão postas para as diferentes classes sociais. Dessa forma, na

⁷¹ Para Antônio Gramsci (1995a) a expressão *catarsis* serve para indicar a passagem do momento puramente econômico, imediato, egoísta ou passional ao momento ético-político, isto é, a elaboração superior da visão social de mundo na consciências dos homens. Significa também a passagem da necessidade à liberdade. Nesse sentido, aproxima-se muito do que Agnes Heller chamou de passagem ao "ser humano genérico".

vida cotidiana a ideologia é reforçada e estabelecida, uma vez que a tendência espontânea, pragmática e economicista do pensamento cotidiano é orientada para o *individual particular*.

Para Agnes Heller (2000), todos esses momentos característicos do comportamento e do pensamento cotidianos formam uma conexão necessária para que o homem seja capaz de viver na cotidianidade. Em outras palavras, não há vida cotidiana sem espontaneidade, pragmatismo, economicismo, precedentes, juízo provisório, generalização, imitação e ações circunscritas às probabilidades naturais e possibilidades históricas. Por outro lado, a autora chama atenção para que as formas necessárias da estrutura e do pensamento cotidiano não se cristalizem em absoluto, pois se os indivíduos não possuírem uma margem de movimento e possibilidades de explicitação do *genérico*, ocorre a alienação da vida cotidiana.

Mas a estrutura da vida cotidiana, embora constitua indubitavelmente um terreno propício à alienação, *não é de nenhum modo necessariamente alienada*. Sublinhemos, mais uma vez, que as formas de pensamento e comportamento produzidas nessa estrutura podem perfeitamente deixar ao indivíduo uma margem de movimento e possibilidades de explicitação, permitindo-lhe – enquanto unidade consciente do humano-genérico e do individual-particular – uma condensação "prismática", por assim dizer, da experiência da cotidianidade, de tal modo que essa possa manifestar-se como essência unitária das formas heterogêneas de atividade próprias na cotidianidade e nelas objetivar-se. Nesse caso, o ser e a essência não se apresentam separados e as formas de atividade da cotidianidade não aparecem como formas alienadas, na proporção em que tudo isso é possível para os indivíduos de uma dada época e no plano máximo da individualidade – e, por conseguinte, de desenvolvimento do humano-genérico – característico de tal época. Quanto maior for a alienação produzida pela estrutura econômica de uma sociedade dada, tanto mais a vida cotidiana irradiará sua própria alienação para as demais esferas (Heller, 2000, p.38).

Analisemos primeiramente o caso da alienação na vida cotidiana. Ao longo do século XIX, e sobretudo, nos inícios do século XX, a visibilidade que vai sendo dada às atividades, aos hábitos e às relações sociais no interior e no exterior do ambiente familiar significava a possibilidade de controle das práticas, valores e saberes antes não acessíveis ao poder do Estado. E embora isso não tenha acontecido mediante a lei, o processo de exteriorização e normalização das relações familiares representa um aspecto importante na

nova organização social, uma vez que os usos do tempo livre e o espaço dos divertimentos passam a ser divulgados e socializados.

Sabe-se que a reorientação espacial, a redefinição do tempo livre e uma nova organização da cultura ocorreram, na vida cotidiana, em estreita correspondência com o processo de urbanização, com a criação do Estado federativo e com o desenvolvimento do capitalismo, baseado na exploração do trabalho livre. Entre outras coisas, isso demonstra que também o tempo social e a cotidianidade foram modificados, visto que após a transição do trabalho escravo para o trabalho livre é possível perceber uma nítida separação entre tempo de trabalho e tempo livre e também como aumentam as preocupações em torno da administração do tempo de não-trabalho. Dessa maneira, além do ritmo imposto ao trabalho pelo capital, o controle e a ocupação do tempo livre assumem uma outra dinâmica determinada pelas novas relações de produção. A expansão do capitalismo se fazia presente pelo controle e exploração do trabalhador para além dos muros da fábrica, isto é, em casa, nas reuniões informais e nas demais atividades do cotidiano, transformando o tempo livre numa dimensão em que a racionalidade produtiva poderia se estender e se perpetuar.

A tentativa de ruptura dos conhecimentos e comportamentos hauridos dos séculos passados acontecia ao lado de uma recomposição temporal, prática e valorativa da realidade, em que as diversas práticas sociais, entre elas o ócio, a ociosidade e outros tipos de divertimento perdiam seu lugar e assumiam um novo sentido na organização da vida moderna. Como esfera da ludicidade e do desenvolvimento humano, o ócio, expressão típica do mundo pré-capitalista,⁷² não representava mais os valores da sociedade capitalista e produtiva e, por isso, foi amplamente combatido. Isto significa que a explicitação de tais valores, ou seja, desses novos significados culturais, aparece como uma tendência de desenvolvimento⁷³ no período composta, entre outras coisas, pelas suas próprias possibilidades e contradições históricas.

⁷² Nas antigas civilizações, ou mesmo nas sociedades predominantemente rurais, não há possibilidade em se proceder a uma divisão rígida entre trabalho e não-trabalho, ou do trabalho com a diversão, a própria vida e a gama variada de atividades nela presentes. Thompson (1991), ao analisar a questão do tempo em certas zonas rurais da Inglaterra pré-industrial, encontra a diversão, o descanso, o trabalho, o convívio social e familiar como esferas que se misturam e se confundem mutuamente, tendo a jornada de trabalho uma flexibilidade que se alarga ou se contrai de acordo com os necessários labores, sem a existência de conflitos entre o trabalho e o passar do tempo. O ócio, como uma dessas atividades cotidianas, foi aos poucos desaparecendo em função da definição de um tempo de trabalho e da conquista do tempo livre e, no processo de implementação do capitalismo, tem no lazer, como uma das práticas e instituições do tempo livre moderno, o seu próprio sucessor.

⁷³ Cf. Heller, Agnes. *Cotidiano e história*, p.8.

Além disso, neste contexto a sociedade brasileira começa a fazer parte de um movimento mais amplo, em que estão sendo definidas econômica e politicamente as nações mais poderosas do mundo, o que tem-se denominado "era dos impérios". É o momento de uma nova divisão do trabalho, na qual o consumo de produtos industrializados e de um conjunto de novas práticas sociais expressa que, ao Brasil, cabia adequar-se e subordinar-se à lógica da expansão extensiva e intensiva do capital.

Pela expansão extensiva acontecia o processo de globalização⁷⁴ da produção capitalista, tanto do ponto de vista das relações comerciais de trabalho, como também do avanço da lógica do capital pelo mundo. Já pela expansão intensiva, havia uma conformação da subjetividade humana aos valores do que se chamaria "indústria cultural", através da qual tudo se sacraliza, tudo se sucumbe ao capital. Assim, ao passo que a prevalência do econômico invade o cotidiano e a formação cultural, há uma mercantilização das formas de vida e das relações sociais, de onde se origina o *fetichismo da mercadoria* (Adorno, 1985).

Dada a implementação do trabalho livre no Brasil e posteriormente a constituição do seu "oponente" histórico – o tempo livre – parece que as práticas de descanso e divertimento da população são completamente codificadas por meio de uma racionalização intensa do cotidiano e, portanto, do próprio tempo livre. Pode-se, dizer, inclusive que o ócio tenha sido incorporado e (re) significado no e pelo tempo livre. Mas para compreender a organização do tempo livre, é imprescindível, como vimos, conhecer as relações de produção, a jornada de trabalho, o desenvolvimento das técnicas, a lógica de funcionamento do capitalismo. É preciso perceber ainda o tempo livre como uma forma de vida típica do capitalismo,⁷⁵ em que trabalho e tempo livre na *aparência* são opostos, mas

⁷⁴ Este conceito não está sendo utilizado aqui em sua conotação corrente e contemporânea, mas como um processo de avanço do capitalismo pelo mundo, em especial, sobre as colônias de exploração da América Latina que, ao longo do século XIX, cedem seu território para a instalação de indústrias de matéria prima básica – haja vista os recursos naturais desses países – sustentadas pela mão-de-obra livre, abundante e barata, criando um mercado de consumo promissor para os produtos industrializados da Europa e dos Estados Unidos.

⁷⁵ Se o ócio é um hábito típico das sociedades pré-capitalistas, o tempo livre, ao contrário, apresenta-se sob as condições objetivas e subjetivas das sociedades capitalistas, ou seja, ele é conquista e também concessão; enquanto o primeiro é a possibilidade de desenvolvimento humano, porque inseparável das demais atividades cotidianas, o segundo, ao passo que se apresenta totalmente estancado como esfera da vida cotidiana, torna-se um meio de afirmação do capital, pois se não serve para a reposição da força de trabalho, é o espaço profícuo para a circulação e o consumo de mercadorias e símbolos culturais filtrados pelos valores da racionalidade produtiva. É dessa idéia que surge o lazer como tempo/espaco de difusão de idéias e práticas valorizadas pela ideologia e incentivadas como inovadoras da ordem social moderna.

na verdade formam um binômio indissociável. O tempo livre torna-se a extensão da própria lógica de produção, ou seja, hegemonicamente, ele se curva ao capital.

Dessa forma, parece que a fragmentação entre trabalho e tempo livre nas sociedades modernas gerou algumas contradições. Embora este último seja um tempo de não-liberdade, pois as atividades nele desenvolvidas estão submetidas à valorização da lógica produtiva, ele é apresentado como esfera da liberdade, na qual os sujeitos estão aparentemente "livres" das tensões e da alienação presentes no trabalho, podendo, então, usufruir deste tempo conforme seus próprios desejos e interesses. Na aparência, o tempo livre é uma recompensa que pode ser comprada pelo esforço individual de cada um, e o fato de as práticas do tempo livre buscarem um distanciamento de tudo aquilo que lembra o trabalho, reforça a idéia da hiper-organização da vida, em que tudo deve ser bem dividido, separado e não confundido, o que se assemelha à própria organização do trabalho industrial. Além disso, a racionalidade técnica aliada à moral cristã, ao contrário do que pregam para o tempo livre (descanso, recompensa, liberdade), subsidia, inclusive, a disciplinarização do tempo livre, negando o tipo de prazer contido no ócio, na preguiça e nos divertimentos indiscriminados, pois estes se constituem como manifestações insubordinadas às relações de dominação e ainda incompatíveis com a divisão racional da existência.

É bem conhecido, e nem por isso menos verdadeiro, que os fenômenos específicos do tempo livre como o turismo e o 'camping' são acionados e organizados em função do lucro. Simultaneamente, a distinção entre trabalho e tempo livre foi incutida como norma à consciência e à inconsciência das pessoas. Como, segundo a moral do trabalho vigente, o tempo em que se está livre do trabalho tem por função restaurar a força de trabalho, o tempo livre do trabalho – precisamente porque é um mero apêndice do trabalho – vem a ser separado deste com zelo puritano. Aqui nos deparamos com um esquema de conduta do caráter burguês. Por um lado, deve-se estar concentrado no trabalho, não se distrair, não cometer disparates; ... Por outro lado, deve o tempo livre, provavelmente para que depois se possa trabalhar melhor, não lembrar em nada o trabalho. Esta é a razão da imbecilidade de muitas ocupações do tempo livre. Por baixo do pano, porém, são introduzidas, de contrabando, formas de comportamento próprias do trabalho, o qual não dá folga às pessoas. ... Toda mescla, aliás, toda falta de distinção nítida, inequívoca, torna-se suspeita ao espírito dominante. Essa rígida divisão da vida em duas metades enaltece a coisificação que entrementes subjugou quase completamente o tempo livre (Adorno, 1995, p.73).

Para Adorno (1995), a sociedade capitalista mantém as pessoas sob um fascínio, de forma que nem em seu trabalho nem em sua consciência dispõem de si mesmas com real liberdade. Afirma, também, que mesmo onde o encantamento se atenua e as pessoas estão ao menos subjetivamente convictas de que agem por vontade própria, essa vontade é modelada por aquilo que define "o que é estar fora" do tempo de trabalho. Para este autor, no tempo livre o sujeito está submetido às "opções" dispostas pela *indústria cultural*, indicativo de que nessa medida de tempo, além das barreiras objetivas para o gozo da liberdade, há também um impedimento subjetivo acionado pela reprodução do processo de reificação. Na medida em que a indústria cultural institucionaliza certas necessidades e a própria experiência de liberdade é funcionalizada pelo comércio, a cultura recebe um valor de mercado. Assim, aquilo que as pessoas querem é mais uma vez imposto, até porque, todo tipo de liberdade organizada é também coercitiva.

Nesse particular, é preciso ponderar duas coisas: a primeira é que as reflexões de Adorno estão diretamente vinculadas à sua experiência durante a II Guerra Mundial, em especial por ocasião do holocausto; por isso, quando ele discute a indústria cultural, está se remetendo aos processos subjetivos e culturais mais nitidamente perceptíveis a partir da década de 1940, pelo menos no Brasil. Aqui, quando se fala em indústria cultural, estou me referindo à circulação em massa de produtos e práticas culturais que começam a aparecer em 1920, sobretudo no Rio de Janeiro e São Paulo. Acredito que talvez seja possível visualizar, nessa década, os primeiros indícios do que, mais tarde, Adorno chamaria então de indústria cultural.

A segunda ponderação diz respeito à aproximação daquilo que Adorno chama de tempo livre e do que entendemos como lazer. Se compreendermos o tempo livre como aquele que "se opõe" ou se diferencia do trabalho, então todas as outras atividades vivenciadas fora do tempo de trabalho podem ser consideradas como pertencentes ao tempo livre das pessoas. Nesta concepção, o trabalho assume papel central, constituindo-se como princípio fundamental da *práxis*, e a escola, a igreja, os divertimentos, as formas de sociabilidade e as demais atividades cotidianas que estão fora do tempo de trabalho, passam a fazer parte, por suposto, do chamado tempo livre, embora sejam práticas determinadas pelo próprio trabalho. Nessa perspectiva, o lazer seria mais uma forma de ocupação do tempo livre.⁷⁶

⁷⁶ Não é à toa que para Agnes Heller (2000) o lazer é uma esfera da vida cotidiana e não o tempo livre. No tempo livre estão inclusas outras esferas da cotidianidade como a vida privada, o descanso e as demais.

Na obra de Adorno, o trabalho também é um elemento essencial, mas sua forma de materialização na sociedade capitalista o configura como um tempo não-livre, determinado pelas relações econômicas e determinante das relações sociais em qualquer esfera da vida cotidiana. Por outro lado, as concepções de lazer e tempo livre se confundem, pois ambos são apreendidos muito mais como expressões da indústria cultural do que como esferas distintas e caracterizadas por uma lógica interna própria. Diferentemente do autor, aqui, o tempo livre é visto como um tempo liberado do trabalho, ou seja, o tempo que corre fora do processo de *produção* do capital. E assim, o lazer é um tempo/espço no âmbito do tempo livre e mais uma "instituição" na qual a indústria cultural penetra, conformando a subjetividade humana às demandas do capital. Nele, o caráter fetichista da mercadoria se apodera das pessoas, transformando-as em fetiche para si mesmas, sobretudo através do consumo e da adequação dos sujeitos aos valores e comportamentos sociais veiculados pela ideologia dominante.

Nesse processo, a configuração do tempo livre e a sua demarcação aparentemente oposta ao trabalho, sofrem, portanto, tanto as determinações históricas objetivas, como também subjetivas. E embora tenha sido – o tempo livre – uma conquista da classe trabalhadora organizada, nem este nem a vida cotidiana não deixam de sofrer influências da constituição da ideologia burguesa. Dessa maneira, é possível dizer que, mesmo do ponto de vista da cultura e da subjetividade, pois também constituem a realidade, o tempo livre nasce do movimento e desenvolvimento do capitalismo, mas depende da situação geral da sociedade.

A alienação da vida cotidiana e a extensão da lógica capitalista sobre o tempo livre nas primeiras décadas do século XX em São Paulo podem ser, então, observadas de duas maneiras: de um lado os passatempos da burguesia, que surgem e se desenvolvem de forma orientada pela indústria cultural; de outro, as diversões do proletariado, que passam a ser visivelmente controladas pelos poderes públicos e pelos setores patronais na tentativa de transformar o tempo livre num tempo útil à reposição da força de trabalho e à formação de um novo modelo de homem relativo às demandas do processo produtivo.

Quanto à penetração da indústria cultural sobre o tempo livre da burguesia e da classe média urbana, ganham destaque as viagens e o turismo, cujo local mais requisitado era Paris, a capital da "revolução" estética e cultural, frutificadora dos ideais modernistas da arte e da literatura. Além disso, a expansão do consumo generalizado de bens, serviços e produtos industrializados exprimia uma certa ostentação do poder econômico, que se

consagrava através do desperdício da própria fortuna, colocada em jogo na disputa constante entre os magnatas. O novo estilo de vida, o consumo conspícuo, as formas de apropriação e manifestação dos divertimentos, a criação dos clubes para as atividades esportivas e de passatempo, bem como outras formas de lazer que vão surgindo na cidade de São Paulo, no processo de aburguesamento da sociedade, tornam-se elementos identificadores e, ao mesmo tempo, segregadores das classes sociais.

A requintada sociedade paulistana nos anos 20 viveria intensas emoções proporcionadas pelos encantos do comércio da moda. Um conjunto de práticas esportivas, de produtos, de idéias e de comportamentos modernos avançaria pelo imaginário social constituindo-se objetos de desejo e de consumo. Bares, músicas, danças, roupas, perfumes, produtos de beleza, acessórios, agora compunham o universo simbólico da metrópole que se achava completamente tomada pela importação das novidades e seduzida pelos ensaios culturais dos países europeus. Nicolau Sevcenko (2000), em estudo sobre a cidade de São Paulo nos anos 20, chama a atenção para a formação de indivíduos dispostos e dotados de atitudes disciplinadas em relação ao conjunto fixo de regras, limites, alternativas, mas também de possibilidades de divertimento e gozo proporcionados pelo consumo de mercadorias e atividades de massa.

Nos carros e nos bondes, nos cafés e nos bares, nos bailes e nos estádios, nos umbrais das lojas e nas escadarias dos teatros, os movimentos bruscos e sobretudo os estudados repuxavam as sedas bem acima dos joelhos. ... A partir das dezesseis horas, se estabelecia o "footing" no circuito de lojas finas no Triângulo, cujo ápice era o chá das cinco nos salões do Mappin Stores e o refluxo, o "rush" das seis. ... O centro da cidade recendia a perfume e o frufu das saias comunicava os fluxos das marés femininas indo e vindo, circunscrevendo o Triângulo numa aura de desejo. Os corpos sadios, lépidos, expostos ao frescor dos elementos, faziam da cidade uma passarela para a desenvoltura ágil; transformavam o flerte num torneio itinerante, veloz, volátil e as conquistas, em troféus temporários (Sevcenko, 2000, p.50-51).

Segundo o autor, a epidemia da música, a proliferação dos bailes, ambientes de dança e ritmos frenéticos, juntamente com a universalização da indústria fonográfica – com grande destaque para as distribuidoras americanas – popularizavam o que antes tinha acesso privado pelos gramofones, pela música erudita, no interior do lar e em família. A vitrola, que se oferecia para audições públicas de jovens excitados com o frenesi de bandas estridentes, aparecia como um fenômeno novo e irreversível. Também a indústria

Fig. 14. Teatro Municipal inaugurado em 1914. Sede da I Semana de Arte Moderna, que representa a síntese e a divulgação de um novo padrão estético para as artes e para a literatura



Fig. 15. Instalação das primeiras linhas de bonde em São Paulo



cinematográfica em prosperidade galopante, sobretudo os estúdios norte-americanos, acabou superando o teatro e adquirindo papel proeminente como forma de lazer nas grandes cidades. Com grande resistência, os filmes e o cinema ganharão espaço na metrópole, apesar de causar espanto com o erotismo extravagante.

No campo das artes plásticas o fenômeno não é menos surpreendente. Novos espaços de exposição surgem, outros são improvisados em livrarias, casas comerciais e hotéis, fazendo com que a arte estivesse espalhada por diversos locais da cidade. A indústria editorial paulista também se revela sensível à metropolização e assiste a um "boom" desencadeado a partir dos anos 20. Assim, a transformação das aspirações e dos desejos no universo simbólico da cidade configura uma etapa decisiva nesse processo de exacerbação das tensões, pois na tentativa de definição de um padrão cultural de identidades, acaba reforçando, na realidade, a desigualdade existente entre as classes. As iniciativas para tornar São Paulo uma megalópole moderna têm particular significado por que atingem ápices críticos neste momento, revelando os conflitos entre uma produção cultural orientada para a homogeneização das percepções e a realidade concreta, que excluía milhares de trabalhadores, pobres e imigrantes do processo de criação dessa mesma cultura.

Por outro lado, o recondicionamento dos corpos e a invasão do imaginário social pelas novas tecnologias adquirem um papel central na experiência de modificação dos repertórios culturais herdados. A presença da máquina no cenário da metrópole contribuía para a composição de novos quadros culturais em que a cidade mesma se tornaria a fonte e foco da criação cultural para as várias artes, fornecendo-lhes muitas chaves para a reformulação da estrutura interna das obras. Exemplo disso é a realização, em 1922, da I Semana de Arte Moderna, que movimentou a burguesia refinada e toda a intelectualidade paulista em torno de novos valores estéticos e possibilidades de representação do real a partir de modernos conceitos sobre criação e produção artística, em que a cidade aparecia como símbolo da própria modernização.

Mas o que é novo é que os elementos irreconciliáveis da cultura, da arte e da distração se reduzem mediante sua subordinação ao fim a uma única fórmula falsa: a totalidade da indústria cultural. Ela consiste na repetição. O fato de que suas inovações características não passem de aperfeiçoamentos da produção em massa não é exterior ao sistema. É com razão que o interesse de inúmeros consumidores se prende à técnica, não aos conteúdos teimosamente repetidos, ociosos e já em parte abandonados. ... Todavia, a indústria cultural permanece a

indústria da diversão. Seu controle sobre os consumidores é mediado pela diversão, e não é por meio de um mero decreto que esta acaba por se destruir, mas pela hostilidade inerente ao princípio da diversão por tudo aquilo que seja mais do que ela própria (Adorno, 1985, p.127-128).

Assim, é possível dizer que os anos 20 assinalaram o surgimento daquilo que mais tarde Adorno (1985) chamaria de indústria cultural, pois o consumo e a circulação em massa de produtos e práticas que ganham o estatuto de diversão revelam que a subjetividade humana já estava sendo delineada pelo domínio do econômico sobre o tempo livre. Assim, ocorre o *fetichismo da mercadoria*, em que o valor de uso de um bem cultural é substituído pelo seu valor de troca; ao invés do prazer, da experiência estética, o que se busca é assistir e estar informado. O que se quer é *ter* os conhecimentos, as mercadorias e a obra de arte. E estes bens só têm valor na medida em que podem ser trocados por outros, cujo valor de uso, justamente por não ser considerado em si mesmo, torna-se um fetiche, submetendo as pessoas aos princípios do consumo, do comércio e da indústria cultural, além do fato de que "o consumidor torna-se a ideologia da indústria da diversão, de cujas instituições não consegue escapar" (Adorno, 1985, p.148).

A indústria cultural, dessa forma, criava um tipo de diversão organizada, distribuída e selecionada que, embora transformasse o modo de vida burguês no padrão desejado de aceitação e identidade social, convertia-se à reprodução dos mecanismos da razão tecnológica, uma vez operada através de associações e repetições habituais que envolviam as atividades do dia-a-dia. É possível dizer ainda que o lazer, como um tempo/espaço privilegiado para o consumo de determinados bens e para o exercício de atividades e comportamentos ao "estilo burguês", constituiu-se, para as classes dominantes, como uma prática proporcionada pelo desenvolvimento da indústria cultural. Nessa linha, parece que o lazer, como necessidade – criada – de uma certa diversão, foi produzido e está atravessado, em larga medida, pela própria indústria cultural.

Essa diversão, vazia de sentido humanitário, embora imputasse a idéia de que através dela as pessoas tinham a possibilidade de esquecer o trabalho e o sofrimento, na verdade estava fixando as portas para que continuassem abertas ao capital estrangeiro, tanto do ponto de vista econômico como cultural. A liberdade formal estava garantida a todos, entretanto, cada indivíduo já se via, desde muito cedo, empregado de um sistema de igrejas, clubes, associações profissionais, escolas e outros relacionamentos que acabavam

Fig. 16. Rua Boa Vista entre 1920 e 1930: a movimentação do comércio ao centro da cidade



Fig. 17. Rua Direita



instrumentalizando o próprio controle pela subjetividade. E para concluir a idéia de que o tempo livre é um fenômeno criado pelo desenvolvimento da relação capital-trabalho, faço as minhas, as palavras de Adorno (1995): "o tempo livre tende em direção contrária à de seu próprio conceito, tornando-se paródia deste. Nele se prolonga a não-liberdade, tão conhecida da maioria das pessoas não-livres com a sua não-liberdade em si mesmas" (p.71).

Para compreender o tempo livre como fruto da sociedade capitalista, ainda é preciso considerar as contradições existentes em relação ao próprio domínio do capital sobre as atividades contidas nessa medida de tempo. A primeira, é a permanência do ócio entre os hábitos cotidianos e as práticas sociais e, a segunda, articulada a essa, são as estratégias de subversão encontradas pelas camadas populares quanto ao controle e aos valores impostos pela ideologia dominante, incluindo aí a indústria cultural. Passamos a analisar, então, a possibilidade da vida cotidiana não se submeter à alienação, ou seja, quais os espaços e oportunidades que os sujeitos têm ou que constroem para reagir às circunstâncias impostas pelos determinantes objetivos e de atender às suas próprias necessidades, isto é, quais as possíveis manifestações de autodeterminação do homem.

Se observarmos a história mais recente e o contexto da constituição do tempo livre, perceberemos que o ócio, entendido como contemplação, como espaço do desenvolvimento e realização das capacidades humanas em si mesmas, não deixou de existir imediatamente, nem mesmo como possibilidade,⁷⁷ uma vez que os hábitos tradicionais de descanso e divertimento, como a preguiça, os jogos, os bares, as festas e outras atividades consideradas "ilícitas", ou seja, improdutivas segundo a lógica do capital, continuaram sendo alvo de críticas provenientes das classes dirigentes durante muito tempo – quiçá até hoje – tornando-se grandes desafios para a sociedade capitalista, na qual, ao contrário, tudo deve ser aproveitado com vistas ao funcionamento, à utilidade e à produção do lucro. Dessa maneira, se por um lado o tempo livre foi utilizado como esfera da reprodução do capital pois, hegemonicamente, deveria ser ocupado com a reposição da

⁷⁷ Segundo Agnes Heller (2000) "quando um valor constituído numa determinada esfera ou num determinado sentido perde a altura ou o estágio alcançado, passa a existir apenas como possibilidade, mas não é inteiramente aniquilado. Podem variar as formas de sua subsistência; pode acontecer que desapareça uma forma de vida existente em inteiras comunidades (por exemplo, a democracia ateniense), mas grupos reduzidos ou mesmo indivíduos (como os estóicos ou epicurianos, no caso do exemplo) preservarão a maioria dos valores daquela forma de vida, inclusive através de longos períodos estéreis da história ou mesmo épocas de predomínio de outros valores. Por vezes o valor atingido subsiste como norma abstrata, jamais satisfeita na realidade; em outros casos, o valor pode conservar-se em suas objetivações - nas epopéias homéricas, por exemplo - esperando ser novamente descoberto" (p.10).

força de trabalho ou para o consumo das mercadorias distribuídas, por outro, não foi fácil condenar a classe trabalhadora ao júbilo do capital em todas as dimensões da existência humana. Se o ócio foi incorporado / contemplado pelo tempo livre e se ainda eram marcantes determinadas manifestações culturais contrárias aos valores da indústria cultural e da racionalidade técnica, parece que nem sempre as atividades do tempo livre contribuíam para a reprodução da razão instrumental e dos mecanismos da acumulação capitalista.

Além do mais, havia uma infinidade de atos, denúncias, manifestações e práticas de resistência e insubordinação organizadas pelos sindicatos, pelos clubes operários, pelas associações, grupos de trabalhadores e mesmo por indivíduos isolados que atentavam contra a ordem estabelecida e buscavam conscientizar a população sobre as causas da exploração, humilhação, exclusão e empobrecimento da vida cotidiana. As reivindicações que se tornaram conquistas do conjunto dos trabalhadores ao longo das quatro primeiras décadas do século XX, como a jornada de 8 horas, a proibição do trabalho de menores, o acesso à escola e à participação cultural, indicam que existiam muitos sinais de descontentamento e mesmo de subversão.

Com efeito, o instrumento de luta das classes oprimidas nas primeiras décadas do século XX não foi a educação ou a escola, o conhecimento elaborado ou a ciência, mas suas experiências concretas, suas formas de instrução, os saberes e a aprendizagem sócio-cultural que os identificava como classe, agregando-os como força opositora consciente e antagonista aos interesses da indústria cultural e da reprodução do capital. Não quero dizer com isso que os trabalhadores não tenham reivindicado acesso à escola como possibilidade de educação e formação cultural, nem que, à revelia das necessidades e demandas do proletariado, a educação não tenha sido usada como instrumento de formação de uma nova subjetividade aliada à ideologia burguesa. Ao contrário, sabe-se que, na década de 1930, conjugado a estes valores, um novo discurso sobre a educação e a formação da população brasileira ganha importância entre as preocupações das classes dominantes e do Estado, fundamentando a elaboração de políticas educacionais em que a escola assume a tarefa de realizar um plano nacional de educação. Este, embora tenha pretendido homogeneizar a formação humana na direção da construção de uma nova civilização, moderna e produtiva, e de uma nova identidade cultural, ao passo que se utilizava da retórica "educação para todos", na realidade, previa orientações bastante distintas do ponto de vista da educação

para as diferentes classes. Por outro lado, não foram nulas as denúncias e exigências quanto à educação.

Queixam-se muitos paes de que, apesar de concorrerem com pesadas contribuições para os cofres publicos, não podem nem sequer obter a collocação de seus filhos nas escolas primarias, cujos directores recusam-se a acceital-os, dizem, por falta de lugares. Contam alguns que em certas escolas se faz selecção, sendo preteridos á matricula os meninos de côr preta e os que não têm recursos para se <phantasiarem>, e si poucos destes são acceitos, é por empenhos dos figurões da época. É lamentavel que isso se dê, mormemente num paiz republicano, quando é certo que as escolas publicas, de qualquer categoria que sejam, destinam-se principalmente, aos filhos dos desherdados da fortuna, aos filhos do povo, sem distincção de classe ou de côr. Si as escolas existentes estão mal organizadas ou são deficientes, trate o governos de reformal-as ou de crear outras, embora para isso tenha de reduzir as bayonetas, que consomem uma boa parte da receita orçamentaria quasi que em pura e ridicula ostentação. E ainda dizem que não há necessidade do Socialismo aqui, quando os filhos do povo, que trabalha, que soffre e paga impostos, nem escolas têm, onde possam receber a minguada instrucção primaria (*O Socialista*, São Paulo, 29/5/1898, p.3).

Sabe-se que um dos instrumentos de resistência e subversão utilizados pela classe trabalhadora em São Paulo foi, sem dúvida, a imprensa operária. Através dela, é possível observar o papel desempenhado pelos *intelectuais* que, ao lado da tradição anarco-sindical trazida pelos imigrantes italianos, constituiu-se como componente importante na história das lutas sociais no Brasil. Segundo Maria Nazareth Ferreira (1978) os intelectuais "foram responsáveis por uma parcela relevante da atividade dos imigrantes, na medida em que foram também agentes propagadores das idéias revolucionárias vulgarizando as ideologias sociais tornando-as inteligíveis para as massas" (p.146). Os primeiros jornais operários que surgiram no país foram elaborados pela iniciativa dos intelectuais, os quais conseguiram, neste campo, criar o hábito da leitura entre a classe trabalhadora, propor a discussão de idéias novas, bem como preparar o terreno para o avanço da imprensa de classe. Os militantes que lideraram o movimento operário brasileiro no período estudado são considerados "verdadeiros agentes comunicadores", no sentido de que foram os responsáveis pela implementação de diversos mecanismos que possibilitaram a disseminação de suas mensagens.

Um dos primordiais escopos do ultimo movimento de reivindicação economica havida nesta capital era, como é sabido, o que visava o estabelecimento do regimen normal de 8 horas de trabalho para todos os proletários, sem excepção. Com effeito, o problema em questão é dos que maior interesse despertam em todo o operariado visto como elle exerce, em rigor, uma fundamental influencia moral e material na vida do homem que trabalha. ... Além de representar um acto de integra justiça, a jornada de 8 horas de trabalho, de primacial importancia para o operário, representa também uma realização de largo alcance social. ... Conseguir aumento de salario e diminuição dos generos de primeira necessidade sem a redução de horas de trabalho, não faz sentido. Ficaremos na mesma situação de antes, continuando o cyclone devastados da tuberculosa a ceifar as vidas preciosas das phalanges productoras de toda a riqueza social (Andrade Cadete. *A Plebe*, São Paulo, 8/9/1917, p.4).

Como sabemos, a luta pela diminuição da jornada de trabalho foi constante entre as reivindicações dos trabalhadores, sendo responsável, inclusive, pela constituição do chamado tempo livre. Entretanto, a jornada de 8 horas diárias não foi a única demanda do operariado paulista; através de seus intelectuais e da imprensa de classe, noticiavam a situação da educação, reclamando escolas e tempo livre para a instrução e diversão. Em diálogo com um órgão da imprensa representante da burguesia, o jornal *A Nação*, desconstruíam a argumentação sobre as causas da falta de instrução para a classe trabalhadora. Em "notas antiburguesas", o intelectual e articulista C. Deniz, assim se pronunciava:

A Nação, diario opposicionista desta capital, veiu, há dias, lamentando o nosso atrazo em materia de instrucção e depois de censurar o governo actual e a situação passada, de que fizeram parte alguns redactores daquella folha, lembra a fundação de escolas noturnas e a instituição de conferências instructivas para os operarios, à similhança, do que se faz em alguns paizes estrangeiros. Mas é preciso convir em que, si a Nação se interessa seriamente pelo progresso intelectual e pelo melhoramento das condições das classes trabalhadoras, deve primeiramente pugnar connosco pelo estabelecimento do dia legal de oito horas de trabalho, porque o operario que trabalha das 6 horas da manhã às 6 horas da tarde, fica exausto, fatigado e com o espirito entorpecido e não pode, consequentemente, por mais intensa que seja sua vontade de instruir-se aproveitar as prelecções nocturnas. Em tais condições, o trabalhador só procura o repouso e a insufficiente alimentação, que lhe permite o mesquinho salario, para continuar no dia seguinte o seu labutar afanoso, a que o condemnam muitas gerações de

exploradores e parasitas sociais, que são hoje representados pelas classes burguezas e capitalistas. Não acreditamos, pois, que A Nação, órgão daquellas classes, se interesse sinceramente pela instrução do proletariado. Ella bem sabe que a victoria do Socialismo e, por conseguinte, a emancipação dos operarios, dependem unicamente da instrução destes (*O Socialista*, São Paulo, 17/7/1898, p.2).

Depois disso, pode-se dizer que, na medida mesma do desenvolvimento da imprensa operária como órgão de luta, do avanço dos movimentos sociais e das estratégias de insubordinação à ideologia dominante, havia também a divulgação de uma nova visão de mundo, revolucionária por assim dizer, para a qual tem importância crucial, portanto, o papel dos intelectuais orgânicos.⁷⁸ Através de suas publicações, dos periódicos, nas assembléias do partido ou do sindicato, estes intelectuais possibilitavam a construção de uma consciência coletiva na direção da transformação da sociedade.

Por outro lado, os intelectuais não se encontravam sozinhos; contavam com a atuação de outros militantes agregados pelos partidos e pelas centrais sindicais. Nesse sentido, cabe lembrar que a organização dos trabalhadores foi um fato político considerável para o próprio desempenho dos intelectuais.⁷⁹ Eram os sindicatos que abriam as frentes de luta direta contra os patrões, enquanto os partidos possibilitavam a elevação dessa discussão ao nível legislativo. Juntos, buscavam adesão e articulação da classe trabalhadora e, ao mesmo tempo, a promoção e o amadurecimento intelectual no interior do grupo.

O moderno príncipe, o mito príncipe, não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto; só pode ser um organismo; um elemento complexo de sociedade no qual já tenham se iniciado a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e fundamentada parcialmente na ação. Este organismo já é determinado pelo desenvolvimento histórico, é o partido político: a primeira célula na qual se aglomeram germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais (Gramsci, 1989, p.06).

⁷⁸ Segundo Antônio Gramsci (1995b), os intelectuais orgânicos são formados no interior de um grupo social, criados no terreno de uma função essencial no mundo, e são capazes de organizar junto a esse grupo uma nova cultura, garantindo homogeneidade e consciência própria de sua função social, não apenas no campo econômico, mas político e cultural.

⁷⁹ "Que todos os membros de um partido político devam ser considerados como intelectuais, eis uma afirmação que se pode prestar à ironia e à caricatura; contudo, se pensarmos bem, veremos que nada é mais exato. Dever-se-á fazer uma distinção de graus, um partido poderá ter uma maior ou menor composição do grau mais alto ou do mais baixo, mas não é isto que importa: importa, sim, a função, que é diretiva e organizativa, isto é organizativa e intelectual" (Gramsci, 1995b, p.15).

O Socialista de 22 de maio de 1898 chamava a atenção para a qualificação eleitoral do trabalhador brasileiro. De uma forma intencional e diretiva, apresentava ali notas de esclarecimento público acerca das eleições que se aproximavam. Compromisso político que demonstrava responsabilidade com a formação de uma consciência crítica entre os operários brasileiros. Essa é uma amostra do que a ação coletiva dos intelectuais, da imprensa operária, dos partidos e dos sindicatos era capaz de fazer. Já em outra matéria datada de 26 de junho de 1889 e publicada no mesmo jornal, ao situar a discussão sobre o socialismo científico *versus* socialismo autoritário, os intelectuais punham em debate as diferentes tendências no interior das organizações sindicais, numa clara demonstração de engajamento na elevação moral e intelectual dos trabalhadores.

Em se tratando da educação, várias foram as ocasiões em que a questão pôde ser discutida publicamente. Os partidos apresentavam suas propostas através dos órgãos de comunicação de classe, como a imprensa operária; os sindicatos, por meio dela, conclamavam e informavam aos trabalhadores o resultado das reuniões e negociações. Os intelectuais organizados em torno dos partidos e dos sindicatos tinham ali espaço garantido para a declaração, avaliação e difusão de sua compreensão da realidade, bem como dos problemas enfrentados pela categoria. Vejamos parte do programa do Partido Socialista em 1897.

Proibição do trabalho das crianças menores de 13 anos sem distinção de sexo. Fixação de oito horas para o dia normal de trabalho e sua redução equitativa nas indústrias nocivas à saúde; e de cinco horas para os trabalhos noturnos. Abolição das leis que garantem a indissolubilidade do casamento. Justiça gratuita para o povo, ficando as partes isentas de toda e qualquer retribuição. Abolição de todos os privilégios. *Instrução primária e popular obrigatória e gratuita. Cooperar para que o ensino das profissões seja ministrado pelo Estado só no caso de haver falta de profissionais correspondentes a este ou aquele ramo de actividade.* Diminuição gradual até completa abolição, dos impostos de consumo, sendo estes substituídos por equitativos impostos diretos, tornando assim menos pesadas as contribuições que suportam as classes desfavorecidas da fortuna (*O Socialista*, 1/5/1897, p.4 – grifos meus).

Pode-se encontrar diversas propagandas de *Escolas Modernas* nos periódicos consultados, em que diziam se utilizar métodos científicos e cobrar um preço justo. Entretanto, grande parcela da população não tinha acesso nem mesmo à escola pública, oficial, sobretudo se filhos da classe trabalhadora. Muitas famílias estavam alijadas de

qualquer possibilidade de gasto com educação, e não foi à toa que os partidos reivindicaram escolas públicas e gratuitas para os trabalhadores. Também não foram nulos os números de escolas populares que surgiram no período. Por outro lado, é preciso lembrar que, neste período, as lutas sociais no interior das diferentes categorias avançam e conseguem, inclusive, que os patrões e industriais garantam escolas para seus filhos, coisa que, aliás, era até interessante às próprias classes patronais, como já vimos. Não se pode negar ainda a existência e o trabalho de inúmeras instituições educacionais particulares ou cooperadas, além das públicas e outras sustentadas por grupos de assistência ligados à Igreja e a associações beneficentes. Contudo, especial destaque era dado, do ponto de vista dos trabalhadores, às *Escolas Modernas*.

A Escola Moderna propôs-se a liberar a criança do progressivo envenenamento moral que, por meio de um ensino baseado no misticismo e na bajulação política, lhe comunica hoje a escola religiosa ou do governo; provocar junto com o desenvolvimento da inteligência a formação do caráter, apoiando toda concepção moral sobre a lei de solidariedade; fazer do mestre um vulgarizador de verdades adquiridas e livrá-los das peias das congregações ou do Estado, para que sem medo e sem restrições lhe seja possível ensinar honestamente, não falseando a História e não escondendo as descobertas científicas. O ensino racional, baseando-se sobre a razão e não se curvando à fé, plasmará, portanto, indivíduos independentes, capazes de escolher amanhã o próprio caminho na sociedade, e indivíduos humanos, pois não se fará da escola o que hoje é, uma causa de rivalidade, uma fonte de idéias absurdas e de preconceitos rancorosos, aos quais devemos grande parte das perturbações sociais e das violências que assinalam a marcha evolutiva da humanidade (*A Terra Livre*, 1/1/1910, *apud* Guzzo de Decca, 1991, p.62-63).

As Escolas Modernas, de iniciativa anarquista existiram até 1919, quando foram fechadas e proibidas de funcionar. Elas pregavam uma formação integral das crianças, no sentido de que se tornassem "homens livres e completos" que, por meio de um método humanista e racionalista seriam capazes de pensar, refletir, construir uma consciência própria e optar pelo caminho na sociedade. Perseguiam também libertar os trabalhadores dos dogmas religiosos e das verdades imputadas pela fé, pois tais pressupostos só reproduziam o ódio, fazendo do homem um inimigo de si mesmo e da humanidade.

Fig. 18. Propaganda de
Escolas Modernas, Livrarias,
Escolas de Línguas e outros
nos periódicos da imprensa
operária

Escola Moderna N. 1

Instituto de Instrução e Educação para menores e
adultos de ambos os sexos

Aulas diurnas e nocturnas

Curso teórico e pratico, segundo os methodos da pedagogia moderna, com os q'ues se ministra aos alumnos uma instrução que os habilita para o inicio das actividades intellectuaes e profissionais, assim como uma educação moral baseada no racionalismo scientifico

CURSO PRIMARIO — Fundamentos de Portuguez, Arithmetica, Calligraphia e Desenho.

CURSO MEDIO — Grammatica, Arithmetica, Geographia, Elementos de Sciencias, Calligraphia e Desenho.

CURSO ADEANTADO — Grammatica, Arithmetica, Geographia, Noções de Sciencias Physicas e Naturaes, Historia, Geometria, Calligraphia, Desenho, Dactylographia.

Para as classes ha-se tambem trabalhos manuaes: costura, bordado, etc.

Aulas diurnas

Horario: das 11 1/2 ás 10 1/2 (das 11 1/2 ás 12 ás 4 1/2 ás 12).

Mensalidades: Curso primario ou medio, \$800; curso adeantado, \$1000.

Aulas nocturnas

Horario: das 19 ás 21.

Mensalidades: Curso primario ou medio, \$8; curso adeantado, \$10.

DIRECTOR — PROFESSOR FLORENTINO DE CARVALHO

Avenida Celso Garcia, 262 - Belemzinho - S. Paulo

A Livraria Renascença

Rua Quintino Bocayuva, 45

Possúe um colossal sortimento de LIVROS NOVOS e USADOS que vende a preços sem competencia

TOSSE E MOLESTIA DO PEITO

UNEM SEMPRE O

XAROPE DE GRINDELIA

DE OLIVEIRA JUNIOR

Poderoso calmante, tónico e expectorante

Podr e estar sempre: "Grindelia Oliveira Junior"

F. Melo de Souza, Distrib. e Suppl. ANATOLIO PEREIRA & C. - Rio de Janeiro

Casa Veronesi

Alfredo Veronesi & Irmão

Avenida Rangel Pavao, 222

Material completo para instalações electricas

Podem ser feitos de grande escala no material e em obra de primeira ordem. L'Associação Electrica do Rio de Janeiro.

ESCOLA DE LINGUAS E (DACTYLOGRAPHIA)

Francês, Ingles, Italiano e Portuguez. O professor J. Morea ensina essas linguas, porém se ensina bem para elle mesmo, se aprendeu, com especial adiantamento, nos Paizes respectivos.

— Travessa da Sé. 11 —

Segundo Margareth Rago (1997), a educação anarquista ainda pretendia superar a dicotomia entre o trabalho manual e o trabalho intelectual e as relações de dominação correntes. Além disso, a educação era um meio de se opor à alienação do homem, na medida em que impedisse a manutenção do sistema educacional nas mãos de poucos, os quais ditavam as normas e as vias a serem percorridas. Ao contrário, buscava-se promover as capacidades e potencialidades humanas em sua totalidade e, através da educação, desenvolver a criança de forma emancipada para que ela pudesse autogovernar-se conforme seus desejos e necessidades.

São bem conhecidas as polêmicas em torno da moral anarquista durante este período. De um lado, uma educação libertária, a luta pelo sexo livre e a defesa pela igualdade da mulher em relação ao homem na sociedade brasileira. De outro, a negação de certos hábitos, comportamentos e práticas sociais, sobretudo, os atinentes à diversão do proletariado. Os anarquistas condenavam, por exemplo, o uso de bebidas, o carnaval, o futebol, os jogos e apostas, bem como determinados vícios. Todas as formas de lazer oferecidas pela burguesia, do baile ao futebol, eram censuradas pelos anarquistas como práticas imorais que desviavam o proletariado da sua função histórica revolucionária.⁸⁰ O carnaval era associado à idéia da degradação do indivíduo, representando o momento em que o trabalhador perde sua dignidade, afasta-se da família, gasta suas energias e seu salário com atividades nocivas e inúteis. Entretanto, é preciso compreender as exigências postas pelo contexto histórico e as características da formação da classe operária paulista. Segundo Margareth Rago (1997),

Já se tornou conhecida a crítica ao moralismo dos anarquistas quando condenam o carnaval, o baile, o álcool, o fumo e mesmo o futebol como vícios, sinais da degeneração da sociedade instituída. De fato, uma certa assimilação das representações burguesas do lar, do sexo, do alcoolismo ou do fumo pode ser constatada no discurso libertário, que revela a nítida intenção pedagógica de controlar as formas de lazer do proletariado. Por outro lado, é insuficiente constatar a contradição que permeia este discurso que, ao mesmo tempo que prega o amor livre e o direito do prazer para homens e mulheres, condena a dança, o bar, a bebida ou o esporte. Talvez se possa enveredar por uma outra direção e perguntar sobre os objetivos e os adversários visados pela doutrina

⁸⁰ Mais uma vez o conceito *lazer* é utilizado como sinônimo de diversão. Aqui, acredito não ser possível, ainda, falar em lazer.

anarquista. O que dizer a respeito das necessidades que poderiam estar por trás destas interdições? (p.111).

Com efeito, inúmeras são as dissidências, polêmicas e conflitos entre os grupos políticos, as tendências sindicais e de trabalhadores organizados no período estudado, ou seja, não se pode ter uma visão homogênea da atuação de intelectuais e partidos oposicionistas ao poder constituído até, pelo menos, a década de 1930. A influência da Igreja e da religião sobre alguns movimentos político-partidários e a divergência entre socialistas e anarquistas são exemplos disso. Esta questão não será aqui aprofundada, pois mereceria um estudo mais específico. Contudo, o que vale a pena ressaltar é que muitas dessas diferenças se apresentam também no tratamento dos usos do tempo livre na cidade de São Paulo.

Sabe-se que o jogo oficial, ou seja, a loteria federal era piamente combatida pela ampla maioria dos partidos de esquerda e pelos sindicatos, porém, quanto à "jogatina", aos "frontões" e às casas de tavolagem havia muitas controvérsias. Enquanto no jornal *O Rebate* de 7 de outubro de 1898 eram anunciados diversos endereços para a prática do jogo como o "Frontão da Boa Vista", "Loteria da Capital Federal" na rua Direita n.º.20, "Casa da Fortuna" na rua São Bento n.º.54, noutros periódicos eram publicadas notas de repúdio ao crime praticado em nome do jogo, que levava muitas pessoas a se deteriorarem e a viverem como vagabundos. Segundo *O Rebate*, no "Frontão da Boa Vista", localizado na rua Boa Vista, n.º.48, as *funções esportivas* do dia começavam a uma hora da tarde e as da noite às oito. Além disso, lá os jogadores ainda apreciavam a apresentação de bandas de música, como a *Luz Electrica*. Neste estabelecimento, condecorava-se, também, a dupla vencedora das rodadas mais importantes. "QUINIELAS SIMPLES, DUPLAS, DE HONRA, TRINIELAS E PARTIDOS disputados com inexcusável correção e lizura pelos sympáticos pelotaris d'este Frontão" (p.03). Já *O Socialista* de 26 de junho de 1898, publicava uma nota crítica sobre a proliferação dos frontões, boliches e outras casas de jogos a dinheiro que se espalhavam pela cidade.

Mais um frontão em São Paulo! Já não bastam os frontões e boliches existentes; não são suficientes todas as espeluncas que por ahí funcionam, explorando a roleta, o dado e o vispora! Vão os benemeritos sr. José Luiz & C. dotar São Paulo com mais um frontão. E a polícia, e o governo, todas essas auctoridades que querem legitimar a sua existencia na necessidade publica, cruzam os braços e deixam ser o povo explorado e degradado, pensando certamente que convêm

rebaixar o caracter da massa, para que ella não sinta o peso do despotismo capitalista que a esmaga, e não se revolte contra os seus senhores. Pois bem! Destas columnas, fazendo côro com os que combatem a torpe exploração do vício, começamos tambem a guerra contra o jogo; a nossa bandeira é a verdade, a nossa arma é agora a palavra e será talvez amanhã alguma cousa mais poderosa e terrivel! (p.2).

Este exemplo ilustra uma das contradições existentes na ação dos representantes de algumas tendências políticas e ligas operárias do período. E essa constatação contribui para fundamentar a hipótese de que muitas práticas culturais e outros "hábitos condenáveis" não tenham desaparecido por completo da vida cotidiana em São Paulo, pelo menos imediatamente. Diversas atividades consideradas ilícitas permaneceram durante muito tempo, prolongando-se até os dias de hoje. Mas a abordagem da problemática do jogo, do crime, da vagabundagem e até mesmo do ócio, entendido pelos poderes públicos como vício, sugere também uma outra interpretação. Se por um lado essas atividades podiam ser consideradas subversivas aos valores estabelecidos e aos ordenamentos legais, por outro, não. Muitas dessas práticas foram exercidas e administradas pelas próprias classes dominantes, pela burguesia e pelos setores patronais que viviam, para além da formalidade, lucrando com movimentações escusas. A própria redação do jornal *O Rebate* tratava de justificar que, neste caso, quando tais atividades eram incentivadas pelas pessoas mais ricas, os trabalhadores estavam descomprometidos da culpa pela aquisição de hábitos e vícios semelhantes ao jogo e à jogatina, pois estes eram influenciados por homens "mais poderosos e superiores a eles". É evidente que isso não ameniza em nada a questão, mas apenas demonstra o quão polêmico foi o tema da ocupação do tempo livre, sobretudo, se relativa a determinadas atividades consideradas ilegais, ilícitas e não imediatamente úteis, porém lucrativas.

A nossa folha occupa-se hoje, neste artigo, da jogatina que ahi vae desenfreada, em casas de tavolagem, suppostos clubes, casas particulares que funcçionam nas ruas mais centraes desta capital. Esses clubes, alguns não têm estatutos approvados pela Policia e outros simulam o cumprimento das formalidades legaes para melhor viverem á sombra da Lei, abusando desta e satisfazendo as suas ambições, desarrazoadas e illicitas. É publico e notorio que há nesta Capital meia duzia de Clubes cujos socios fazem grande ostentação de poderio e riquezas, sem que ninguem saiba donde provem essa força e esses elementos pecuniarios. ... Mas o que faz a policia? Conhece-os muito bem, por intermedio

dos seus delegados, e dos seus agentes. ... São elles estipendiados pelas casas de jogo e são os primeiros a prevenir os viciosos e os delinquentes, quando a espada da Justiça está iminente sobre as suas cabeças. O jogo assim protegido alastra-se, danificando a mocidade inexperiente, os fracos e os desesperançados da sorte, que, em ultima cartada, a elle recorrem, ficando afinal, desiludidos, arruinados e atirados aos extremos da maior penuria e miseria (*O Rebate*, São Paulo, 7/10/1898, p.2).

Seria possível dizer, então, que os "Clubes" frequentados pelos filhos *ociosos* da burguesia urbana configuraram-se também em torno dos boliches, das casas de tavolagem, dos cassinos e outros estabelecimentos irregulares tão mencionados pela imprensa operária em São Paulo? Será que o ócio e o hábito do jogo não passaram a significar vício porque seu próprio custeio implicava na disponibilidade temporal e financeira para isso? Se essas impressões estiverem corretas, parece que ócio também permanece enquanto um hábito associado às classes dominantes.

O modo de vida burguês e suas significações, ainda que estampados como modelo para toda a população, passavam longe das possibilidades e condições concretas dos trabalhadores. Na verdade, serviam mesmo para criar padrões de coesão e subordinação entre as diferentes classes. De um lado, a burguesia era levada em conta "por meio de sinais coletivos de reconhecimento: pela educação que havia recebido, pelo estilo de vida e por práticas que identificavam sua situação aos outros, aliás tão identificáveis, como indivíduos, quanto eles próprios" (Hobsbawm, 1992, p. 255). De outro, seriam criados, para a classe operária, modelos de vida, de educação e de ocupação do tempo livre particulares, que deveriam ser seguidos como se fossem "os seus" elementos de identificação. O processo de agudização da desigualdade social, embora fundado na divisão social do trabalho, era apresentado como "naturalmente" vinculado à posição que cada classe ocupava na escala social.

Entre os elementos identificadores das classes trabalhadoras, figurava a idéia de que todo pobre era vagabundo, de que trabalho não faltava e que, portanto, só não trabalhava quem não se dispusesse a tal. Mais uma vez, entravam em cena os órgãos de defesa do trabalhador. Benjamim Mota, anarquista muito conhecido dos leitores de *A Plebe*, contestava as afirmações publicadas em uma matéria do *Correio Paulistano* sobre a situação e o futuro dos trabalhadores paulistas.

<p>Dr. João Augusto de Souza Frey João Leite de São Paulo Santa Rita de Passa Quatro. MEDICOS</p>	<p>FRONTÃO BOA VISTA RUA DA BOA VISTA, 48</p>	<p>A BODEGA 52 Rua 15 de Novembro 52</p>
<p>DR. DESIDERIO STAMPER as enfermidades, pediculadas e doenças de pele em São Paulo Operações Moléstias de Mulheres Consultas: r. Sapezal, 18 De 1 às 8 horas</p>	<p>Hoje Hoje todos os dias uteis brilhantes / <i>unções Sportivas de dia e à noite</i> As do dia começando à 1 hora da tarde. As da noite à 8 horas</p>	<p>Estabelecimento de primeira ordem. Aberto até 5 horas da noite Lunch frio e quente, almoço, jantares e sobas Vinhos e doces das melhores marcas PREÇOS MODICOS S. Paulo—Rua 15 de Novembro 52—S. Paulo</p>
<p>Dr. Tibério de Almeida Especialista em moléstias em geral e das vias urinarias. Consultorio, rua de S. Bento, 18, das 11 às 4 horas.</p>	<p>Aos Domingos e dias feriados As lições de dia começando ao meio dia em ponto e as da noite à 8 horas</p>	<p>Escritorio de Engenharia de George Bertold e Graccho da Gama Elaboram-se de moléstias de terras, estradas, levantamento de plantas de qualquer natureza, construccões civis, projecto e construccões de pontes, moléstias de machados, etc. Podem ser providos todos os dias uteis, das 10 da manhã às 4 horas da tarde em Rua Coronel Moreira César 35-o (Alameda S. Bento) Sala N. 3 — Sobrado</p>
<p>Dr. Galvão Buesio Medico e operador, com longos prazos de tratamento das febras reumaticas, nevroses e da espinhal. Assista e exames para o sr. J. S. Rodrigues, rua S. Carlos, 111—Consultorio, rua Diogo, 12, de 1 às 4 horas da tarde.</p>	<p>Quinielas simples, duplas, de Honra, trinielas e partidos disputados com inaccidental descepção e firmeza, pelas sympathicas pololeiras d' este Frontão</p>	<p>AGUA MINERAL de São Lourenço</p>
<p>Clínica Medico-Cirurgica Moléstias de criança</p> <p>S. Dr. Miranda Agreide medico e cirurgião Consultorio medico Para a rua S. Bento 10 — Espinha Sa. R. DO COMMERÇIO Consultas de 1 às 3 h. da tarde</p>	<p>Poules Duplas Poules Duplas BANDA DE MUZICA LUZ ELECTRICA</p>	<p>Brazileiros A agua de São Lourenço recommendada contra todas as moléstias de estomago, e a melhor agua de mesa do Brasil. Francozes L'eau minérale de São Lourenço recommendée contre toutes les maladies de l'estomac, est la meilleure eau de table du Brésil. Italianos L'acqua minerale di São Lourenço, recommendata contro tutte le malattie dello stomaco, è la migliore acqua da tavola del Brasile. Inglezes The São Lourenço mineral-water advised against all the stomach troubles, is the best table-water of the Brazil. Allemaes Das São Lourenço Mineral-wasser empfiehlt gegen alle Magen Krankheiten, ist das beste Tischwasser Brasiliens. Espanhoes El agua mineral de São Lourenço recommendada contra todas las afecciones del estomago, es la mejor agua de mesa del Brasil. A' venda nas drogarias Durval e Amarante, (r. Direita) e Pharmacia Hebe (r. Santa Ifigenia, 15-D).</p>

Fig. 19. Os Frontões como um divertimento típico da sociedade paulista da época

O conselho do *Correio Paulistano* seria bello numa sociedade comunista livre, mas não na egoistica sociedade burgueza em que vivemos. No que não concordamos absolutamente com o *Correio* é na afirmativa final do conselho: "Em São Paulo, só não ganha dinheiro quem não trabalha, só é pobre quem é vadio". Oh! Aberração da vista e da intelligencia! Só é pobre quem é vadio? ... Pobres não são, como finge ignorar o *Correio*, somente os mendigos que esmolam pelas ruas. Pobres são todos os operários e trabalhadores rurais explorados pelos patrões, que lhes pagam apenas o necessario para não morrerem de fome ... Em São Paulo, afirma o *Correio*, só é pobre quem não trabalha. É justamente o contrário que se dá. Em São Paulo, como em toda superficie da terra só ganha dinheiro que não trabalha (*A Plebe*, São Paulo, 9/7/1917, p.1).

Sabe-se que, pela natureza mesma do capitalismo, quando a oferta de emprego é menor que a procura e que, por isso, os salários em geral são muito baixos, por trás existe um exército de reserva mantendo o nível da oferta no mercado. E para que a busca por trabalho se transformasse numa corrida desenfreada, até porque significava uma questão de sobrevivência, a ideologia burguesa divulgaria todo seu projeto cultural e com ele suas concepções de homem e de sociedade. A presença dos ideais clássicos do liberalismo no discurso das classes dominantes representou, neste momento, a afirmação do princípio do contrato social e a ampliação deste para outras questões de ordem moral e educativa. Elas falavam em nome da construção de indivíduos livres e iguais entre si que, dotados de razão, disciplina e conhecimento, seriam sensatos e capazes de abdicar de seus impulsos egoístas em nome de um poder maior: a nação. Com isso tinham a finalidade de orientar sua própria ação política para reorganizar as instituições sociais de modo que se perpetuassem política e culturalmente no poder. Este esforço "esclarecido" pela operação de novas bases ideológicas, colocava o tema da educação e da formação cultural como uma das perspectivas para o contínuo exercício da dominação.

Por outro lado, no que se refere às possibilidades de uma educação e participação cultural orientadas para uma formação humana crítica e transformadora, o "príncipe moderno" – que no período estudado pode ser exemplificado pela experiência dos líderes de esquerda e de intelectuais organizados pelos partidos e sindicatos – também apresentou alternativas. Os diversos tipos de escolas são exemplos importantes, mas as atrações e atividades a serem desenvolvidas no tempo livre, aqui, são as que mais interessam. São significativos os anúncios de livros, bibliotecas, filmes, teatros e outras diversões presentes nos periódicos da imprensa operária. A própria leitura dos jornais

configurava, para as famílias da classe operária, uma oportunidade riquíssima de educação e divertimento. Alguns deles traziam, de uma forma muito lúdica, mensagens, poesias, receitas de culinária, crônicas e até piadas. E o que é mais curioso, muitas, mas muitas propagandas de bares, cafés e circos. O circo parece ter sido um tipo de ocupação muito popular em São Paulo; ele aparece, inclusive, com grande vigor e destaque nos contos de Mário de Andrade sobre o cotidiano da classe trabalhadora paulistana que habitava os arredores da Lapa.⁸¹

Além disso, os clubes e as ligas operárias foram extremamente importantes na organização da atividade social dos trabalhadores, pois lá podiam dispor de seu tempo livre com conversas, passatempos, esportes (sobretudo o futebol), debates, instrução, socialização e com festas que frequentemente organizavam. O *Circo Lusitano*, apresentar-se-ia na capital por ocasião da comemoração do 1º de Maio, em benefício do Partido Socialista. Essa grande festa seria um ensejo para que os trabalhadores se divertissem, mas através de uma arte politicamente engajada, pois além do circo, também havia teatro.

Mais de quatro mil socialistas festejaram o 1º de Maio com grande manifestação solenne realizada no Pulytheama desta cidade. As quatro horas da tarde desfilou o prestito pelas principaes ruas da cidade num verdadeiro delirio socialista, dissolvendo-se as seis horas, no largo de São Francisco. Á noite foi levado no Theatro Apollo o drama "Capital e Trábalho", peça de grande propaganda, offerecida ao Partido Socialista por todo o pessoal que compõe a Companhia dramatica do distincto artista sr. Doctor Payes que, gentilmente, prestou-se a auxiliar os trabalhadores com mais este meio scientifico de propaganda (*O Socialista*, São Paulo, 22/5/1898, p.3).

Nessa mesma publicação periódica, a redação destacava o orçamento da Festa do 1º de Maio: "Todos os companheiros que tiverem listas de subscrição da Festa de 1º de Maio, queiram com urgência entrega-las nesta Redacção para o encerramento das contas" (p.03). Depois, no dia 10 de julho de 1889, a nota intitulada "Pela Instrução" indicava a

⁸¹ Nos textos de Mário de Andrade, poeta e contista da cidade de São Paulo, um dos pioneiros na introdução das idéias modernistas ao campo da arte e da literatura no Brasil e uma das mais brilhantes personagens da Semana de 1922, são comuns as referências ao circo como uma forma de diversão popular entre a classe trabalhadora paulistana. Nesse particular, consultar "O jaburu malandro", em *Os contos de belazarte*. Sobre os divertimentos da classe operária nos bairros "italianos" em São Paulo, como o futebol e o jogo do bicho, bem como seus valores, suas formas de comunicação, trabalho, vestimentas, meios de transporte e o seu universo cultural, podem ser encontrados nas obras de Antônio de Alcântara Machado, *Brás, Bexiga e Barra Funda*, ou ainda em "Lira Paulistana", *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, v. 17, 1935.

Fig. 20. O circo como uma forma de divertimento popular em São Paulo

CIRCO LUSITANO
Empreza **LUSTRE & PIERRE**
Largo da Republica

Função em commemoração da
gloriosa data
❧ 1.º DE MAIO ❧
em beneficio ao
Centro do Partido Democrata
Socialista
com assistencia da Directoria
do mesmo Partido
o Espectaculo começará
as 8 1/2 da noite
no dia 1.º de Maio
SABBADO

Cadeiras 4.000
Camarotes 25.000
Gracas 1.500

Fig. 21. As leituras recomendadas pelos intelectuais

FOLHAS SOCIALISTAS

Temos em nosso salão as seguintes folhas socialistas que recebemos pelo último correio:

BRASIL

ECHO OPERARIO—R. G. do Sul.

A EPOCHA—Ceará.

VOZ DO OPERARIO—Bahia.

PORTUGAL

FEDERAÇÃO—Lisboa.

A OBRA—Lisboa.

FRANÇA

LES TEMPS NOUVEAUX—Paris.

ALLEMANHA

POSTILLON—Munich.

HOLZARBEITER-ZEITUNG—Hamburg.

LEIPZIGER VOLKZEITUNG—Leipzig.

ITALIA

ERA NUOVA—Genova.

FUTURO SOCIALE—Roma.

AUSTRIA

DER ZEITUNGIST—Vienna.

GAZETA ROBOTNICZA (bohemia).

AMERICA DO NORTE

BAKERS' JOURNAL—Brooklyn.

FREIDENKER—Milwaukee.

— — — — — Cincinnati.

VORWAERTS—New-York.

HESPAHHA

LUCHA DE CLASES—Bilbao.

AURORA SOCIAL—Gijon.

BOLETIN TYPOGRAPHICO—Madrid.

ILUSTRACION POPULAR—Madrid.

REPUBLICA ARGENTINA

LA VANGUARDIA

EL PERSEGUIDO

L'AVENIR

LA REVOLUCION SOCIAL.

LA MONTANA.

LA AUTONOMIA.

LA PROTESTA HUMANA.

Além destes jornaes genuinamente socialista, possui o Centro grande numero de jornaes que o distinguem com as suas produções.

Redactor responsavel: ARTHUR BREVES.

Typ. do «Centro Socialista»

Fig. 22. Os clubes socialistas da cidade

Club Socialista

—

Por iniciativa dos conhecidos academicos Arthur de Lema, J. Maximo Pinheiro Lima e Arthur Fonseca vai fundar-se na Academia de São Paulo um club com o nome acima, que vai filiar-se ao Centro do Partido Democrata Socialista.

Adiante com a propaganda da redenção do proletariado!

Os operarios scientificos são mais obrigados a revoltar-se contra a tirania burguesa.

Fig. 23. O teatro e as alternativas culturais propostas pelos partidos e sindicatos

THEATROS

Primeiras Representações

Os **ROXBORNS**, grandiosa peça em um acto, levada á scena no theatre S. Joca, no dia 31 de outubro, pela empresa Maneco Ferraz & Comp., grande companhia comica-gymnastica-gastronomica-mimica.

Foi um successo extraordinario a estréa da companhia. As 7 horas começaram os artistas a entrar em scena. Alguns estavam pallidos, certamente pela emoção da estréa, outros entravam rosados; alguns abotoavam-se em sobrecasacas e traziam flores nas boutonnières outros trajavam rigorosamente casacas; estes eram os *clowns*.

Os acrobatas faziam trabalhos de maromba enquanto esperavam todos D. Balaod Unico para dar começo a pantomima *Os Escuderos*.

Nisto a charanga annunciou a entrada do rei de Paulopolis; todos se curvaram respeitoeos num cumprimento de 40 grãos. D. Balaod entrou solenne pelo braço de D. Silvarosa.

Sentaram-se então os artistas á mesa, armada em forma de ferradura, talvez em ironia áquella gente que ia banquetear-se em publico, representando a pantomima mais comica que já temos assistido.

Foi servido o seguinte menu :

HORS D'OEUVRE

Cauapé à la Delegado de Bragança.

POTAGE

Crème de Papagaio Dormindo

Poisson

Balaod sauce Manuel

ENTRÉE

Vol-au-vent à la Biriba

LEGUMES

Aspergas sauce Conquistador.

Aqui fazemos ponto no menu, porque não assistimos o resto do banquete; só voltamos ao camarote quando começaram os monologos.

Mas, sabem porque não assistimos até ao fim a pantomima gastronomica?

Vamos dizer-vos :

D. Balaod, recostado no espaldar da cadeira, dignou-se servir no seu prato dois espargos; outros serviram vinte, trinta e mais D. Balaod, armado de

leitura dos livros de Marx e Engels. Tudo isso demonstra que a questão da cultura e dos divertimentos também estava ao alcance das organizações político-sindicais e que as atividades do tempo livre tinham um grande poder de conscientização, contribuindo para o exercício da resistência. E não são poucos os exemplos de peças teatrais, festas, reuniões organizadas pelos trabalhadores que exprimem também o seu universo simbólico e cultural.

OS ROEDORES, grandiosa peça em um acto, levada a scena no teatro S. Juca, no dia 31 de outubro, pela empreza Maneco Ferraz & Comp., grande companhia comica-gynastica-gastronomica-mimica. Foi um successo extraordinario a estréa da companhia. Ás 7 horas começaram os artistas a entrar em scena. Alguns estavam pallidos, certamente pela emoção da estreia, outros entravam rosados; alguns abotoavam-se em sobrecasacas e traziam flores nas *boutonniere* outros trajavam rogorosamente casacas; estes eram os *clowns*. Os acrobatas faziam trabalhos de maromba enquanto esperavam D. Baiacu Único para dar começo a pantomima *Os Roedores*. Nisto a charanga annunciou a entrada do rei de Paulopolis; todos se curvaram respeitosos num cumprimento de 40 grãos. D. Baiacu entrou solemne pelo braço de D. Silvarosa. Sentaram-se então os artistas á mesa, armada em forma de ferradura, talvez em ironia áquella gente que ia banquetear-se em publico, representando a pantomima mais comica que já temos assistido (*O Rebate*, São Paulo, 11/11/1897, p.2).

Centros de estudos, centros de cultura social também foram fundados junto aos sindicatos ou nos bairros operários, como o *Centros de Estudos Sociais e Ensino Mútuo* na rua Bento Pires, 19, na cidade de São Paulo, cujo objetivo era proporcionar o acesso a revistas e periódicos que circulavam na época, bem como organizar grandes "mesas de leituras" que funcionavam da 8 da manhã às 10 da noite, todos os dias. O *Ateneu de Cultura Popular*, centro de cultura sociológica fundado em 1927, destinava-se a "ilustrar" os trabalhadores, intensificando a cultura entre todos os seres por meio de veladas artísticas ou literárias, conferências, livros e palestras.⁸² A imprensa operária noticiou, desde o início do século XX, a fundação de inúmeros centros culturais ou grupos de ação social e educativa nos bairros populares. Neste período, os sindicatos e os setores organizados do operariado industrial chegavam a oferecer programas alternativos para a diversão, instrução e formação cultural dos trabalhadores. Entretanto, a existência dessas iniciativas parece ter sido intermitente e efêmera, tendo em vista a constante repressão policial e as

⁸² Cf. Guzzo de Decca, Maria Auxiliadora. *Indústria, trabalho e cotidiano: Brasil (1884-1930)*, p.63-64.

ordens de prisão decretadas para os maiores intelectuais da oposição. Contudo, é preciso notar o aspecto pedagógico, esclarecedor e qualitativo dessas propostas para uma cultura e instrução proletárias, além do caráter subversivo, crítico e criativo de tais iniciativas.

Afora as atividades programadas pelas organizações partidárias e sindicais, a classe trabalhadora também costumava se distrair pelas ruas da cidade, onde passeava de bonde, tomava cerveja, encantava-se com a beleza da urbe, perdia a hora em feiras-livres e se divertia com os imprevistos do território modificado e do ambiente por onde passava. A cidade mesma oferecia oportunidades de descanso e diversão, agora que o meio social havia se transformado no *locus* essencial da vida coletiva e do desenvolvimento da sociabilidade. Certa vez, um cidadão comum resolveu contar à *A Plebe*, as aventuras de um dia perambulando pela "paulicéia desvairada". O relato é um pouco extenso, mas vale a pena acompanhar os hábitos, os valores, as alegrias e o universo simbólico e cultural das camadas populares da cidade de São Paulo.

Eu, de vez em quando, gosto, como toda gente de presumível siso, de dar um passeio pelo centro da cidade. É um habito como qualquer outro, mas é um habito que eu adquiri há bastante tempo e não posso passar muitos dias sem lhe prestar tributo. Quando chego ao largo da Sé, sentindo-me cansado e se o frio não me castiga a delicada epiderme, faço a minha ineffectivel parada á porta do consagrado Girondino, limpando o suor honrado que, em bicas, cae de minha respeitavel fronte. Como moro pelas bandas da Penha e não posso gastar os meus preciosos nickeis nos chacalhantes bondes da Ligth, sou obrigado, por circunstancias alheias á minha humillima vontade, a vir a pé, o que não deixa de ser uma boa massada. De amneira que chego ao supra mencionado logar exausto, quasi desfallecido. Ás vezes, acontece sahir do meu modesto palacete (digo palacete por ser menos rebarbativo) com uns magros duzentos réis para a ida e volta no *cara-dura*, mas faço heroicamente o trajecto a pé, pois prefiro tomar duas chcaras da preciosa rubiacea ou saborear um louro *chopp* a contribuir para o augmento dos *arames* da poderosa e farnigerada companhia que, segundo a opinião de peso, é de procedencia canadense. É preciso que lhes diga que sou doido por *chopp*, por café, pelo triangulo central e pelos belos palminhos de cara das representantes do sexo fragil desta *artistica* capital. (*A Plebe*, São Paulo, 16/6/1917, p.4).

Observa-se como o dia-a-dia na metrópole já propiciava o contato com vários tipos de diversão e de experiências culturais. A cidade de São Paulo tomara-se o próprio espaço para o desenvolvimento humano, território para a vivência do tempo livre sem

supervisão, funcionalidade ou controle. Além disso, com os programas artísticos e culturais propostos pelas organizações políticas sindicais, as pessoas tinham diferentes possibilidades e alternativas para dispor de seu tempo livre com atividades lúdicas, agradáveis e educativas, mas sobretudo, para fruírem e produzirem cultura.

Neste caso, estou me referindo ao conceito de *cultura popular* desenvolvido por Marilena Chauí (1989), ou seja, como expressão dos dominados, aquela cuja manifestação se dá em meio à aceitação, internalização e reprodução da cultura dominante, mas também em meio ao processo de recusa, negação e transformação, implícito ou explícito, dessa mesma produção. A cultura popular é, nessa perspectiva, "uma manifestação diferenciada que se realiza *no interior* de uma sociedade que é a mesma para todos, mas dotada de sentidos e finalidades diferentes para cada uma das classes sociais" (p.24). É por isso que a constituição das classes sociais é considerada pela elaboração teórico-prática de suas divergências, antagonismos e contradições.

Por esses motivos, não trataremos a Cultura Popular, no Brasil, pelo prisma de uma totalidade que se põe como antagônica à totalidade dominante, mas como um conjunto disperso de práticas, representações e formas de consciência que possuem lógica própria (o jogo interno do conformismo, do inconformismo e da resistência), distinguindo-se da cultura dominante exatamente por essa lógica de práticas, representações e formas de consciência (Chauí, 1989, p.25).

Dessa forma, a cultura é aqui entendida como um componente orgânico de um sistema no qual se inserem, como momentos dialéticos, a estrutura econômica e a superestrutura ideológica, não havendo *a priori* uma hierarquia dos movimentos do real. Entretanto, isto não quer dizer que a cultura seja um conjunto de signos desconexos, sem qualquer relação com as necessidades materiais pois, historicamente situada e constituída, a cultura é, ao contrário, um conjunto articulado de modos de vida de uma sociedade determinada pela ação concreta dos sujeitos sociais divididos em classes, diante das condições objetivas por eles produzidas e reproduzidas.

Compreendida como prática social, e não apenas como conjunto de significados presentes no plano das idéias, a cultura contém e associa, dialeticamente, os movimentos entre pensamento e ação, consciência e mundo, valor e valoração, o que implica em considerá-la como um momento da *praxis*. Portanto, a cultura é, ao mesmo tempo, uma produção material e simbólica articulada ao fazer humano das classes sociais contraditórias, e um produto das determinações sociais, historicamente construídas,

impostas a este mesmo fazer humano. Dispersa no interior de uma superestrutura dominante, a cultura configura-se, então, como mescla de conformismo e resistência.

Mas isso não acontece sem a presença de processos formativos. A consciência de sua condição histórica, de fazer parte de um grupo fundamental com uma visão social de mundo orgânica e articulada a um projeto histórico e de hegemonia,⁸³ coloca os indivíduos e as classes sociais diante da necessidade de sua organização em torno de unidades ideológicas, a fim de implementar uma ação concreta sobre as formas de sociabilidade, as relações humanas e de trabalho. Ainda que essa consciência seja, por vezes, espontânea, ocasional, sincrética e fragmentária, ela se constitui em uma força *em si* que pode, a partir de processos formativos, tornar-se uma finalidade *para si*, expressando, conforme Lucien Goldmann (1991) "o máximo de consciência possível do grupo social que exprimem" (p.20). Assim, os homens se transformam e se modificam, ao passo que transformam e modificam também o conjunto das relações sócio-culturais.

Isto significa que no âmbito da cultura opera-se a educação, à medida que na produção e manifestação da cultura se estabelecem as relações pedagógicas, o processo de ensino e aprendizagem, a produção e a busca dos conhecimentos universalmente criados pelo homem e a organização dos saberes sobre os sentidos e os significados das coisas que estão no mundo. Todo esse movimento acontece, porém, de forma mediada pela ação dos grupos ou classes sociais que se formam em função de suas condições de existência.

(...) as relações pedagógicas não podem se limitar às relações especificamente escolásticas, através das quais as novas gerações entram em contato com as antigas e absorvem suas experiências e seus valores historicamente necessários Toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica, que se verifica não apenas no interior de uma nação, entre as diversas forças que a compõem, mas em todo campo internacional e mundial, entre conjuntos de civilizações nacionais e continentais (Gramsci, 1995a, p.37).

No período estudado, foram inúmeros os exemplos de como as classes sociais buscaram, no universo da cultura, construir alternativas para sua instrução, informação e conscientização, o que lhes conferia um determinado tipo de experiência pedagógica e social, delineando o perfil de educação e de formação específico para as diferentes classes.

⁸³ Segundo Marilena Chauí (1989) o conceito gramsciano de hegemonia "não é um sistema: é um complexo de experiências, relações e atividades cujos limites estão fixados e interiorizados, mas que, por ser mais do que ideologia, tem capacidade para controlar e produzir mudanças sociais" (p.21-22).

De um lado, a escola oficial, os clubes de campo e os espaços restritos de circulação e convívio para a burguesia industrial e para a classe média urbana, de outro, as iniciativas voltadas à ocupação do tempo livre da classe operária, como os centros culturais, as escolas modernas, os teatros, as leituras e as comemorações festivas, propostas com objetivos educativos claros, isto é, orientadas para a formação da consciência política de classe e para o esclarecimento e emancipação dos trabalhadores.

Com efeito, o tempo livre, como uma dimensão significativa da vida humana, desde sua constituição como tempo liberado do trabalho, além de ter sido um terreno propício para que a cultura e a educação se organizassem, se expressassem e se transformassem, tornou-se também palco de disputa por hegemonia. Dessa maneira, ele veio sofrendo, ao longo dos anos, diversas modificações, sentidas também sobre toda a vida cotidiana, provocadas pela configuração de um novo modo de vida, para o qual foram confrontadas certas iniciativas ideológicas que buscaram mudar, corrigir ou aperfeiçoar as concepções de mundo existentes, para transformar, portanto, as normas de conduta que lhe eram relativas e adequadas, bem como a atividade prática em seu conjunto. Assim, em todos os espaços de descanso e diversão, nas atividades lúdicas, nos passatempos, no momento da instrução e da mobilização, as relações educativas estavam postas, alterando a maneira como os sujeitos se relacionavam com os outros, consigo mesmo e com a natureza.

Como um tempo/espaço específico no interior do tempo livre, a escola também ganhou, neste período, uma importância crucial na tentativa de transformação dos repertórios culturais e educativos até então constituídos. Tanto as escolas modernas, como as escolas oficiais cumpriram papéis fundamentais na construção de uma consciência coletiva entre as classes, demonstrando que as propostas voltadas à escolarização não ficaram de fora desse processo de transição da sociedade brasileira. Sem dúvida, os processos educativos estiveram compondo a realidade como elementos sensíveis às transformações e aos conflitos sociais. Entretanto, ao longo dos anos 20, nasce um novo discurso sobre a escola e a escolarização dos indivíduos e das coletividades, que acompanhava as pretensões das camadas dominantes de se institucionalizar determinados modelos de homem, de sociedade e de formação humana, em detrimento dos interesses, das experiências e práticas já existentes relativas à educação e à formação cultural da classe trabalhadora.

Embora a formação da classe operária, em sua ampla maioria, ocorresse através de sua experiência de classe,⁸⁴ ou seja, por meio de suas atividades e manifestações culturais, da identidade adquirida pela imprensa operária, na militância, nos clubes e nos momentos de descanso e diversão, um novo e moderno discurso sobre educação começa a emergir como solução para as diversas tensões, camuflando as inúmeras contradições e colocando a escola como a única instituição competente para educar a população brasileira.

Sua amplitude e penetração chegam na década de 1930, quando a questão da educação é interpretada como o mais decisivo instrumento de aceleração histórica do projeto de modernização do Brasil, aparecendo como um elemento significativo no universo simbólico desta geração. Ela foi a expressão e o resultado das transformações sociais mencionadas e por isso contribui para refletirmos sobre o conjunto de valores morais, éticos e estéticos que se constituem no campo da cultura a partir de então. Significa também, o desfecho da formação de uma nova subjetividade, que estaria presente entre as diversas práticas sociais, na escola, no trabalho e noutras atividades do tempo livre. E não foi somente um componente significativo para o enquadramento da população a uma nova realidade, mas também um forte dispositivo ideológico.

Uma vez aliada aos interesses de manutenção da hegemonia burguesa, a educação e a escola seriam reformadas segundo as necessidades de implementação de uma nova proposta de civilização, baseada na valorização do indivíduo, no mercado da livre concorrência e nas relações capitalistas de trabalho. Dessa forma, colabora para determinar a toda população o lugar que cada um devia ocupar no palco social brasileiro, nas relações de poder e, portanto, na disposição da estrutura social em termos de superioridade e dominação. Realiza a formação do patronato brasileiro, grupo que compõe o poder político do Estado, gestando a organização econômica da sociedade brasileira a partir desse momento e, noutro extremo, executa a preparação da força de trabalho para que ela

⁸⁴ Para Eric Hobsbawm (1992), a consciência de classe, no caso do movimento operário que se organiza e se desenvolve por todo o mundo entre o final do século XIX e início do século XX, é baseada numa experiência de vida à parte, um modo e um estilo de vida separados que emergiam, não obstante as diferenças regionais, de nacionalidade, de costumes, idiomas e mesmo culturais, em formas partilhadas de atividade social, por exemplo, nos sindicatos, no partido, nas associações, escolas, centros culturais, nas formas de se vestir e se comunicar, bem como nas atividades lúdicas e de diversão do dia-a-dia. Além disso, a identidade entre os trabalhadores era construída muito mais pela situação de exploração em que a maioria se encontrava do que por uma consciência *política* ou ideológica homogênea. Sabe-se, ao contrário, das enormes separações, dissidências e divergências existentes entre os trabalhadores de toda espécie, o que dificulta a operação de uma análise acerca de uma consciência de classe unificada. Porém, a força da experiência que compartilhavam coletivamente como *trabalhadores do mundo* possibilitava a identificação do pertencimento à classe trabalhadora, cuja consciência, foi, portanto, construída no movimento e na própria prática.

responda com dedicação e submissão às demandas das transformações em curso na sociedade, na cultura, na política e na economia.

No processo de transição da sociedade brasileira para o modelo capitalista, o Estado moderno, representante dos interesses da nova composição hegemônica do poder, fez-se, então, organicamente presente através dos intelectuais da educação. Estes divulgaram o novo projeto de formação social e pedagógica, que tinha na escola o espaço privilegiado para o seu desenvolvimento de acordo com os princípios liberais e burgueses que passaram a predominar. De outro lado, o mesmo Estado ofereceu para a classe trabalhadora, além de uma formação escolar específica, também outras formas de educação, desenvolvidas e implementadas pelas novas práticas lúdico-recreativas, saudáveis e úteis, a serem realizadas nos espaços e equipamentos públicos de lazer, onde deveria ser dar, de forma organizada, saudável e disciplinada, atividades lícitas e diversões moderadas.

Na medida em que a operariado surgia como força política e social importante na cidade, configurando-se como ameaça velada ou explícita para a ordem constituída, percebe-se uma tentativa em se estabelecer, de diferentes formas, um domínio mais direto sobre a vida do trabalhador por parte das classes dominantes e das instituições sociais, fora da escola e para além dos locais de trabalho. A presença efetiva da Igreja, das indústrias e dos poderes públicos quanto à direção das formas de comunicação, sociabilidade, higiene e educação, foi percebida inicialmente pelas ofertas de moradias e vilas operárias, nas quais o trabalhador se encontrava vigiado e guiado pelas normas de comportamento disciplinares, pelas práticas utilitárias, pelos valores da racionalidade produtiva e pela moral do trabalho. Depois, o incentivo e a promoção de novas atividades lúdicas a serem desenvolvidas no tempo livre, a criação de espaços e equipamentos específicos para a sua prática e a organização e a supervisão dessas atividades por profissionais particularmente contratados para isso, expressam que havia uma clara intenção de controle e domesticação da vida cotidiana do proletariado paulista, especialmente em seu tempo livre.

Em contrapartida, a imprensa operária continuava denunciando a intervenção direta das classes dominantes, do Estado e dos setores patronais sobre os bairros e os meios operários, resistindo às estratégias de dominação e subordinação, ao mesmo tempo que propondo formas alternativas de educação e de diversão para as camadas populares. É assim que o ambiente operário é visto pelas instituições e pelos grupos dirigentes como extremamente pernicioso para a moral e para a disciplina do trabalho, uma vez que era

interpretado como um foco de agitação e revolta. Além disso, suas práticas culturais eram tidas como obsoletas, seus hábitos eram considerados vícios e a recreação operária vista como improdutivo.

Neste período, desenvolve-se, então, uma retórica quanto à necessidade de "organização dos lazers", a fim de que no tempo livre as atividades fossem saudáveis e produtivas para o operariado no sentido de que ele se tornasse mais disciplinado e ordeiro, resguardando a moral, a higiene e a civilidade desejadas. Para Maria Auxiliadora Guzzo de Decca (1987), esboçam-se, portanto, iniciativas, até certo ponto frequentes de "disciplinar seu lazer", que se traduziram pelo patrocínio do futebol de várzea e do esporte, pelas iniciativas que a Igreja tentava realizar nos bairros populares de maneira mais organizada e em algumas propostas-modelo que os serviços públicos implementam na cidade de São Paulo para a recreação das crianças pobres e operárias. É neste momento que o lazer começa a ser configurado.

Em tempos difíceis quanto às oportunidades de emprego e condições de trabalho, para estar inserido no desenvolvimento industrial dentro da lógica da modernidade e da racionalidade técnica, o trabalhador brasileiro deveria ser educado para apresentar vigor físico e disposição para colaborar com a produtividade e, conseqüentemente, com a nação. Assim, ao lado da disciplina e da higiene, do controle do tempo e do espaço, o *lazer* seria outra *instituição* a ser criada para remodelar as práticas sociais, o hábito do ócio e as atividades do tempo livre que ainda restavam. Através de uma educação corporal e recreativa bem dimensionada, todos os problemas ligados ao ócio e aos vícios de uma vida desregrada, seriam resolvidos. A aquisição de novos hábitos e a formação moral, adquiridas por meio do esforço e da determinação individual dos sujeitos, representariam as características do modelo de homem moderno, desenvolvidas no trabalhador através da educação e da recreação, que passariam a predominar, a partir de 1935, sobre as práticas corporais e sobre as atividades do tempo livre em geral. Controlando-se as atividades situadas no âmbito do tempo livre, a formação de corpos dóceis e submissos ao trabalho se daria de forma harmônica e conseqüente. Através de um novo conjunto de práticas lícitas e lúdicas, o homem produtivo seria outra idéia a ser construída pela educação através do lazer.

Tudo isso indica que, por meio da cultura, uma nova formação social estava se delineando na direção de se consolidar uma nova subjetividade. Novas idéias e práticas como a ginástica, o esporte, os passeios ao ar livre e outros divertimentos sadios começam

a compor o dia-a-dia da cidade, penetrando também as representações e o imaginário social a respeito de um novo estilo de vida e modelo de educação, adquirindo uma força que penetraria profundamente à organização social em desenvolvimento. Segundo Nicolau Sevckenko (2000),

O antigo hábito de repousar nos finais de semana se tornou um despropósito ridículo. Todos para a rua: é lá que a ação está. Não é que repousar não seja mais viável, é que se tornou uma obsolescência, uma caduquice. Não é descansando que alguém se prepara para a semana vindoura, é recarregando as energias, tonificando os nervos, exercitando os músculos, estimulando os sentidos, excitando o espírito. Sob o epíteto genérico de "diversões", toda uma nova série de hábitos, físicos, sensoriais e mentais, são arduamente exercitados, concentradamente nos fins de semana, mas a rigor incorporados em doses metódicas como práticas indispensáveis da rotina cotidiana (p.33).

Nada de descanso e nada de vadiagem, a ordem era ocupar as horas livres com atividades que fossem úteis à produção e aos processos de desenvolvimento e modernização. Como fundamento ideológico, a disciplinarização do tempo livre aparece nas propostas educativas direcionadas a instituições específicas, como os *Clubes de Menores Operários* e os *Parques Infantis*, amplamente difundidos em São Paulo na década de 1930 como as primeiras propostas de lazer voltadas ao trabalhador da cidade. Com a fundação do Serviço Municipal de Jogos e Recreio do município de São Paulo em 1935 já se implantava uma intensa política de lazer para a classe operária, em que os espaços e atividades eram previstos e determinados conforme os objetivos de uma formação moral, cívica e higiênica voltada à adequação dos trabalhadores às novas condições de trabalho na sociedade capitalista nascente. Mas não foi só isso, o surgimento desse conjunto de novas práticas e espaços de educação e diversão estará instituindo também aquilo que deveria ser consumido e incorporado pelas diversas classes sociais ao seu cotidiano, preparando-as para uma nova etapa do desenvolvimento econômico, social e capitalista, que é a sociedade de consumo em gestação naquele período.

A "disciplina do lazer", como prefere Maria Auxiliadora Guzzo de Decca (1987), em função de uma maior adequação ao trabalho e à vida em um centro urbano que se industrializava e se desenvolvia, foi buscada pelos poderes públicos de forma idealizada nos cuidados formativos com a criança, em especial se filhos de operários. As pretensões eugênicas e higiênicas que envolveram os programas de Parques Infantis e Clubes de

Menores Operários acompanharam os intuitos de preparação e preservação da criança operária através de um "ambiente sadio e formativo". Observa-se, então, como a educação ultrapassa os limites da escola e do sistema educacional para disciplinar e educar a classe trabalhadora durante as demais atividades do seu tempo livre, agora com atenção especial para o *lazer*. Nota-se, ainda, neste particular, como as preocupações com a educação ampliam-se, abarcando toda a formação cultural.

Em uma cidade que se caracterizava como centro industrial cada vez mais importante, a educação do operariado foi preocupação constante. A questão da "educação" nos meios operários pode ser vista sob muitos ângulos. Houve um empenho "educativo" de cunho geral e difuso em relação ao operariado no sentido de sua "adequação" para o trabalho e cidadania que ultrapassou os marcos institucionais da escola. Como se viu, tentou-se organizar de forma "educativa" o próprio "tempo livre" do operariado (Guzzo de Decca, 1987, p.94.)

Assim, é possível compreender que o sentido dado à educação, à cultura e ao tempo livre no embate sócio-político-econômico pela consolidação das relações capitalistas e do Estado moderno está associado à sua utilização como instrumento ligado à construção do projeto burguês de dominação e articulado aos interesses da racionalidade produtiva. Querendo controlar todo o tempo da atividade humana desenvolvida nas mais diferentes esferas da vida social, o projeto de formação humana em desenvolvimento nas primeiras décadas do século XX, configura-se na mais poderosa arma de subordinação, colocando as diversas práticas sociais a serviço da reprodução do capital e da manutenção da ordem social estabelecida. Nesse processo, a institucionalização do *lazer* foi a estratégia encontrada para a penetração desse projeto de formação sobre o tempo livre e as práticas de descanso e diversão da sociedade paulistana, particularmente, da classe trabalhadora, reconfigurando e reorganizando toda a lógica da vida cotidiana, cujas conseqüências são observadas até hoje.

CAPÍTULO 3

As políticas de lazer e o projeto de formação da classe trabalhadora em São Paulo

As transformações político-econômicas e a redefinição das relações sociais ocorridas desde o último quartel do século XIX são inseparáveis de significativas mudanças culturais na existência humana, pois o avanço do capitalismo no Brasil e a implantação de algumas indústrias que impulsionaram o crescimento de centros urbanos como São Paulo foram acompanhados pela criação e transformação de práticas, idéias, sentidos e significados que reconstituíram as formas de ser e viver da sociedade. A intervenção da medicina social sobre a família brasileira e suas exigências quanto à higiene, à ordem, à disciplina e ao comportamento saudável, não fundamentaram apenas um debate sobre novos padrões de conduta social e normas de bem-viver, mas também alteraram determinados valores e práticas sociais, contribuindo para a construção e afirmação do estilo burguês de sociedade. O surgimento da indústria cultural, redimensionando os desejos, os sentimentos de pertencimento e a identificação entre os grupos, colaborou para a demarcação das classes sociais em relação ao acesso e à fruição dos bens culturais, criando um padrão homogêneo de necessidades e desejos que conspiraram para a formação de um novo imaginário social. Já as experiências proporcionadas pelas novas atividades do tempo livre, além de terem participado desse processo de transformação cultural, ainda foram fundamentais para a orientação da formação humana, pois se tornaram espaços profícuos para a educação das diferentes classes sociais.

Sem dúvida, em todo processo de transição, o progressivo desprezo aos antigos costumes, a construção de novos conhecimentos e a renovação dos significados atribuídos às coisas, ao mundo e às relações sociais, condicionam os rumos e os sentidos da vida, reorientando também a direção político-pedagógica da formação humana e, portanto, da existência e da história. Assim, em meio à reconfiguração do universo simbólico e cultural

da sociedade, a população brasileira, durante esse período, assistiu à criação de determinados modelos educacionais, ao abandono de outros e ao surgimento de um novo projeto de educação a ser implementado pelas diversas instituições sociais como a família, a escola e o lazer.⁸⁵ Incentivada pelas ondas de progresso e mudança, a discussão sobre a educação ganha espaço entre as preocupações das classes dominantes, a instrução torna-se um problema social e a formação humana assume novos contornos em função da necessidade de compreensão e adequação à nova realidade.

Sobre as mudanças internas à educação familiar, já vimos que, no processo de aburguesamento da sociedade, a família patriarcal é substituída pelo modelo de família nuclear, organizada em torno da monogamia, da intimidade, da propriedade privada, da submissão ao Estado e da supervisão médica.⁸⁶ Nesse movimento, não só as formas de comportamento e de sociabilidade são alterados, mas um novo modelo de formação se desenvolve no sentido de responder às necessidades de classe e, ao mesmo tempo, para configurar um novo perfil de homem e de mulher segundo os padrões da lógica urbana, industrial, burguesa e capitalista.

Em relação à escola, embora a polêmica sobre a educação estivesse crescendo no cenário político brasileiro desde a decadência do Império,⁸⁷ até o final da I Guerra Mundial, não é possível observar no Brasil grandes mobilizações acerca da expansão do sistema escolar. Apesar da Constituição de 1891, que havia trazido ao debate o problema da instrução, delegando ao parlamento a tarefa de animar no país o desenvolvimento da educação pública, criar estabelecimentos de ensino secundário e superior e prover a instrução primária e secundária no Distrito Federal, com base no espírito federativo da nova República, os grupos aristocráticos se aliaram no sentido de preservar a responsabilidade exclusiva dos Estados em relação aos seus sistemas de ensino, sua autonomia na gestão do orçamento e no atendimento às demandas e prioridades

⁸⁵ É importante frisar que o lazer é uma das instituições que surgem justamente desse processo de mudança sócio-cultural e na transição para uma sociedade urbana, industrial e capitalista, visando a realização da disciplinarização das práticas do tempo livre e a cooptação da classe trabalhadora. Essa questão será retomada ao longo deste capítulo.

⁸⁶ Sobre esse assunto, consultar Jurandir Freire Costa, *Ordem médica e norma familiar* e também Friedrich Engels, *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*.

⁸⁷ Para José Murilo de Carvalho, no contexto da decadência do Império e da constituição da República, a educação pública significava, acima de tudo, formar as "almas", ou seja, a criação de um novo imaginário incluía as artes e o conhecimento universal como partes integrantes dos momentos de mudança política e de redefinição da identidade coletiva. Era necessário, nesse processo de formação das almas, penetrar na imaginação do povo pela educação.

particulares, de modo que a precariedade no tratamento da educação pública permanece no país durante as primeiras décadas da República Velha.

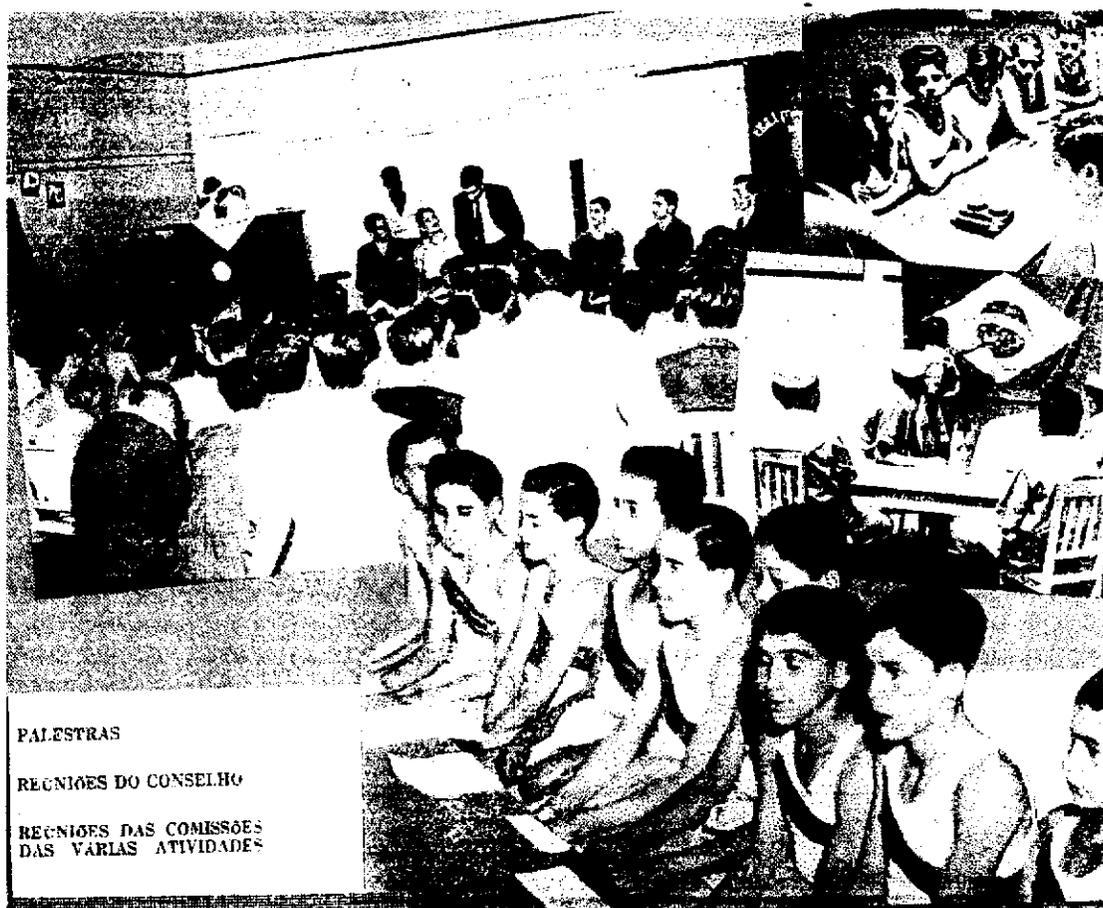
Sabe-se que o controle político-econômico nas mãos dos Estados e das oligarquias rurais favorecia a dependência, o paternalismo e o clientelismo estabelecidos entre patrões e empregados, situação reproduzida pelo próprio *Estado Patrimonial* e pela distância que havia entre trabalhadores, escola e conhecimento elaborado. Além disso, a condição para a participação civil nas questões políticas estava baseada na renda e no patrimônio, de forma que a alfabetização e a escolarização não tinham qualquer importância para as relações de poder, uma vez que o objetivo era justamente a manutenção da hegemonia dos fazendeiros na economia política brasileira.

Entretanto, a proclamação da República, para Vanilda Paiva (1983), recolocou um problema central da estrutura política brasileira vinculado à educação popular,⁸⁸ possibilitando que esta pudesse ser observada sob um novo ponto de vista: o funcionamento da democracia liberal com base no voto. Desde a Lei Saraiva, decretada em 1880, havia-se restringido o voto do analfabeto. Alguns estadistas e intelectuais tinham clareza de que esta seleção contribuía para a exclusão da maioria dos assuntos da vida política e social; outros, como Rui Barbosa, acreditavam que a iniciativa poderia incentivar as classes populares para que se instruissem e os poderes públicos para que ampliassem as oportunidades escolares e oferecessem recursos para a instrução. Por outro lado, na medida em que dava passagem à vida política, aos negócios e ao serviço público, a instrução como um elemento de ascensão social originava o preconceito contra o analfabeto, então identificado como improdutivo e incapaz. Curioso é que até o final do Império, ser analfabeto não representava nada, pois esta era a situação da maioria da população e a educação oficial não significava condição para participar do poder, das principais atividades do país ou das classes dominantes.

Somente quando a instrução se converte em instrumento de identificação das classes dominantes (que a ela têm acesso) e quando se torna preciso justificar a medida de seleção é que o analfabetismo passa a ser associado à incompetência. Mas tal idéia se difunde amplamente no país e estará presente em toda a nossa história da educação popular posterior (Paiva, 1983, p.83).

⁸⁸ De acordo com Vanilda Paiva (1983), a educação popular é aquela que, historicamente no Brasil, refere-se à educação dos extratos populares, tanto pela sua conotação classista oriunda da seletividade do nosso sistema de ensino, como em função das motivações, interesses, prioridades e consequências políticas dos programas educativos.

Fig. 24. Palestras e instrução nos Clubes de Menores Operários



Assim, não só a discussão sobre o analfabetismo, mas as condições físicas, mentais e higiênicas, a moral e a falta de um sentimento nacionalista tomam corpo no interior de movimentos políticos e reivindicações sociais que passam a conferir grande importância ao tema da instrução, em todos os níveis. Nos anos vinte, é a inclusão sistemática dos assuntos educacionais e escolares nos programas de diferentes organizações que daria origem, segundo Jorge Nagle (1974), àquilo que denominou-se *entusiasmo pela educação e otimismo pedagógico*. De um lado, a defesa da multiplicação das instituições escolares, da publicização e popularização do ensino primário, laico, gratuito e financiado pelo Estado; de outro, a defesa de uma nova formulação teórico-metodológica capaz de indicar a necessária formação do novo homem brasileiro.

Denunciando os altos índices de analfabetismo e discutindo a problemática situação brasileira em relação à instrução, o *entusiasmo pela educação* foi um movimento que levantou a bandeira da popularização da escola, chegando até meados de 1915 como um discurso progressista, na medida em que procurava associar a questão educacional à questão política.⁸⁹ No início do século XX, os índices de analfabetismo representavam uma vergonha para a intelectualidade brasileira, cuja pretensão era colocar o Brasil entre os "países cultos" elevando-se os níveis culturais da nação através da difusão do ensino primário. Esta tendência parece ter sido responsável pela propagação, ainda que incipiente, das escolas públicas e populares no Brasil durante este período. No entanto, este movimento deve ser apreendido de forma paralela ao crescimento do nacionalismo⁹⁰ no país que, suscitado pela guerra, buscava formular uma identidade nacional através do fortalecimento do caráter brasileiro pela instrução, e ao desenvolvimento dos setores da indústria e do comércio nas cidades que, objetivando a recomposição das forças políticas dos Estados, passam a defender a educação como estratégia de ampliação do contingente de eleitores. Isso pode ser observado pela atuação da Liga Nacionalista de São Paulo que, comprometida com a disputa pela hegemonia política dos grupos urbano-industriais, tinha a finalidade de fazer funcionar a democracia liberal, promover a instrução popular e,

⁸⁹ Cf. Guiraldelli Júnior, Paulo. *Educação e movimento operário*, p.27.

⁹⁰ O nacionalismo emergente no início do século XX é impulsionado tanto pelo espírito federativo da Nova República, como pelo fortalecimento dos ideais de soberania nacional engendrados pela configuração mundial dos Estados-nação socialistas e capitalistas. Outro elemento frutificador desse movimento foi a discussão pela segurança do país ameaçada pela I Guerra Mundial, embora o Brasil não tenha participado diretamente do conflito.

consequentemente, ampliar as bases eleitorais. Em face dos inúmeros conflitos econômicos, políticos e sociais vividos, a implementação de um amplo projeto educacional, que tinha na popularização da instrução pública e primária o seu eixo definidor, foi entendida como a grande solução para os desafios impostos, uma vez que respondia aos ideais de desenvolvimento e mudança.

Mas os problemas sociais evidenciados no pós-guerra criavam desafios para a composição hegemônica das classes dominantes, o que retardou o aprofundamento do debate e da intervenção sobre o sistema educacional brasileiro no plano político. Enquanto isso, o *otimismo pedagógico* deslocava a discussão da educação do eixo político para o técnico, revelando-se como um discurso moderno, neutro, científico e, portanto, da competência de especialistas, os "profissionais da educação". Dessa maneira, a recondução do problema educacional na década de 1920 não foi feita através da vitória de um movimento sobre o outro no embate político-ideológico. Conforme Vanilda Paiva (1983) "este declínio refletia a progressiva consciência de que a luta política se travaria em outros planos que não o educativo. Entretanto, enquanto os intelectuais modernistas vão progressivamente se diferenciando ideologicamente durante os anos 20, os 'profissionais da educação' tentarão sustentar a crença em seu descompromisso com idéias políticas defendendo o tecnicismo em educação" (p.94). Introduzindo as idéias de uma escola renovada e estimulando as preocupações com a qualidade do ensino, o *otimismo pedagógico* foi, então, um movimento que reivindicou a especialização e modernização das questões do ensino e, com base na "neutralidade" científica, remeteu esta discussão aos pressupostos técnico-pedagógicos e à qualificação metodológica da educação escolar. E, enquanto enfatizava os mecanismos científicos no tratamento do processo ensino-aprendizagem e da gestão escolar, acabava mascarando a análise objetiva da relação entre educação e sociedade.

Opondo a modernidade à tradição, os modelos otimistas e as novas propostas para a formação da população ganham terreno frente à sociedade e se juntam às reformas constitucionais dos anos 30 como um instrumento de progresso. A nação precisava de sujeitos autônomos, pensantes e capacitados para atender à diversidade de atividades criadas pelo avanço das ciências sobre o ramo da indústria e do comércio. Nessa perspectiva, a popularização das escolas foi tomada como uma medida paliativa, pois a ampliação da instrução primária não daria conta da formação de homens que respondessem com disposição e êxito às demandas dessa nova sociedade. Somente uma nova orientação

pedagógica, uma escola renovada poderia construir a sonhada sociedade moderna, racional e harmoniosa, cujo funcionamento ativo e vigoroso seria capaz de criar uma nova civilização. Assim, as discussões a propósito da transformação da escola e da educação apresentam-se como das mais importantes, pois sem elas não seria possível implementar-se as reformas desejadas.

Nesse processo, observa-se como a insistência sobre a qualidade do ensino vai, aos poucos, sobrepondo-se em importância sobre as opções extensivas de popularização da educação. O *otimismo*, que deu origem ao movimento escolanovista, quando atribui à educação uma perspectiva técnica, metodológica e administrativa, reverte a proposta do *entusiasmo* e absorve o papel da difusão do ensino. Dessa forma, se no início da Primeira República tínhamos um movimento ingênuo, que defendia a ampliação das oportunidades de instrução primária com objetivos políticos, no final deste período, temos uma concepção de educação que, quanto mais ênfase dá aos aspectos internos da instituição escolar e aos métodos empregados na formação, menor é a consideração dos problemas vinculados à situação da educação numa sociedade determinada. Portanto, enquanto no *entusiasmo pela educação* se tem um discurso aparentemente democrático mas uma prática contraditória, em que o sistema educacional não sofre grandes alterações e as escolas continuam sendo um espaço de demarcação das classes dominantes, no *otimismo pedagógico*, com as mudanças sobre a estrutura da escola em si mesma, empenhadas em poucas reformas Estaduais como em São Paulo e no Distrito Federal, tem-se uma continuidade em termos de alcances e limites do sistema educacional e mais, um projeto educacional tecnicista que, comprometendo-se, em última instância, com a ordem vigente, possui um caráter profundamente instrumental e ideológico.

Contudo, do entusiasmo pela educação ao otimismo pedagógico que passou a predominar até o final da década de 1930, quando o problema da educação sofre novas modificações, o que se obteve foi, por um lado, a diminuição da influência da política partidária e coronelista sobre os assuntos da escola e da contratação de professores e, por outro, a confirmação do Estado liberal, em que a educação é tratada de forma neutra, apolítica e acima das lutas, dos interesses e dos conflitos sociais.⁹¹

Não há dúvidas que as propostas educacionais defendidas pelos renovadores tinham na escola a esperança de salvação das crises, para o reequilíbrio, o desenvolvimento e o progresso sociais. Considerando que a cada geração os homens passam por conflitos de

⁹¹ Cf. Guiraldelli Júnior, Paulo. *Educação e movimento operário*, p.33.

espírito e caráter, a educação tornava-se a instância que, através de um processo contínuo, seria capaz de reorientar os sentidos, na revisão dos velhos conceitos. Mas para isso, a antiga mentalidade, que se colocava como um empecilho, desconfiada e insegura em face das novas teorias da educação, precisava ser superada. A escola deveria ser entendida como instituição relativa à dinâmica da estrutura social e, uma vez determinada pelas condições de existência coletiva, estaria sujeita às contingências de tempo e lugar (Azevedo, 1932, p.4). E em sendo uma expressão da sociedade em mudança, era preciso ajustá-la "às necessidades dessas transformações, buscando retificá-las e harmonizá-las mutuamente" (Teixeira, 1933, p.5).

Vinculada à ciência, a escola seria encarregada de combater os problemas atinentes às dificuldades da vida contemporânea, colaborando na formação dos melhores hábitos mentais e morais comprometidos com as demandas da sociedade em mudança. O homem que se apropriasse das técnicas modernas produzidas pela ciência, poderia conduzir a vida no sentido da harmonia, do aperfeiçoamento e da felicidade. A "escola progressiva", nos termos de Teixeira, é a escola em que as atividades se processam com o máximo de oportunidades para essa ascensão. Seu fim é o "homem educado": "Aquele que sabe ir e vir com segurança, pensar com clareza, querer com firmeza e executar com tenacidade, o homem que perdeu tudo que era desordenado, informe, impreciso, secundário em sua personalidade, para tê-la definida, nítida, disciplinada e lúcida" (Teixeira, 1933, p.11). Vejamos o que Vanilda Paiva (1983, p.99) comenta sobre Miguel Couto, um dos representantes dessa corrente renovadora que impulsiona o pensamento técnico-pedagógico pelo país.

Com "sua autoridade de cientista", membro da academia de Medicina do Rio de Janeiro, Miguel Couto afirmava que o "analfabetismo não é só um fator considerável na etiologia geral das doenças, senão uma verdadeira doença, e das mais graves. Vencido na luta pela vida, nem necessidades nem ambições, o analfabeto contrapõe o peso morto de sua indolência ou o peso vivo de sua rebelião a toda idéia de progresso, entrevendo sempre, na prosperidade dos que vencem pela inteligência cultivada, um roubo, uma extorsão, uma injustiça. Tal a saúde da alma, assim a do corpo; sofre e faz sofrer; pela incúria contrai doenças e pelo abandono as contagia e perpetua". O analfabetismo das massas seria a fonte da "incompreensão, da indolência e da preguiça", chegando a afetar fisicamente os indivíduos. ... Realmente, sendo tão importante a aquisição das técnicas de leitura e escrita, podia Miguel Couto encarar a educação como o principal problema nacional.

Nessa direção, é preciso notar que esse discurso possui um vínculo liberal, positivista e funcionalista. O entendimento da sociedade como regida por leis naturais, universais e imutáveis implica, não só, numa concepção de educação como reflexo do real, mas representa a opção pela "neutralidade" na discussão sobre a escola. A apologia do sistema educacional como um organismo composto por órgãos que funcionam para a manutenção da sua harmonia interna, expressa o entendimento da educação como coisa, como fato social, dissociada de sua historicidade. E não é por acaso que essa mesma analogia gerou inúmeros preconceitos, como em relação ao analfabeto, visto que abstrai os conflitos e as contradições sociais substituindo-os pelas idéias de "anomalias" ou "doenças" do sistema social.

Depois de desqualificada para as questões da educação, a formação doméstica, patriarcal e conservadora desenvolvida no interior das famílias deixava de acompanhar o crescimento das cidades, o desenvolvimento tecnológico e a aceleração e a fragmentação do processo produtivo. Também se exauria diante das necessidades culturais criadas pelo padrão de homem branco, educado e produtivo, engendrado pelo processo de aburguesamento da sociedade. Nesse movimento, a escola, que até então era o espaço oficial de uma educação intelectualista e enciclopédica, restrita aos filhos das oligarquias rurais, passa a assumir um papel intelectual, moral e higiênico, voltando-se à saúde física, ao desenvolvimento pessoal, à instrução de regras de sociabilidade e à criação de hábitos diários, conhecimentos fundamentados pela ciência. Ao lado da medicina social, a escola torna-se uma instituição formadora e responsável pela educação da nova família brasileira e, em meio ao "declínio" da formação familiar e ao aumento progressivo do prestígio da educação escolar, vai incorporando representantes de outras camadas sociais – a burguesia nascente, a intelectualidade e a classe média – que iam surgindo em função do modo de vida urbano e do avanço do capitalismo industrial, passando a ser entendida como a estratégia que elevaria o Brasil ao patamar dos países mais desenvolvidos do mundo. É quando se configura, com mais força política e apelo social, o que se denomina de pensamento pedagógico brasileiro, indissociável, portanto, das novas teorias sobre a escola e seu funcionamento.⁹²

⁹² Segundo alguns autores como Gadotti (1996), o pensamento pedagógico brasileiro só se estrutura, efetiva-se e ganha autonomia concretamente com o desenvolvimento das teorias provenientes da chamada *Escola Nova*.

A Escola Nova é entendida como um movimento de negação, de ruptura e de superação do modelo de educação predominante no território nacional desde a colonização, considerado tradicional, livresco e aristocrático. Além disso, é tida como uma das grandes responsáveis pela implementação de um processo de modernização social no campo das idéias, das aspirações sociais e dos valores éticos, estéticos e políticos, na medida em que procurou acompanhar as transformações que ocorriam no âmbito da esfera produtiva, ideológica, científica e cultural. Com base no espírito republicano, liberal e positivista, o escolanovismo representa parte de um momento de transição, em que se busca, por um lado, instrumentalizar as pessoas para que acompanhem o movimento dos novos tempos e, por outro ratificar os valores da nova organização social e produtiva.

Embora tenha ganhado certa visibilidade com a criação, em 1924, da Associação Brasileira de Educação (ABE), só conquistaria prestígio e hegemonia em 1932, com a publicação do *Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova*. Este documento, endereçado ao povo e ao governo brasileiro, fora gestado por ocasião da *IV Conferência Nacional de Educação* no Rio de Janeiro em 1931, pelas mãos de uma corrente liberal e vanguardista composta, entre outras pessoas, por Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira, duas personagens importantes no cenário educacional brasileiro durante quase todo o século XX. Fortemente sustentado pela filosofia iluminista, pela ciência positivista e pela ideologia liberal, o moderno discurso propagado pelos intelectuais da Escola Nova é fonte de organização do pensamento pedagógico brasileiro, bem como dos ideais de progresso, civilidade e identidade nacional que, sem dúvida, proporcionaram ao país significativos ganhos.

Todas as gerações que nos precederam, como a primeira geração nascida na república, foram vítimas desses vícios orgânicos de nosso "aparelhamento de cultura" cuja organização não se podia esperar de uma mentalidade política, sonhadora e romântica, ou estreita e utilitária, para a qual a educação nacional não passava geralmente de uma tema para variações líricas ou dissertações eruditas. Elas despertaram com uma alma antiga para um mundo novo, que as deixou deslumbradas com as maravilhas, para depois as perturbar com as suas inquietações, como se da escola fossem transportadas para um mundo diferente. O contraste entre uma educação tradicional, rotineira e antiquada, deficiente a todos os respeitos e a complexidade de problemas que eram chamados a enfrentar e a resolver, agravou, entre nós, essa indisciplina mental e moral que, embora própria de toda uma época, tinha de forçosamente acentuar-se nos países em que a organização social e as reservas de cultura ofereciam menor resistência

às forças dissolventes e às influências perturbadoras das classes e instituições parasitárias. A nossa educação, estranha às realidades nacionais e tradicionalmente baseada no humanismo, correspondia à política educativa do império, em que, emperrada na escola secundária, de tipo clássico e estritamente literário, o problema da educação nacional, nos seus dois aspectos fundamentais, das universidades e da educação popular, nunca se desprende de aspirações e fórmulas vagas.⁹³

Ao banir as referências de uma educação doméstica e ultrapassada, os intelectuais da Escola Nova proclamavam a revisão dos fundamentos pedagógicos, procurando dotar a educação de uma competência técnica e didática para as causas urgentes da estabilização e do progresso. Nesse particular, à pedagogia cabia gerar um nova forma de sociabilidade, que avançaria para toda produção cultural. E esta, por sua vez, teria um caráter instrumental, voltada para a reforma da realidade imediata. Na perspectiva da construção da identidade nacional, que levava como *slogan* Tradição *versus* Modernidade, uma sólida formação cultural, que realizasse uma ampla transformação das consciências, significava o desfecho crucial do vitorioso projeto burguês e liberal de sociedade, revolucionando por dentro da ordem.

Apresentando-se como antítese das noções tradicionais de educação, o pensamento escolanovista representava o que havia de moderno em termos de formulação pedagógica e cultural. De acordo com uma determinada análise sobre a cultura brasileira, proclamava o progresso das forças humanas quando atreladas ao sentido da saúde, da moral e do belo, desqualificando os costumes tradicionais como o ócio, a preguiça, a indolência e outros hábitos típicos do indivíduo colonial. Para tanto, constrói o seu discurso na direção contrária do que julgava retrógrado e ultrapassado e conclui que, para se construir uma civilização, era preciso que a sociedade banisse todos os tipos de vícios, de práticas degenerativas e assumisse um novo perfil, adaptado e preparado para viver sob uma nova organização social. Assim, a oposição entre modernidade e degradação, ao provocar uma resposta sobre a necessidade da formação de hábitos saudáveis, implica na negação dos chamados vícios sociais e parece constituir os primeiros indícios da mudança provocada pela Escola Nova sobre a educação escolar e o imaginário social da família cidadina brasileira.

⁹³ Azevedo, Fernando de. Introdução ao Manifesto de 1932. In Azevedo, Fernando de. *A educação entre dois mundos*, 1958, p.46-47.

Fig. 25. A ginástica e a educação física nos Clubes de Menores Operários



Fig. 26. A sesta e o descanso organizado



Não é à toa que as preocupações acerca da educação física aparecem na produção de Fernando de Azevedo muito antes do *Manifesto*. Em obra datada de 1920,⁹⁴ ele chama a atenção de pedagogos e instrutores físicos para a necessidade de se entender a escola em sua formulação mais ampla, isto é, como uma casa de instrução,⁹⁵ pois nela, além da educação moral e intelectual, devia-se processar a formação do corpo humano, como possibilidade de equilíbrio integral. A educação física, organizada a partir de um método racional e graduado, deveria ser incorporada à escola a fim de desenvolver a beleza plástica, a estética do belo e a aparência saudável, realizando a harmonia dos órgãos e a composição simétrica das partes que o integram.

A transformação operada neste *regimento bizarro* é uma das provas mais eloquentes e irrefutáveis de que a < educação physica se dirige a todos, e aos fracos sobretudo >, e de que o preparo physico - pelo estímulo enérgico, que provocam os exercícios no funcionamento physiologico de todos os órgãos, inclusive do cérebro, que largamente beneficiam, estimulando intensamente seu desenvolvimento e sua nutrição, - é um grande factor social educativo, o mais maravilhoso instrumento de regeneração hygienica e transformação esthetica do individuo e das raças e uma das forças mais efficazes do desenvolvimento da mentalidade, da formação do character e da vontade, sobre os quaes exerce poderosa e incontestavel influencia (Azevedo, 1920, p.6).

Motivado por uma tendência higiênica e eugênica, Fernando de Azevedo, desde então, começa a orientar grande parte das iniciativas em torno da instrumentalização da ginástica como prática educativa indispensável na formação dos jovens brasileiros. Os exercícios ginásticos eram, para ele, um antídoto eficiente contra a fadiga, pois capazes de estimular as atividades cerebrais, aumentar a respiração e acelerar os batimentos cardíacos, contribuindo para o aperfeiçoamento do equilíbrio metabólico e do sistema nervoso. Nesse sentido, disciplinando o corpo ao funcionamento ativo, metódico e cotidiano, os hábitos da vida diária e, por suposto, a moral, também seriam regulados, estendendo-se, pois, a disciplina e o controle, às atividades cotidianas, ao trabalho e aos diversos tipos de divertimentos.

⁹⁴ *Da Educação Physica: o que ela é, o que tem sido, o que deveria ser.*

⁹⁵ O entendimento da escola como casa de instrução não é, em Fernando de Azevedo, o mesmo empregado pelos *emustistas* quando defendem a popularização da instrução primária. Para este autor a escola seria uma casa de instrução porque lá a orientação pedagógica estaria associada à educação física.

Associadas à educação física, a alimentação, as vestimentas, as horas de recreio, de descanso e de estudo passam a ser organizadas como elementos constitutivos de um programa educacional renovado, seguro e prevenido contra as moléstias e a degradação física e moral que até então permeavam a vida do indivíduo e da sociedade. A educação do corpo desempenharia naquele tempo, cujas ondas do progresso e da civilidade exigiam disposição, coragem, personalidade e autonomia, uma das funções mais importantes da educação: a formação da vontade e do caráter no exercício das forças volitivas.

O exercício, sobre ser uma fonte de vitalidade e energia, tanto no ponto de vista físico como psíquico, tem por objecto também formar o *homem de acção* - o homem moderno, e ahí está um de seus fins utilitários; porque, na intensidade actual da luta pela vida, em que sem a capacidade de agir se esgotariam fatalmente na indolência os maiores recursos físicos e intellectuaes, a educação mais própria é a que seja capaz de preparar o joven para a luta, tornal-o superior ás impressões desagradáveis e aos attritos dolorosos e educar-lhe a vontade, onde reside ás mais das vezes o valor moral do indivíduo (Azevedo, 1920, p. 32).

É perceptível no discurso da renovação educacional como a debilidade corporal, herdada da tradição colonial, aparece quase sempre acompanhada por uma fraqueza de espírito, postura essa que, provocada pela indolência e pela preguiça, ao invés de economizar a energia corporal, consome a disposição do indivíduo para a luta cotidiana. O sujeito ocioso e vadio, aquele que não tinha uma vida regulada pelos novos cânones da ciência e da razão, não possuía mais seu espaço garantido no mundo da cidade e da modernidade pois, a velocidade em que eram produzidos novos conhecimentos, trazidas novas técnicas de produção, alterados os instrumentos e a própria força de trabalho, gerava necessidades de adaptação, atualização e acompanhamento antes nunca sentidas pela sociedade brasileira. Em outras palavras, à educação é atribuída a tarefa de formar indivíduos com disposição, habilidade e capacidade de ação compatíveis com a competição no mercado capitalista. Preparando os homens para se adaptarem à nova ordem social, a educação do homem moderno vai permitir a expansão do poder e do controle da ideologia burguesa e capitalista sobre o imaginário social, visto que as aspirações desse contexto estarão favorecendo a ação e a máquina como as impressões simbólicas mais características do período.

Fig. 27. O cuidado com a saúde e o combate dos maus hábitos



Fig. 28. Aquisição de hábitos higiênicos nos Clubes de Menores Operários



Neste modelo de educação, até as modernas formas de ocupação do tempo livre criadas pelo próprio modelo burguês de sociedade como as festas noturnas, os prazeres sexuais, as bebidas, os estimulantes, tornaram-se vícios prejudiciais à saúde do cidadão. A nação precisava, ao contrário, de indivíduos disciplinados e dotados de controle sobre si mesmos. Então, cabia também à educação mediar a aquisição do gosto por atividades moderadas em que as energias corpóreas e os anseios juvenis fossem arrefecidos por conta da curiosidade provocada pela prática dos exercícios corporais. Procurava-se substituir as práticas degradantes e imorais por atividades físicas que propiciassem o hábito da higiene, da saúde, do equilíbrio psicossocial, do bom comportamento e da sanidade. Nessa linha, segue-se a argumentação de Fernando de Azevedo (1920):

(...) como esta disposição da alma ás acções viris, este gosto dos nobres prazeres da actividade preserva das seducções da molleza e volupia, a educação physica torna-se uma salvaguarda da moralidade privada, sobretudo no momento da puberdade, n'esta idade critica, em que as forças por longo tempo armazenadas fazem de repente e simultaneamente explosão de uma seiva exuberante, *que tende a concentrar sobre os orgãos da geração* e que o exercício reparte por todos os membros, destruindo ou prevenindo, pela fadiga dos membros e pela excitação muscular, as funestas tendências da época pubertaria (p.32).

Mas a degradação moral e corporal, no discurso do nosso educador, não atingia somente aos jovens adolescentes. Os entretenimentos da mocidade eram os mais temidos, pois atraíam pessoas que já davam prova de sua autonomia e vontade. Sendo assim, tanto para os jovens como para os adultos, os exercícios corporais desempenhavam um papel moralizador na medida em que associavam energia vital à energia moral. Já nesta época, portanto, é possível identificar em Fernando de Azevedo aquele educador preocupado com a formação de certos hábitos a serem incorporados pela família moderna e cidadina como condição *sine qua non* para o desenvolvimento pessoal e social. Ele desejava a adaptação da educação às necessidades sociais e a perfeita adequação dos indivíduos ao modelo de formação social. (Castellani Filho, 1994). Ao longo de sua importante participação nas reuniões da ABE, trouxe grandes contribuições no sentido de rebelar-se contra a educação tradicional, obstáculo ao progresso que se impunha ao perfil social desejado.

Os exercicios physicos, que, < acalmando os sentidos, occupando a imaginação e os ocios da mocidade, tem servido utilmente á causa da virtude >, poderão, e só elles, desviar para as diversões uteis ao corpo e ao espirito esta juventude

outr'ora creada em preceitos rígidos e agora sempre ávida de sensações requintadas, e que as grandes cidades atraem cada vez mais com todos os seus encantos de refinamento e baratismo, com todas estas seducções, que tanto atraem, como degradam (Fernando de Azevedo, 1920, p.33).

Depois disso, é possível observar como o pensamento escolanovista se associa à racionalidade técnica, configurando uma nova concepção de homem no universo simbólico da coletividade. O sujeito ativo, forte e empreendedor seria aquele melhor preparado para conviver junto à nova civilização, agora democrática, moderna, vigorosa e produtiva. E sendo o ócio e a ociosidade os responsáveis pela disseminação dos inúmeros malefícios corporais, psíquicos, morais e sociais, bem como um grande estorvo para o desenvolvimento deste ideal de civilização, as propostas de renovação educacional irão ultrapassar os muros da escola, onde se dava a formação das chamadas elites, para cooptar a classe trabalhadora, engrenagem fundamental do processo de produção, no sentido de modificar seus hábitos e suas formas de sociabilidade durante todo o tempo social, permeando a vida cotidiana.

Porém, a maneira como as diferentes classes sociais são vistas na sociedade capitalista nascente foi responsável, de certa forma, pelo modo como foram tratadas pelos tipos de legislação, modelos de administração e formas de políticas públicas e privadas que tanto afetaram sua condição. Nos anos vinte, a promoção de escolas noturnas para adultos em nível primário já constava nas leis e decretos sobre a instrução pública do Estado de São Paulo, mas a preocupação com a educação popular só é melhor observada em 1933, com o Código de Educação para o Estado de São Paulo, em que há uma expansão da oferta de cursos, embora esses tenham continuado, em seu caráter e finalidade, mais ou menos os mesmos. Instalados em zonas de grande densidade operária, "visavam dar ensino primário elementar a adultos, instrução técnica fundamental sobre comércio, indústria (conforme a região) e cultura geral" (Guzzo de Decca, 1987, p.44), estando os conteúdos articulados às normas higiênicas, morais, de comportamento social e civismo. Mas a frequência às escolas estava restrita a um número pequeno de trabalhadores que vivia na cidade, fora os altos índices de reprovação, evasão e interrupção dos cursos, atingidos, entre outros motivos, pela larga e intensa jornada de trabalho a que estavam submetidos.

Sem dúvida, as reivindicações em torno da criação de escolas e da ampliação de vagas para a instrução pública e gratuita estiveram presentes entre os movimentos sindicais, nos partidos e na imprensa operária desde o século XIX. É possível dizer,

inclusive, que as exigências quanto à educação fazem parte da própria formação da classe trabalhadora no Brasil e expressam a contribuição que a corrente imigratória trouxe para esse processo – pois na Europa a instrução primária já era universal – e para o avanço da luta pela educação pública em todo país. Por isso, a classe operária não deixa de promover seus próprios sistemas de ensino. Pelos periódicos, pudemos observar como as diversas tendências políticas se articularam para apresentar aos sindicatos suas propostas de instrução e como se mobilizaram para desenvolver escolas, centros de aprendizagem e de cultura social e operária. Nesse particular, a idéia da imprensa operária como órgão de luta e de formação é ratificada por Maria Auxiliadora Guzzo de Decca (1987): "Parte do operariado estava empenhada na preservação de sua própria imprensa enquanto modo de vida, enquanto instrumento de educação e conscientização" (p.46). Porém, não obstante à criação das escolas estrangeiras no sul, das escolas modernas pelos intelectuais de esquerda, das escolas operárias e de um número restrito de escolas públicas já existentes desde o Império, o tema da instrução popular, embora cada vez mais debatido no cenário político e intelectual, não obteve grandes avanços no que se refere à expansão e democratização do sistema escolar brasileiro até, pelo menos, a década de 1930. E se assistiu, até este momento, a um pequeno desenvolvimento liderado por vários outros setores sociais que não o Estado, apresentava-se de forma diferenciada e com objetivos contrários para cada uma das classes sociais.

As indústrias, como foi visto, e a Igreja também ocuparam um lugar importante no oferecimento de oportunidades educativas para a classe trabalhadora deste período. Segundo Guzzo de Decca (1987), os anúncios de oficinas ou indústrias que ofereciam, as vezes no próprio local de trabalho, cursos gratuitos de artes e ofícios para menores trabalhadores conforme o desenvolvimento de determinados setores industriais, permitem supor que, no âmbito dos estabelecimentos industriais, "tratava-se de qualificar os trabalhadores de acordo com as necessidades imediatas, disciplinando e diminuindo o custo do trabalho" (p.45). Já a Igreja mantinha escolas para operários e pobres com objetivos disciplinares explícitos. A Juventude Operária Católica foi um exemplo marcante da "verdadeira escola teórica e prática de formação da consciência e da vontade, onde os jovens operários adquirem um modo de viver honesto e cristão".⁹⁶

Assim, em uma primeira análise sobre as propostas educativas para a classe trabalhadora, é possível dizer que as pretensões do Estado, das Indústrias e da Igreja

⁹⁶ *O operário*, 3/3/1928, apud Guzzo de Decca, 1987, p.46.

coincidem com as demandas do mundo do trabalho e da produção, uma vez que a formação de mão-de-obra especializada era uma exigência para a implementação do capitalismo no Brasil e a disciplina do trabalhador em suas escolas poderia contribuir para a adaptação da classe operária ao sistema econômico, social, político e cultural desejado.

Do ponto de vista das classes dominantes, ao contrário, a educação formal, que antes não tinha relevância para o estabelecimento das relações sociais e de poder, começa a ganhar importância na definição do padrão de comportamento e, portanto, da identidade de classe. Acompanhando a divisão social do trabalho e as mudanças culturais dela decorrentes, a escola será mais um elemento de diferenciação, ainda que lançada como projeto de modernização para todo país. Dessa forma, toda a sociedade brasileira seria envolvida pelas ondas do discurso educacional e da nova escola, mas de acordo com os parâmetros de uma formação adequada a cada uma das classes sociais. No caso da burguesia nascente, a instituição escolar, além de tornar-se um espaço para a educação dos seus e da formação das novas elites, também significava mais um elemento de destaque e *status* social. Como diria Eric Hobsbawm (1992), "a instrução escolar oferecia, acima de tudo, um bilhete de entrada para as faixas médias e superiores reconhecidas da sociedade e um meio de socializar aqueles que eram admitidos, de modo a distinguí-los das ordens inferiores" (p.247).

Mas a escola não foi o único espaço para a demarcação das classes dominantes, nem um tipo de educação exclusiva e suficiente para a implementação do projeto burguês e capitalista e para a conformação da sociedade a esse sistema. De acordo com uma tendência à racionalização das atividades cotidianas, além da formação escolar, o cidadão paulistano deveria ser educado para que economizasse suas energias utilizando-se de fórmulas saudáveis e úteis para ocupação do tempo fora do trabalho ou do ambiente escolar. Dessa forma, princípios como higiene, saúde, disciplina, equilíbrio psicossocial e identidade nacional, que são inseparáveis da constituição e organização do pensamento pedagógico brasileiro, avançam para as demais esferas da vida humana, abarcando a sociedade de forma ampla, no intuito de converter os hábitos de diversão, socialização e fruição do tempo livre para finalidades nitidamente produtivistas. Assim, os preceitos incorporados através da intervenção médica, a disseminação dos valores da pedagogia nova e a modificação dos comportamentos e das práticas corporais associadas ao ócio, tornaram-se parte de um ideário educativo novo, que tem na década de 1930 um desfecho vitorioso, período no qual a sociedade vive impasses bem mais profundos e, ao mesmo

tempo, determinantes do ponto de vista da sua futura organização. Anos mais tarde, o desejo da ordem e do progresso poderia ser (re) alimentado, mas só era passível de realização porque duas estratégias cruciais foram tramitadas no período antecedente: a transformação da escola e também a promoção de novos espaços e o estímulo a novos programas de diversão, de recreação e de atividades lúdicas.

Em 1929, ano da terceira *Conferência Nacional de Educação*, em São Paulo, a última antes do colapso da República, a educação estará caminhando na direção da construção de uma cultura nacional e de uma nova mentalidade, consubstanciada numa aspiração social que deveria ser almejada por todos: o desenvolvimento da indústria, a harmonia e a civilização. Apostando na reforma da sociedade pela reforma do indivíduo, o pensamento educacional brasileiro, neste período, daria início a um amplo projeto de educação e escolarização, em que não só a escola se responsabilizaria pela formação de determinados valores, condutas, padrões sociais e comportamentos, mas também o conjunto das atividades vivenciadas durante o tempo livre, para além dos muros da instituição escolar. A partir deste momento, seriam postas em curso as primeiras iniciativas públicas relativas à ocupação do tempo livre pela classe operária na cidade de São Paulo, buscando fazer com que as crianças, os jovens e os adultos adquirissem hábitos e comportamentos de largo alcance moral e físico, no sentido de alterar profundamente suas formas de ser e viver, bem como de conformar a subjetividade humana aos valores da racionalidade técnica produzidos pelo capitalismo, que nesta década ganha outros contornos em função de uma nova reestruturação produtiva. Juntos, a escola e o lazer, ou seja, o conjunto das atividades lúdicas, úteis e lícitas praticadas durante o tempo livre, institucionalizadas num tempo/espaço determinados, buscariam adaptar, cooptar e integrar as pessoas à nova ordem social.⁹⁷

É assim que, na década de 1930, o alcoolismo, a prostituição, a criminalidade, a violência, a vagabundagem e os diversos tipos de vícios adquiridos nas casas de tavolagem, nas ruas, nos clubes e nos lares, embora já temidos pelo poder público e pelas classes dominantes desde o século XIX, passam a ser mais enfaticamente questionados. A crítica aos hábitos degenerativos, porém, vinha quase sempre acompanhada da sua própria solução. Dentro da escola, as condutas de ensino, as experiências científicas e a recreação

⁹⁷ O lazer, como se observa, parece ser uma instituição que vai sendo criada na medida mesma em que são banidos os hábitos ligados ao ócio e às atividades tidas como "ilegais e imorais" e criados novos programas para atividades lúdicas e lícitas vinculadas à recreação e à diversão da classe trabalhadora.

deviam ser organizadas e úteis à regulação da vida cooperativa da classe e da "comunidade", ou seja, o programa de atividades lúdicas escolares seguia uma perspectiva funcional que visava a modificação dos hábitos cotidianos dentro e fora da escola. Conforme Anísio Teixeira (1933), "nos projetos de empregar utilmente o tempo de lazer e diversão, - a experiência da humanidade acumulada na literatura, na música, nas artes, nos jogos e nas danças será devidamente aproveitada" (p.65).

Fora da escola, para além da prática de exercícios corporais e da aquisição de hábitos saudáveis, exigia-se, então, a disposição adequada e orientada das "horas de lazer".⁹⁸ Associada ao pensamento escolanovista, havia uma preocupação com a racionalização e a adequação da vida do trabalhador em seus vários aspectos, por parte de diferentes instituições, agências de poder e setores sociais. Assim, enquanto as primeiras ações governamentais são postas em prática na direção de se efetivarem as políticas municipais de lazer, a Escola Nova e o discurso educacional reafirmavam a necessidade da disciplinarização das atividades cotidianas, da recreação e dos divertimentos. Até mesmo o norte-americano John Dewey, um dos grandes idealizadores do método escolanovista, já prescrevia os benefícios que poderia trazer a apropriação equilibrada do tempo livre.

Nenhuma responsabilidade da educação é mais séria do que a de fornecer adequada provisão de lazeres recreativos, não só no direito benefício da saúde, como também, e ainda mais se possível, para produzirem duradouros efeitos nos hábitos do espírito (John Dewey *apud* Nicanor Miranda. 1984, s/p).

Em janeiro de 1935, a prefeitura da capital criava o Serviço Municipal de Jogos e Recreio, que viria a ser alguns meses depois, de acordo com uma proposta do então criado Departamento de Cultura, a Divisão de Educação e Recreio. Esta, por sua vez, desmembrou-se em outras três seções: de Parques Infantis, de Campo de Atletismo, Estádio e Piscina, de Divertimentos Públicos. Em correspondência aos ideais divulgados pela educação, começam a surgir na cidade os primeiros espaços públicos e oficiais para a prática dos divertimentos, agora que os usos do tempo livre haviam ganho visibilidade e a

⁹⁸ Expressão utilizada pelos intelectuais da educação e pelos poderes públicos quando se referem à medida de tempo que sobrava do trabalho, ou seja, à questão da organização do tempo livre. Assim, o conceito "lazer" é utilizado para expressar uma dimensão temporal, no entanto, é preciso notar que, neste mesmo período, surgem os parques públicos e espaços específicos para a prática da recreação, considerados aqui como práticas e locais típicos do que defino como lazer, além de se configurarem, também, como as primeiras políticas públicas de lazer na cidade.

Fig. 29. As atividades desenvolvidas nos Clubes de Menores Operários

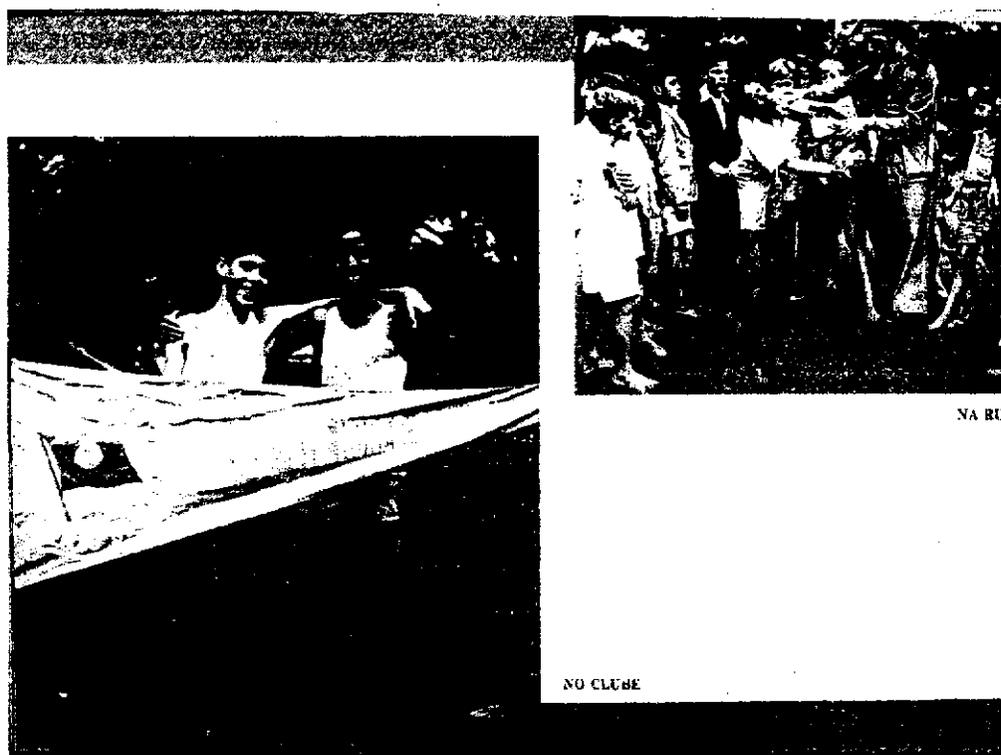


Fig. 30. Visitas instrutivas organizadas pelos Clubes de Menores Operários



educação assumido a tarefa de orientar os processos de sociabilidade da família moderna, tornando-os coletivos e de responsabilidade pública, o que talvez tenha contribuído para que fossem mais facilmente controlados. Segue-se algumas considerações presentes na Ata de criação do Serviço Municipal de Jogos e Recreio que merecem ser destacadas:

(...) que as forças morais e espirituais de uma Nação dependem, em parte, da maneira pela qual são aproveitadas pelos cidadãos, as suas horas de descanso, e que é por isso necessário despertar nas novas gerações, o gosto e criar o hábito de empregar seus lazes em atividades saudáveis de grande alcance moral e higiênico; que as atividades lúdicas exercem uma função importante no processo educativo e social, podendo considerar-se os grupos de jogos como um dos construtores essenciais da vida social, e a fonte dos primeiros ideais e impulsos sociais, como a solidariedade, a comunicabilidade, a cooperação; que as praças de jogos para as crianças, organizadas como meios de preservação social e educação sanitária têm contribuído eficazmente em toda parte, para a educação higiênica e social das crianças, proporcionando-lhes oportunidades e meios de recreação ao ar livre estreitando o convívio de crianças de todas as classes sociais; que os parques de recreio e de jogos inspirados nesse ideal de promover o bem-estar da infância que se desenvolve frequentemente em más condições higiênicas e morais, constituem sobretudo em bairros pobres, um meio poderoso de derivar as crianças de focos de maus hábitos, vícios e criminalidade para ambientes saudáveis e atraentes, reservados aos seus divertimentos e exercícios, sob o controle dos poderes públicos; que nas cidades industriais como São Paulo, em pleno crescimento, a densidade da população, a valorização crescente dos terrenos, o movimento cada vez mais intenso nas vias públicas e as construções de casas e apartamentos e de habitações coletivas concorrem para limitar cada vez mais, senão para subtrair às crianças espaços ao ar livre, pátios, terreiros e jardins de que necessitam para seus jogos, exercícios e divertimentos (Prefeitura do Município de São Paulo, Ato nº.767 de 9 de janeiro de 1935).

Observa-se aqui como as diversões da população, antes vistas como corrosivas da virtude e do espírito pelo pensamento escolanovista, agora são estendidas às preocupações do poder público e do Estado populista⁹⁹ como degeneração da força de trabalho e empecilho ao funcionamento harmonioso do sistema produtivo. Dessa maneira, entre as intenções das políticas públicas de lazer estava a de prover as atividades do tempo livre de modo disciplinado pois, colocando-as sob o controle da racionalidade técnica, seria

⁹⁹ Expressão usada por Octávio Ianni (1985) para explicar a constituição do poder estatal durante o período de 1930 a 1945. *O ciclo da revolução burguesa*, 1985.

mais fácil aproveitá-las para a formação de homens dóceis e preparados para o trabalho e, conseqüentemente, para a manutenção das estruturas de dominação. Assim, a diversão, o estudo, o descanso passam a ser cuidadosamente pensados, com vistas à utilidade que deles poderia ser retirada.

Nicanor Miranda, desde então chefe da Divisão de Educação e Recreio, coordenaria nesta cidade importantes políticas públicas de lazer, visando abarcar de forma ampla toda a população trabalhadora paulistana. Foram os *Parques de Jogos* com seus programas de *Parques Infantis* e *Clubes de Menores Operários* que, espalhados por diversos setores da metrópole, em especial nos bairros pobres e periféricos, buscavam propiciar às famílias operárias um ambiente adequado para o desenvolvimento de suas forças morais e espirituais, preparar o jovem trabalhador para desempenhar com eficiência sua função na produção industrial, bem como afastar as crianças dos focos de maus hábitos, dos vícios e da criminalidade. Vejamos um trecho do Ato nº.861, de 30 de maio de 1935, que organiza o Departamento de Cultura e que cria os Parques Infantis (Título IV - Divisão de Educação e Recreio, capítulo I, artigo 42).

Os parques infantis que se propõem a colaborar na obra de preservação e de previsão social e contribuir para a educação higiênica das crianças, serão construídos e instalados, preferivelmente, nos bairros operários, nas proximidades de escolas e casas de apartamentos (Prefeitura Municipal de São Paulo, ato nº.861, de 30 de maio de 1935)

Como vimos, a preocupação de nossos gestores com as habitações coletivas e operárias vinha de longa data. Havia um consenso generalizado a respeito de que tais moradias constituíam os principais focos de doenças e epidemias como a gripe, a tuberculose e a febre amarela, moléstias típicas de lugares frios, úmidos e insalubres. Além disso, havia uma forte tendência que considerava a rua como um local propício à violência, o que contribuía ainda mais para que os logradouros públicos destinados à recreação se tornassem o espaço mais apropriado para o desenvolvimento físico e moral dos filhos de famílias pobres e operárias. Contando com uma equipe de especialistas e possuindo um projeto de formação claro, tinham o objetivo de aglutinar as crianças num só ambiente fiscalizado, para orientá-las conforme as normas da higiene, da educação e da moral tidas como as mais adequadas, civilizadas e produtivas.

Durante o Festival Comemorativo da inauguração do Parque Infantil de Santo Amaro em 16 de janeiro de 1938, o subprefeito daquele distrito, Américo Carvalho Ramos,

no seu discurso de apresentação da conferência a ser proferida por Nicanor Miranda, depois de elogiar o trabalho do Departamento de Cultura, dirigido por Mário de Andrade, assim se pronuncia:

O pequeno Parque Infantil, iniciado pelo ilustre Prefeito Dr. Francisco de Godoy, foi terminado pela Sub-Prefeitura sob orientação técnica da Divisão de Educação e Recreio do Departamento de Cultura. Ele será entregue a todas as crianças santamarenses dentro de poucos dias. Terão aí os seus divertimentos sabiamente dirigidos a sua saúde e desenvolvimento físico, moral e intelectual perfeitamente controlados por técnicos especializados sob a direção de Nicanor Miranda.¹⁰⁰

Em sua conferência acerca da importância do Parque Infantil, Nicanor Miranda explorou, além da temática concernente à necessária organização dos lazeres do municípe, também a vida nas cidades, expressando sua atenção ao perigo do crescimento vultoso de São Paulo e da ausência de espaços verdes e praças de jogos, o que obrigava as crianças paulistanas a se desenvolverem na rua, no lar ou na escola, lugares não preparados para atender as especificidades da infância. Dizia ele:

E a cidade cresce. Surgem construções. Os terrenos vão escasseando, o perímetro urbano vai se limitando, os edificios novos, os arranha-ceus e os predios de apartamento vão brotando na terra nova. A população condensa-se, o transito começa a congestionar-se. E tudo isso vai condenando as crianças e os municípes a ficar sem áreas livres, sem ar puro, sem espaços verdes, elementos imprescindiveis para o seu sistema recreativo, parte integrante de uma organização municipal á altura da civilização contemporânea. ... E eis que em dado momento da vida das cidades os urbanistas têm os olhos voltados para este fato: as crianças não tendo jardins, quintais, parques onde brincar e jogar. vão brincar no único espaço que lhes resta - a rua! (1938a, p.10).

Segundo Nicanor Miranda (1938a), a casa, a escola, a rua, são os locais em que vive habitualmente a criança, porém, não são espaços adequados para a sua educação. Os pais têm seus afazeres domésticos ou trabalham e, assim, em casa as crianças não têm a atenção necessária, nem recebem os cuidados que merecem. Quando ficam com alguém, frequentemente são entregues às mãos de pessoas sem preparação suficiente para educá-las. Isso significa que o ambiente doméstico e a educação familiar eram impróprios, aos

¹⁰⁰ Miranda, Nicanor. *O significado de um parque infantil em Santo Amaro*. São Paulo, Sub-prefeitura de Santo Amaro, 1938a.

olhos das autoridades, para dar à criança aquilo que ela precisava para crescer forte, autônoma e disposta a colaborar com a pátria e que, portanto, havia uma preocupação em se deslocar a educação do âmbito privado para o público.

Já a rua, dizia também, é o meio nocivo por excelência. "ao contacto de companheiros viciosos, adquirindo máus hábitos, perturbando vizinhos, intranquilizando os adultos, a rua é a criadora de tendências anti-sociais, a geradora da criminalidade infantil" (p.11). Lá, o menino começa a surrupiar uma fruta e logo depois passa a furtar peças de automóvel, roupas, objetos de valor e até mesmo dinheiro. É assim que se forma o criminoso infantil e adulto. Na rua a criança também está sujeita a toda sorte de perigos físicos e morais, sendo o acidente um deles. Dessa forma, para Nicanor Miranda, o perigo da rua é ambivalente e contraditório, pois expressa sua crueldade e fere os princípios éticos de consciência nacional, ao mesmo tempo em que imputa uma violência que é praticada por um grupo de criminosos diferente,¹⁰¹ não pertencente à identidade cultural daquele povo e possuidor de valores outros.

Embora restrita a uma pequena parcela da população, a escola era um complemento da educação familiar, desde então normalizada pela ordem médica. Mas segundo o gestor dos programas de Parques Infantis, ela ainda não era a instituição ideal para a criança. É curioso observar, então, como se dá a articulação entre o pensamento escolanovista e a implementação das políticas municipais de lazer. A educação existente nas escolas era justamente o contrário do que defendiam os idealizadores da reforma educacional em pleno vigor no período. Assim, quando tece críticas ao modelo escolar, o chefe da Divisão de Educação e Recreio de São Paulo está, na verdade, revelando a necessidade de se ratificar os princípios da Escola Nova.

A escola é o lugar onde a criança tem que ficar sentada, bem quietinha, quatro horas por dia e nove meses por ano, absorvendo abstrações e sem a prática da experimentação. Tudo se passa como se o interesse da criança gravitasse em torno de livros, silêncio, passividade, inatividade. A escola é ainda individualista, na época em que vivemos, não se propondo a ensinar cooperação, iniciativa, auto-direção ou a arte de fazer amigos e dirigir os outros. Violando as leis do crescimento físico e psíquico, prepara homens sem iniciativa, sem originalidade, sem vontade, sem ideais. Forma pulmões e corações debeis, braços e pernas

¹⁰¹ Para Guido Fonseca (1988), o submundo da cidade de São Paulo era amplamente composto por imigrantes, os chamados "alienígenas", mas sobretudo pelos pobres, que na linguagem policial viviam como vagabundos, jogadores, cafetões, ladrões e até mesmo capoeiras, frequentemente identificados como criminosos.

macilentos e debilitados, gerando na criança uma anemia e uma constituição acanhada e incompleta. Esquece-se que o objetivo da escola não é formar sábios e sim homens e mulheres fortes, bem constituídos, bem equilibrados, capazes de sustentar o peso do trabalho e afrontar a luta pela vida numa civilização complexa como a nossa (Miranda, 1938a, p.12-13).

Ao problematizar os efeitos da escola sobre o corpo e a mente da criança, Miranda questionava o modelo tradicional de educação porque neste a proibição do lúdico e a ausência da aprendizagem integral e da experiência empírica faziam da escola uma instituição perversa, penosa e fragmentária. Ora, tanto para Fernando de Azevedo como para Anísio Teixeira, a escola seria justamente o lugar onde a criança poderia viver plena e inteiramente, pois lá teria todas as condições para desenvolver, harmoniosamente, suas tendências e seus interesses, rumo ao aperfeiçoamento humano. Experimentando situações reais do dia-a-dia, ela aprenderia as regras morais e sociais de que necessitava para ter uma vida feliz e integrada, ainda que em um meio dinâmico e flexível como a realidade daqueles tempos.

Em sua formulação *novista*, para satisfazer as exigências da sociedade, a escola deveria reproduzir a vida e as experiências sociais (Teixeira, 1933). E para que fossem possíveis as verdadeiras condições do ato de aprender, os professores deveriam simpatizar-se com os alunos, compreendendo sua vontade e respeitando seus interesses. Esses, por sua vez, deveriam ser ativos e coletivamente engajados em torno de projetos. As matérias, deveriam tratar dos conteúdos da própria vida, que formariam uma unidade típica do processo educativo. Além disso, a aprendizagem deveria ser integradora, pois a situação escolar e a vida do aluno precisavam se ajustar e se harmonizar como um todo.

Enfim, escola e vida significavam a mesma coisa, visto que a aprendizagem resultante do processo educativo não tinha outro fim, senão o de habilitar a homem a viver melhor, em conformidade com as condições do meio e segundo suas "aptidões naturais". Como parte integrante da própria vida, a verdadeira e valiosa educação que deveria se processar no espaço escolar, seria aquela a imprimir significativas mudanças na conduta humana, com vistas à aquisição de algum bem que reagisse sobre a vida e que enriquecesse o sentido das coisas.

Que enormes, pois, são as novas responsabilidades da escola: educar em vez de instruir; formar homens livres em vez de homens dóceis; preparar para um futuro incerto e desconhecido em vez de transmitir um passado fixo e claro; ensinar a

viver com mais inteligência, com mais tolerância, mais finamente, em vez de simplesmente ensinar dois ou três instrumentos de cultura e alguns manuaizinhos escolares... Para essa finalidade, só um novo programa, um novo método, um novo professor e uma nova escola – podem bastar (Teixeira, 1933, p.33-34).

Tudo isso que foi defendido sobre a escola nova parece ser justamente o que sustenta Nicanor Miranda. Consequentemente, é também consonante com as propostas dos centros de recreio que surgem através das políticas municipais de lazer. Mas para perceber a coerência entre esses dois movimentos, é preciso levar em conta que havia uma demanda subjetiva colocada para o universo da cultura, banalizando os antigos códigos de referência, homogeneizando os gostos e os costumes, definindo os padrões burgueses de comportamento e propondo um novo modelo de organização social e, sobretudo, condições objetivas que exigiam um novo perfil de formação social que adequasse a sociedade ao projeto da modernização e do capitalismo industrial.

À educação cabia gerar uma nova forma de sociabilidade, capaz de regenerar o povo brasileiro em direção à sociedade racional e ao Estado positivo. Os mecanismos ideológicos contidos neste projeto de modernização, porém, criam um novo saber pedagógico em que a ciência, o industrialismo e a democracia são fins em si mesmos. Dessa forma, tanto as propostas educativas para a escola como para os centros de recreio, ao provocarem a homogeneização do universo cultural, acabam colaborando para a expansão e proliferação de uma subjetividade burguesa.

Sem dúvida, não é exclusiva do discurso escolanovista a idéia de que, em vista das transformações sociais devidas ao desenvolvimento técnico e à aplicação da ciência à máquina, torna-se relevante que o indivíduo seja formado para que pense e se dirija por si, em uma ordem social, cultural e industrial complexa e mutável. O industrialismo, representante direto da modernização, na década de 1930 vai fundamentar toda a vida humana, aparecendo como ícone do progresso tanto nas propostas para a escola como para o lazer. Ambas deveriam, pois, colaborar na construção de uma nova atitude cultural, relativa à imagem de homem independente, autônomo, sensato, seguro e dotado de uma autoridade interna que lhe permitisse cooperar com a democracia.

Dentro dessa concepção, a educação estava sendo colocada em conformidade com as demandas da sociedade e não possuía somente uma dimensão pedagógica, mas sócio-política. E assim, tanto a escola como os espaços públicos de lazer precisavam

Fig. 31. Velejamento como uma atividade de lazer dos Clubes de Menores Operários

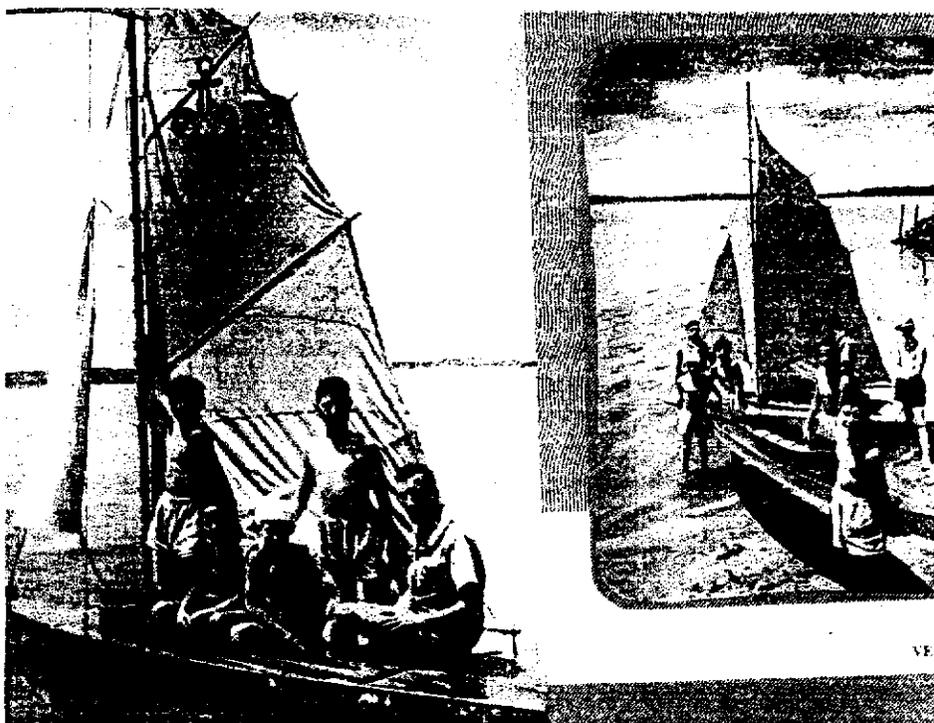


Fig. 32. Os Festivais dos Clubes de Menores Operários



assumir a tarefa de formar as futuras gerações de acordo com uma nova mentalidade que, trazida pela ciência e pela máquina, provocava diferentes formas de perceber e vivenciar a realidade. "Esse novo homem, com hábitos novos de adaptabilidade e ajustamento, não pode ser formado pela maneira estática da escola tradicional que desconhecia o maior fato da vida contemporânea: a progressão geométrica com que a vida está a mudar, desde que se abriu o ciclo das invenções" (Teixeira, 1933, p.26).

Sabe-se que a chamada "Revolução de 30", liderada pela fermentação ideológica da Aliança Liberal, aconteceu em meio a um conjunto de tendências políticas e educacionais. As eleições, a nova Constituição e a busca de soluções racionais para a "questão social", cuja existência passava a ser reconhecida, foram assuntos muito discutidos nos anos seguintes. Mas o período de 1930/1945, para Vanilda Paiva (1983), subdividiu-se em dois, com características bastante diferentes do ponto de vista político. De 30 a 37, observa-se a fluência dos ideais democrático-liberais e a tentativa de dinamização da vida política. Com o golpe de 37, vigora-se o Estado Novo, marcado pelo regime autoritário, anti-liberal e anti-democrático. "Todo período, entretanto, marcado pelo poder pessoal de Vargas apoiado no exército, assiste ao progressivo esmagamento dos movimentos políticos radicais e à perda da identidade dos grupos atuantes na Revolução de 30 através da promoção das alianças políticas e da negociação de cargos, comandada pelo executivo altamente centralizado (Paiva, 1983, p.112-113).

No plano educacional, a política geral que passa a predominar, com subsídios do poder estatal, é o desenvolvimento e a divulgação da educação como meio de preparação de mão-de-obra qualificada para a indústria e o comércio. Nos primeiros anos da Segunda República, o panorama liberal favorece a ampliação das oportunidades de instrução, a fim de garantir a participação em massa da população em eleições livres e de reafirmar as posições políticas dos grupos industriais. Ao assumir o governo provisório, Vargas inclui em seu programa de "reconstrução nacional" a difusão intensiva do ensino público, principalmente técnico-profissional, criando para isso um sistema de estímulos e parcerias com os Estados. Entretanto, essa proposta se materializava apenas como apelo aos governos estaduais para que assumissem a responsabilidade econômica pela implantação das instituições educacionais. Foi dessa iniciativa que surgiram os Liceus Industriais dos Estados, enquanto o Governo Federal prestigiava o crescente movimento renovador e recorria ao auxílio da discussão qualitativa sobre a educação. Na Segunda República, os educadores serão ouvidos em seus pareceres, o debate decorrente das

Conferências Nacionais de Educação estará ganhando visibilidade e aceitação e os "profissionais da educação" terão espaço para a formulação de uma Política Nacional de Educação. Mas o desfecho de 1937 emudeceu aqueles que não se dispunham a deixar os centros decisórios e encaminhou a defesa dos "ideais quantitativos do ensino quando as possibilidades de eleições haviam deixado de existir" (Paiva, 1983, p.113).

De qualquer forma, os "profissionais da educação" teriam, neste primeiro período, voz e poder de ação e, mesmo durante o Estado Novo, quando ocorre o afastamento daqueles que discordavam da nova forma de governo, prevalece a idéia de que muitas decisões sobre a educação dependiam dos estudos técnicos e de determinadas ciências e áreas aplicadas. Depois disso, o próprio Estado iria criar organismos federais para a realização desses estudos, nos quais eram admitidos profissionais especializados favoráveis ao Estado Novo e onde seriam feitos os primeiros ensaios acerca de um modelo tecnicista de formação, que não se restringia somente ao campo pedagógico. Portanto, se houve uma ampliação das oportunidades de instrução pública durante os anos 20 e 30, isto se deve aos esforços dos governos estaduais, muitos dos quais contavam apenas com seus próprios recursos. Por outro lado, o sistema educacional brasileiro vai sofrendo influências das Reformas Educacionais como a que aconteceu em São Paulo, levada à cabo por Fernando de Azevedo em 1933, fundamentada pelos ideais da Escola Nova e situada como modelo para todo país. A própria Constituição de 1934 incorporou muitos dos apelos escolanovistas e, nesta década, todo o debate sobre a educação conteria um caráter técnico, mas também populista, corporativo e ideológico, na medida em que buscava cooptar a população através de um discurso aparentemente progressista e, particularmente, a classe trabalhadora, para que aceitasse e colaborasse com a nova situação econômica, política e social do país. Vejamos o que pregavam sobre a educação a ser desenvolvida durante o período em questão.

Em um texto de 1957,¹⁰² escrito 25 anos após a publicação do Manifesto de 32, Fernando de Azevedo avalia a repercussão do movimento pioneiro para a reconstrução do sistema educacional e sistematiza os eixos do programa nacional de educação retirados do Manifesto: *estabelecimento de um sistema completo de educação*, em que esta é "considerada em todos os graus como uma função social e um serviço essencialmente público que o Estado é chamado a realizar com a cooperação de todas as instituições

¹⁰² A nova política educacional: esboço de um programa educacional extraído do Manifesto. In: Azevedo, Fernando de. *A educação entre dois mundos*, p.88-90.

sociais" e no qual "cabe aos Estados federados organizar, custear e ministrar o ensino em todos os graus, de acordo com os princípios e as normas gerais estabelecidas na Constituição e em leis ordinárias pela União". Ainda sobre o primeiro item, Azevedo afirmava: "o sistema escolar deve ser estabelecido nas bases de uma educação integral; em comum para os alunos de um e outro sexo e de acordo com as suas aptidões naturais; única para todos e leiga, sendo a educação primária, gratuita e obrigatória; o ensino deve tender progressivamente à obrigatoriedade até 18 anos e à gratuidade em todos os graus". *Organização da escola secundária*, "em tipo flexível de nítida finalidade social, como escola para o povo, não preposta a preservar e a transmitir as culturas clássicas, mas destinada, pela sua estrutura democrática, a ser acessível e proporcionar as mesmas oportunidades para todos, tendo, sobre a base de uma cultura geral comum, as seções de especialização para as atividades de preferência intelectual (humanidades e ciência) ou de preponderância manual e mecânica (cursos de caráter técnico)". *Desenvolvimento da educação técnica profissional*, "de nível secundário e superior, como base da economia nacional, com a necessária variedade de tipos de escolas: a) de agricultura, de minas e de pesca (extração de matérias-primas); b) industriais e profissionais (elaboração de matérias-primas); c) de transportes e comércio (distribuição de produtos elaborados), e segundo métodos e diretrizes que possam formar técnicos e operários capazes em todos os graus de hierarquia industrial". *Organização de medidas e instituições de psicotécnica e orientação profissional* "para o estudo prático do problema de orientação e seleção profissional e adaptação científica do trabalho às aptidões naturais". E ainda, *criação de Universidades, criação de fundos escolares ou especiais, fiscalização de todas as instituições particulares de ensino e desenvolvimento das instituições de educação e de assistência física e psíquica à criança na idade pré-escolar* (creches, escolas maternas e jardins de infância) e de todas as instituições complementares pré-escolares e pós-escolares. Quanto à gestão, anunciava a *reorganização da administração escolar e dos serviços técnicos de ensino e a plena reconstrução do sistema educacional*.

Formulado dentro de uma concepção individual de educação, o programa escolanovista propunha o ideal de homem culto e revelava a imagem que a sociedade burguesa fazia de si mesma. Uma sociedade democrática, aberta, livre, dinâmica e progressiva que, sustentada pela ciência e pela técnica, seria capaz de, com razão e discernimento, conciliar as desigualdades e reafirmar o contrato pela colaboração e parceria entre os homens. Nesse particular, é preciso analisar como se configuram certos

elementos do projeto de modernização em todo o campo sócio-educacional. Em primeiro lugar, a defesa de uma educação laica, ou seja, da separação entre escola e Igreja, relação mantida pelo modelo tradicional de educação durante muito tempo, tornara-se uma bandeira dos escolanovistas. Em segundo, uma educação liberal, que incentivava a autonomia dos sujeitos, através do uso adequado da razão e do bom senso. Em terceiro, a luta por uma educação para todos, ou seja, a importância que tinha, para aquele contexto, a popularização da escola e o peso que ganha o projeto escolanovista quando assume o estatuto da legalidade, incorporando-se às reformas constitucionais. E, por fim, a importância da experiência na constituição da infância, e mais especificamente, o caráter atribuído à experiência corporal e empírica como elementos da aprendizagem.

A proposta de uma educação laica indica menos uma preocupação com o caráter teológico do ensino, do que com a tentativa de afastar as questões da educação das mãos dos poderes oligárquicos, coloniais e clericais que ainda restavam. O combate se travava entre intelectuais orgânicos e intelectuais tradicionais.¹⁰³ Os renovadores, ligados organicamente aos interesses da burguesia urbana e industrial, buscavam deslocar o campo de ação sobre as políticas educacionais para o seu próprio universo de poder, ou seja, para os Estados e as cidades, cujo maior destaque é São Paulo. Para isso, defendem que a estrutura educacional arcaica e vencida seja substituída por um sistema de caráter biológico, capaz de desprender-se dos interesses de classe. E mais, utilizam-se do discurso científico e da retórica liberal, em que os indivíduos são entendidos isoladamente e, ao mesmo tempo, como portadores de direitos "naturais" e universais, deslocando o entendimento da educação para o plano ideal. Enfim, ao proclamarem a "educação para todos", além de possuir como parâmetro um sujeito abstrato, visam a transformá-la numa ordem neutra, aparentemente desvinculada dos interesses e das interferências privadas. E a solução para isso era submetê-la à direção e fiscalização do Estado, pois este seria a única instituição social desprovida de caráter partidário, uma vez portador de um regime neutro, capaz de se colocar a serviço dos fins sociais e de todos os grupos.

¹⁰³ Segundo Antônio Gramsci (1995b), cada grupo fundamental no interior da sociedade, cria para si, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e que justificam sua função social no mundo. Os intelectuais orgânicos, criados a cada nova geração, são, na maioria das vezes, "especializações de aspectos parciais da atividade primitiva do tipo social novo que a nova classe deu à luz" (p.4). Já os intelectuais tradicionais, são categorias preexistentes que, surgindo na história a partir de estruturas econômicas anteriores, são "representantes de uma continuidade histórica que não fora interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas"(p.5).

A organização moderna do Estado tende a estabelecer-se, ao contrário, sobre a base da divisão do trabalho e da autonomia interior, técnica e administrativa, dos órgãos especializados do poder político, nos seus campos próprios de ação, mas subordinados ao Estado, como órgão de interesse geral, e cada vez mais subtraídos à opressão e à influência de partidos, como órgãos de interesses de grupos (Azevedo, 1932, p.85).

É assim que no Plano Nacional de Educação elaborado pelos renovadores o Estado aparece como representante dos interesses de "todos". Na ideologia liberal, em que o homem é tratado como indivíduo e não como ser social, a liberdade, a igualdade e a democracia são categorias universais e abstratas, por isso aparentemente vinculadas à vida de toda a população. Na realidade, porém, como o acesso aos bens culturais, ao conhecimento, à ciência e aos cargos políticos dependia das condições econômicas, para a maioria das pessoas o benefício desses ideais não passou do discurso. Além disso, como o sucesso social estava baseado nas aptidões "naturais" do sujeito individual, o exercício desses "direitos" estava fadado às "elites" teoricamente preparadas para assumir a direção da civilização e, portanto, do Estado Liberal e Democrático. Dessa forma, o Estado acaba sendo a representação política dos interesses da burguesia como classe dominante, ávida pela instrumentalização do poder estatal com vistas à reprodução da sociedade de classes. Nesse sentido, afirma Carlos Monarcha (1989):

É lícito afirmar que o tema da Escola Nova procurou mobilizar política e ideologicamente as classes sociais em torno de uma mesma questão: a superação do atraso nacional e o ingresso no moderno. À pedagogia cabia gerar uma nova forma de sociabilidade, compatível com os ideais da racionalidade e produtividade. A construção do Estado Racional tornou-se a estratégia para os pioneiros da educação renovada, pois a partir dele tornava-se possível empreender a reordenação e disciplinarização, banindo tudo o que é fragmentário, heterogêneo e contraditório. Ao Estado racional ou positivo, concebido como entidade fria e neutra, polo universal, cabia administrar as classes hostis e egoístas, que, perseguindo interesses individuais produziam uma crescente instabilidade social (p.19).

Nessa perspectiva, a política educacional e a educação pública não seriam o resultado da conformação da pluralidade de interesses que coexistiam na sociedade, mas sim a possibilidade de unificar as classes e os grupos, transformando-os em uma só força rumo ao progresso contínuo da nação. Isto significa que, embora passando ao poder

público, as iniciativas alusivas à educação tinham como finalidade financiar o projeto de dominação da burguesia e, portanto, atendiam de forma desigual as diferentes classes sociais no conjunto das propostas relacionadas à formação. Assim, a educação moderna, "ciência e arte de um tempo", vinculada aos caracteres do Estado e da nova civilização, significava *status* social e um fator de "evolução", cuja ambição não era somente adaptar os indivíduos aos ordenamentos vigentes, "mas dar-lhes uma capacidade de adaptação a quaisquer situações novas que venha a criar uma civilização em movimento e em mudança" (Azevedo, 1933, p.18-19).

Mas o Plano Nacional de Educação, embora defendesse a propagação da educação primária, laica, gratuita e financiada pelo Estado, não chegou a efetivar-se imediatamente na prática, a não ser em alguns casos isolados, como em São Paulo. Isso quer dizer que o acesso aos bens culturais ainda estava restrito às classes dominantes, pois a proposta de uma escola renovada, que ofereceria a oportunidade de desenvolvimento pessoal para todos através do contato com a cultura universal, com a ciência e com a pesquisa, estava longe de abarcar o conjunto dos operários e dos pequenos trabalhadores que viviam na cidade. Por outro lado, das oportunidades escolares relativas à classe trabalhadora, as que se destacaram foram aquelas voltadas para a formação de mão-de-obra especializada, da força de trabalho útil para os setores do comércio e da indústria. Assim, na perspectiva da educação para o trabalho, em sua dimensão fragmentária e dualista, ao ensino primário e popular seriam incorporados os preceitos de uma formação técnica e profissionalizante, preocupada com a ocupação do futuro trabalhador no mercado capitalista, enquanto as camadas médias e a burguesia industrial tinham acesso a outras formas de instrução, bem mais modernas e conforme o espírito renovador. Dessa forma, o que chegou ao operariado paulista parece não ter sido a escola renovada e moderna, mas a escola profissionalizante. Então, seria o lazer, empreendido pelo governo municipal de São Paulo, o espaço frutificador do aperfeiçoamento cultural e da criação da identidade nacional entre a classe trabalhadora da cidade?

Com efeito, os centros de recreio existiam e a educação da classe trabalhadora acontecia independente e articulada aos preceitos da intelectualidade ilustrada que fazia o discurso da escola. Os Parques Infantis eram logradouros com campos de jogos, abrigos, galpões e instalações para a recreação. Lá, a criança poderia vivenciar a cultura infantil, fruir de sua liberdade amplamente e, ao mesmo tempo, incorporar os hábitos necessários para ter uma vida feliz e integrada. Na definição de Nicanor Miranda (1938a), os Parques

Infantis em São Paulo eram "logradouros públicos onde, pela recreação e pelo jogo organizado, se procura educar a criança, ministrando-lhe simultaneamente toda a assistência necessária" (p.19). Baseado nesta concepção, define a direção de tal iniciativa: "atribuímos aos Parques Infantis uma tríplice finalidade: *assistir, educar e recrear*, dando-lhes uma organização própria, de acordo com o nosso meio, com a nossa gente, mas principalmente de acordo com as necessidades reais da criança" (Miranda, 1938a, p.19 – grifo meu).

Além da preocupação com a nacionalização da classe operária, haja vista que boa parte deles era constituída de imigrantes, havia também uma assistência intermitente às carências da infância e da família. A perspectiva de que a criança precisava ser "assistida" foi tomada pelos Parques Infantis como a ação mais imediata a ser desenvolvida em três formas. A primeira, o *atendimento médico*, velava pela saúde da criança, investigando as condições higiênicas do seu meio, acompanhando seus hábitos diariamente, orientando seus pais sobre o regime alimentar a ser fornecido, bem como diagnosticando seu estado de saúde e até distribuindo remédios se necessário. Contando ainda com o serviço de Educadoras Sanitárias, em 1938 já havia realizado 1.600 fichamentos e seus respectivos exames, curativos, injeções, tratamentos especializados, vacinações e a distribuição gratuita de 2.500 medicamentos. A segunda forma prevista foi a *assistência dentária*, mas estando o Parque Infantil impossibilitado de realizar as consultas nas suas próprias instalações, cumpria a tarefa de encaminhar para a Clínica Dentária do Hospital Municipal os necessitados desse tratamento. Por fim, a terceira forma, a *assistência alimentar*, de todas, a mais especial para os idealizadores. Conscientes de que 60% das crianças de famílias operárias eram desnutridas, e sendo as atividades centrais dos Parques Infantis a educação física e os jogos, implantaram a merenda diária, que buscava sustentar as crianças para que pudessem receber os benefícios, não só de uma alimentação nutritiva, mas também das atividades do programa.

A segunda finalidade do Parque infantil, para Nicanor Miranda (1938a), era educar, com vistas ao desenvolvimento físico, intelectual e moral. Nesse sentido, a educação física, os jogos, os jornais e os clubes eram conteúdos utilizados para "integrar a criança de hoje na comunidade de amanhã". E intimamente ligada à educação, a terceira finalidade era a recreação "com seu programa de música, teatro, coral, desenho, *carpintaria, marcenaria, modelagem, bordado, tricô, costuras*, festivais e excursões educativas" (1938a, p.21 – grifo meu).

Fig. 33. Assistência Médica



Fig. 34. Encaminhamento do menor ao trabalho



Percebe-se aqui que as atividades desenvolvidas nos programas de lazer para os operários também tinham como objetivo preparar para o trabalho, já que os ofícios de carpinteiro, marceneiro, costureiro etc., eram exercidos, na sociedade do capitalismo industrial, pela classe trabalhadora. E isto expressa que nem no lazer os setores populares tinham ingresso à cultura universal, ao conhecimento elaborado e ao esclarecimento. Pelo contrário, é possível observar como a educação nestes espaços é promovida no sentido de instrumentalizar e adequar a classe operária à sua função social na produção.

Com efeito, estava previsto aí um projeto de educação popular. Um programa que estendia as funções da educação para além do acesso específico à instituição escolar, garantindo o cuidado e a instrução das crianças pequenas e, ao mesmo tempo, promovendo a disciplina e a educação moral e física necessárias aos futuros cidadãos. Assim, as primeiras propostas de lazer para a classe trabalhadora em São Paulo parecem ter nascido junto aos espaços oficiais criados para a recreação infantil que começam a proliferar na cidade em detrimento do ócio e das atividades lúdicas vivenciadas na rua e no ambiente doméstico. Inicialmente voltados à educação da infância, ampliam-se posteriormente para a formação de jovens trabalhadores e de toda sua família, buscando cooptá-los por meio da tutela (atendimento médico, dentário, alimentação, aulas sobre civismo) e supervisioná-los através da administração de suas formas de diversão. Ao mesmo tempo, promoviam e veiculavam, incessantemente, novos hábitos e saberes a respeito do descanso e do convívio social, modificando as feições de uma classe que, extremamente explorada, brutalizada e até então desprovida de qualquer participação na cultura elaborada, estava sujeita a ser controlada e disciplinada pelos conteúdos recreativos ali desenvolvidos, dominada pela autoridade dos conhecimentos científicos e, portanto, modelada pela configuração de uma nova subjetividade.

Por outro lado, é preciso discutir as contribuições que as políticas de lazer trouxeram para a implementação de iniciativas públicas supostamente voltadas ao interesse da classe trabalhadora. Na tentativa de ratificar os efeitos e a importância dos Parques Infantis em São Paulo, Nicanor Miranda questionava o desrespeito da educação escolar em relação ao jogo, ao lúdico e às necessidades corporais da criança. Para ele, o único lugar que propiciaria à criança essa experiência, justamente porque tinha o objetivo de entretê-la e educá-la por meio da recreação e da brincadeira, era o Parque Infantil, lugar ideal para o seu desenvolvimento.

Ana Lúcia Goulart Faria (1993), em uma interessante pesquisa sobre o Departamento de Cultura e os Parques Infantis na cidade de São Paulo, aposta nesta compreensão. Na verdade, ao estudar as representações sobre a infância, a educação, a arte e a cultura na obra e na produção intelectual e política de Mário de Andrade durante sua gestão nesse Departamento (1935-1938), revela que os Parques Infantis, por ele idealizados, constituem um avanço substancial em termos de políticas sociais para a infância naquele período. Recuperando a história da criança proletária no Brasil, demonstra o quanto ela sempre esteve alijada dos direitos básicos, como educação, proteção e diversão e que os Parques Infantis significaram uma conquista importante no sentido de que, através da arte e da brincadeira, essa criança tinha então a possibilidade de produzir cultura.

Portanto, defendendo a idéia de que apesar dos Pls e do próprio DC servirem para disciplinar o lazer da classe operária, ele também garante o direito ao tempo livre através do espaço público planejado para esse fim. Destacando a criança em idade pré-escolar, esse direito ainda assume maiores proporções, pois a recreação planejada, observada e estudada pode ser entendida como uma forma de garantir o direito à própria infância (já que, em se tratando de classe operária, essa situação - a situação infantil, o direito de ser criança - não existe) (Faria, 1993, p.48).

Se considerarmos a sociedade paulistana, que se industrializava e reorganizava seus tempos e espaços, é possível dizer que os Parques Infantis significaram uma conquista para a participação e apropriação do espaço público pelos trabalhadores. Também é verdade que, até mesmo enquanto assistência, tais iniciativas têm lá sua validade, pois temos conhecimento de que as condições de subsistência da classe operária eram das piores. Por outro lado, é preciso compreender que a educação ali desenvolvida vinha carregada da ideologia burguesa e que atendia aos seus interesses no processo de definição de um padrão cultural de identidades. Fora isso, sabemos que as propostas governamentais, em geral, estão envolvidas aos interesses das classes dominantes e, sobretudo, que o Estado capitalista controla a vida privada da população. Assim, não podemos entender a discussão sobre o direito à educação apenas no plano das carências.

Além do mais, observando quem são os leitores e ouvintes dos discursos oficiais como o do Sub-prefeito de Santo Amaro e de Nicanor Miranda, percebe-se que eles falam para um público que participa do poder. Eram políticos, empresários, comerciários, bancários e todos faziam parte das classes dominantes que não só exerciam

sua hegemonia sobre as práticas sociais da população, mas inclusive financiavam as próprias iniciativas públicas. Isso significa que as políticas públicas de lazer em desenvolvimento teriam de ser úteis às próprias camadas dominantes; primeiro porque poderiam protegê-las da violência e da mendicância praticadas pelas "classes perigosas", uma vez que estas estariam muito bem assistidas e longe do convívio refinado do universo burguês; segundo que no lazer a educação promovida estaria (con)formando a classe trabalhadora à sua tarefa e ao seu lugar na vida em sociedade; e terceiro porque a prática organizada dos lazeres poderia ser muito conveniente à produção e reprodução do capital, visto que a fruição "adequada" do tempo livre era imprescindível para a preparação e reposição da força de trabalho. Nessa perspectiva, os conteúdos da aprendizagem no lazer eram planejados e realizados de acordo com uma preparação antecipada das atividades laborativas, ainda que em níveis evasivos de instrumentalização.

(...) nos Parques as crianças também "trabalham". São elas que organizam os clubes, que dirigem os jornais, que ilustram os programas das festas, que confeccionam brinquedos e materiais de jogos, que elegem bibliotecários, capitães, redatores de jornais, que ajudam a armar e instalar os pequenos palcos onde realizam as suas representações teatrais (Miranda, 1938a, p.21).

Nos centros de recreio da cidade de São Paulo, o aprender era sinônimo de agir, isto é, além das idéias e da formação de uma nova subjetividade, a apreensão de atitudes e de diferentes formas de conduta também era objeto de educação, desde que consonantes com as demandas da lógica produtiva. E embora visasse configurar uma nova postura e uma mentalidade de largo alcance ideológico em termos de projeto de sociedade, a educação proposta no período para estes parques públicos era, na verdade, extremamente pragmática. Enquanto estratégia, não apresentava uma clara preocupação com o futuro, mas sim com a vida imediata, com as carências e as reais urgências da criança e da sociedade. Ao contrário, a formação no lazer buscava dotar os indivíduos de habilidade, discernimento e objetividade para dominar a si mesmos e administrar sua vida. Aqui, mais uma vez, os programas de Parques Infantis se assemelhavam aos intuitos da Escola Nova, pois para esta, a aprendizagem é justamente o resultado de um processo ativo de reação ao confronto entre os desejos humanos e as normas sociais e morais.

Descrevendo o percurso e a dinâmica da aprendizagem, Teixeira (1933) afirma que, em um primeiro momento, ocorre a seleção das ações apropriadas e depois o armazenamento, muito bem organizado, do conjunto de reações, valores e experiências que

vão se cristalizando na memória.¹⁰⁴ Não é sem razão que a primeira fonte de aprendizado, tanto para os centros de recreio como para a escola, constituía-se das necessidades físicas das pessoas. A higiene e a alimentação faziam parte de um programa que visava proporcionar o "ambiente adequado" para que as crianças percebessem suas próprias carências, desejos e possibilidades. Estava previsto aí um projeto político e pedagógico que, aparentemente sustentado pelo discurso da construção da autonomia, na essência, promovia o individualismo e reafirmava a proteção e a tutela.

Isto porque, segundo o mesmo autor, a natureza humana tende, normalmente, à realização de si mesma e, para isso, basta que o homem saiba autogovernar-se, assumindo direta e integralmente a responsabilidade de seus atos. Mas esta realização, na medida em que submete os indivíduos a um processo de acomodações contínuas, uma vez que a realidade também se transforma constantemente, exige, em contrapartida, disciplina, método, controle de si mesmo e do meio ambiente, bem como esforço e determinação próprios enquanto elementos essenciais ao progresso e à marcha natural do saber e do aperfeiçoamento. Tenacidade, paciência, tolerância e sacrifício são as virtudes que se revelam pelo desenrolar gradual da natureza humana. "Daí concluir que, dado o meio normal ou favorável, o homem se desenvolve correta e harmoniosamente" (p. 7).

A idéia de uma educação integral antes prevista no Plano Nacional de Educação também aparece nas propostas dos centros de recreio através das finalidades buscadas com as atividades implementadas: o desenvolvimento físico, moral e intelectual, o atendimento às carências da família e da criança (assistência médica, dentária e alimentar) o oferecimento de determinados serviços técnicos como a orientação cívica e patriótica associado aos resultados das pesquisas e das fiscalizações realizadas, o programa de recreação, que representava a presença da alegria e fazia propaganda da "verdadeira" e valiosa educação infantil, desencadeando um certo "mito da infância feliz", etc. Além disso, o projeto de nacionalização da classe operária, que visava a consolidação de sonhada identidade cultural, visto que grande parte da classe trabalhadora paulistana era constituída de imigrantes e estrangeiros, também respondia aos interesses da educação no plano

¹⁰⁴ Para Teixeira (1933), o fator que distingue o homem do animal é a memória: sua capacidade de armazenar informações e experiências que devem ser registradas, recordadas e depois ampliadas. O ato de recordar ainda é comparado muito mais ao exercício da fantasia do que da inteligência, uma vez que a ele estão vinculados o prazer e o deleite, sensações experimentadas através do lúdico, que antes estava restrito somente ao ócio e aos usos do tempo livre como possibilidade de fuga do real.

político geral. O fortalecimento do sentimento nacionalista reafirmava, porém, o caráter preconceituoso, corporativista e autoritário da formação moral desejada.

Por outro lado, as idéias lançadas pela educação e pela recreação na década de 1930 também impulsionam uma importante discussão no âmbito do poder público. Ainda que no plano abstrato da neutralidade, as questões da educação e da cultura adquirem o estatuto jurídico, embora só mais tarde tenham sido garantidas por lei, como foi o caso da educação e do lazer como direitos humanos. Nesse momento, a relação entre educação e sociedade será explicitada e situada abertamente como uma prática social submetida à estrutura de classes. E sendo assim, a educação corria um sério risco, como aconteceu, de continuar atendendo aos interesses da classe dominante.

A importância que ganha o serviço público e a participação do Estado no financiamento das políticas de lazer também se associam aos propósitos escolanovistas. De um lado, a tutela e o Estado protecionista e, de outro, a certeza e a exclusividade na direção pedagógica dos setores populares. Enquanto ofereciam seções de especialização e a possibilidade de frequentar cursos e acessar a aprendizagem por ofícios, nos centros de recreio, a educação será desenvolvida como estratégia de conformação da classe trabalhadora a um determinado lugar no mundo da produção, isto é, como força de trabalho livre, preparada e disposta para ser comercializada no mercado industrial e capitalista.

Sem dúvida, o aspecto que mais chama atenção na relação entre as políticas de lazer e as propostas da Escola Nova diz respeito à perspectiva técnica e profissionalizante contida na educação voltada à classe operária paulista. O princípio de que a escola deveria ser garantida até os dezoito anos e que as pessoas poderiam escolher a formação no campo da indústria e do comércio implica que, para as camadas populares, essa oportunidade não significava opção, mas necessidade, tendo em vista que as condições da produção de sua existência estavam submetidas a um trabalho que começava desde cedo e que envolvia toda a família, homens, mulheres, jovens e crianças. Fora que, com o pouco estudo que lhes era oferecido, somado a uma formação cultural operária, a possibilidade que lhes restava era o enfrentamento do trabalho manual como mão-de-obra para as indústrias que se desenvolviam naquele contexto.

Nos discursos sobre os centros de recreio, a educação e a formação da classe trabalhadora também são frequentemente reafirmadas no sentido da preparação para o trabalho, afinal, os papéis sociais deviam ficar bem claros. Além disso, entre um e outro pronunciamento público, a própria classe trabalhadora precisava ser convencida de que

buscar uma alternativa viável e cientificamente orientada para dispor de seus lazeres, para entreter-se, educar-se, disciplinar-se e adaptar-se era a possibilidade de participar da vida cultural. Assim, a educação da classe trabalhadora em São Paulo nos anos trinta parece não ter ocorrido, predominantemente, dentro da escola, mas sim nos Parques de Jogos e noutros logradouros públicos, com seus equipamentos, programas e atividades criados e implantados pelas políticas de lazer. É aí que os espaços de lazer tornam-se um *locus* privilegiado de educação da classe trabalhadora. Vejamos mais alguns indícios.

Com a organização do Departamento de Cultura e a fundação da Divisão de Educação e Recreio, foram criadas três seções responsáveis pelos divertimentos e pelas políticas municipais de lazer. A seção de Estádio, Campos de Atletismo e Piscinas, destinada "aos adolescentes e adultos operários, para que tivessem oportunidade nas suas horas de lazer de dedicar-se à educação física, aos jogos e aos esporte",¹⁰⁵ foi idealizada como complemento necessário e indispensável da recreação infantil. Mas a escassez de terrenos municipais e o custo vultuoso das obras, segundo as autoridades, inviabilizavam a realização de inestimável serviço, cuja finalidade tinha um incalculável alcance social.

Assim, a primeira medida foi estabelecer que os novos Parques a serem construídos não fossem Parques Infantis, mas Parques de Jogos. Não teriam instalações que se destinassem somente às crianças, mas aos jovens, sobretudo se trabalhadores. Com base na observação diária, os gestores de tais programas percebiam que nos primeiros as crianças entravam pequenas e saíam com doze, treze anos, idade em que a maioria interrompe "sua vida de time, a sua vida do grupo, a sua verdadeira vida social",¹⁰⁶ para começar a trabalhar. Aí então os jovens ficavam privados de receber a assistência e a educação necessárias ao seu desenvolvimento moral e físico, bem como dos benefícios que a atividade recreativa orientada poderia lhes oferecer. Em 1938, dirigindo-se ao Conselho Diretor do Rotary Club de São Paulo, Nicanor Miranda indagava:

Mas porque deverá o Estado cuidar só da vida da criança? O adolescente e o adulto não serão por ventura membros da comunhão social? Não lhe prestam serviços? Não serão os adolescentes operários, os homens de amanhã, que bem ou mal integrados na sociedade constituirão a massa de trabalhadores da Nação? Porque não integrá-los bem, proporcionado-lhes quanto antes, os meios e os

¹⁰⁵ Miranda, Nicanor. Os clubes de menores operários. *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, v. 48, 1938b, p.81

¹⁰⁶ *Idem*, p.82.

recursos para que venham a ser profissionais aptos, cidadãos nobres e dignos das suas funções na coletividade?¹⁰⁷

Neste mesmo ano, a cidade de São Paulo passaria a computar o número de três parques de jogos, cuja dinâmica de funcionamento era a seguinte: durante o dia até as 18:00h funcionavam os Parques Infantis e depois das 18:30h, os Clubes de Menores Operários. Estes parques localizavam-se nas zonas mais afastadas e nos bairros mais populosos, onde geralmente moravam operários, como na Lapa, em Santo Amaro e no Pedro II. Dois meses depois foram criados os Parques da Barra Funda e do Cambucí e, em 1941, a cidade já contava com outros cinco desses parques: Braz, Móoca, Ipiranga, Tatuapé e Vila Romana. Nestes, além do planejamento adequado das atividades físicas, havia também um programa de recreação com festivais, acampamentos, excursões e viagens, destinados às crianças acompanhadas dos pais, bem como aos jovens acima de 13 anos que, segundo o Código de Menores em vigor no período, já podiam começar a trabalhar.

Na exposição de Nicanor Miranda acerca dos Clubes de Menores Operários aos Senhores Rotarianos paulistas em 1938, fica transparente a sua intenção em demonstrar a necessidade de se abarcar, sobretudo, os menores trabalhadores, porque estes já representavam uma cota significativa da força de trabalho disponível no mercado da livre concorrência. Nas indústrias de grande porte e nas fábricas mais modernas, era fundamental ter, entre os trabalhadores, jovens preparados para uma labuta exigente de energia, disposição e vitalidade. E se com 14 anos os menores já podiam trabalhar, então era preciso que estes fossem educados para produzir e contribuir com a nação de acordo com sua posição na escala social. Portanto, para esses jovens, que formavam a mola propulsora da civilização, era necessária uma educação específica e adequada às exigências do trabalho e da indústria.

Não é à toa que o conteúdo das atividades desenvolvidas nos Clubes de Menores Operários ocorria em estreita correspondência com as demandas da produção. A rotina seguia a seguinte lógica: quando chegavam, após o expediente, dedicavam-se às atividades tranquilas, como jogos de mesa e reuniões das comissões esportivas, durante as quais resolviam sobre os desafios que recebiam dos clubes de fora. Nessas reuniões, ainda

¹⁰⁷ *Ibidem.*

Fig. 35. As viagens e excursões como atividades de lazer nos Clubes de Menores Operários



Fig. 36. Os acampamentos e a filosofia dos escoteiros mirins



trocavam correspondências, faziam leituras e tinham aulas teóricas sobre jogos e palestras proferidas pelos instrutores físicos sobre civismo, moral e comportamento social (Miranda, 1938b). Decorrido esse tempo, iniciavam-se as aulas de educação física, seguidas de treinos específicos de jogos, modalidades esportivas e atividades atléticas que serviam de preparação e estímulo aos torneios e competições com outros clubes. Com essas atividades, buscavam desenvolver nos menores a educação, o espírito de solidariedade, a cooperação e a fraternidade.

Os jogos amistosos vieram demonstrar um aspecto inédito do trabalho. Devido à rigorosa e severa disciplina esportiva, baseada antes de tudo na educação moral e social dos menores, os jogadores desafiantes comportam-se de forma realmente digna de admiração, obedecendo a um admirável espírito de lealdade. Este é, aliás, um dos pontos básicos da nossa orientação, aquele em que nenhuma benevolência é permitida, nenhuma condescendência é tolerada, nenhuma concessão é feita (Miranda, 1938b, p.82).

O estímulo aos torneios esportivos, porém, parece ter um outro significado no processo social. Embora contassem com o argumento sobre a promoção da solidariedade, da lealdade e do caráter, sabemos que na base material a condição era bem outra. Como desenvolver a solidariedade e a lealdade se a desigualdade econômica era explícita e cruel? Fora que o mercado era extremamente concorrido, pois havia muito mais operários desempregados que o número de vagas disponíveis. E estando o conjunto dos trabalhadores submetidos a condições inumanas de subsistência, em que sentido se desenvolveriam seus valores e seus interesses? Com certeza eram opostos aos da classe dominante, pois para esta a manutenção do poder e a conformação da sociedade à lógica capitalista era justamente o desejado. O problema é que a promoção de valores como a tolerância, a cooperação e a solidariedade não levavam em conta a disparidade das condições sociais e a desigualdade econômica, política e cultural existente no bojo da sociedade. Então, a perspectiva da neutralidade, da não condescendência e da tolerância tinha, portanto, na sua aparência o fenômeno da conciliação de classes, da integração e da comunhão social.

E isso tudo ainda contava com a colaboração da ciência. A experiência dos Clubes de Menores Operários tornara-se, também, um admirável campo de pesquisa e serviço social. As equipes da prefeitura da capital fiscalizavam e realizavam, frequentemente, estudos sobre o comportamento dos meninos, preferências, hábitos de

estudo, alimentação, entre outros, a fim de melhor conduzir as atividades que ali seriam desenvolvidas. "Já foram iniciados alguns inquéritos e pesquisas destinados a um conhecimento melhor e mais profundo do pequeno operário, do ponto de vista físico, mental, econômico e social" (Miranda, 1938b, p.83). Além destes, outras investigações a respeito dos escritores prediletos e das superstições dos menores também foram realizadas.

O fato é que mantendo diariamente uma programação de jogos, educação física, educação moral e cívica, passeios, festivais e excursões, nos Clubes de Menores Operários, os jovens aprendiam a conviver juntos e a se reconhecer como iguais, já que uma das características dos freqüentadores era a múltipla nacionalidade. Mas situando o problema desta forma, fica parecendo que no centro de recreio os trabalhadores tinham a possibilidade de abstrair a carga de subordinação que viviam no trabalho, para finalmente serem livres durante os momentos de lazer. Evidentemente, não foi esse o sentido do processo social. Não obstante alguns avanços relativos à questão da infância,¹⁰⁸ o tempo livre dos trabalhadores, em sua maioria, era ocupado na dinâmica do capital, seja na reposição da força de trabalho, na jornada de produção, na troca, circulação ou consumo. Nos momentos ainda disponíveis para o ócio e as experiências lúdicas espontâneas, um novo conjunto de atividades lícitas e úteis, de espaços recreativos e de divertimentos orientados foi substituindo e modificando os hábitos de diversão da população. Os Parques Infantís e os Clubes de Menores Operários cumprem, assim, um papel fundamental.

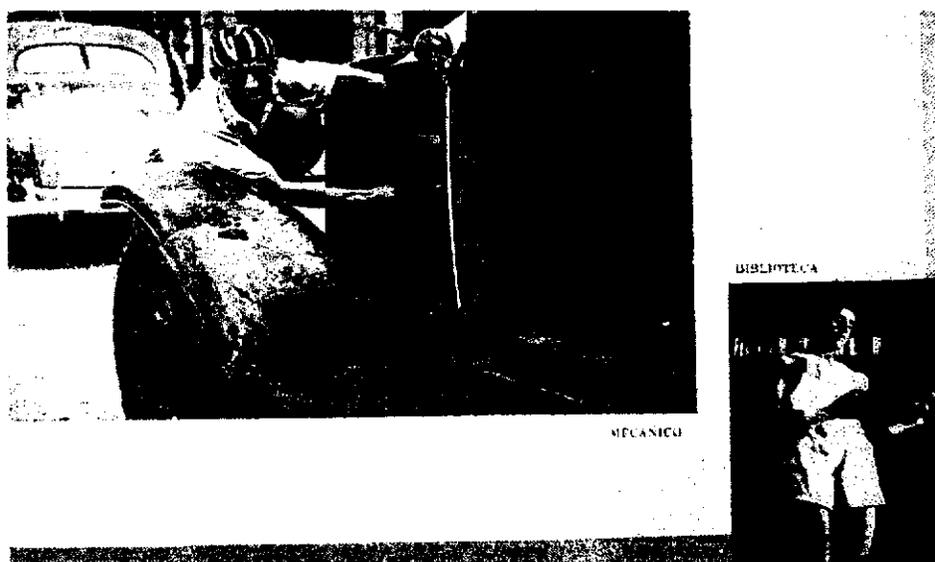
Porqué os "Clubes de Menores Operários" não visam tão somente, como julgam muitos, a educação física da juventude trabalhadora de São Paulo. A sua finalidade é mais precípua, mais ampla, mais universal. Eles visam criar uma personalidade vigorosa no adolescente operário, uma personalidade cuja expressão seja originada da prática dos jogos, dos esportes e do cultivo de certas formas de arte. É seu objetivo, ainda, o *aumento da capacidade e melhoria do trabalhador profissional*, a educação higiênica, o aperfeiçoamento da vida mental do adolescente, a formação de hábitos morais e a elevação da consciência cívica dos moços (Miranda, 1938b, p.84 – grifo meu).

¹⁰⁸ No seu estudo, Ana Lúcia Goulart de Faria (1993) chama-nos atenção para a ausência de jogos e brincadeiras nas instituições voltadas para as crianças pobres, mostrando a importância que adquire a política cultural desenvolvida nos Parques Infantís, não só para a educação infantil, mas para a possibilidade de a criança produzir cultura.

Fig. 37. Os menores trabalhadores e o lazer



Fig. 38. O mecânico e sua educação nos Clubes de Menores Operários



A necessidade de regulação e de gestão dos usos do tempo livre explicita, dessa maneira, que a finalidade da criação dos clubes destinados aos menores operários era a de qualificá-los para que se adequassem ao sistema capitalista de produção como trabalhadores livres que, por sua vez, deveriam estar preparados para contar com suas próprias forças no concorrido e competitivo mercado de trabalho. Em decorrência da divisão social do trabalho, a formação técnica e profissionalizante¹⁰⁹ também estava se dando através da recreação e do lazer organizados como estratégia de definição do papel social a ser cumprido pelos trabalhadores no contexto da produção. A cooptação da classe trabalhadora pelo tempo livre e pelo lazer significou, neste momento, a possibilidade de controle objetivo e subjetivo, ao mesmo tempo que garantiu, por meio das condições concretas de existência e da ideologia, a manutenção da desigualdade social e da dominação de classe.

Dessa forma, verifica-se que a implementação das políticas públicas e sociais de lazer, na década de 1930 em São Paulo, significou a criação de espaços de formação que, concentrados e controlados pela administração e gestão municipal, arcam com os interesses do Estado burguês e da sociedade industrial e capitalista. Isto é, se antes o tempo livre era ocupado ao sabor do ócio e das atividades relacionadas ao descanso e à diversão, longe das pressões políticas, das orientações científicas, da disciplina e da supervisão – por isso mesmo tidas como possibilidade de subversão – no processo de institucionalização do lazer, os usos do tempo livre passam a ser disciplinados, controlados e submetidos ao crivo da razão técnica e das finalidades utilitárias das classes dominantes, bem como instrumentalizados com vistas à produção e reprodução do capital. Assim, é possível afirmar que a *invenção do lazer* na cidade de São Paulo colaborou com o processo de construção de uma nova subjetividade e inaugurou um modelo típico de ocupação do tempo livre que, por meio de atividades lúdicas e artísticas, passeios, jogos e experiências culturais orientadas pelos padrões da lógica produtiva, educou a classe trabalhadora desta cidade para que esta se conformasse e se adaptasse à nova divisão social do trabalho, incluindo-se à produção da vida social como classe explorada e oprimida.

Mas o processo da *invenção do lazer*, entendido como a sistematização, selecionamento e institucionalização de atividades lúdicas e lícitas controladas pelo capital,

¹⁰⁹ Segundo Gaudêncio Frigotto (1995), historicamente, na perspectiva da classe dominante, a educação dos trabalhadores tem em vista habilitá-los técnica, social e ideologicamente para o trabalho. Ou seja, "trata-se de subordinar a função social da educação de forma controlada para responder às demandas do capital" (p.26).

não se refere somente à classe trabalhadora. No caso da burguesia urbana e industrial, a classe proprietária e detentora dos meios de produção, a vivência do tempo livre como lazer deu-se, porém, de maneira bem diferenciada. Enquanto os centros de recreio municipais eram oferecidos à classe operária com vistas à experiência organizada das atividades do tempo livre e à disciplina de suas práticas sociais, a burguesia criava seus próprios espaços de lazer como forma de demarcação, identificação, ostentação e dominação de classe. São inúmeros os exemplos de clubes, jôqueis, cabarés, casas de jogos, pequenos autódromos e aeroclubes já existentes na cidade desde a década de 1920, ambientes profícuos para os filhos ociosos das famílias burguesas ocuparem seu tempo livre sem maiores preocupações com a vida produtiva ou com a labuta cotidiana. Associados aos valores da indústria cultural, o lazer da burguesia também sujeitava-se à classe dominante ao processo de *fetichização* e alienação social, na medida em que os desejos e as necessidades insaciáveis criados pelo capital coagem na direção da apropriação intermitente de signos e significados imbuídos de fragmentações e orientações comerciais e mercadológicas, ou seja, destituídas de processos societários de humanização.

Dessa forma, ao passo que nos clubes requintados da burguesia paulistana o lazer contribuía para a definição de um modelo hegemônico de comportamento, configurando um universo em que as pessoas, domadas pelo fascínio do mundo da mercadoria, poderiam se apropriar dos bens culturais e fruir de seu tempo livre conforme os ideais mais modernos e civilizados, nos centros de recreio voltados ao lazer da classe operária, as experiências culturais os conformavam ao mundo do trabalho e ao processo de exploração. Nesse sentido, o lazer foi se tornando a principal estratégia de sedução e de cooptação da população à sociedade burguesa: de um lado, através da indústria cultural, da homogeneização dos gostos e dos costumes, do incentivo ao consumo e da definição de um padrão cultural de identidades; de outro, por meio da política, do assistencialismo, da tutela e da educação da classe trabalhadora, cuja finalidade, como vimos, era a formação para o trabalho. É possível afirmar, portanto, que o lazer, como tempo/espaço de organização da cultura, como prática social articulada aos valores e objetivos de uma instituição que na sua constituição se define de forma desigual para as diferentes classes, responde, hegemonicamente, aos interesses das classes dominantes e da ordem social estabelecida.

De acordo com os limites desta pesquisa, não foi possível saber até que ponto a classe trabalhadora incorporou e subverteu essa lógica de controle e dominação prevista para os centros de recreio e para os espaços lazer que começam a se proliferar na cidade.

Sabe-se, no entanto, que na produção material e cultural de sua própria existência, os trabalhadores manifestam suas indignações e constroem mecanismos de resistência às imposições da lógica dominante. Além do mais, em todas as esferas da vida humana existem contradições, a partir das quais os homens encontram alternativas para a criação, a conscientização e a insubordinação direta e indiretamente dirigida ao capital e, portanto, a possibilidade de que o lazer também seja um espaço de humanização ou até mesmo de emancipação não pode ser rejeitada. O que desejo reafirmar aqui é a capacidade de autodeterminação dos sujeitos, sobretudo diante do lazer. Mas é preciso, sempre, considerar as condições objetivas historicamente construídas e determinadas a estes mesmos sujeitos.

O fato é que alterava-se o rendimento do trabalho, as famílias e os lares deixavam de ser o núcleo central das relações, da aprendizagem, dos divertimentos, a cidade crescia em tamanho e multiplicava suas funções, assim como a própria noção de liberdade tomava novas proporções. Em substituição às funções até então restritas à família e ao meio social, a escola e os centros de recreio passam a responder, hegemonicamente e cada um a seu modo, aos interesses dos grupos dominantes, ajustando cada uma das classes sociais atendidas à ordem dos tempos modernos, tendo elas, porém, tarefas bem definidas no interior da produção e da vida social.

Para os feitos da educação da classe trabalhadora, cumpriu uma importante função a escola, justamente porque se apresentava de forma dualista e com perspectivas de formação distintas para as diferentes classes. Enquanto os renovadores buscavam adeptos para suas teorias, visando convencer a opinião pública sobre a necessidade da formação do caráter e da consolidação de uma cultura nacional, procuravam dar legitimidade ao projeto de modernização do país, que deveria ocorrer através da educação, da ordem e do progresso. Não é por acaso que, em um discurso pronunciado no encerramento da *V Conferência Nacional de Educação*, em 1933, na cidade de Niterói, Rio de Janeiro,¹¹⁰ Fernando de Azevedo ratificava a necessidade de uma política de renovação escolar, uma vez que os problemas postos pela realidade não comportavam mais uma postura mítica e pouco objetiva diante das situações e das contradições sociais. Eles exigiam, pelo contrário, uma atitude segura realista, corajosa e criteriosa que, para o autor, somente a

¹¹⁰ Cf. Azevedo, Fernando de. *A educação e seus problemas*. In Azevedo, Fernando de. *Obras Completas*, v.8, 1952, p.15-22.

escola poderia oferecer aos indivíduos, uma vez associada à ciência e ao desejo dos jovens pelo desenvolvimento do espírito curioso, de exame, de pesquisa e de revisão.

Esta preocupação com as demandas imediatas postas pela sociedade em mudança referia-se, porém, à urgência em adequar as classes sociais e harmonizar as diferenças econômicas, políticas e culturais. Tratava-se de convencer, sobretudo a classe trabalhadora, que sua educação deveria voltar-se à preparação para o trabalho, tendo em vista a precariedade de suas condições de existência e sua dependência quanto ao trabalho assalariado. Fazendo um discurso positivista e parcial da educação, os renovadores exigiam a delimitação de um novo perfil de homem, de formação humana e, portanto, uma nova teoria educacional que promovesse a exaltação do indivíduo e que respondesse aos anseios juvenis de forma compreensiva e responsável. Na escola, a personalidade humana deveria ser reconhecida, respeitada e situada como eixo central da instituição e de sua organização. E dessa forma, a escola seria o espaço da formação do novo homem, só que destinada a uma formação dual, excludente e discriminatória em relação às diferentes classes sociais.

Juntas, a escola e a formação pedagógica forneceriam as condições subjetivas para que o homem pudesse integrar-se e conformar-se à nova realidade, colaborando para o bom funcionamento da sociedade. Porém, a simples mudança no campo escolar, como vimos, não era suficiente. Tornava-se fundamental adotar uma postura racional e controlada diante do tempo livre e das experiências culturais, bem como adquirir certos hábitos e disciplinar o comportamento enquanto reflexo da autoconsciência. Sob um ponto de vista liberal e burguês, a educação a ser desenvolvida nos centros de recreio, na esteira da formação escolar, aparece como possibilidade de participação cultural, mas na verdade, representa, ao contrário, uma forma de dominação efetuada através de discursos e ações que ofuscam a realidade, mascarando também o movimento contraditório das classes sociais e a disputa por interesses antagônicos. Ao explicar a história de forma progressiva e linear, a educação voltada à classe operária nos centros de recreio e nas experiências culturais, decretava sua menoridade racional, ao mesmo tempo em que justificava a necessidade de instrução como estratégia de moralização, instrumentalização, cooptação, controle e, portanto, conformação.

Por essa razão, a formação cultural e a educação seriam centrais na consolidação da cultura nacional e na constituição de homens adaptados às exigências da civilização contemporânea. Somente a formação cultural e a educação poderiam

garantir o progresso material, a ser desenvolvido dentro da ordem social, tirando a maioria da população desorganizada e anárquica, produzindo cidadãos ordeiros e produtivos, capazes de conformarem-se à estrutura social existente, de internalizarem os valores morais e as exigências da civilização, enfim, de autodominarem seus próprios impulsos e emoções (Pagni, 2000, p.61).

A presença dos ideais do liberalismo na educação da década de 1930, reafirma o princípio do contrato social e o amplia para outras questões de ordem moral, intelectual e pedagógica. Isto significou a construção de uma concepção de sociedade livre, igualitária, fraterna, constituída de homens tolerantes, sensatos e capazes de, por meio da razão e do juízo esclarecido, abdicar de seus desejos imediatos para colaborar com o desenvolvimento da nação. É nessa direção que os centros de recreio aparecem, ou seja, como propostas pedagógicas consonantes aos modelos racionais e produtivos de modernização. Quando tece críticas à escola, o idealizador dos Programas de *Parques de Jogos* da cidade de São Paulo, Nicanor Miranda está, na verdade, questionando o modelo tradicional e, ao mesmo tempo, defendendo as perspectivas educacionais previstas pela Escola Nova. E ainda que o discurso escolanovista tenha nascido como um movimento direcionado à escola, ele tinha a ambição de orientar a formação cultural também para fora dela e, por isso, é absorvido pelas iniciativas públicas de lazer na cidade. Assim, o sentido da formação a ser realizada no lazer voltado à classe operária era conduzir os trabalhadores para que se adequassem à ordem social vigente, bem como fundamentar a ação política das classes dominantes para que se perpetuassem econômica e culturalmente no poder.

Sobre a formação cultural, depois disso, fica evidente o quanto os interesses educacionais previstos e aclamados pelos intelectuais da Escola Nova são ratificados pelos defensores dos inúmeros centros de recreio que começam a surgir a partir de então. Já que a classe trabalhadora nem sempre tinha acesso à escola, sua formação poderia se dar em outros espaços. Depois de institucionalizado, o lazer, como atividade sistematizada e orientada para a disciplina de si mesmo, para a administração útil e ocupação saudável do tempo livre, para o controle das práticas sociais e para a difusão da ideologia e do projeto burguês de sociedade, constitui-se como um novo tempo/espaço de organização da cultura que, contraditoriamente nascido das tensões entre capital e trabalho,¹¹¹ revela sua capacidade de conformação e reprodução, mas também expressa suas possibilidades de educação, conscientização, subversão e transformação de práticas, idéias e valores.

¹¹¹ Cf. Mascarenhas, Fernando. *Lazer e grupos sociais: concepção e método*, 2000.

Entendida a educação como sistema de idéias, valores, saberes e formas de ensino e aprendizagem social, desenvolvidas em função das condições econômicas, políticas, sociais e culturais que historicamente determinam a sociedade, é possível dizer que, do projeto educacional previsto para as diversas instituições sociais neste período, o lazer se configurou como um *locus* de formação para as diferentes classes sociais. No caso da classe trabalhadora, ele se apresentou através dos programas de *Parques de Jogos* criados na década de 1930 na cidade de São Paulo. Lá, as atividades desenvolvidas foram fiscalizadas e orientadas para que os trabalhadores disciplinassem seu tempo livre e, assim, pudessem se adaptar física e mentalmente à lógica da sociedade capitalista. Sobre isso, é possível dizer ainda que o lazer, criado através da negação do ócio e das atividades do tempo livre do trabalhador, torna-se uma instituição em que determinadas práticas de diversão ganham legitimidade e permissão porque eram lícitas do ponto de vista da preparação e reposição da força de trabalho e consonantes com a ideologia da sociedade industrial.

Nesse sentido, fica claro também que as propostas pedagógicas inauguradas pelo ideário escolanovista são acompanhadas *pari passu* pela implementação e desenvolvimento dos projetos educacionais previstos para os espaços públicos e equipamentos específicos de lazer, onde deveriam se desenrolar organizada e harmoniosamente as atividades lúdicas infantis, a recreação operária e os divertimentos familiares da classe trabalhadora paulistana. Essa formação cultural, dirigida à operação de novas bases ideológicas e à construção da subjetividade burguesa, inseriu o lazer como tempo/espço de educação dentro das modernas perspectivas de dominação do capitalismo brasileiro e mundial. Baseado na desigualdade de condições sócio-culturais e na constituição de uma identidade promovida pela indústria cultural, o lazer será retomado nas décadas posteriores como uma instituição propícia para a difusão e a conformação às novas ideologias e para a criação de novos desejos e necessidades inventados pelo capital para serem incorporados à vida cotidiana. Dessa forma, o lazer torna-se um dos principais instrumentos de educação para a afirmação e manutenção da sociedade de classes.

Fig. 39. Os menores trabalhadores e o lazer na cidade de São Paulo

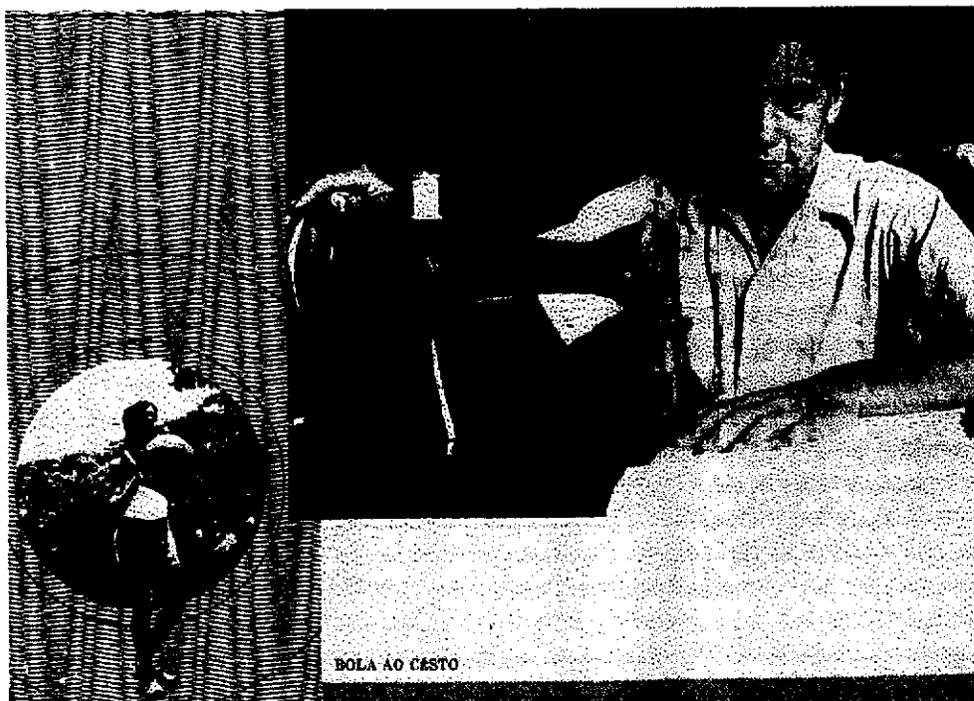


Fig. 40. O sapateiro e o engraxate nos Clubes de Menores Operários



SAPATEIRO



PING



ENGRAXATE

NATAÇÃO

Fig. 41. O Jornaleiro



JORNALEIRO

OS CLUBES DE MENORES OPERÁRIOS

Prefeitura do Município de São Paulo

Prefeito: Dr. Francisco Prestes Maia

Departamento de Cultura / São Paulo - 1943

Elaborado e organizado sob direção de Nicanor Miranda

Chefe da Divisão de Educação e Recreio

Fotografias de Alceu Maynard Araújo

Instrutor do Clube de Menores Operários D. Pedro II

Divisão do Arquivo Histórico da Prefeitura de São Paulo

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O lazer não é um fenômeno que sempre existiu na história da humanidade. Ele não aparece continuamente nos diversos momentos, épocas e situações históricas e nem sempre se manifestou como algo circunscrito a um tempo, a um espaço, ou a atividades que lhe conferissem qualidades próprias, como o concebemos hoje. Ao contrário, o lazer me parece expressão de um contexto específico, que vem se complexificando desde, pelo menos, a invenção da máquina a vapor. Nesse sentido, acredito que para se compreender o lazer na história, é preciso viajar pelo período das grandes revoluções, auge da apologia à razão, à liberdade e à ciência, pela era da modernidade. Nela encontramos os sentidos e os significados da separação entre tempo de trabalho e tempo livre (divisão crucial para a configuração do lazer), desde que desvelados os interesses e os motivos que levaram à formação de novas e diferentes classes sociais, os princípios e as leis gerais que orientaram a definição da jornada de trabalho, o assalariamento, a acumulação e outros, de modo que só é possível apreender o lazer em sua totalidade se conhecermos a organização e o processo de constituição das sociedades burguesas, industriais, urbanas e capitalistas.

No Brasil, em paralelo como o mundo, ele pode ser visualizado como um fenômeno decorrente do desenvolvimento do capitalismo, da industrialização, da urbanização e da modernização das cidades mais importantes como São Paulo, processos perceptíveis no contexto de transição do século XIX para o século XX. Antes disso, quando as relações sociais eram predominantemente rurais e patriarcais, é inviável perceber o tempo livre como uma dimensão da vida social definida e separada das demais atividades cotidianas, o que impede, portanto, a própria compreensão do lazer. Em outras palavras, não havia uma rígida divisão entre tempo de trabalho e tempo livre, pois o trabalho, a diversão e a gama de atividades que compunham o dia-a-dia nas fazendas, misturavam-se e confundiam-se mutuamente, tendo a jornada de trabalho uma flexibilidade alargada ou contraída de acordo com os necessários labores, sem a existência de conflitos entre o trabalho e o passar do tempo.

Este pressuposto, fundamentado nos estudos de Edward P. Thompson sobre a questão do tempo nas zonas rurais da Inglaterra pré-industrial, nas reflexões de Eric J. Hobsbawm sobre as relações econômicas, sociais, políticas e culturais que constituem a era dos impérios, bem como nos estudos de Jurandir Freire Costa acerca do processo de aburguesamento da família colonial brasileira ao longo do século XIX, permite vislumbrar o lazer como um fenômeno que se desenvolve quando a própria dinâmica do tempo ganha um significado moderno, passando a ser contado, regulamentado, medido e controlado. No caso brasileiro, é possível dizer ainda que o tempo livre, como uma categoria explicativa da vida cotidiana e fundamental para a própria definição do lazer, só é válida após a implementação do trabalho livre e a formação da classe trabalhadora, uma vez que a existência da mão-de-obra escrava significava que tempo de trabalho e tempo livre não faziam parte, ao mesmo tempo, da organização e da produção da existência humana para toda a população brasileira. Portanto, enquanto o trabalho escravo existiu, o cotidiano das famílias patriarcais esteve despojado da atividade laborativa, visto que o trabalho produtivo era tarefa para os escravos. Em consequência, a totalidade do tempo social, para os patriarcas e suas famílias, mantinha-se livre para o uso e a ocupação com outras atividades que não a produção.

Dessa forma, o surgimento do tempo livre, como um tempo em que o lazer nasce, acontece e se desenvolve, é consequência do desenvolvimento do capitalismo industrial, mas não aparece no momento subsequente da industrialização, nem foi gerado apenas pela substituição do trabalho humano pela máquina, uma vez que o prolongamento da jornada de trabalho e a intensificação da produção, componentes da lógica interna da própria expansão capitalista, na medida em que se tornaram condições para a geração de mais-valia, fizeram do pouco tempo livre da classe trabalhadora um tempo restrito à preparação e reposição da força de trabalho.

Assim, é nas três décadas iniciais do século XX, quando o operariado brasileiro se organiza como força política importante, que as primeiras reivindicações pela diminuição da jornada de trabalho impõem-se como prerrogativa para o surgimento e ampliação do tempo livre. Porém, o aumento do tempo livre, sobretudo na cidade de São Paulo, não se deu no mesmo momento para todos os habitantes da cidade, visto que inúmeras formas de coerção e exploração foram colocadas em prática por parte do Estado e das classes patronais, a despeito das legislações já existentes nesse campo, mesmo que de forma parcializada. Além disso, como os operários estavam organizados em torno de

sindicatos por ofício, que negociavam as questões relativas às diversas categorias em particular, a redução da jornada de trabalho foi ocorrendo de forma setorizada, ao longo do tempo e em função das lutas sociais constantes até 1943, quando a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) regulamenta a jornada de 8 horas diárias, bem como as férias, os finais de semana e outros direitos que se constituem até hoje como grandes conquistas sociais dos trabalhadores. Por outro lado, neste mesmo ano seria criado o Serviço de Recreação Operária pelo Ministério do Trabalho, que buscava compensar os descontentamentos do trabalhador através do esporte e do lazer, política legitimou e que deu continuidade ao projeto de educação que culminou na institucionalização do lazer nos anos de 1930 e que o desenvolveu até os dias atuais.

Nesse sentido, é possível afirmar que o surgimento do tempo livre não se deu como consequência da substituição do trabalho humano pela máquina, mas como conquista social operada no campo das tensões entre sociedade civil e sociedade política, como fruto da organização e da luta da classe operária pela diminuição da jornada de trabalho e por melhores condições de vida e de subsistência. Por isso, não se pode dizer que o lazer tenha sido uma conquista da classe trabalhadora como pensam alguns, pois quando das reivindicações do operariado brasileiro, o que se desejava era a definição da jornada de oito horas de trabalho e a consequente expansão do tempo livre. Portanto, a conquista da classe trabalhadora organizada nesse período não foi o lazer, mas sim o tempo livre, que passou a ser ocupado com a sua educação, conscientização, produção cultural, descanso e diversão.

Mas a tensão criada entre capital e trabalho avançou para além dos muros das fábricas, penetrando o dia-a-dia da sociedade no sentido de se estabelecer, de diferentes maneiras, um domínio mais direto sobre a vida cotidiana dos grupos e classes sociais, especialmente da classe trabalhadora. Nela, a racionalidade produtiva se fazia presente sob a forma de ideologia que, articulada à construção de um novo projeto de formação humana, visava modificar e controlar hábitos, saberes e práticas, no sentido de transformar as relações sociais em seu conjunto, configurando uma nova subjetividade. Para tanto, diversos elementos do cotidiano da família paulistana foram questionados, sobretudo, os hábitos mais tradicionais, as formas de sociabilidade, as normas de conduta, os modos de convivência, os conhecimentos populares e as práticas de descanso e diversão. Entre estas, figurava o ócio como um hábito intimamente articulado ao modo de ser a viver de uma sociedade que se achava superada, mas recorrente entre as práticas do tempo livre,

justamente porque era um elemento bastante significativo no interior deste universo sócio-cultural e para as relações sociais até então estabelecidas. Até mesmo para os pequenos comerciantes e trabalhadores que viviam nas cidades ainda pouco desenvolvidas, o ócio significava uma pequena fração do tempo social na qual havia a possibilidade de desenvolvimento humano, porque não circunscrito ao campo de ação dos interesses ideológicos. Porém, no processo de aburguesamento da sociedade, o ócio passa a ser interpretado como algo ultrapassado e nocivo, uma vez associado à estrutura arcaica e vencida da sociedade colonial. Diante dos valores e das exigências da sociedade moderna e produtiva, o ócio torna-se um hábito incompatível e, por isso mesmo, acaba adquirindo uma enorme capacidade de subversão aos novos cânones da razão e da ciência, aos padrões de comportamento e aos novos modelos de acumulação da lógica capitalista. Opondo-se aos objetivos do capital, o ócio é confundido com a idéia de vagabundagem, de vício, de delinqüência e, por extensão, de criminalidade. Foi uma das práticas mais temidas e questionadas no período, até que a necessidade de que fosse banido da vida cotidiana aumentou ainda mais as preocupações em torno da organização da vida operária, para além da escola e do trabalho, o que implica na ascensão de um conjunto de medidas de controle e administração das práticas do tempo livre.

Não há dúvidas de que no passado o ócio, como um hábito intimamente vinculado à organização da vida cotidiana do mundo pré-capitalista, significava o desenvolvimento das capacidades humanas em si mesmas e se configurava como uma prática social relacionada às necessidades do homem, em determinada época e conforme a organização cultural da sociedade. Com o desenvolvimento do capitalismo, sua manifestação tende a desaparecer, embora permaneça como uma possibilidade imersa no conjunto dos valores e significados atribuídos às práticas sociais. Essa tendência não foi apenas consequência das alterações sociais e culturais ocorridas em função das transformações político-econômicas, mas também uma tentativa de modificação dos repertórios culturais herdados e de formação de uma nova subjetividade, extremamente articulada aos ideais da produtividade, da civilidade, da disciplina, da higiene, do autocontrole, em que as diversas práticas sociais tinham de ser úteis ao funcionamento harmonioso da sociedade e, no limite, à reprodução do capital. Para isso, ao ócio foram agregadas idéias como vagabundagem, degradação, vício e criminalidade, o que provocou uma ruptura dos saberes e formas de convivência coletiva até então praticados. Além disso, na vida cotidiana do mundo moderno a utilidade e a produtividade atribuem uma nova

conotação ao tempo, no qual o ócio perde seu espaço e significação, tornando-se, inclusive um hábito incompatível com o processo de racionalização da existência e de mercantilização do homem e das relações sociais. Assim, o ócio, embora tenha permanecido durante muito tempo entre as manifestações culturais cotidianas, e talvez até hoje ainda exista, tende à sua completa abolição, pois os sentidos, valores e saberes por ele representados não correspondem mais à organização da vida contemporânea.

Não se pode dizer, então, que o lazer tenha sido uma opção frente à ausência de atividades lúdicas voltadas ao trabalhador de uma grande metrópole, pois havia uma infinidade de práticas ligadas ao descanso e à diversão que aconteciam no mundo da invisibilidade, da clandestinidade e que se mantinham intimamente amarradas e enraizadas à vida cotidiana, representando o que podemos chamar de manifestações da cultura popular. Ao contrário, são essas expressões, costumes e atividades que passam a ser questionadas, algumas banidas, outras selecionadas e normatizadas ou ainda substituídas no processo de institucionalização do lazer, caracterizado pela (re)significação, pela administração e pela disciplinarização das práticas de descanso e diversão da classe trabalhadora, com o objetivo de cooptá-la e conformá-la aos valores, conhecimentos e atitudes definidos pela racionalidade produtiva. Por isso, não se pode dizer também que o lazer tenha sido uma reivindicação ou conquista, até porque, em nenhum momento, os trabalhadores quiseram ver suas práticas e manifestações culturais banalizadas, vigiadas e codificadas pelos modelos de educação dominantes.

Entretanto, inúmeras foram as ações implementadas com vistas ao controle da vida cotidiana, no sentido de que as atividades situadas no parco tempo livre da classe trabalhadora fossem aproveitadas para a reposição e a preparação da força de trabalho e, dessa forma, colaborassem com os mecanismos da acumulação do capital. Suas habitações foram alteradas conforme modelos higiênicos, seus hábitos alimentares passaram a ser ditados por uma dieta tida como saudável e nutritiva, sua educação passou a ser orientada para uma formação técnica e profissionalizante e suas práticas de descanso e diversão foram substituídas por um conjunto de novas atividades civilizadas, disciplinadas e úteis a uma vida ativa, integrada e produtiva, para que pudessem contribuir com a pátria, cooperar com o desenvolvimento da nação e fortalecer a ordem e o progresso da sociedade.

Dessa forma, é possível dizer, então, que o tempo livre é uma forma típica de ordenação das sociedades modernas e capitalistas. Surge como conquista da classe trabalhadora e, aparentemente, se opõe ao trabalho, mas hegemonicamente, é sua própria

extensão, pois nele há uma reprodução dos processos de reificação, das relações capitalistas de trabalho, da ideologia burguesa e da indústria cultural. Entretanto, visto que o tempo livre é perpassado pela contradição, também há possibilidade de subversão e, assim, ele se configura como uma dimensão da vida humana em que a produção cultural se manifesta como mescla de conformismo e resistência.

Contudo, embora o governo republicano e as classes dirigentes, através de medidas higiênicas e sanitárias que passavam pelo projeto de controle corporal da população brasileira, já manifestassem suas preocupações em torno do ócio e do tempo livre desde o século XIX, é no transcurso das primeiras décadas do século XX, conforme a expansão do tempo livre e das atividades nele desenvolvidas, que podemos perceber uma nova e diferente tentativa de controle dos usos do tempo livre e de manipulação da classe trabalhadora por meio do estímulo a um conjunto de atividades lúdicas, recreativas e educativas, bem como da criação de espaços e equipamentos específicos para sua prática.

As razões para essa atitude assentavam-se na idéia de que com o aumento do tempo livre, o trabalhador poderia dele fazer uso segundo seus próprios interesses e motivações, corrompendo a ordem e subvertendo as relações de poder e dominação. Assim, o ócio, entendido como vício, imoralidade, vadiagem, vagabundagem, indolência e perdição, torna-se objeto de discursos moralistas e intervenções punitivas, que buscavam salvaguardar os valores da racionalidade técnica exigida pelo processo produtivo em expansão. Por esse motivo, os espaços e equipamentos especificamente criados para a recreação e para a educação tinham o objetivo de afastar a família burguesa e moderna das práticas consideradas ilícitas e dos valores perniciosos desenvolvidos nas horas de ócio indiscriminado.

Surgem, então, os primeiros centros de recreio, preenchidos por um conjunto de novas atividades lúdicas, destinadas à ocupação saudável do tempo livre e à educação do trabalhador paulistano. Com a substituição do ócio, representante da preguiça e da insubordinação aos valores vigentes, pela recreação, entendida como receita e remédio para a melhor ocupação do tempo livre, é possível visualizar os primeiros movimentos pela institucionalização do lazer na cidade. Esse episódio é marcado pela difusão e proliferação dos inúmeros centros de recreio, jardins de praça e parques de jogos que surgem a partir de então, em especial os *Parques Infantis* e *Clubes de Menores Operários* da cidade de São Paulo na década de 1930.

Nesses espaços, a assistência, a educação e a recreação eram os objetivos a serem desenvolvidos. A assistência estava articulada à finalidade do Estado benfeitor, ou seja, à idéia de que os poderes públicos eram beneficentes e atendiam as demandas e reclamações dos operários. A educação visava configurar um novo perfil de homem, adaptado ao trabalho e aos valores da competitividade e da produtividade. Além disso, a educação promovida nos centros de recreio visava preparar a classe operária para o trabalho manual, ajustando-a a sua condição de oprimida e dominada. Já a recreação tinha uma finalidade nitidamente compensatória, quando não pragmática e instrumentalista. Como atividade de formação sistemática que antes acontecia nas escolas e depois é transportada para os centros de recreio como conteúdo do lazer, em princípio, estava associada à necessidade de disciplinar os divertimentos, equacionar o tempo livre e selecionar as atividades que nele seriam desenvolvidas, mas por fim é transformada numa estratégia de conformação e adesão do trabalhador.

Como conteúdo do lazer, a recreação tem sido vista quase que exclusivamente como uma forma de instrumentalização, cujo fundamento é o aproveitamento e a utilidade do tempo livre. Por outro lado, pode ser uma atividade lúdica cujas expressões artísticas e simbólicas, como os jogos e brincadeiras, ganham espaço profícuo para sua vivência e manifestação, tanto dentro da escola, como fora dela, desde que compreendida e tratada como uma prática social que auxilie as pessoas na leitura do mundo que as cerca, colaborando também para o conhecimento de si mesmo, da cultura, da história e da sociedade.

A constituição do lazer se dá, porém, como mecanismo de controle e cooptação do trabalhador durante uma parcela significativa do seu tempo livre. Desenvolve-se como espaço de uma nova formação humana, pela qual a diversão, o descanso e a recreação são orientados para a adequação do trabalhador aos valores da sociedade burguesa, na qual seu papel era vender sua força de trabalho em troca de salário, produzir as riquezas do país, submeter-se às condições econômicas de classe oprimida e explorada e conformar-se à desigualdade social.

A *institucionalização do lazer* significa, então, a implementação e a organização, pelos setores dirigentes, de um conjunto de atividades lúdicas pelas quais busca-se dar visibilidade às atividades do tempo livre e ao mesmo tempo administrá-las, discipliná-las e modificá-las conforme uma educação comprometida com a divisão social do trabalho e com o aprimoramento da força de trabalho, no sentido da consolidação das

relações capitalistas de dominação. A *invenção do lazer* foi a fórmula encontrada pelos setores dirigentes associados ao capital para administrar as experiências culturais do tempo livre de acordo com a lógica produtiva, visando preparar, educar e adaptar a classe trabalhadora ao desenvolvimento do capitalismo, da industrialização e da modernização. Ela se dá justamente pela substituição de antigos hábitos e práticas articulados às formas de diversão e descontração da população brasileira por um conjunto de novas atividades lúdicas, recreativas e educativas que passam a ser orientadas, disciplinadas, organizadas e vivenciadas em determinados espaços e equipamentos específicos, promovidos pelas políticas municipais. E representa também, por outro lado, a penetração da indústria cultural sobre o imaginário social, configurando valores, comportamentos, desejos e formas de comunicação selecionadas e organizadas pela racionalização da vida cotidiana e pela mercantilização das relações sociais.

As políticas públicas voltadas à ocupação saudável e controlada do tempo livre da classe trabalhadora de um lado e a disseminação de valores, idéias e práticas da indústria cultural de outro, acabam definindo o lazer como uma *instituição*, ou seja, como um conjunto de atividades cujas normas internas ganham um estatuto próprio de funcionamento, ao qual são atribuídas qualidades das quais ele não mais se dissociaria. As experiências de lazer como forma de consumo ou como possibilidade de reposição ou formação da força de trabalho na sociedade capitalista, permanecem até hoje como características ainda marcantes. Aliás, a vivência do lazer tem se apresentado, desde sua institucionalização, de forma hegemonicamente utilitária e compensatória, colaborando para o funcionamento, manutenção e reprodução da ordem vigente.

Portanto, o lazer é uma *instituição*, hegemonicamente definida e configurada pelas normas e valores da racionalidade produtiva, fazendo-se presente por meio das políticas públicas, e hoje sobretudo das privadas, bem como da indústria cultural, como tempo/espaço profícuo para o consumo de mercadorias e bens culturais estimulados pelos meios de comunicação articulados à produção e reprodução do capital e de sua lógica excludente e desigual. E justamente por ser uma instituição social, um lugar de organização da cultura, palco de disputa hegemônica historicamente criado e desenvolvido, dotado de normas, regras, tempos, espaços e práticas específicas, pode ser recriado e subvertido para que nele se desenvolva uma formação humana voltada para a promoção do homem, da sua conscientização e emancipação, para o acesso aos bens culturais e para a

produção e (re) elaboração da cultura, ou seja, para o questionamento e modificação das condições objetivas e subjetivas que estão postas.

Dessa forma, parece acertada a compreensão de Fernando Mascarenhas (2000), para o qual "(...) o lazer se constitui como um fenômeno tipicamente moderno, resultante das tensões entre capital e trabalho, que se materializa como um tempo e espaço de vivências lúdicas, lugar de organização da cultura, perpassado por relações de hegemonia" (p.17), pois para esta concepção, o lazer é tanto uma expressão da modernização das sociedades, como manifestação contraditória da lógica capitalista. Se por um lado, pode contribuir para reforçar a dominação, por outro pode colaborar para a transformação das práticas e valores hegemônicos e, nesse sentido, se revelar como um poderoso *saber-instrumento*, capaz de promover uma reflexão crítica da situação concreta dos indivíduos e coletividades envolvidos na experiência, de modo que estes possam se fortalecer e se organizar para construir uma outra história. Nesse sentido, acredito também, como Mascarenhas (2000), que o lazer pode ser, então, um "tempo e espaço para o exercício da cidadania e prática da liberdade" (p.17).

Continuo acreditando na capacidade de conscientização, resistência e insubordinação dos setores oprimidos de nossa sociedade. E apesar das oportunidades de subversão e das ocasiões de revolta e de (re) elaboração do lazer como uma instituição aliada ao capital – que devem ter ocorrido ao longo de nossa história desde a década de 1930 – ainda é preciso que, cada vez mais, o lazer seja recriado e vivenciado como uma possibilidade de educação das classes trabalhadoras, no sentido de sua emancipação e da transformação da sociedade na qual estamos inseridos.

Se a *invenção do lazer* foi uma estratégia de cooptação da classe trabalhadora, promovida e desenvolvida através do apelo às suas necessidades básicas como alimentação, educação e diversão, então devemos hoje *reinventá-lo* para que se torne um espaço de contra hegemonia, no sentido de que a ética, a estética e a política articuladas a um projeto educativo correspondente aos interesses e reais necessidades de todos ganhe organicidade e a formação humana se desenvolva no sentido da promoção da identidade sócio-cultural, do fortalecimento da consciência de classe e do estímulo à permanente resistência e luta. Além disso, o lazer deve ser, diferentemente do que o previsto quando da sua institucionalização, um espaço de organização da cultura, experiência em que os conhecimentos universalmente criados pelo homem sejam acessíveis a todos, lugar no qual sejam exercitados os questionamentos dos valores da ordem social excludente e no qual as

peças possam vivenciar e produzir cultura. Só assim conseguiremos fazer dele uma experiência capaz de elevar moral e intelectualmente os setores populares e marginalizados de nossa sociedade para a criação das condições que possibilitem a transformação social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor W. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

_____. Tempo livre. In: *Palavras e sinais: modelos críticos 2*. Petrópolis: Vozes, 1995.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, v.2, 1997, p.11-93.

AMARAL, Silvia Cristina Franco. O Serviço de Recreação Pública (SRP): sua importância para a cidade e para a área do lazer em Porto Alegre. *Coletânea do VII Congresso Brasileiro de História da Educação Física, Esporte, Lazer e Dança*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000, p.355-358.

_____. Espaços e vivências públicas de lazer em Porto Alegre: da consolidação da ordem burguesa à busca da modernidade urbana. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v.23, n.1, set/2001, p.109-119.

ANDRADE, Manuel Correia de. Transição do trabalho escravo para o trabalho livre no nordeste açucareiro: 1850-1888. *Estudos Econômicos*, São Paulo: IPE, 1983, v.13, n.1, p.71-83.

AZEVEDO, Fernando de. *Da educação física: o que ela é, o que tem sido, o que deveria ser*. 2ed. São Paulo: Melhoramentos, 1920.

_____. A educação e seus problemas. 4ed, São Paulo: Melhoramentos, 1952. *Obras Completas*, v. 8.

_____. A educação entre dois mundos. 1ed, São Paulo: Melhoramentos, 1958. *Obras Completas*, v. 16.

BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Lisboa: Europa-América, 1997.

BRAMANTE, Antônio Carlos. Estamos vivendo uma civilização do lazer? *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 4, n. 4, out/1990, p. 91-94.

BRUHNS, Heloisa Turini. A proposta "carente" de lazer X espaço de lazer dos "carentes". *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 11, n. 3, out/1990, p.210-214.

CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. *O que é lazer?*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. *Educação para o lazer*. São Paulo: Moderna, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. 9. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CASTELLANI FILHO, Lino. *Educação Física no Brasil: a história que não se conta*. 4ed. Campinas: Papirus, 1994.

CAVALCANTE, Katia Brandão. *Esporte para todos: um discurso ideológico*. São Paulo: IBRASA, 1984.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril*. 2. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. *Cultura e democracia*. 8ed. São Paulo: Cortez, 2000.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. 4ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

CUNHA, Newton. *A felicidade imaginada: a negação do trabalho e do lazer*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

EISENBERG, Peter L. Escravo e proletário na história do Brasil. *Estudos Econômicos*, São Paulo: IPE, v.13, n. 1, 1983, p. 55-69.

ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, s/d, v.3, p.7-143.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: a formação do patronato político brasileiro*. 10ed. São Paulo: Globo: Publifolha, 2000, v. 2.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de. *Direito à infância: Mário de Andrade e os Parques Infantis para as crianças de família operária na cidade de São Paulo (1935-1938)*. São Paulo: Universidade de São Paulo – USP: Faculdade de Educação, 1993. (Tese de doutorado).

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. 3ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FERREIRA, Acácio. *O lazer operário: um estudo sobre a organização social das cidades*. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1958.

FERREIRA, Maria Nazareth. *A imprensa operária no Brasil (1880-1920)*. Petrópolis: Vozes, 1978.

FONSECA, Guido. *Crimes, criminosos e criminalidade em São Paulo (1870-1950)*. São Paulo: Resenha Tributária, 1988.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 7ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e crise do capitalismo real*. 3ed. São Paulo: Cortez, 1999.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 27ed. São Paulo: Ed. Nacional: Publifolha, 2000.

GADOTTI, Moacir. *História das idéias pedagógicas*. 4ed. São Paulo: Ática, 1996.

GAELZER, Lenea. *Lazer: bênção ou maldição?* Porto Alegre: Sulina / Editora da UFRGS, 1979.

GOLDMANN, Lucien. *Dialética e cultura*. 3ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. 7ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

_____. *Concepção dialética da história*. 10ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995a.

_____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 9ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995b.

GUIRALDELLI JR, Paulo. *Educação e movimento operário*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1987.

GUZZO de DECCA, Maria Auxiliadora. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920-1934)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Indústria, trabalho e cotidiano: Brasil - 1889 a 1930*. 11ed. São Paulo: Atual, 1991.

HELLER, Agnes. *Cotidiano e história*. 6ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HOBBSAWM, Eric J. *A era dos impérios*. 3ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. *Sobre História*. 3ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 26ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octávio. *O ciclo da revolução burguesa*. 2ed. Petrópolis: Vozes, 1985

KHOURY, Yara Aun. *As greves de 1917 em São Paulo e o processo de organização proletária*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1981.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Lazer e humanização*. Campinas: Papirus, 1983

_____. *Lazer e educação*. Campinas: Papirus, 1987.

_____. *Pedagogia da animação*. Campinas: Papirus, 1991.

MARX, Karl. *O capital*. Tradução da quarta edição alemã de 1890 por Reginaldo Sant'anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. s/d.

_____. O 18 de Brumário de Luiz Bonaparte. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas*, São Paulo: Alfa-Omega, s/d, v. 11, p.199-285.

_____. *O capital*. 3ed, São Paulo: Nova Cultural, 1988, v.1.

_____. *A acumulação primitiva*. São Paulo: Editorial Estampa, s/d.

MASCARENHAS, Fernando. *Lazer e grupos sociais: concepções e método*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas - Unicamp: Faculdade de Educação Física, 2000 (Dissertação de Mestrado).

MEDEIROS, Ethel Bauzer. *O lazer no planejamento urbano*. 2ed. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1975.

MELLO, Pedro Carvalho de. Estimativa da longevidade de escravos no Brasil na segunda metade do século XIX. *Estudos Econômicos*, São Paulo: IPE, 1983, v.13, n.1, p. 151-179.

MELO, Victor Andrade de, FONSECA, Ingrid Ferreira. O professor de Educação Física e sua atuação na área do lazer: relações históricas e problemas contemporâneos. *Coletânea do IX Encontro Nacional de Recreação e Lazer*, Belo Horizonte: UFMG, 1997, p.648-657.

MIRANDA, Nicanor. *O significado de um parque infantil em Santo Amaro*. São Paulo: Sub-Prefeitura de Santo Amaro, 1938a.

_____. Os clubes de menores operários. *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, Departamento de Cultura, 1938b, v.48, p.79-84.

_____. *Origem e propagação dos Parques Infantis e Parques de Jogos*. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, Departamento de Cultura, 1941.

_____. *Esporte, recreação, educação*. Separata da Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, Secretaria de Educação e Cultura, Divisão do Arquivo Histórico, 1962, v.169.

_____. *Organização das atividades de recreação*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984.

MONARCHA, Carlos. *A reinvenção da cidade e da multidão: dimensões da modernidade brasileira - a Escola Nova*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. 4ed. São Paulo: Ática, 1978.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na primeira república*. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1974.

PADILHA, Valquíria. *Tempo livre e capitalismo: um par imperfeito*. Campinas: Alínea, 2000.

PAGNI, Pedro Ângelo. *Do manifesto de 1932 à construção de um saber pedagógico: ensaiando um diálogo entre Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira*. Ijuí: UNIJUÍ, 2000.

PAIVA, Vanilda Pereira. *Educação popular e educação de adultos*. São Paulo: Loyola, 1983.

PINHEIRO, Paulo Sérgio, HALL, Michael M. *A classe operária no Brasil 1889-1930*. São Paulo: Brasiliense, 1981. Documentos, v.2.

PINTO, Leila Mirtes de Magalhães. *A recreação / lazer e a Educação Física: a manobra da autenticidade do jogo*. Campinas: Unicamp, 1992. (Dissertação de mestrado)

_____. *A diversidade cultural no lazer. Coletânea do IX Encontro Nacional de Recreação e Lazer*, Belo Horizonte: UFMG, 1997, p.21-35.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Ato nº.767, de 9 de janeiro de 1935. Cria o Serviço Municipal de Jogos e Recreio.

_____. Ato nº.861, de 30 de maio de 1935. Organiza o Departamento de Cultura e Recreação.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar (Brasil 1890-1930)*. 3ed, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

REQUIXA, Renato. *O lazer no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1977.

ROLNIK, Raquel. São Paulo, início da industrialização: espaço e política. In: Kowarick, Lúcio (org). *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente*. 2ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

SALLES, Iraci Galvão. *Trabalho, progresso e a sociedade civilizada: o Partido Republicano Paulista e a política de mão-de-obra (1870-1889)*. São Paulo: Hucitec, 1986.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. *O prazer justificado: história e lazer (São Paulo 1969-1979)*. São Paulo: Marco Zero, 1994.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. 3. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOARES, Carmem Lúcia. *Educação Física: raízes européias e Brasil*. Campinas: Autores Associados, 1994.

SUSSEKIND, Arnaldo, MARINHO, Inezil Penna, GÓES, Oswaldo. *Manual de recreação: orientação dos lazeres do trabalhador*. Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio - Serviço de Recreação e Assistência Cultural, 1952.

TEIXEIRA, Anísio. *Educação progressiva: uma introdução à filosofia da educação*. São Paulo: Ed. Nacional, 1933.

TEIXEIRA, Mauro Soares, FIGUEIREDO, Jarbas Sales. *Recreação para todos: manual teórico-prático*. São Paulo: Obelisco, 1970.

THOMPSON, Edward P. O tempo, a disciplina do trabalho e o capitalismo industrial. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Educação e prática social*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

VELOSO, Mariza, MADEIRA, Angélica. *Leituras brasileiras: itinerários no pensamento social e na literatura*. 2ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000.

VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 2ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

WAICHMAN, Pablo. *Tempo livre e recreação*. Campinas: Papirus, 1997.

WERNECK, Christianne L. Gomes. Lazer e formação profissional na sociedade atual: repensando os limites, os horizontes e os desafios para a área. *Revista Licere*, v.1, n.1, set/1998, p.47-65.

_____. *Lazer, trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

PERIÓDICOS E FONTES LITERÁRIAS

Periódicos

A Plebe, São Paulo, 1917 - Arquivo Edgard Leuenroth / UNICAMP

O Rebate, São Paulo, 1897, 1898, 1899. - Arquivo Edgard Leuenroth / UNICAMP

O Socialista, São Paulo, 1897, 1898, 1933. - Arquivo Edgard Leuenroth / UNICAMP

Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, v. 13, 1935.

Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, v. 17, 1935.

Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, v. 48, 1938.

Fontes Literárias

ANDRADE, Mário de. *Os contos de belazarte*. 6ed. São Paulo: Martins Editora, 1973.

ANDRADE, Mário de. *Contos novos*. 16ed. Belo Horizonte - Rio de Janeiro: Vila Rica, 1996.

ANDRADE, Mário de. *Poesias completas*. São Paulo: Círculo do Livro - por cortesia da Livraria Martins Editora, s/d.

MACHADO, Antônio de Alcântara. *Brás, Bexiga e Barra Funda: notícias de São Paulo*. Belo Horizonte: Vila Rica, 1924.

MACHADO, Antônio de Alcântara. *Lira Paulistana*. *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, v. 17, 1935, p.189-220.